

REVISTA PHILOLOGUS

ISSN 1413-6457



Rio de Janeiro - Ano 18 - Nº53
Mairo /Setembro - 2012
Suplemento: *Anais do IV SINEFIL*

R454

Revista Philologus / Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos. – Ano 18, Nº 53, (maio./ago..2012) – Rio de Janeiro: CiFEFiL. 330 p.

Suplemento: *Anais do IV SINEFIL*

**Quadrimestral
ISSN 1413-6457**

**1. Filologia – Periódicos. 2. Linguística – Periódicos.
I. Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos**

CDU 801 (05)

EXPEDIENTE

A *Revista Philologus* é um periódico quadrimestral do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL) que se destina a veicular a transmissão e a produção de conhecimentos e reflexões científicas, desta entidade, nas áreas de Filologia e de Linguística por ela abrangidas.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Editora

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL)

Boulevard Vinte e Oito de Setembro, 397 / 603 – 20.551-030 – Rio de Janeiro – RJ

pereira@filologia.org.br – (21) 2569-0276 e www.filologia.org.br/revista

| | |
|------------------------------------|--|
| Diretor-Presidente: | Prof. Dr. José Pereira da Silva |
| Vice-Diretora: | Profa. Me. Cristina Alves de Brito |
| Primeira Secretária: | Profa. Dra. Delia Cambeiro Praça |
| Segunda Secretária: | Profa. Dra. Regina Céli Alves da Silva |
| Diretor de Publicações | Prof. Dr. Amós Coêlho da Silva |
| Vice-Diretor de Publicações | Prof. Dr. José Mario Botelho |

Equipe de Apoio Editorial

Constituída pelos Diretores e Secretários do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL). Esta Equipe é a responsável pelo recebimento e avaliação dos trabalhos encaminhados para publicação nesta *Revista*.

Redator-Chefe: José Pereira da Silva

Conselho Editorial

| | |
|--------------------------------|------------------------------------|
| Adriano de Souza Dias | Afrânio da Silva Garcia |
| Álvaro Alfredo Bragança Júnior | Amós Coêlho da Silva |
| Antônio Elias Lima Freitas | Antônio Sérgio Cavalcante da Cunha |
| Claudio Cezar Henriques | Darcília Marindir Pinto Simões |
| Delia Cambeiro Praça | Eduardo Tuffani Monteiro |
| José Mario Botelho | José Pereira da Silva |
| Maria Lúcia Mexias Simon | Nataniel dos Santos Gomes |
| Regina Céli Alves da Silva | Vito César de Oliveira Manzollilo |

| | |
|---|-------------------------|
| Diagramação, editoração e edição | José Pereira da Silva |
| Editoração eletrônica | Silvia Avelar |
| Projeto de capa: | Emmanuel Macedo Tavares |

Distribuição

A *Revista Philologus* tem sua distribuição endereçada a Instituições de Ensino, Centros, Órgãos e Institutos de Estudos e Pesquisa e a quaisquer outras entidades ou pessoas interessadas em seu recebimento mediante pedido e pagamento das taxas postais correspondentes.

REVISTA PHILOLOGUS VIRTUAL

www.filologia.org.br/revista

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| 0. EDITORIAL..... | 6 |
| 1. A linguagem como consonância do quieto – <i>Ataide José Mescolin Veloso</i> | 8 |
| 2. A prática discursiva e a construção do <i>ethos</i> em discursos indígenas em veiculação na aldeia tupiniquim Pau-Brasil-ES – <i>Adriana Recla</i> . | 20 |
| 3. A reflexão sobre o etnocentrismo na obra <i>Os Ensaios</i> de Michel de Montaigne – <i>Antonio Carlos Lopes Petean</i> | 31 |
| 4. A tradução de documentos relativos ao Brasil conservados nos arquivos públicos espanhóis (XVI-XIX) – <i>Fabrizio Mota e Eliabe Procópio</i> | 38 |
| 5. A visão de Ong sobre “a cultura escrita e o passado oral” – <i>José Mario Botelho</i> | 59 |
| 6. Análise do discurso e interação na Web através da rede social Facebook: comentários utilizados para fins de conversação – <i>Roberta Kerr dos Santos</i> | 74 |
| 7. Análise do discurso publicitário presente em um episódio de Bob Esponja sob a perspectiva semiolinguística – <i>Glacy Kelli Reis da Silva Xavier</i> | 95 |
| 8. As consoantes geminadas latinas no português do século XVIII: uma análise filológica de manuscritos – <i>Carolina Akie Ochiai Seixas Lima, Elias Alves de Andrade e George Gleyk Max de Oliveira</i> | 110 |
| 9. Colar de contos premiados: um olhar crítico genético – <i>Moema Rodrigues Brandão Mendes</i> | 167 |
| 10. Discurso jornalístico e acontecimento: imersão nos gêneros reportagem e notícia – <i>Nara Maria Fiel de Quevedo Sgarbi e Vanessa Amin</i> | 181 |
| 11. Estratégias utilizadas por tradutores inexperientes e a construção do sujeito no discurso – <i>Duí Barroso Lima Farias e Ângela Maria da Silva Corrêa</i> | 201 |
| 12. Gramática y discurso: cláusulas y conectores de la zona causal – <i>Claudia Borzi</i> | 212 |
| 13. Neologismo e sintaxe: a indeterminação – <i>Antonio José dos Santos Junior</i> | 231 |

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

14. O estudo das conjunções: posição adotada por gramáticos do século XX – *Charleston de Carvalho Chaves*244
15. Ontologia da possibilidade: resgate filológico-filosófico da ontologia hebraica – *Paulo Cabral da Silva Junior*255
16. Oralidade e produção textos na escola: contos de fadas nos anos iniciais – *José Ricardo Carvalho*269
17. Produção textual com base em gêneros textuais – *Renata dos Reis Vasques*278
18. Proposta de edição do códice 132 – *Rafael Marques Ferreira Barbosa Magalhães*289
19. Retórica, filosofia e estilística senequianas no *De Breuitate Vitae* – *Jorge Henrique Nunes Pinto*301
20. Uso literário da linguagem o ensino integrado da língua e da literatura – *Hilma Ranauro*322

EDITORIAL

O Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos tem o prazer de apresentar-lhe mais um número suplementar de sua *Revista Philologus*, com vinte artigos resultantes dos trabalhos apresentados no IV Simpósio Nacional de Estudos Filológicos e Linguísticos, que foram realizados no Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense (Niterói – RJ), nos dias 01 a 04 de abril deste ano de 2012, contando com a participação dos seguintes autores: *Adriana Recla* (p. 20-30), *Ângela Maria da Silva Corrêa* (p. 201-211), *Antonio Carlos Lopes Petean* (p. 31-37), *Antonio José dos Santos Junior* (p. 231-243), *Ataide José Mescolin Veloso* (p. 8-19), *Carolina Akie Ochiai Seixas Lima* (p. 110-166), *Charleston de Carvalho Chaves* (p. 244-254), *Claudia Borzi* (p. 212-230), *Duís Barroso Lima Farias* (p. 201-211), *Eliabe Procópio* (p. 38-58), *Elias Alves de Andrade* (p. 110-166), *Fabrcício Mota* (p. 38-58), *George Gleyk Max de Oliveira* (p. 110-166), *Glacy Kelli Reis da Silva Xavier* (p. 95-109), *Hilma Ranauro* (p. 322-330), *Jorge Henrique Nunes Pinto* (p. 301-321), *José Mario Botelho* (p. 59-73), *José Ricardo Carvalho* (p. 269-277), *Moema Rodrigues Brandão Mendes* (p. 167180), *Nara Maria Fiel de Quevedo Sgarbi* (p. 181-200), *Paulo Cabral da Silva Junior* (p. 255-268), *Rafael Marques Ferreira Barbosa Magalhães* (p. 289-300), *Renata dos Reis Vasques* (p. 278-288), *Roberta Kerr dos Santos* (p. 74-94) e *Vanessa Amin* (p. 181-200).

Neste volume suplementar, excepcionalmente, não faremos a síntese de cada um dos artigos, porque se trata de um número especial e porque são muitos os textos. Por isto, sugerimos aos leitores que acessem os respectivos trabalhos e leiam os resumos que estão disponibilizados no início de cada um deles.

Pode-se notar também que este número não contém as tradicionais resenhas que disponibilizamos sempre no final do volume.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Apesar de ter ficado tão mais extensos que os volumes normais desta *Revista Philologus*, lamentamos que a maioria dos excelentes trabalhos apresentados no simpósio não resultou em textos completos para publicação ou não puderam ser entregues em tempo hábil. Sugerimos que acessem a página http://www.filologia.org.br/iv_sinefil/resumos.htm e vejam os resumos dos referidos trabalhos, nos quais estão disponibilizados os endereços eletrônicos dos autores para que possam ser consultados diretamente.

Por fim, o Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos agradece por qualquer crítica que nos puder enviar sobre esta publicação, visto ser o seu sonho produzir um periódico cada vez mais qualificado e importante para a maior interação entre os profissionais de linguística e letras e, muito especialmente, para os que atuam diretamente com a filologia em seu sentido mais restrito.

Rio de Janeiro, junho de 2012.

José Pereira da Silva

A LINGUAGEM COMO CONSONÂNCIA DO QUIETO

Ataide José Mescolin Veloso (Aeronáutica-CBNB/UNISUAM)
ataideveloso@bol.com.br

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo estudar a linguagem sob a perspectiva hermenêutica, a partir do pensamento de Martin Heidegger. O termo “consonância”, que Heidegger toma emprestado da música, é derivado de “consonante”, que significa “o que soa com”. Na música, diz-se que dois sons são consonantes quando soam como um. A linguagem é consonante a todas as formas que o real tem de mostrar-se. Sem essa consonância, ficaríamos com um real fechado. A linguagem solicita em nós a fala a partir da consonância do quieto. A quietude não é, todavia, ausência de movimento: ela intensifica o movimento. Deixar quieto é tornar resposta (no sentido de “coisa posta”). A consonância é a reunião da identidade e da diferença. É a unidade. A unidade é a relação de um com o outro. Na unidade, há sempre dois. A quietude aquieta-se dando suporte ao modo de ser de mundo e coisa. Ao transformar o substantivo em um verbo, Heidegger imprime neste último a noção de movimento. O quieto se movimenta como possibilidade de movimento que o ser traz. A expressão “A quietude aquieta-se” traz à tona a tensão existente dentro do próprio ser: aquilo que se mostra e o que se oculta.

Palavras-chaves: Hermenêutica. Heidegger. Consonância. Quietto. Movimento.

1. *Introdução*

A linguagem fala como consonância do quieto. O termo “consonância”, que Heidegger toma emprestado da música, é derivado de “consonante”, que significa “o que soa com”. Na música, diz-se que dois sons são consonantes quando soam como um. A linguagem é consonante a todas as formas que o real tem de mostrar-se. Sem essa consonância, ficaríamos com um real fechado.

A linguagem solicita em nós a fala a partir da consonância do quieto. A quietude não é, todavia, ausência de movimento: ela intensifica

o movimento. Deixar quieto é tornar resposta (no sentido de “coisa posta”). A consonância é a reunião da identidade e da diferença. É a unidade. A unidade é a relação de um com o outro. Na unidade, há sempre dois.

2. *Desenvolvimento*

“A quietude aquieta-se dando suporte ao modo de ser de mundo e coisa.” (HEIDEGGER, 2003, p. 24) Ao transformar o substantivo em um verbo, Heidegger imprime neste último a noção de movimento. O quieto se movimenta como possibilidade de movimento que o ser traz. A expressão “A quietude aquieta-se” traz à tona a tensão existente dentro do próprio ser: aquilo que se mostra e o que se oculta.

A consonância do quieto não diz respeito ao humano – é somente na sua essência que o homem é como linguagem. “O homem fala à medida que corresponde à linguagem. Corresponder é escutar. Ele escuta à medida que pertence ao chamado da quietude.” (HEIDEGGER, 2003, p. 25) Contudo, é necessário escutar autenticamente. E toda escuta, para se tornar autêntica, deve apoiar-se na saga de um dizer próprio. Escutar é entregar-se à escuta, é permitir que a escuta se aproprie da consonância do quieto.

Mesmo sem se dar conta, os mortais se voltam ao chamado da quietude da diferença. Antes de tudo, o falar dos mortais deve “escutar o chamado, pois é como chamado que o quieto da diferença evoca o rasgo da coisa e mundo. Cada palavra falada pelos mortais fala desde essa escuta, como essa escuta”. É do chamado da diferença que se escuta o que passa a soar em palavra. A custódia do ser da linguagem se dá originariamente na palavra do poeta e no pensamento dos pensadores, que articulam o “destino epocal do Ser”. Nesse sentido, a linguagem “é a casa do Ser” e “os poetas e pensadores são os seus vigias” Como a linguagem é a morada da Essência do homem, nela residindo, “o homem *ec-siste* na medida em que pertence à Verdade do Ser, protegendo-a, guardando-a”. (HEIDEGGER: 1995, p. 44 e 45) O homem estabelece morada na linguagem e é alicerçando-se na poesia que consegue habitar esta terra.

A palavra, como força originária que já foi, distanciou-se da morada dos deuses. Na sexta estrofe, de *Pão e vinho*, Hölderlin indaga a respeito da mudez dos teatros antigos e sacros. Os deuses se revelaram aos homens no vigor originário da palavra. Um deus se aproximava por

meio da saga de um dizer. O dizer permitia que aquilo que havia sido contemplado pelos que dizem aparecesse, uma vez que já havia sido contemplado.

A questão da perda do vigor originário da palavra também é evocada por Hölderlin nos dois últimos versos do poema “A palavra”: o poeta afirma que, de maneira tristonha, aprendeu a renúncia de qualquer coisa em que a palavra venha a faltar. Quando falta algo em uma determinada situação, isso significa que houve rompimento ou interrupção. Interromper alguma coisa significa deixá-la falhar. Quando a palavra falta, pode-se dizer que não existe coisa, pois o que faz com que a coisa seja coisa é o fato de a palavra se apresentar como disponível.

Para o poeta, não há nada mais provocante e até mesmo perigoso do que o relacionamento que ele mantém com a palavra. Onde falta a palavra, aí está a renúncia do poeta. A renúncia encontra-se muito mais próxima do dizer do que do enunciado. Em alemão, o verbo renunciar é o mesmo que anunciar (*zeihen* ou *zichten*), que no latim corresponde a *dicere*. Estamos novamente na esfera da saga do dizer – anunciar ou mostrar nos remetem a deixar algo ser visto ou trazer para um aparecer, que é exatamente o sentido de *sagan* (palavra do alemão antigo).

No ato da renúncia é que a saga do dizer prevalece. É mister ressaltar, aqui, o significado de *bezeihen*: apontar, dizer algo a alguém de maneira direta. Renunciar é, portanto, *bezeihen* ou *bezichten*. É recusar alguma coisa ou negar-se a reivindicar algo. A renúncia pode ser considerada uma forma de dizer. Na poesia, o poeta diz renunciando-se e renunciando, diz. A renúncia do poeta está associada, também, a uma aprendizagem. No latim, aprender é *qui vidit*, tornar-se quem sabe, aquele que aprendeu algo porque viu e não mais deixou escapar aquilo que viu. A aprendizagem só se dá quando se consegue tal visão; portanto, aprender é colocar-se numa travessia, é estar a caminho. Aprender é atravessar na experiência.

A travessia conduz o poeta à sua terra. Essa é uma experiência extraordinária, um momento único, diferente, por conseguinte, de toda experiência já realizada. É a terra do poeta que lhe garante o domínio de sua poesia e a sua poesia anseia por nomes. Os nomes são a garantia de contato do poeta com o mundo – é por eles que o poeta se apresenta e dá nome a tudo:

Nomes são palavras pelas quais o que já é, o que se considera como sendo se torna tão concreto e denso que passa a brilhar e a florescer por toda par-

te na terra, predominando como beleza. Os nomes são palavras que apresentam. Os nomes apresentam o que já é, entregando-o para a representação. Mediante essa sua força de apresentação, os nomes testemunham seu poder paradigmático sobre as coisas. (HEIDEGGER, 2003, p. 178)

É através de uma reivindicação de nomes que o poeta poetiza. No intuito de alcançar os nomes, o poeta, nas travessias que realiza, procura se dirigir ao local no qual a sua reivindicação é satisfeita. É exatamente à margem da sua terra que se dá essa experiência. A margem margeia: é ela que delimita a segurança da morada do poeta. Situa-se à margem da terra poética o poço de cujas águas a deusa do destino retira os nomes. Assim, de modo seguro, são oferecidas ao poeta as palavras que ele aguarda como apresentação do que ele considera como existente. O brilho e o crescimento da poesia resultam dessa segurança e é a partir daí que o poeta se vê diante de um dizer capaz de predominar.

A deusa do destino mantém os nomes adormecidos em sua fonte até que o poeta se aproxime e os acorde a fim de serem usados na nomeação das coisas. Os nomes e as palavras são semelhantes a uma consistência firme, os quais são coordenados com as coisas e, mais tarde, são lançados para as coisas com o objetivo de apresentá-las. A palavra predomina de uma maneira distinta e mais elevada. É a palavra que confere ser em algo que aparece como ente.

Renunciar não significa simplesmente calar-se. A renúncia do poeta não consiste em deixar de dizer o dizer. Tal renúncia procura preservar a relação com a palavra. Visto que a palavra encontrou um modo mais elevado de vigorar, a experiência com a palavra deve divergir das demais: o dizer poético exige outro tipo de articulação, uma tonalidade diferenciada. A renúncia só diz à medida que é cantada pelo poeta.

Na verdade, todo poema é uma canção. A saga do dizer se manifesta através do pensamento: ela é uma reverência de júbilo, um inclinar-se alegre e quieto, um louvor. Na língua latina, o substantivo usado para referir-se à canção é *laudes*, que significa louvar, cantar, dizer uma canção. Cantar é recolher um dizer na canção. Caso o sentido mais elevado do canto não seja recebido como a saga de um dizer, o canto passa a significar a mera conversão da escrita em sons.

O canto aflora com uma energia unificante: ao mesmo tempo, ele é canção, tragédia e epopeia em um só. O poema se diferencia de todos – nele o olhar é vasto; o pensamento, profundo; o dizer, simples. Estes brilham de modo indizível numa relação de intimidade. Assim, o poeta caminha na direção da renúncia aprendida por ele, sendo capaz de perceber

que só a palavra é que permite que a coisa seja, de fato, coisa. O poeta deve, então, corresponder a esse mistério, o que somente lhe é possível no momento em que, no tom de canção, ouve-se a ressonância da palavra poética. Nesse tom, o ritmo assume um papel de destaque. Ritmo não é, conforme muitos afirmam, fluência e fluir, mas sim a articulação de harmonia. O ritmo é o repouso que articula o movimento da dança e do canto, permitindo-lhe pousar e repousar em si mesmo. O ritmo confere repouso.

A renúncia que o poeta aprende não é, na verdade, a recusa de uma reivindicação, mas sim a transformação da saga do dizer na ressonância velada da canção de um dizer indizível. A renúncia é um dizer, é um recusar-se à reivindicação de algo – ela fala e, ao mesmo tempo, afirma: somente onde é possível garantir a palavra é que uma coisa existe. Como a renúncia é saga de um dizer, ela se relaciona também à palavra. A trajetória da relação com a palavra é movimentada pela renúncia, uma vez que esta considera todo dizer como dizer. De fato, o que o poeta rejeita é o poder de representação da palavra.

A palavra permite que a coisa seja coisa; ou melhor, ela condiciona a coisa como coisa. Tal poder da palavra é denominado de “condição”. A condição é o fundamento para alguma coisa que existe. Ela tem a função de fundar e fundamentar. Não é a palavra que concede fundamento às coisas: ela deixa que a coisa vigore como coisa e a condição se relaciona a esse deixar. O poeta não tem a preocupação de explicar o que significa essa condição; entretanto, é capaz de abrigar o mistério da palavra em seu dizer. O poeta deixa que o seu dizer futuro se coloque diante do mistério da palavra e da condição da coisa.

A saga do dizer é um caminho, é um passo no qual o poder da palavra faz vibrar evocação e alento. É o segredo da palavra que elimina da alma do poeta a melancolia que ameaçava lhe abater. Desse modo, a tristeza some por completo do relacionamento que o poeta mantinha com a palavra. Surgem, aqui, algumas indagações relevantes: é tristeza o oposto de alegria? Melancolia e tristeza são sinônimos? É na alegria mais pura que também se encontra a tristeza adormecida. É a partir da tristeza mais profunda que podemos perceber o chamado à alegria. Tristeza e alegria participam de um jogo recíproco – a dor é o jogo que aproxima a distância entre tristeza e alegria, fazendo com que a proximidade se distancie. Não só a intensa alegria, como também a dor pungente acha-se revestida de dor. A dor não pode ser vista nem como algo proveitoso, nem como repugnante. “A dor é o favorecimento do essencial em tudo o

que vigora. A simplicidade de sua essência revestida determina o devir, a partir do cedo mais cedo, sempre velado, sintonizando-o com a jovialidade da alma grande.” (HEIDEGGER, 2003, p. 53 e 54)

A jovialidade do cedo treme diante da quietude da dor que se vela. Em suas representações habituais, o homem normalmente reveste a essência da dor e a considera repugnante, uma vez que ela dilacera, enquanto rasga e repuxa; contudo, tal aparência oculta a dor na sua simplicidade essencial. A dor é inflamante e pode ser enfrentada mais facilmente à medida que se mantém na intimidade do olhar.

A dor é o traço essencial da alma grande: ela continua a ser o que, de maneira mais pura, corresponde ao sagrado, já que este se apresenta diante da alma sempre que ela se retrai na profundidade que lhe é essencial. É o vigor do sagrado que sustenta essa retração, permitindo a conversão do olhar para a articulação da harmonia.

Verdadeiramente, a dor só pode ser vista como dor se estiver imersa no entusiasmo e no espírito. É a dor a responsável por dar coragem ao ânimo dos homens, de maneira que é dela que eles recebem a sua gravidade. A gravidade dá sustento aos mortais em toda e qualquer oscilação no repouso de seu vigor. É a melancolia o *muot* (ânimo) que responde à dor.

Pode ocorrer que a melancolia abata o ânimo; entretanto, é possível que ela perca o peso, viabilizando, assim, a insinuação do alento secreto na alma, oferecendo-lhe o adorno que lhe dá sustento na relação profícua com a palavra, protegendo-lhe. A tristeza é intrínseca à renúncia, se considerarmos a renúncia em sua essência: o não recusar-se diante do mistério da palavra – a condição das coisas:

A palavra para a essência da linguagem é o tesouro o qual a terra do poeta nunca consegue ter acesso. O vigor e a morada da palavra, caso sejam contemplados em um determinado momento, podem abrir caminho para algumas palavras; todavia, não é garantida, dessa forma, a palavra para a essência da linguagem.

A palavra reina de maneira rigorosa: ela diz, ou melhor, traz a coisa como coisa para um aparecer. Como a renúncia tornou possível o mistério da palavra, o poeta guarda como joia tal renúncia na graça do pensamento. Para o poeta, a joia é o que é mais digno de ser pensado. Pensar significa permitir que se diga o que merece ser pensado, aquilo

que é digno. A poesia é o próprio pensamento. É necessário escutar o poema: é assim que se pensa desde a poesia.

O poder da palavra emerge como a condição da coisa como coisa. A palavra brilha como o recolhimento que permite que o que é vigente vigore. O vocábulo mais antigo que se refere ao vigor da palavra é *logos* – a saga do dizer. *Lógos* é tanto palavra para o dizer como para o ser, ou seja, para o fazer-se vigor do que é vigente. Palavra e coisa, dizer e ser se relacionam reciprocamente de uma forma velada e, quem sabe, impensável. Na verdade, poesia e pensamento são a saga do dizer, a partir do momento que se tornam responsáveis pelo mistério da palavra como o que pode ser pensado dignamente, articulando-se em sua afinidade.

O caminho para a linguagem deve trazer a linguagem como linguagem para a linguagem. É imprescindível, por conseguinte, direcionar-se para o que é mais próprio da linguagem. O vigor da linguagem se caracteriza por apresentar múltiplos elementos e referências, as quais foram contadas, porém não enumeradas por meio de séries. Ao contar tais referências no sentido originário (o que não significa contar através de números), o anúncio de um pertencer mútuo se faz notar. Contar significa contar contos, aquilo que antecipa o que constitui, no pertencer mútuo, o elemento que reúne, sem permitir que ele se mostre em um aparecer.

Tal ausência de capacidade de permitir que se experimente a unidade que reúne o vigor da linguagem, pertencente ao âmbito do pensamento, data de tempos remotos, o que fez com que muitos não tivessem conhecimento da sua existência. No intuito de visualizar, de modo mais nítido, o vigor da linguagem em sua plenitude, Heidegger passa a denominar “rasgadura” a unidade que se busca do vigor da linguagem. A palavra “rasgo”, *riss*, é a mesma que riscar ou arranhar, *ritze*. Usualmente, o termo “rasgo” é empregado para se referir a uma fenda na parede, ou mesmo à abertura de sulcos e riscos na terra. É através dos sulcos que a terra é capaz de dar abrigo à semente e ao crescimento.

A menos que se dê atenção ao verdadeiro sentido do falar e daquilo que é falado, a rasgadura do vigor da linguagem ficará encoberta na imprecisão do seu traçado. A fala, geralmente, é definida como a articulação de sons e, portanto, uma atividade humana. A questão é que tal concepção fonético-acústico-fisiológica da linguagem não permite acesso à experiência da consonância do quieto como algo que lhe é inerente. A fala é aquilo através do que algo vem à linguagem: alguma coisa chega a aparecer à medida que é dita. Convém lembrar que dizer e falar não

significam a mesma coisa. É possível que uma pessoa se entregue, de modo compulsivo, à fala, sem, contudo, estar dizendo nada. Em contrapartida, alguém pode estar em silêncio e, nesse calar-se, estar dizendo muito. O verbo dizer remete à *Sagan* (a saga do dizer), que tem como significado mostrar, deixar ver e ouvir.

A fala pertence à rasgadura do vigor da linguagem, rasgadura esta que é entrecortada pelos modos de dizer e do que é dito. Nela presença e ausência se mostram ou se ocultam. O dizer que apresenta configurações múltiplas é o recorrente na rasgadura do vigor da linguagem. *Sage* é a linguagem que vigora em seu todo, aceitando que o elemento que seria capaz de agregar tais referências ainda não foi encontrado.

Costumeiramente, a palavra “saga” tem sido compreendida como uma lenda, um rumor. O sentido essencial de saga, entretanto, tem a ver com a saga do dizer a partir do mostrar. Ao nomear a saga, Heidegger emprega “mostrante”, uma palavra antiga, carregada de significados sugestivos. Por exemplo, o alemão traduziu a expressão de origem latina *pronomem demonstrativum* como “palavrinha mostrante” e Jean Paul denominou os fenômenos da natureza de “dedo mostrante do espírito”. Heidegger, por sua vez, afirma que “o vigor da linguagem é a saga do dizer enquanto o mostrante. Esse mostrar não se acha alicerçado, conforme apregoa a linguística de base estruturalista, em um signo. Ao contrário: todos os signos surgem de um mostrar, que não deve ser considerado de maneira paradigmática, uma realização do homem.

Em geral, limita-se o conceito de “fala” à verbalização que articula o pensamento aos órgãos do aparelho fonador. Não podemos esquecer, contudo, que o ato de falar envolve também a escuta. Portanto, fala e escuta não são excludentes, mas se complementam. Falar já é escutar a linguagem que falamos. A escuta da linguagem é anterior a todo e qualquer tipo de escuta.

A linguagem fala não porque possui, como o homem, os órgãos do aparelho fonador. Ela fala porque segue o vigor da fala, que é a saga do dizer. A linguagem fala mostrando e dizendo. O dizer da linguagem brota da saga dita e, no entanto, não dita que perpassa a linguagem em seu vigor. A linguagem só fala à proporção que alcança, como mostrante, os diversos campos de vigência, fazendo com que apareça o que é viçante por si próprio.

Só é possível escutar a linguagem a partir do momento em que deixarmos que ela nos torne evidente a sua saga. Na verdade, sempre que

nos colocamos diante de qualquer tipo de escuta, estamos escutando o “deixar-se dizer”. A fim de que isso ocorra, é imprescindível que surja uma relação de pertença entre a saga do dizer e nós. É essa propiciação que nos garante a capacidade de falar. O vigor da linguagem repousa na saga do dizer.

O dizer dos mortais é uma resposta à linguagem. Toda palavra é um dizer que escuta, um contradizer, uma resposta. O caminho para a linguagem a que Heidegger se propõe é pertencente à saga do dizer e também um caminho apropriante.

Assim como Heidegger, Jorge de Lima se propõe a recuperar a saga do dizer da linguagem, saga esta desmontada não só pelas reduções metafísicas, mas também pelos diversos “ismos” que o próprio homem criou para colocar dentro de uma redoma o que é da ordem do inexplicável e do incomensurável: a arte. Na poética limiana, o ato de composição poética está ligado a um retorno aos primórdios da linguagem. Ele vê na poesia uma forma de manter a autonomia da linguagem. O poeta não está nem um pouco conformado com os recursos que uma linguagem estática pode oferecer-lhe. Trafega, de fato, pelos caminhos da paixão. O pensamento que alimenta sua experiência criativa é um pensamento assistemático, selvagem, o qual não pode ser canalizados por programas, nem muito menos por roteiros.

Paulatinamente, a filosofia foi se transformando numa disciplina que visava a dar uma explicação das últimas causas, passou a ser uma atividade acadêmica e, mais tarde, cultural. A linguagem passou a ser escrava da publicidade – daquela que é responsável por determinar o compreensível e o incompreensível. A ambivalência da linguagem que brota do vigor poético foi olvidada. O unívoco ocupou o lugar do pluridimensional; o raciocínio, do pensar originário.

A transformação descrita acima provocou aquilo que poderíamos chamar de “decadência da linguagem”, pois a Verdade do Ser não mais foi considerada digna de ser pensada e a Essência da linguagem começou a ser vista apenas dentro de uma filosofia da linguagem:

O esvaziamento da linguagem, que prolifera rápido por toda parte não corrói apenas a responsabilidade estética e moral, vigente em todo emprego da linguagem. Provém de uma ameaça à Essência do homem.

(...)

A decadência da linguagem não é a causa, mas já uma consequência do processo no qual a linguagem, sob o domínio da moderna metafísica da subje-

tividade, decai quase inevitavelmente de seu elemento. A linguagem continua a recusar-nos a sua Essência, a saber, que é a casa da Verdade do Ser. Ao invés, ela se entrega, simplesmente como um instrumento para o domínio do ente, a nosso querer e as nossas atividades. (HEIDEGGER, 1995, p. 32 e 33)

O pensamento de Heidegger é, em sua essência, uma reflexão a respeito de como se dá o esquecimento do Ser. Heidegger afirma que esse deve ser o ponto central de toda investigação filosófica. Não é possível que o homem exista a não ser em comércio com o mundo dos entes. Podemos chamar de ente a tudo aquilo que, de alguma forma, é. Dentre eles, podem ser citados o homem, as coisas e até mesmo os acontecimentos.

O esquecimento do Ser é o próprio destino histórico da existência do Ocidente, caracterizada por algumas manifestações marcantes – todas elas frutos do predomínio da metafísica: “a tecnocracia desenfreada, o império da ciência, a estetificação da arte, a fuga dos deuses, a massificação do homem, a organização planetária, a disposição da natureza, os estados totalitários, a despotencialização do espírito”. (HEIDEGGER, 1995, p. 120)

Em plena era atômica, o homem “ator e vítima de uma *Época* sem memória para o Ser”, é praticamente intimado a resgatar essa memória. Somente revitalizando as energias do Ser, é que o homem poderá ver despontar outro momento histórico. No centro dessa nova *época*, encontra-se a revolução das relações tradicionais entre pensamento e linguagem, método que Heidegger visa a colocar em prática, a fim de superar o predomínio da metafísica.

Somente revitalizando as energias do Ser, é que o homem, “ator e vítima de uma *Época* sem memória para o Ser”, poderá ver despontar outro momento histórico. No centro dessa nova *época*, encontra-se a revolução das relações tradicionais entre pensamento e linguagem, método que Heidegger visa a colocar em prática, a fim de superar o predomínio da metafísica.

A despeito de os animais e os vegetais se encontrarem em uma tensão com o ambiente em que vivem, eles jamais se dispõem com liberdade na clareira do Ser, a única que pode ser mundo: é por essa razão que a linguagem lhes falta. Os animais e os vegetais não têm linguagem. Eles não têm, portanto, a possibilidade de lançar-se no vigor da *physis*. São seres pobres de mundo, pois a única possibilidade para a formação de mundo é a linguagem. A linguagem é o eixo de articulação do mundo. A palavra “mundo”, aqui, não deve ser tomada no seu sentido metafísi-

co. Não tem a ver com a representação secularizada do universo e nem muito menos com a representação teológica da criação.

A linguagem não é, em sua essência, a exteriorização de um organismo e nem muito menos a expressão de um ser vivo. A linguagem não é uma manifestação do homem, pois este só existe como homem na medida em que é linguagem. A partir daí, o homem se dá como mundo. A *mimesis* é a própria linguagem. A linguagem não representa nada. Não há o que representar. É no embate entre *physis* e *logos* que surge o homem e a *poiésis* se manifesta em toda a sua plenitude.

O homem não tem linguagem, mas é linguagem. A linguagem é aquilo que diz, que fala em nós. A linguagem não é atividade do homem, nem muito menos representação do real. Ela não é serviçal. A linguagem nos contém. O homem já nasce no empenho da linguagem; portanto, quem fala é a linguagem e não o homem. O que cabe ao homem é tentar compreender as diversas formas da linguagem se manifestar: isso é ouvir a linguagem.

3. Conclusão

A linguagem fala. A fim de pensar a linguagem, é imprescindível que nos desviemos da nossa fala e que erijamos morada na linguagem. Buscando chegar ao sentido originário de “fala”, Heidegger procura desviar a palavra da opinião corrente, que se acha alicerçada em três proposições. A primeira delas, a mais habitual, é a que vê a fala como expressão, pressupondo, assim, a ideia de um interior que se exterioriza. Outro conceito define a fala como uma atividade humana, uma atividade dos órgãos que servem para a emissão de sons e para a “escuta”. Uma última concepção a respeito da fala é que esta seria uma representação e apresentação do real e do irreal.

Heidegger leva a cabo a demolição de todas essas formulações, alegando que elas consideram apenas os modos paradigmáticos de a linguagem se manifestar e que acabam por afirmar o campo dos vários modos de observar a ciência como algo inabalável. Essas representações, entretanto, “remetem a uma antiga tradição, deixando inteiramente inobservado o cunho mais antigo da essência da linguagem”. Apesar de antigas e compreensíveis, elas nunca se dirigem à linguagem como linguagem.

Na linguagem originária não há um “para quem”; Ela não é um artifício, mas sim um lugar, a condição de possibilidade para habitação.

A fala da linguagem se consuma no dito, mas não se finda aí. A linguagem nunca se esgota: ela dá-se, apropriando a diferença. O termo “diferença” escapa aqui da sua acepção usual: não diz respeito a uma categoria genérica, empregada para diferenciar um elemento do outro. Ela não se refere à distinção entre dois objetos, sustentada por conceitos representacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HEIDEGGER, Martin. *Sobre o humanismo*. Trad. Emmanuel Carneiro Leão. Rio de Janeiro: Tempo e Brasileiro, 1995.

_____. *A origem da obra de arte*. Trad. Maria da Conceição Costa. Lisboa: Edições 70, 1999.

_____. *Ensaio e conferências*. Trad. Emmanuel Carneiro Leão, Gilvan Fogel e Márcia de Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. *Ser e tempo* (volumes 1 e 2). Trad. Márcia de Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. *Identidade e diferença*. Trad. Ernildo Stein. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

_____. *A caminho da linguagem*. Trad. Márcia de Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. *Hinos de Hölderlin*. Trad. Lumir Nahodil. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.

**A PRÁTICA DISCURSIVA E A CONSTRUÇÃO DO *ETHOS*
EM DISCURSOS INDÍGENAS EM VEICULAÇÃO
NA ALDEIA TUPINIQUIM PAU-BRASIL-ES**

Adriana Recla (PUC-SP; FAACZ-ES)
arecla@gmail.com

RESUMO

Este trabalho trata da prática discursiva e da construção do *ethos* discursivo no processo de desvelamento da identidade do indígena da aldeia Pau-Brasil, localizada na cidade de Aracruz, no Espírito Santo. Seleccionamos como objeto de análise, o relato *A mulher e a cobra* retirado da realidade indígena e publicado em uma coletânea organizada por Edivanda Mugrabi. Propusemos como objetivo examinar a prática discursiva e a construção do *ethos* discursivo, ou seja, a forma como o sujeito enunciatador constrói uma imagem de si e revela-se a nós no discurso. O trabalho fundamenta-se nas novas tendências da análise do discurso, nas abordagens de Maingueneau, com o propósito de examinar a prática discursiva e a construção do *ethos* dos sujeitos indígenas da aldeia Pau-Brasil nos discursos em veiculação naquela aldeia, e que carregam mecanismos de (re)construção ideológica, nos quais reconhecemos relações de valores e tensões que arquitetam um percurso gerador de sentidos, possível de ser interpretado. Privilegiamos, por conta disso, os conceitos de interdiscurso, cenografia e *ethos* como elementos indissociáveis que constroem e legitimam o discurso. A análise possibilitou-nos reconhecer o enunciatador por meio da cenografia, que confere credibilidade à enunciação, pois que manifesta um *ethos* discursivo, que auxilia na compreensão e explicação de seu entorno e revela aspectos da identidade dos indígenas.

Palavras-chave:

Ethos discursivo. Relato. Análise do discurso. Prática discursiva. Ethos

1. Introdução

O presente artigo tem como tema a prática discursiva e a construção do *ethos* no processo de desvelamento da identidade do indígena da aldeia Pau-Brasil, localizada no município de Aracruz, no estado do Es-

pírito Santo. O objetivo é examinar, em um relato indígena, a forma como o enunciador constrói uma imagem de si (*ethos* discursivo) e revela-se no interior do discurso, por meio dos mecanismos discursivos constitutivos da organização e do funcionamento deste discurso.

Para o estudo proposto, fundamentamo-nos nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso (doravante AD), nas perspectivas apontadas por Maingueneau (1997, 2005, 2008, 2010) e selecionamos como objeto de análise, o relato *A mulher e a cobra* retirado da realidade indígena e publicado na coletânea “Os Tupinikim¹ e Guarani contam...”, organizada por Edivanda Mugarbi, em 2005.

Concebemos aqui o relato como discurso, isto é, prática discursiva, na medida em que materializa a cultura, a história social, as relações de interação e de intercâmbio, o sistema de valores indígenas. Daí a relevância desse *corpus* para se desvelar a identidade do indígena de Pau-Brasil.

Enquanto prática social, o relato possibilita aos indígenas da aldeia Pau-Brasil instaurar-se na sociedade e exercerem seus papéis sociais. Isso revela que as manifestações discursivas da sociedade se concretizam na construção de diferentes imagens culturais instituídas a partir de um determinado lugar social por meio da materialização discursiva.

O discurso indígena escolhido constitui um espaço disponível para a verificação da imagem discursiva que o enunciador revela de si por meio da enunciação, a qual é apreendida por meio das marcas linguísticas materializadas no texto, e que pode, por vezes, espelhar o sujeito indígena “empírico”. Assim, analisaremos o relato como realidade inseparável de seu contexto de produção, visto que o discurso envolve a organização social de comunidades discursivas, e dela é parte integrante.

2. Um breve olhar sobre a história dos tupiniquins e da aldeia Pau-Brasil

Os tupiniquins, no Espírito Santo, habitam o município de Ara-

1 De acordo com o dicionário Houaiss (2009) a forma usada é tupiniquim. Contudo, os relatos selecionados para a análise e alguns dos documentos pesquisados registram a grafia tupinikim com “k”. Também não se justifica o uso de iniciais maiúsculas, visto não se tratar de trabalho de etnografia ou ciências afins, exceto em citações literais.

cruz, na região norte do Estado do Espírito Santo, e estão distribuídos em quatro aldeias: Caeiras Velhas, Pau-Brasil, Irajá e Comboios, com aproximadamente 2.000 habitantes. Os indígenas dessas aldeias são descendentes do povo tupiniquim, os quais possivelmente habitavam o litoral brasileiro, quando da chegada dos portugueses ao Brasil.

De acordo com os dados históricos do município de Aracruz, as aldeias indígenas tupiniquins eram constituídas por famílias numerosas que progressivamente eram estendidas e subdivididas pela agregação de outros parentes e afins. Esses povos não possuíam nenhuma preocupação com a posse da terra, o que ocasionava a liberdade de ação e locomoção de cada grupo familiar tupiniquim. Além do mais, o povo tupiniquim dependia basicamente da pesca, da caça, da agricultura e da coleta, com sua subsistência ligada à natureza.

Localizada a 31 km da sede de Aracruz, a aldeia Pau-Brasil possui atualmente cerca de 400 habitantes, os quais sobrevivem da agricultura, por meio da comercialização de produtos, e do artesanato, que é uma maneira de reafirmação de sua cultura. A história desse povo é marcada pelo direito à posse de suas terras. Isso porque no início da década de 60, houve a expulsão de muitos índios da região e a destruição de antigas aldeias.

Diante desse histórico, também é relevante destacar que a questão da luta pela terra trouxe uma profunda relação com a educação diferenciada dos tupiniquins, que conta, ainda hoje, com professores indígenas atuando nas escolas da aldeia. A formação dos educadores indígenas, desde 1994, permite que eles assumam a educação nas aldeias, utilizando o currículo escolar como uma possibilidade de garantia e manutenção da cultura. A coletânea, na qual se encontram os relatos que selecionamos, é fruto desse quadro histórico.

3. A prática discursiva indígena tupiniquim

Na tradição indígena de Pau-Brasil, o relato é um importante gênero discursivo na manutenção da tradição entre as gerações, na “contação” de histórias, na preservação mitológica, nas conversas informais, utilizado historicamente por essa comunidade. Nesse sentido, trata-se de uma prática discursiva ligada à realidade e representa uma significativa esfera discursiva para essa população.

O relato da comunidade de Pau-Brasil emergiu da necessidade de

o indígena documentar, de modo simples e desprezioso, situações vivenciadas por ele ou por algum membro de seu grupo. Isso comprova o quanto o relato produzido pelo indígena de Pau-Brasil revela identidade própria e abre-se a desvelar a imagem dos sujeitos que vivem naquela comunidade.

Cabe-nos destacar que para o índio tupiniquim é de extrema importância o relato porque, por meio dele, há o compartilhamento, a memorização dos costumes passados, permitindo manter vivas as tradições, as crenças e os costumes daquele povo. Dessa maneira, a sabedoria acumulada ao longo do tempo não se concentra em alguns índios do grupo, mas renasce na coletividade da tribo, sendo vivenciada por toda a coletividade por esses discursos.

Nessa perspectiva, o relato indígena em questão narra um conjunto de histórias sobre os rios, as matas, os animais, a pesca, a caça, que completa o sentido da vida indígena, uma vez que expressa a cultura do indígena de Pau-Brasil e representa um grupo étnico bastante significativo para a formação histórico-cultural do município de Aracruz. O relato indígena é, dessa forma, uma prática discursiva resultante de experiências transmitidas pelos membros da aldeia e guardadas na memória coletiva.

4. *Ethos e Cenografia*

Para fundamentar nossa análise, partimos da proposta de que todo discurso pressupõe uma cena enunciativa², que é a base para que o discurso possa ser enunciado. Desse modo, a enunciação cria cenas, onde as partes interessadas naquilo que veicula o discurso negociam um espaço e um tempo, por meio de construções textuais próprias, com objetivos e público-alvo também próprios.

A cenografia define as condições de enunciador e coenunciador, bem como o espaço (topografia), e o tempo (cronografia), a partir dos quais se desenvolve a enunciação. Além disso, a caracterização da ceno-

² De acordo com Maingueneau (2006a) as cenas são: a cena englobante (corresponde ao tipo de discurso a que o texto pertence e é a que nos situa para interpretarmos o discurso do indígena); a cena genérica (está ligada a um gênero, a uma "instituição discursiva", neste caso, ao relato) e a cenografia (trata-se da cena apropriada para um determinado discurso, para validá-lo, torná-lo pertinente, não sendo imposta por um gênero, mas é construída no texto).

grafia ocorre por indícios de vários tipos, entre eles o próprio texto que a torna possível e as indicações paratextuais (um título, a menção a um gênero, entre outros). Não é simplesmente um quadro, um cenário, como se o discurso aparecesse inesperadamente no interior de um espaço já construído e independente dele. Ela implica um processo de enlaçamento paradoxal, na medida em que é, ao mesmo tempo, a fonte do discurso e aquilo que ele engendra. Ademais, pode apoiar-se em cenas de fala já instaladas na memória coletiva, ou seja, no universo do saber e de valores públicos validados.

Como podemos observar, há uma estreita relação entre cenografia e *ethos*. Isto porque a enunciação estabelece com o coenunciador um modo de comunicação considerado como participando do mundo evocado pelo texto. Nesta perspectiva, o *ethos* está ligado a uma cena enunciativa, na qual o coenunciador se inscreve.

A noção de *ethos* integra-se, assim, à AD, passando a ser concebida como uma voz e um corpo enunciante, historicamente especificado e inscrito em uma situação, muito além de um papel ou estatuto. O *ethos*, caracterizador de uma subjetividade da linguagem, é aqui entendido como construção discursiva. Daí, afirmar que o *ethos* está crucialmente ligado ao ato de enunciação, ou seja, ao próprio dizer do sujeito que fala e não a um saber extradiscursivo sobre o enunciador. Pensar nesse *ethos*, portanto, é refletir sobre a manifestação do sujeito no processo discursivo, o qual se materializa na enunciação, deixa marcas no texto, atua no processo de interação e constrói as manifestações discursivas.

5. *A análise do corpus selecionado*

Considerando, assim, os objetivos a que nos propusemos, faz-se necessário proceder à observação da maneira pela qual o enunciador se apresenta e organiza o seu discurso. Recortamos, portanto, como critérios de análise, os mecanismos linguístico-discursivos de que o enunciador lança mão para legitimar o discurso, privilegiando as categorias de pessoas do discurso, tempo e espaço.

Apresentamos o relato *A mulher e a cobra* que transcrevemos a seguir:

Na aldeia de Pau-Brasil, próximo ao rio Guaxindiba morava um casal: Mané Guinelo e Graça. Graça se encontrava próximo aos dias de dar à luz.

Certo dia, ela amanheceu sentindo muitas dores e pediu ao marido para

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

chamar a parteira porque havia chegado o grande momento. Graça deu à luz a um forte menino.

Passados alguns dias, Graça e o seu filho começaram a ficar com uma aparência amarelada. Então, Mané Guinelo, preocupado com o que estava acontecendo, passava a noite muito pensativo a olhar para a sua esposa e seu filho.

Um dia, Mané Guinelo percebeu algo muito estranho embaixo da cama. Cuidadosamente, abaixou-se e viu que era uma cobra em forma de rudia. Desconfiado com aquela cobra, Mané resolveu passar a noite acordado para vigiar o que iria acontecer. No meio da noite, Graça sempre amamentava seu filho ao mesmo tempo em que dormia. Naquela noite, o que viu Mané Guinelo foi aterrador. Uma cobra que se encontrava embaixo da cama da Graça, atraída pelo cheiro do leite, rastejava ligeiramente até Graça e seu filho, retirava a criança do seio da mãe, colocava a extremidade de sua calda na boca da criança e ela se amamentava no seio da mulher.

Foi assim que Mané Guinelo descobriu que era a cobra que estava deixando sua esposa e seu filho com aquela aparência amarelada. Ele pensou que a única solução seria matar a cobra. Não podendo matá-la naquele instante, esperou a cobra se retirar.

Amanheceu, a cobra voltou para o mesmo local onde costumava ficar para dormir. Aproveitando o momento certo, Mané Guinelo matou a cobra com várias pauladas, e de suas feridas jorrava leite.

Após ter matado a cobra, nada mais aconteceu. Graça e seu filho tomaram remédio para se fortalecerem, não chegando assim a morrerem. Mas Graça e Mané Guinelo se desgostaram do lugar por aquelas lembranças e então resolveram partir. (MUGRABI, 2005, p. 179-180)

Contada por Genira Pinto dos Santos (60 anos)

Escrita por Keila e Marideia, e revisada por Educadores de Pau-Brasil.

Vejamos o primeiro recorte:

Na aldeia de Pau-Brasil, próximo ao rio Guaxindiba morava um casal: Mané Guinelo e Graça. Graça se encontrava próximo aos dias de dar à luz. (MUGRABI, 2005, p. 179)

Já no primeiro recorte, o enunciador, em terceira pessoa, apresenta o espaço, a aldeia Pau-Brasil, e, em seguida, os protagonistas: o casal Mané Guinelo e Graça. O relato começa enredando o coenunciador a um lugar, materializado nos dêiticos espaciais *Na aldeia de Pau-Brasil, próximo ao rio Guaxindiba*, situando a topografia na cena enunciativa e criando uma cena narrativa que se constrói em um lar indígena, em que a esposa está prestes a ter o primeiro filho, cena validada na memória coletiva. O texto chega ao coenunciador por meio de sua cenografia e não de sua cena englobante ou sua cena genérica.

Certo dia, ela amanheceu sentindo muitas dores e pediu ao marido para chamar a parteira porque havia chegado o grande momento. Graça deu à luz a um forte menino. (MUGRABI, 2005, p. 179)

Nesse recorte, a cena enunciativa constrói-se, aqui, em torno do nascimento e do papel paterno naquele momento. Na cena construída, a mulher é apresentada como esposa, necessitada de cuidados em decorrência da gravidez, e o filho, como *forte*, possivelmente em referência ao indígena de Pau-Brasil.

Passados alguns dias, Graça e o seu filho começaram a ficar com uma aparência amarelada. Então, Mané Guinelo, preocupado com o que estava acontecendo, passava a noite a olhar para a sua esposa e seu filho. (MUGRABI, 2005, p.179)

É nesse recorte que a constituição do *ethos* discursivo do indígena Mané dá-se em função do caráter - esposo fiel e marido preocupado - e da corporalidade que corresponde não só a uma compleição corporal de Mané, mas também a sua maneira de se movimentar no espaço apresentado. A cenografia apresentada constrói a imagem de Mané como esposo e pai atento, preocupado. Note-se que isso não aparece explicitamente no enunciado, o enunciador não diz eu sou isto, eu sou aquilo, sua imagem é construída na e pela enunciação do enunciador.

Um dia, Mané Guinelo percebeu algo muito estranho embaixo da cama. Cuidadosamente, abaixou-se e viu que era uma cobra em forma de rúdia. Desconfiado com aquela cobra, Mané resolveu passar a noite acordado para vigiar o que iria acontecer. No meio da noite, Graça sempre amamentava seu filho ao mesmo tempo em que dormia. Naquela noite, o que viu Mané Guinelo foi aterrador. Uma cobra que se encontrava embaixo da cama da Graça, atraída pelo cheiro do leite, rastejava ligeiramente até Graça e seu filho, retirava a criança do seio da mãe, colocava a extremidade de sua calda na boca da criança e ela se amamentava no seio da mulher. (MUGRABI, 2005, p. 179)

À medida que a voz do enunciador explicita as atitudes de Mané, delinea-se no discurso um tom cuidadoso e desconfiado reforçado nas marcas linguísticas *percebeu algo muito estranho; cuidadosamente; desconfiado; vigiar*. A sequência do relato conta com várias marcas de tempo: *Um dia; No meio da noite; Naquela noite*. Temos, por meio das duas últimas marcas, a explicitação de que o fato acontecia sempre à noite, marcando a cronografia no fio discursivo.

A cenografia criada acrescenta ao caráter do enunciador o *ethos* de atento, atestado pelo tom discursivo de desconfiança, de incômodo. Assim, Mané espelha o indígena de Pau-Brasil, ao ser apresentado como observador, atento e prevenido. Esses elementos constituem a cenografia

que se desenrola na enunciação, auxiliando na compreensão do modo como se dá a constituição do *ethos* discursivo nesse relato.

Foi assim que Mané Guinelo descobriu que era a cobra que estava deixando sua esposa e seu filho com aquela aparência amarelada. Ele pensou que a única solução seria matar a cobra. Não podendo matá-la naquele instante, esperou a cobra se retirar. (MUGRABI, 2005, p.179-180)

Ao encontrar a solução para a situação, o enunciador materializa a imagem de enunciador colérico, intrépido, o qual não permite que a cobra continue ocupando aquele espaço, o de pai. Instaura-se no discurso o tom desconfiado e, por conseguinte, a cenografia engendra um *ethos* de enunciador atento, desconfiado e destemido, correspondente à imagem do índio tupiniquim. O lugar atestado pela enunciação para o índio tupiniquim é o de esposo e representante dos machos da comunidade. Temos ainda nesse recorte a referência ao enunciado que se dá por meio da marca de tempo *naquele instante*.

Amanheceu, a cobra voltou para o mesmo local onde costumava ficar para dormir. Aproveitando o momento certo, Mané Guinelo matou a cobra com várias pauladas, e de suas feridas jorrava leite. (MUGRABI, 2005, p. 180)

Após ter matado a cobra, nada mais aconteceu. Graça e seu filho tomaram remédio para se fortalecerem, não chegando assim a morrerem. Mas Graça e Mané Guinelo se desgostaram do lugar por aquelas lembranças e então resolveram partir. (MUGRABI, 2005, p. 180)

A cenografia nesse recorte é a de um casal indígena que deixa a aldeia por desgosto, devido a certas lembranças. O tom que emerge do enunciado nesse recorte é o de desconfiança, de segredo, de desgosto enfatizado pela escolha da marca linguística *nada mais aconteceu*. Apesar de a instância enunciativa ser um enunciador em terceira pessoa, a voz do indígena Mané é tecida no texto. Em relação ao tempo criado discursivamente, a cronografia instaura um tempo discursivo do desgosto, do abandono, da distância da aldeia.

Materializa-se no discurso, pelas escolhas linguísticas, um *ethos* de desconfiança, de preocupação do enunciador. No último parágrafo, a afirmação de que *nada mais aconteceu* após Mané ter matado a cobra não se coaduna com a sequência dos fatos e, principalmente, com o desgosto provocado *por aquelas lembranças*. Instaura-se a cenografia da partida, confirmada pelas marcas linguísticas *e eles resolveram partir*. Aliás, o operador *mas* pode estabelecer a ideia de que algo aconteceu e que, por isso, eles decidiram partir.

A morte da cobra põe a imagem do índio como impetuoso, o po-

der do macho na comunidade indígena. A imagem do índio é, por conseguinte, apresentada ao final do texto pelo fiador com um *ethos* discursivo de enunciador impetuoso. Outro aspecto a ser destacado é do uso na enunciação de determinantes como em *sua esposa e seu filho*, marcando a embreagem no enunciado.

Ademais, há a presença do interdiscurso nesse episódio, com as devidas ressalvas, com a história bíblica sobre Eva e a serpente, narrada no livro dos *Gênesis*, em que a serpente se insinua para a mulher, oferecendo-lhe o fruto proibido. Nesse recorte, percebemos explicitamente a presença de outro discurso, que se dá por meio da heterogeneidade constitutiva, visto que há o conhecimento por parte do enunciador da simbologia da serpente, utilizada na tradição indígena e que podemos aproximar ao discurso bíblico, cujo conhecimento pelos indígenas decorre da influência dos religiosos que adentraram as aldeias com o intuito de catequização.

Nesse sentido, a aldeia corresponde à oposição entre o aqui (aldeia) e o lá (lugar desconhecido). Com a exposição dos fatos temos, instalada no discurso, uma cenografia que apresenta uma família indígena à espera de um bebê e, ao final, apresenta a cenografia da família indo embora do seu local de origem, devido ao desgosto passado. Nesse sentido, o *ethos* do enunciador é, no início, mostrado como calmo, e ao final mostra-se como violento, impetuoso, irascível.

Nesse relato indígena, o enunciador, apesar de não ter presença marcada, encontrada em unidades como *eu, me, meu*, apresenta-se como membro da aldeia Pau-Brasil por meio da voz do enunciador em 3ª pessoa. É a subjetividade enunciativa que permite ao enunciador enunciar legitimamente. O tom que dá autoridade ao texto permite ao coenunciador construir uma representação do corpo do enunciador, que não é o corpo empírico. Assim, o *ethos* torna-se eficaz quando, por meio da fala, o fiador constrói uma identidade compatível com o mundo que ele constrói no seu enunciado.

6. Considerações finais

Por meio da análise de aspectos constitutivos dos relatos selecionado como os recursos linguísticos representativos desse gênero, pudemos reconhecer como o discurso materializado no relato *A mulher e a cobra* constitui a imagem do enunciador, ou seja, a imagem que revela

no relato e sua relação com o sujeito indígena “empírico”.

Ressaltamos, também, que esses discursos não nascem sozinhos, outros discursos o perpassam, como o folclórico, o místico, o religioso, supersticioso, entre outros. Não há, assim, como precisar-lhes uma origem, porque eles sempre remetem a outros discursos, constituindo-se em uma relação interdiscursiva.

Nesse sentido, a AD constituiu uma importante metodologia de análise, não só para a compreensão do discurso e da imagem discursivo, mas também para o desvelamento da identidade do indígena de Pau-Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Pontes & Unicamp, 1993.

_____. *Análise de textos de comunicação*. Tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. *Gênese dos discursos*. Curitiba: Criar, 2005.

_____. *Cenas da enunciação*. Tradução Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva; Néelson P. da Costa e Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições, 2006a.

_____. *Termos-chave da análise do discurso*. Belo Horizonte: UFMG, 2006b.

MOTTA, Ana Raquel & SALGADO, Luciana (Orgs.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008.

MUGRABI, Edivanda (Org.); *Os tupinikim e fuarani contam...* 2. ed. Vitória: Departamento de Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005.

NASCIMENTO, Jarbas Vargas; RECLA, Adriana. A constituição do ethos discursivo do indígena da aldeia Pau-Brasil. In: HORA, Dermeval da (Org.). *Anais – Abralim em Cena Espírito Santo*. João Pessoa: IDEA, 2009, p. 573-581.

RECLA, Adriana. A construção do ethos discursivo no discurso indígena. In: SALEM, Khalil (Org.). *Estudos em linguagem e Educação*. São Paulo: Fiuza, 2012, p. 65-76. (Coletânea Acadêmica de Estudos em Letras e Educação – CAELE).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

_____. Análise do discurso: cenografia e ethos no discursivo indígena. *Congresso Internacional da Associação Latino-americana de Estudos do Discurso*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2011.

_____. A construção da cenografia e a constituição do Ethos discursivo em relatos indígenas da aldeia Pau-Brasil. *Saberes Letras*. Vitória, V. 8, n. 01, p. 07 a 19, set./dez. 2010.

_____. *A constituição do Ethos no discurso indígena da aldeia Pau-Brasil*. Dissertação de mestrado em língua portuguesa. PUC, 2009, São Paulo.

**A REFLEXÃO SOBRE O ETNOCENTRISMO
NA OBRA OS ENSAIOS DE MICHEL DE MONTAIGNE**

Antonio Carlos Lopes Petean (UFOP e UNESP)
acpetean@yahoo.com.br

RESUMO

O presente artigo busca resgatar as reflexões filosóficas do filósofo Michel de Montaigne sobre o preconceito e o olhar etnocêntrico dos viajantes que estiveram no “novo mundo”. Embora o termo etnocentrismo não fosse utilizado no século XVI, Montaigne a partir dos seus ensaios, permite uma crítica ao ato de olharmos o outro a partir de nossos valores e costumes.

Palavras-chave: Etnocentrismo. Valores. Novo Mundo. Montaigne.

Para Coelho (2001) não há nada mais adequado a um texto literário do que a discussão de ideias de modo pessoal, abrindo caminho à dúvida e permitindo a autocorreção constante. Foi assim, que em pleno século XVI o filósofo Michel de Montaigne teceu duras críticas aos valores e costumes dos europeus e, estas críticas permitiram uma reflexão sobre o olhar etnocêntrico presente no imaginário de várias sociedades. Nos seus ensaios, Montaigne buscou compreender a raiz do preconceito e sua relação com o olhar etnocêntrico. Três ensaios são significativos para compreendermos esta questão: “Dos Canibais”, “Dos Coches” e “Sobre a educação das crianças”. São estes ensaios que serão analisados neste artigo. Mas primeiramente será apresentado o significado de etnocentrismo.

Na tradição antropológica, o etnocentrismo é uma visão de mundo que coloca nosso grupo humano como o centro do mundo e os demais grupos são pensados e percebidos segundo nossos valores, leis e hábitos, segundo Rocha (2006). Nessa perspectiva o olhar etnocêntrico caracteriza-se pela dificuldade de pensar o outro a partir do reconhecimento da

diferença entre grupos humanos.

No século XVI o viajante Gândavo (2004) exemplifica bem esta questão. Este viajante descreve os nativos da colônia portuguesa na América como povos sem lei e fé. Gândavo (2004) olhava os nativos a partir dos costumes e leis que lhe era familiar e, portanto, todos que não possuíam as mesmas normas que as suas, foram classificados por este viajante como bárbaros, lascivos e dados a vingança e, foram classificados, também, a partir da falta, pois, afinal, na sua visão estes nativos não tinham lei e fé, segundo a análise de Schwarcz (2001). Mas Gândavo estava familiarizado com o Estado Absolutista e com a fé católica, daí seu estranhamento ao se defrontar com povos de cultura religiosa e política diferente da sua.

No etnocentrismo o grupo do “eu” estabelece que sua visão de mundo é a única possível e real. Nesta lógica o nosso mundo é superior, civilizado, enfim, ele é o modelo para todos os povos.

De qualquer forma, a sociedade do “eu” é a melhor, a superior. É representada como o espaço da cultura e da civilização por excelência. É onde existe o saber, o trabalho, o progresso. A sociedade do outro é atrasada. É o espaço da natureza. São os selvagens, os bárbaros. São qualquer coisa, menos humanos, pois estes somos nós. (ROCHA, 2006, p. 9)

Mas esta não foi a única voz no século XVI. O filósofo francês Michel de Montaigne estabeleceu outro olhar sobre os nativos do Brasil e, percebemos este outro olhar na sua obra *Os Ensaios*.

Coelho (2001), vê nos ensaios de Montaigne, grande originalidade e atualidade em não permitir aos seus leitores que se coloquem, por preconceito e etnocentrismo, acima de culturas e comportamentos que lhes são estranhos. Esta seria a grande contribuição dos ensaios de Montaigne em pleno século XVI.

A época que viveu Michel de Montaigne (1553-1592) foi um período de dúvidas, de incertezas e de transição. Dúvidas em relação ao saber amparado na tradição que ruiu devido a uma nova visão sobre o cosmo. Esta nova visão, proporcionada pelas revoluções científicas de Copérnico, Galileu e Bruno e, também, pelas grandes navegações, derubaram os paradigmas teológicos sobre o geocentrismo e ergueram o heliocentrismo, colocando em dúvida o saber defendido pela igreja romana.

Mas Montaigne não aderiu ao sistema heliocêntrico de Copérnico, apenas disse que o geocentrismo e o heliocentrismo são dois sistemas

rivais que não nos ajudam a desvendar a verdade sobre as coisas (SMITH, 2009). Sendo assim, Montaigne não viu relação entre a “verdade” sobre as coisas terrenas e a importância da revolução científica que colocou fim aos paradigmas religiosos sobre o cosmo.

Foi neste contexto que o pensador francês Michel de Montaigne preocupou-se em retratar a diversidade de costumes e hábitos que os homens são capazes de criar, pois a “descoberta” da América pelos europeus lhe proporcionou material para suas observações acerca da diversidade humana. Nas palavras de Smith: “É, em boa parte no interior dessa curiosidade natural sobre as múltiplas formas de vida do ser humano, tal como eles efetivamente vivem e se organizam, que a descoberta do novo mundo interessará à Montaigne”. (SMITH, 2009, p. 9)

Montaigne leu os relatos de viagens de Jean de Léry e André de Thevet e, também, esteve em contato com nativos americanos levados para a França por Villegagnon. Os relatos dos historiadores e os relatos dos viajantes eram a leitura preferida de Montaigne, pois estas lhe permitia descrever as diferentes formas de vida humana. Para Montaigne o saber clássico greco-romano não era mais uma fonte da verdade, não era mais uma autoridade indiscutível, segundo Marcelo (2001).

Cabe ressaltar que Montaigne tinha preferência pelos relatos dos “homens simples” de sua época, ao invés dos relatos dos eruditos, carregados de cultura greco-romana. Os homens simples, segundo Montaigne (2009) ofereciam descrições mais reais sobre o outro.

Para Montaigne (2009), os eruditos e certos historiadores, ao descreverem seus objetos, colocam seus juízos, forçando o leitor a aceitar suas opiniões. Montaigne julgava os homens cultos e finos mais presos aos costumes e hábitos que, em sua opinião, condicionavam os relatos de viagens.

Não podemos perder de vista que, no século XVI, uma boa parcela dos letrados ainda mantinha vínculos com a igreja e, todo saber ligado a esta instituição estava sobre o crivo da dúvida e da incerteza. Dúvidas, incertezas e desconfianças marcaram o século XVI.

Neste contexto cético e de grande reflexão filosófica Montaigne fez da filosofia, portanto, um instrumento para descrever a diversidade humana e não indicou, por meio dela, qual seria a melhor forma para o homem viver em sociedade ou o melhor contrato social para ser construído. É este o projeto filosófico de Montaigne presente em vários textos

de sua obra *Os Ensaíos*.

Os Ensaíos aborda temas variados como a educação das crianças, o preparo para a morte, o conceito de bárbaro e a crueldade, entre outros. Segundo Coelho (2001) parte dos ensaios é ocupada por narrativas curiosas que Montaigne colheu dos livros de história e em conversas casuais e lúdicas.

No texto “Dos Canibais”, presente na obra *Os Ensaíos*, o filósofo realiza reflexões sobre os hábitos e costumes dos tupinambás, com clara intenção de criticar os próprios europeus, que vivenciavam as guerras religiosas entre católicos e protestantes.

Ao retratar os costumes dos nativos americanos, no ensaio “Dos Canibais”, Montaigne criticava ao mesmo tempo a educação, os costumes e hábitos presentes na França da sua época. Desta forma, Montaigne acaba por julgar o velho mundo. Pois ao descrever os povos do “novo mundo” ele preparava o juízo sobre o “velho mundo” (SMITH, 2009).

Enquanto os viajantes julgavam os povos do “novo mundo”, Montaigne se armou da filosofia e julgou os povos do “velho mundo”. A filosofia foi a arma para Montaigne julgar os costumes de sua época e da própria França.

Portanto, sua intenção foi oferecer uma medida para julgar a França e as guerras religiosas que assolavam sua terra neste período. A França vivia um período de turbulência, pois católicos e protestantes estavam em guerra aberta e a carnificina marcou a noite de São Bartolomeu.

No texto “Dos Coches”, que também faz parte dos seus “Ensaíos”, as reflexões concentram-se na crueldade e na incompreensão dos espanhóis ao defrontarem-se com povos nativos da América. Já no texto “Sobre a educação das crianças”, Montaigne critica a crueldade do ensino de sua época e propõe ensinar a filosofia logo cedo para as crianças.

Mas, das primeiras linhas da sua obra *Os Ensaíos* até as últimas, fica evidente o ceticismo do filósofo, pois, segundo Burke (2006) do primeiro ensaio até o último, Montaigne exalta a falibilidade das opiniões humanas. Portanto, a filosofia faz-se cética, segundo Montaigne, e deve auxiliar-nos a sermos mais prudentes e moderados, inclusive em nossas análises de outras culturas. Suas reflexões, nestes textos, buscaram relativizar o conceito de “povos bárbaros”, conceito muito presente na literatura ocidental desde os primórdios da civilização grega.

Portanto, como foi dito aqui, Montaigne (2009) vai nos dizer que somos escravos de costumes, hábitos e opiniões que circulam entre nós e aos quais aderimos através da educação, dos ensinamentos dados por nossos pais ou por meio do grupo social com o qual partilhamos nossa vida. Segundo o filósofo, estes hábitos e costumes escravizam-nos, dominando nosso livre exame de outros povos e culturas.

A tirania dos costumes faz-nos julgar o outro e daí, todo estranhamento em relação à outra cultura seria, segundo Montaigne (2009), a base de todo preconceito. Podemos dizer que este olhar sobre o outro é a base do vínculo entre o etnocentrismo e o preconceito para Montaigne.

Smith (2009), ao analisar os ensaios de Montaigne, vai nos dizer que o filósofo buscou descrever o ser humano como um prisioneiro de sua época, dos costumes de seu país, de sua cultura e de certo modo de pensar ao qual ele adere sem refletir e, desse modo, naturalizaria certas ideias que circulam na sociedade na qual vive, fazendo delas, as suas ideias.

Portanto, segundo Montaigne, esta assimilação da cultura e dos hábitos teria tanta força em nós que chamamos de bárbaros todos os povos cujos costumes diferem dos nossos. Para o filósofo, a tirania dos costumes e dos hábitos impede-nos o livre exercício da razão e de construirmos um juízo sobre o outro que leve em conta a própria diversidade humana.

Embora o projeto filosófico da modernidade esteja amparado na autonomia do sujeito, Montaigne acaba por contestar esta possibilidade ao ver o livre exercício da razão e a livre formulação de juízos ameaçados pelos costumes e hábitos que amordaçariam o homem, gerando uma visão preconceituosa sobre o outro. Nesta lógica, todos os outros seriam bárbaros, portanto, desposuídos da razão.

Sobre os nativos do “novo mundo”, Montaigne vê os autóctones do Peru com grande poder e império, os do México com a melhor civilização, mas os do Brasil com a melhor vida, pois mais próximos da natureza. Esta análise está presente no ensaio “Dos Canibais”, no qual Montaigne contesta o conceito de bárbaro utilizado pelos europeus para se referirem aos povos do novo mundo, principalmente em relação aos Tupinambás. Diz o filósofo que:

...não há nada de bárbaro nessa nação, pelo que dela me relataram, senão que cada um chama de bárbaro o que não é de seu uso; como, em verdade, não parece que tenhamos outro padrão de verdade e de razão que o exemplo e a i-

deia das opiniões e usanças do país de onde somos. Lá está sempre a religião perfeita, o regime político perfeito, o emprego perfeito e acabado de todas as coisas. Eles são selvagens do mesmo modo que chamamos de selvagens os frutos que a natureza de si e de seu curso ordinário produziu. (MONTAIGNE, 2009, p. 51)

Na reflexão filosófica de Montaigne, o preconceito nasce, portanto, dos nossos hábitos e costumes, pois olhamos o outro a partir do que é comum a nós. Este olhar estaria condicionado por nossas maneiras a tal ponto, que chamamos de bárbaros e despossuídos de razão todos os que não comungam com nós os nossos hábitos. Por isso os Tupinambás foram vistos como bárbaros.

Vale ressaltar que os tupinambás praticavam o canibalismo e sobre esta questão, Montaigne (2009) disse que não existem diferenças substanciais entre comer um corpo cozido ou esquartejá-lo ainda vivo, fazendo assim, alusão à crueldade das guerras religiosas de seu tempo. Reconheciam, portanto, que tanto os europeus, quanto os tupinambás cometiam crueldades e este é o pior dos vícios segundo Montaigne.

O filósofo não adere, portanto, as interpretações etnocêntricas que marcaram o início da modernidade, pois ele faz da filosofia uma arma contra o preconceito. O etnocentrismo é visto como a fonte de todo preconceito, resultando na discriminação e segregação, que pode ser religiosa, cultural e, também, baseada no fenótipo.

Sendo assim, como foi dito, as reflexões filosóficas de Montaigne visavam, também, criticar os costumes e hábitos dos europeus envolvidos nas guerras religiosas do seu tempo. As guerras entre católicos e protestantes destruíram o solo europeu neste período.

Estas críticas aos costumes dos europeus foram acompanhadas, também, por uma exaltação de Montaigne aos costumes dos tupinambás, dizendo que:

Algun velho, de manhã, antes que eles se ponham a comer, faz uma pregação por toda a tenda, passeando de um canto a outro, repetindo uma mesma frase diversas vezes, até ter dado toda a volta (pois são construções que tem uns cem passos de comprimento). Ele não lhes prega senão duas coisas: a valentia para com os inimigos e o afeto para com as mulheres. (MONTAIGNE, 2009, p. 57)

Não se pode negar que nesta passagem o filósofo vê com bons olhos a formação moral dos tupinambás. A cultura oral funciona como uma educação coletiva, pois o ancião exalta a valentia na guerra e o afeto para com as mulheres no contexto da aldeia tupinambá. A comparação

com o modo de vida europeu é inevitável e intencional em Montaigne ao tratar da guerra entre os tupinambás.

Sua guerra é de todo nobre e generosa e tem tanta desculpa e beleza quanto pode haver nessa doença humana: não possui outro fundamento, entre eles, que a simples inveja da virtude. Não estão em discussão pela conquista de novas terras, pois ainda gozam dessa fartura natural que lhes sustenta, sem trabalho e sem fadigas, de todas as coisas necessárias, em tal abundância que não tem por que ampliar seus limites. Estão ainda nesse feliz ponto de desejar somente tanto quanto suas necessidades naturais lhes ordenam: tudo o que está além é supérfluo para eles. (MONTAIGNE, 2009, p. 62)

O olhar que Montaigne construiu sobre os nativos do Brasil baseou-se em relatos de viajantes e historiadores que passaram por estas terras. A partir destas leituras, Montaigne exaltou a virtude dos nativos, a fartura natural do meio que viviam e a inexistência de ganância entre estes nativos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BURKE, Peter. *Montaigne*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- COELHO, Marcelo. *Montaigne*. São Paulo: Publifolha, 2001.
- GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. *A primeira história do Brasil*. São Paulo: Jorge Zahar, 2004.
- MARCONDES, Danilo. *Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein*. São Paulo: Jorge Zahar, 2006.
- MONTAIGNE, Michel de. *Dos canibais*. Organizado por Plínio Junqueira Smith (Org.). São Paulo: Alameda, 2009.
- MONTAIGNE, Michel. Sobre a educação das crianças. In: _____. *Os ensaios*. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.
- ROCHA, Everardo. *O que é etnocentrismo*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. *Racismo no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2001.
- SMITH, Plínio Junqueira. Montaigne e o Novo Mundo. In: MONTAIGNE, Michel de. *Dos canibais*. São Paulo: Alameda, 2009.

**A TRADUÇÃO DE DOCUMENTOS RELATIVOS AO BRASIL
CONSERVADOS NOS ARQUIVOS PÚBLICOS ESPANHÓIS
(XVI-XIX)**

Fabrcio Mota (UFRR e IFRR)
fabricao@yahoo.com.br
Eliabe Procópio (UFC e UECE)
eliabe.procopio@uece.br

RESUMO

O contato entre português e espanhol sempre ocorreu de forma contínua, posto que são línguas próximas não apenas do ponto de vista geográfico, mas também cultural e linguístico. Assim, temos identificado um considerável número de documentos importantes relativos ao Brasil e conservados nos arquivos públicos espanhóis; textos estes traduzidos do português para o espanhol e que fazem menção a assuntos envolvendo Península Ibérica (Espanha e Portugal), Brasil e alguns países hispano-americanos. Considerando que ditas línguas compartilham semelhanças, cabe-nos saber em que medida isso influencia na tradução entre tais línguas. Desta forma, objetivamos analisar a tradução de documentos da língua portuguesa para a espanhola, durante os séculos XVI ao XIX. Como fundamentação teórica, temos Barbosa (1990), que resenha criticamente uma lista de procedimentos de tradução, coletados nas principais referências teóricas da área; Waddington (1999) que apresenta o conceito de erro em traduções entre inglês e espanhol, e Hatim e Mason (1995) que, sob a ótica do discurso, teorizam a tradução, na qual, segundo eles, participam não apenas elementos formais, inclusive textual-discursivos e pragmáticos. As ações metodológicas foram: identificação destes documentos escritos em português com sua respectiva tradução ao espanhol, edição semipaleográfica, cotejo, identificação, categorização e análise de trechos compreendidos como procedimento tradutórios. Apesar de a pesquisa estar em andamento, observamos que os tradutores procuram ser o mais fiel possível, usando da tradução direta. Em poucos casos, ele faz adaptações: importando a palavra ao espanhol, ou apenas acomodando o termo à morfossintaxe espanhola, principalmente quando a expressão é de origem popular. Notamos alguns dos chamados erros de tradução, quando, possivelmente, o tradutor ou não entendeu a escrita do original em português, ou não conhecia dada expressão.

Palavras-chave:

Línguas em contato. Português. Espanhol. Tradução. Documentos espanhóis.

1. Introdução

Objetivamos apresentar resultados preliminares do projeto de pesquisa *tradução de documentos relativos ao Brasil conservados nos arquivos públicos espanhóis (XVI-XIX)*, uma ramificação do projeto maior intitulado “Documentos relativos ao Brasil conservados nos arquivos públicos espanhóis”, o qual iniciamos no ano de 2009, em Madri, quando de nossa estada no *Consejo Superior de Investigaciones Científicas* (CSIC).

Observamos que, nos arquivos públicos espanhóis, há muitos documentos que fazem referência ao Brasil, datados a partir do período colonial, precisamente de 1535. Porém, efetuamos uma rigorosa seleção visto que, em alguns textos, a referência é muito pouca, citando apenas o termo *Brasil* uma única vez, sem muito aprofundamento. Assim, o documento em si não viabilizaria um estudo mais aprofundado para nossa pesquisa, considerando que nosso âmbito de interesse é: língua em contato, história das línguas portuguesa e espanhola e edição de texto.

Também observamos que, dentre esses textos, alguns se tratam de traduções da língua portuguesa para a espanhola e vice-versa. Dessa forma, surgiu-nos o interesse em examinar como se procedeu à tradução desses documentos escritos nessas as línguas tão próximas.

Como nosso foco são os séculos XVI e XVII, identificamos apenas 3 manuscritos. Contudo, como localizamos outros, ampliamos o critério de seleção “período cronológico” (XVI a XIX) e arrolamos 6 escritos: 1 do séc. XV, 3 do séc. XVII e 2 do séc. XIX.

Ressaltamos que, além dessas traduções, existem outras, mas entre espanhol e outras línguas, inglês, francês e alemão, principalmente.

2. Breve descrição do corpus

Embora tenhamos afirmado que os textos selecionados pertençam aos séculos XVI, XVII e XIX, existe um que data de 1492, que é o Tratado de Tordesilhas, versão portuguesa, entretanto sua versão castelhana data de 1526. Dessa maneira, entendemos que com essa diferença de oito anos e considerando que a tradução é do século XVI, seria mais conveniente encaixá-los todos entre os séculos XVI e XIX.

Para a seleção dos manuscritos, usamos o *Portal de Archivos Españoles*³, uma plataforma virtual, criada pelo Ministério Espanhol de Cultura, no qual se disponibiliza os materiais (manuscritos, filmes, mapas, croqui, fotos, áudio etc.) arquivados nos vários arquivos públicos espanhóis. Uma vez no portal, utilizamos os seguintes critérios de seleção dos escritos traduzidos: (a) textos escritos em espanhol por falantes nativos ou não, traduzidos para o português; (b) textos escritos em português por falantes nativos ou não, traduzidos para o espanhol; (c) textos escritos entre os séculos XV a XIX, especificamente 1500 a 1900; (d) textos que fizessem considerável referência a algum aspecto do Brasil: geografia, política, história, conquista etc. e (e) textos que fossem do tipo pergaminho, manuscrito ou impresso.

Acusamos ainda a existência de outras traduções de textos referentes à relação colonialista entre Península Ibérica, especificamente, Portugal, e suas colônias africanas e asiáticas, por exemplo, há um manuscrito do séc. XVII, uma capitulação referente à Ternate, uma ilha do Arquipélago Molucas.

Selecionados os textos, procedemos com a edição filológica. Aqui, seguimos os critérios propostos pelo grupo *Corpus Hispánico y Americano en la Red: Textos Antiguos* (CHARTA/Universidad de Alcalá de Henares, Espanha) – embora os textos façam menção e foram selecionados usando como palavras-chave ‘Brasil’ e ‘português’, por exemplo, eles, os documentos, pertencem a tradução textual hispânica, prova disso é o fato de haverem sido as versões espanholas que nos conduziu às portuguesas. Dai que optamos pelo modelo de CHARTA.

O outro motivo é que o modelo apresentado pelo grupo nos parece mais satisfatório, pois prevê uma edição tríplice, a saber: (I) **Semipaleográfica**: apresenta um perfil mais conservador, em que se busca transcrever os elementos mais essenciais do texto; precedida por um sumário paleográfico; e mais direcionada ao historiador da língua, paleógrafo, interessados em investigar o estado linguístico do momento referido, a grafia utilizada, organização textual etc. (II) **Crítico-anotada**: apresenta um perfil sistematizador, em que se busca normalizar a grafia, organização textual, pontuação, acentuação, inserem-se notas, efetuam-se críticas. A regra é regularizar para facilitar a leitura, já que se direciona a um público mais interessado no conteúdo do texto. Apesar de aqui

³ Portal de Archivos Españoles (PARES): <http://pares.mcu.es>

se permitirem interferências no original, vale lembrar que a intervenção deve ser minimizada o máximo possível. (III) **Fac-similar**: nesta fase, apresenta-se o fotograma do original. Mais direcionada a especialista no tema.

O manual de edição de CHARTA se encontra na página web do grupo⁴, porém, há uma versão revista e atualizada, realizada por Procópio (2012), na qual é citada a função *tradutor* não prevista na versão inicial do dito manual.

A seguir, apresentamos a relação dos textos, com seus respectivos sumários filológicos, contendo algumas informações arquivísticas, codicológicas e paleográficas.

SÉCULO XVI

D1. Tratado de Tordesillas – AGI, PATRONATO, 1, N.6,R.1

1494 Tordesilhas, Setúbal

Tratado de Tordesilhas entre os Reis Católicos, e o Rei de Portugal, com as capitulações sobre demarcação e limites do Mar Oceano datadas em dita cidade, 7 de junho de 1494, e ratificadas pelo rei português em Setúbal, 5 de setembro de 1494.

Versão portuguesa: pergaminho; maço de 17 folhas, sendo 13 escritas e as restantes distribuídas entre capa, contracapa e quarta capa. Cosido pelo cordel do selo-medalha (o da imagem). Escrita gótica de privilégio, com letra capital à entrada inicial do texto. Com carimbo do Arquivo Geral de Índias (AGI), no canto inferior direito. *Versão espanhola*: Cópia datada de 8 de fevereiro de 1524, neste traslado faltam parte das capitulações e a fórmula de ratificação com a data; no dístico e glosas finais, indica-se que se trata de um traslado de um livro de cópia; data do diploma: 1494 de junho de 07. Grupo de 12 páginas, mancha escura que perpassa todas as folhas, algumas restauradas com fita adesiva clara. Escrita gótica pré-cortesã, com carimbo AGI no canto superior direito.

SÉCULO XVII

D2. Capitão Manuel de Sousa de Sá: rota do Amazonas – AGI, Patronato Real, 272, r. 5 s.d. [1614] (s.l.) [tradução 1615 julho 9 (Madri, Espanha)]

Rota do rio das Amazonas feita pelo capitão português Manuel de Sousa de Sá ao vice-rei [s.d.]. Tradução de Tomás Gracián Dantisco, em Madri, 7 de

⁴ <http://www.charta.es>

julho de 1615.

Versão portuguesa: maço de 2 folhas; escrita humanística, com leves traços de gótica processual; carimbo do AGI e anotação de local ao lado esquerdo inferior. *Versão espanhola:* maço de 6 folhas; escrita humanística, anotação de local ao lado esquerdo inferior. Indicam-se, no dístico final, nome do tradutor, data e local, e preço da tradução.

D3. Franceses apresados na batalha de Guaxenduba, rio Maranhão – AGI, PATRONATO, 272, R.2 1614 novembro 29 [tradução 1615 julho 11]

Autos e diligências praticados por Jerônimo de Albuquerque Maranhão, capitão-mor, e Diego de Campos Moreno, sargento-mor do estado do Brasil, sobre uns franceses que se haviam apresado na batalha de Guaxenduba, no rio Maranhão. 29 de novembro de 1614. Em português, tradução ao castelhano realizada por Tomás Gracián Dantisco. Madri, 11 de julho de 1615.

Versão portuguesa: maço de 17 folhas; escrita humanística com forte tendência à gótica processual; apenas na primeira folha estão o carimbo do AGI e inscrição de local, ambos centralizados no final. *Versão espanhola:* maço de 43 folhas, escrita humanística, anotação de local ao lado esquerdo inferior. Indica-se no dístico final, nome do tradutor, data e local, e preço da tradução.

D4. Viagem e jornada ao Maranhão: encontro com os franceses – AGI, Patronato, 272, R. 2, 1615 julho 7 [1615 julho 7]

Relação de viagem e jornada que se fez ao Maranhão e encontro que se teve com uns franceses. Detalham-se os dias de saída, arribação a certos portos e encontros que tiveram [s.d.]. Em português, tradução feita por Tomás Gracián Dantisco em Madrid, 7 de julho de 1615.

Versão portuguesa: maço de 4 folhas; escrita humanística com leves traços à gótica processual; apenas na primeira folha estão o carimbo do AGI e inscrição de local, no canto inferior esquerdo; há roturas nas margens superior e inferior em todas as folhas. *Versão espanhola:* maço de 20 folhas, escrita humanística, sem carimbo de arquivo, anotação de local ao lado esquerdo inferior. Indica-se no dístico final, nome do tradutor, data e local, e preço da tradução.

SÉCULO XIX

D5. Sobre conduta e projetos do governo do Rio de Janeiro – AGI, ESTADO, 81, N.73, 1809-04-03 Buenos Aires

Carta de Carlos José Guetzi ao Vice-rei de Buenos Aires, Santiago Liniers, acompanhando um papel fazendo um resumo das notícias que circulavam no Rio Janeiro sobre conduta e projetos daquele governo com respeito a Buenos Aires e à América espanhola. Por duplicado. (Há um exemplar em portu-

guês e outro em espanhol).

Versão portuguesa: maço de 6 fólios; escrita humanística; inscrição de local no lado esquerdo inferior. *Versão espanhola:* maço de 5 fólios; escrita humanística; carimbo e indicação de local no canto inferior esquerdo; indicam-se, no cabeço, que se trata de uma tradução e, no dístico final: “{16} Está fielmente traducido de orden de S<u> E<X>celencia> {17} Buenos Aires 3 de Abril de 1809 {18} [assinatura] Fran<cisco> Diaz de Arenas”

D6. Acontecimentos de Buenos Aires e atuação dos portugueses – AGI, ESTADO, 87, N.38, 1811

Expediente sobre as notícias comunicadas do Rio de Janeiro pela Infanta Carlota Joaquina de Borbón, acerca dos acontecimentos de Buenos Aires e a atuação dos portugueses do Brasil.

(n. 2) Cópia do ofício do conde de Linhares, ministro de Assuntos Estrangeiros do Brasil, a Diego de Souza, governador do Rio Grande do Sul, ordenando-lhe que leve o maior número possível de tropas à fronteira do Rio Grande do Sul para evitar que os rebeldes, entre os que se encontram desertores portugueses, possam penetrar no Brasil. Adverte-lhe que se o Vice-Rei Elio lhe pede ajuda não se a preste e que somente lhe proponha uma mediação com a Junta de Buenos Aires. Em caso de que a Junta se negue a esta mediação, preste-lhe toda a ajuda necessária ao Vice-Rei Elio. (Rio de Janeiro, 30 maio 1811). Com tradução ao português.

Versão portuguesa: 4 folhas; escrita humanística; indicação no início e final de que se trata de cópia; carimbo e indicação de local em todas os finais de página. *Versão espanhola:* 4 folhas, escrita humanística; indicação no início de que se trata de tradução e cópia; carimbo e indicação de local ao final de todas as páginas.

(n.8) Cópia da carta do conde de Linhares, ministro de Assuntos Estrangeiros do Brasil, ao Vice-Rei Elio propondo sua mediação com a Junta de Buenos Aires para o cessamento das hostilidades e que, em caso de não aceitar, o Príncipe Regente do Brasil se consideraria livre de qualquer obrigação de ajuda. (Rio de Janeiro, 1 junho 1811). Com tradução ao português.

Versão portuguesa: 3 folhas; escrita humanística; indicação de cópia no final; carimbo e indicação de local em todas os finais de página. *Versão espanhola:* 4 folhas, escrita humanística; indicação no início de que se trata de tradução e cópia; carimbo e indicação de local ao final de todas as páginas.

O Tratado de Tordesilhas parece ser o primeiro documento traduzido ao espanhol, que pode ser classificado nesta linha de textos referentes ao Brasil, conservados em arquivos públicos espanhóis; embora não haja uma menção direta ao que conhecemos como Brasil colonial, porém nas demarcações estabelecidas, já se reconhecia a existência dessas terras.

Dos três séculos citados, destacamos os textos do século XVII,

pois formam um grupo denominado “Empresa do Maranhão”, cujo assunto é a defesa da costa maranhense por uma armada portuguesa (e brasileira, já que seus oficiais e praças eram quase todos nascidos no Brasil) quando da invasão francesa e a implantação da chamada França Equinocial. Essa incursão francesa no nordeste brasileiro ocorreu por volta do ano de 1612, que sob o comando de Daniel de La Touche, *Monsieur de la Ravardière*, trouxe cerca de quinhentos colonos, entre homens, mulheres, crianças e religiosos capuchinos, fundando um povoado em uma ilha do golfo maranhense, denominada pelos tupinambás de Ilha Grande ou Upaon-Açu; posteriormente, batizada pelos franceses de São Luiz (Saint Louis) em homenagem ao rei Luís XIII de França (1610-1643). Embora as autoridades coloniais brasileiras tivessem efetuado pequenos ataques, foi apenas em 1614, que saem da capitania de Pernambuco tropas por terra e mar, comandadas pelo governador Alexandre de Moura que, na batalha de Guaxenduba (*Batalla de Guasinduba*), conseguiu aniquilar as investidas francesas e aprisionar ao Senhor de la Ravardière (cf. CONSTANTIO, 1839).

Outro ponto interessante é que este citado grupo de documentos confirma a hipótese de Berwanger (1995, p. 49), segundo a qual a escrita americana de textos judiciais ou processos públicos, do período colonial, é humanística, porém manifesta traços esparsos de gótico do tipo procesual.

Quanto aos textos do século XIX, sua referência consiste nos antecedentes da Guerra da Cisplatina. Apesar de listarmos apenas 2 documentos, há um considerável número de diplomas referindo-se não apenas aos antecedentes, mas também à guerra em si e suas consequências.

Além da contribuição para estudos de história ibero-americana e lingüística descritiva, a edição textual das traduções possibilitou, por exemplo, reconstruir alguns originais que se encontram em estado de deterioro; como é o caso do (D4, 1614), que com suas margens danificadas, foi estabelecido conforme dedução do espanhol para o português.

Até o presente momento, editamos os seguintes: (D2, 1614/1615), (D3, 1614) apenas a tradução, (D4, 1614/1615), (D6, 1611, n.2). A partir dos quais, fixamos as três lições, semipaleográfica, crítico-anotada e facsimilar; elaboramos um vocabulário de siglas e abreviaturas.

3. Aspectos linguístico-filológicos da tradução

Objetivando divulgar resultados preliminares de nossa pesquisa, decidimos fazer um recorte e analisar apenas um texto do conjunto das três traduções, o *Roteiro do rio das Amazonas*, do capitão Manuel de Sousa de Sá (datado aproximadamente entre os anos de 1612/14), traduzido à língua espanhola, por Tomás Dantisco Gracián, como *Derrotero del río de las Amazonas*, em 1615.

Iniciamos nossa discussão com esta citação de São Jerônimo, patrono da tradução:

É difícil a alguém que segue linhas alheias não desviar-se em algum ponto; é árduo que aquilo que em outra língua foi bem dito, conserve a mesma elegância na tradução. Foi expresso algo na propriedade de uma só palavra: não tenho a minha, pela qual traduza isso, e, enquanto procuro traduzir plenamente o pensamento, a custo somo espaços de um breve caminho mediante longo circunlóquio. (JERÔNIMO, F.1, 1r.)⁵.

Essas palavras nos são úteis, não por que pretendemos realizar uma revisão histórica da literatura sobre tradução ou apresentar discussões primárias a respeito do tema ou algo semelhante, mas apontar a ideia corrente entre os especialistas da área, de que o ato de traduzir trás consigo dificuldades, pois está relacionado ao como trasladar o que cada comunidade linguística pensa do mundo, organiza suas vivências; ou seja, a translação entre línguas, variações – diatópica, diafásica ou diastrática, ou línguas tipologicamente semelhantes ou distintas (alfabética, ideográfica, sinal etc.) – sempre reserva um percurso “espinhoso” ao especialista. Tem que ver com: de que modo manter o texto traduzido plenamente fiel ao original ou até que ponto se consegue essa fidelidade. No caso de São Jerônimo, era a preocupação em manter a tradução da Bíblia, *Vulgata editio*.

Seguindo esse pensamento, analisaremos a tradução de *Derrota del Río de las Amazonas*, com a intenção de comparar o texto traduzido com o original, a fim de descrever e explicar o modo como foi efetuada a tradução, não para apontar “erros” de tradução, mas para identificar marcas estilísticas de Tomás Gracián, dado que, como “secretário real de línguas”, quase a totalidade dos textos oficiais apresentados à Coroa espanhola de Felipe III, foi efetuada pela mesma pessoa e por entender que, como a Estilística é o estudo linguístico do estilo, das marcas e dos

⁵ Original em latim.

recursos linguísticos (e afetivos) de um autor, nela podemos comparar os textos em português e espanhol a fim de, metonimicamente, esboçar uma gramática estilística da tradução real durante o primeiro quartel do século XVII por meio dos textos de Dantisco Gracián.

Como principal embasamento teórico, temos a Ducrot e Todorov (1995), Barbosa (1990) e Bally (s/d). Seccionaremos este texto da seguinte forma: aspectos filológicos, linguísticos, tradução e estilo, na qual procederemos com a descrição e análise da tradução.

3.1. Descrição filológica

O texto em português e a tradução encontram-se no *Archivo General de Indias* (Sevilha, Espanha), seção *Patronato Real*, pasta 272, r. 5, escrito pelo capitão português Manuel de Sousa de Sá ao vice-rei da colônia brasileira e traduzido por Tomás Dantisco Gracián, tradutor real de Felipe III de Espanha. O documento original não está datado, mas pela data da tradução, pelos dados históricos nele contidos e comparando com os documentos de mesma empresa militar, subentendemos que, cronologicamente, ele se encaixa no ano 1614; quando da primeira grande incursão portuguesa em solo maranhense e a segunda, período de registro dos outros documentos.

Quanto aos aspectos paleográficos e codicológicos, o texto em português está disposto em duas folhas, escrito em humanística, com leves traços de gótica processual. Quanto à tradução, disposta em 8 folhas, escrita em claríssimas letras humanísticas, traduzida e rubricada por Tomás Dantisco Gracián. Diplomáticamente, a tradução, assim como as outras, caracteriza-se pela presença de colofão padrão, no qual ele se identifica, registra o local e a data de tradução, localiza o documento no caderno de cópia e indica o preço de seu serviço – a seguir a transcrição semipaleográfica da tradução:

{17} Traduzido dePortugues en Castellano {18} por mi Thomas Gracian Dantisco que {19} tengo el officio del secretario Diego Gra:{20}cian mi Padre engl<oria> y que por man<dato> {h 6} {1} y cedula particular del Rey nuestro {2} señor traduzgo sus escrituras y de Sus {3} conseJos y Tribunales . En Madrid , a {4} siete dias del mes de Julio de mil y Seis{5}cientos y quinze años . [*Rúbrica*]

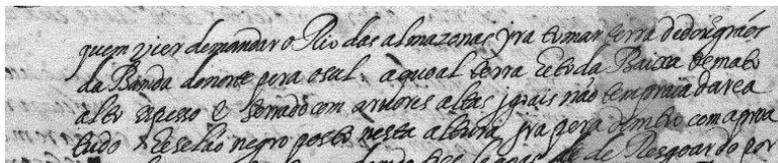
{6} Thomas Graçian Dantisco

{7} va entres ojas

Em relação ao contexto histórico, como dissemos na introdução, este conjunto de textos denominado *Empresa del Marañón*, narra a defesa da costa maranhense por uma armada portuguesa (e brasileira, já que seus oficiais e praças eram quase todos nascidos no Brasil) quando da invasão francesa e a implantação da chamada França Equinocial.

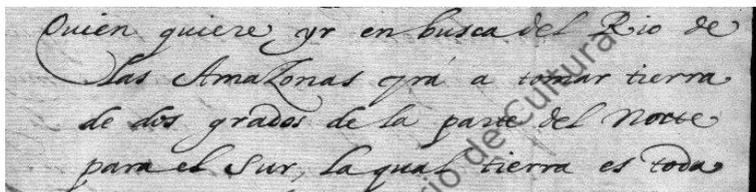
Embora as autoridades coloniais brasileiras tivessem efetuado pequenos ataques, foi apenas em 1614, que saem da capitania de Pernambuco tropas por terra e mar, comandadas pelo governador Alexandre de Moura que, na batalha de Guaxenduba (*Batalla de Guasinduba*), conseguiu aniquilar as investidas francesas e aprisionar ao Senhor de la Ravardière.

As edições do texto original e da tradução seguiram o padrão proposto pelo grupo CHARTA/Universidade de Alcalá de Henares: semipaleográfica, crítico-annotada e fac-similar. A seguir, oferecemos a transcrição semipaleográfica da metade do primeiro parágrafo de ambos os textos, antecedida por parte do fotograma correspondente⁶:



{h1} {3} quem vier demandar o Rio das Almazonas yra tomar terra dedou[interlineado s] rês {4} da Banda donorte pera osul: aquoa terra é toda Baixa de mato {5} alto espesso e Serrado com arvores altas jgoais não tem praia darea {6} tudo é selão negro posto nesta altura jra pera demtro com aproa {7} no Sul avista da terra damdo rês legoas [tachado de] de Resgoar do por {8} [...]

Texto original escrito em português



⁶ Disponível em Portal de Archivos Españoles (PARES): <http://pares.mcu.es>

{h 1} {4} Quien quiere yr en busca del Rio de {5} las AmaZonas yrá a tomar tierra {6} de dos grados de la parte del Norte {7} para el Sur, la qual tierra es toda {8} [...]

Texto original escrito em espanhol

No que diz respeito ao autor, o capitão Manuel de Sousa de Sá, obtivemos pouca informação, apenas que servia ao exército colonial em Pernambuco e que havia participado de batalhas na Paraíba. Já em relação ao tradutor, Tomás Dantisco Gracián, sabemos que era filho de Diego Gracián de Alderete e irmão do escritor Lucas Gracián Dantisco (autor de *Galeoto español*); nasceu em Valladolid em 1558, ocupou o posto de ‘*secretario de lenguas*’ de Felipe III de Espanha, escreveu um tratado sobre a *Arte de escribir cartas*. Sendo mais conhecido por ter sido o censor de *El peregrino en su patria*, de Lope de Vega.

3.2. Descrição linguística

Consoante aos historiadores da língua espanhola, como Cano (2004), uma marca da língua espanhola dos séculos XVI e XVII, principalmente deste último, é a tendência à regularização linguística dos níveis gráfico-fonético e morfossintático; dado que, nesse período, o espanhol torna-se uma língua literária e de comunicação efetiva, favorecendo uma consciência (normativa) linguística em seus falantes. Se nosso tradutor é um homem de letras, essa tendência à regularização será maior se comparamos com outros textos do nosso corpus.

Embora haja casos de variação gráfico-fonética das vogais átonas (*vacilación de las átonas*), como a troca gráfica do *i* latino pelo comprido *j* ou grego *y* (ex.: yr, jsla, índias); ou a variação gráfica (*consonantismo*) de *u/v* (representando o fonema fricativo bilabial vozeado / / e também o fonema vocálico alto posterior arredondado /u/) e *b* (representando o fonema oclusivo bilabial vozeado /b/) (ex.: baxa, vn, nueue, aduier-ta, lleue, van), não são representativos nem para esta época, tampouco para este texto. Somente há dois casos que chamam atenção, a ocorrência de *Pirú*, em vez de *Perú*; e o constante vozeamento da desinência – *zco*, em *traduzgo*, recorrente nos colofões. Fenômeno este identificado apenas nas traduções de Tomás Dantisco.

Como valhisoleitano que era e morador de Madri, sua escrita demonstra a perda das sibilantes de carácter fricativo, de maneira que /ts/ (graficamente *c* ou *ç*) já se encaminhava ~pron]ncia fricativa / /, por sua

vez /dz/ (graficamente z) também se encaminhava à fricativa / /, bem como a perda da sonoridade; conseqüentemente, encontramos poucos exemplos da oscilação que havia, dada essa mudança fonética: braça, açúcar, caça, haziendose, trecienta, fuerza, quinze. Apontamos, ainda, que esta baixa oscilação se dá no quadro das outras sibilantes.

Em relação aos aspectos morfossintáticos, não identificamos alguma variação passível de comentário, dado que, no século XVII, a língua espanhola se encontra em um estágio avançado de acomodamento linguístico, se comparamos com o castelhano medieval, e o tradutor por ser uma pessoa letrada, tende a regularizar sua escritura.

Embora tenhamos comentado sobre alguns aspectos linguísticos do texto em espanhol, reservaremos a próxima seção para o cotejo do texto original com o traduzido. Assim retomaremos o nível gráfico-fonético, do que já tratamos, e os níveis morfossintático, sintático-semântico e lexical. Não apresentamos nenhuma descrição linguística do texto em português por ser prescindível, neste estágio da pesquisa.

4. A tradução e o conceito de estilo

Embora se defenda uma chamada gramática universal, em que princípios linguísticos são comuns a todas as línguas humanas, sabemos que cada língua tem seu modo próprio de expressão ordinária ou extraordinária, ou seja, um uso linguístico que transita entre o mais estético a menos estético – mais elaborado ao menos elaborado, mais intencional ao menos intencional etc.

Nesse sentido, entre em questão o conceito Estilo, que tem recebido inúmeras definições no curso da estilística.

Inicialmente, consideramos a Charles Bally (s/d), o qual, em seu *Tratado*, defende que estilo pode ser estudado tanto concentrado em um indivíduo, quanto em um coletivo. No primeiro, porque cada indivíduo *a sa manière propre d'employer son idiome maternel* (p. 18), empregando “*déviations/desvios*” habituais ou circunstanciais ao seu sistema de expressão linguístico; e no segundo, o coletivo, porque esses desvios podem ser compartilhados por um grupo. Contudo a ideia de desvio, inicialmente, como aquilo que foge ao ordinário, passou a ser interpretado como erro, extravio (fora da via, extraviar).

Compreender estilo como desvio, pode implicar juízo de valor,

em que a utilização de um recurso linguístico, por exemplo, é visto como estético ou não estético. Entretanto, sabemos que, numa descrição linguística, o mais satisfatório parece ser a análise em escala, *continuum*, tendo uma gradação de mais ou menos adequado, mais ou menos argumentativo, estético, consciente etc. Tentando afastar-nos de uma conceitualização dicotômica de estilo que leve a uma valoração, encontramos autores que definem mais satisfatoriamente⁷.

É nesse sentido de estilo, como seleção de possibilidades linguísticas, ocorrentes em um texto, que discorreremos, pois a maioria dos estudos sobre tradução, inclusive os modelos, centram-se em dois grandes eixos: tradução literal e não literal (Barbosa, 1990), e defendem que a manutenção do significado na translação da língua original para a traduzida, é a perpetuação do estilo do autor ou da própria língua original na língua do tradutor. Daí, analisarmos comparativamente a tradução em questão, do ponto de vista do primeiro plano do enunciado, descrevendo os aspectos verbal, sintático e semântico.

Hatim e Mason (1995), tratando da noção estilo em tradução, apontam para o cuidado de não fazer desse conceito um “*cajón de sastré*” (caixa de alfaiate, ‘balaio de gatos’), já que, por apresentar um escopo amplo, colocam baixo essa ideia várias definições. Entretanto, pensar estilo na tradutologia é estudar o modo como o especialista lida com os planos do conteúdo e da expressão, qual dos dois é preponderante na hora de passar informações de uma língua a outra. Se é que a saliência de um deles exclua ao outro.

Na tradutografia, apresentam-se vários procedimentos de tradução. Da literatura revisada, vimos que Barbosa (1990) é completo, pois a autora apresenta uma resenha dos principais teóricos, expõe os principais modelos de tradução e propõe uma recategorização dos procedimentos de tradução.

Embora a teórica apresente vários modelos de tradução (Formal/Equivalência dinâmica; Literal/Oblíquo; Semântico/Comunicativo), é no de tradução Direta/Oblíqua, de Vinay e Darbelnet (1958), que ela se

⁷ elección que debe hacer todo texto entre cierto número de disponibilidades contenidas en la lengua [...] para discernir de manera rigurosa los rasgos estilísticos de un texto, puede intentarse un doble acercamiento: por un lado, hacia el plano del enunciado, es decir, el plano de sus aspectos verbal, sintáctico y semántico; por otro lado, hacia el plano de la enunciación, es decir, el plano de la relación definida entre los protagonistas del discurso (DUCROT; TODOROV, 1995: 344)

pauta, dado que são os primeiros a sistematizar uma metodologia da translação, visassem a formulação de uma estilística comparada entre as línguas inglesa e francesa. Ressaltamos também, consoante Barbosa (1990) e Llácer (2004), quase todos os estudos sobre tradução se remetem ao de Vinay e Darbelnet, quando tocam na categorização da metodologia da translação.

Contudo, apesar do pioneirismo desses autores, Barbosa critica sua taxonomia, porque não dá conta de *todos os modos de traduzir empregados* (1990: 63), a qual oferece uma proposta de categorização sintetizada de vários estudiosos (NIDA, 1964; CATFORD, 1965; VÁZQUEZ-AYORA, 1977 e NEWMARK, 1981) e outra de recategorização, segundo parâmetros seus. Aqui nos deteremos, apenas, no primeiro, como forma de classificar as técnicas tradutórias utilizadas no texto em apreço. São treze os procedimentos arrolados (BARBOSA, 1990: 63-77):

- I. Tradução palavra por palavra: quando certa expressão linguística (palavra, frase, oração etc.) é expressa na língua de tradução (LT), mantendo-se as mesmas categorias num mesmo ordenamento sintático e empregando-se termos de semântica próxima aos utilizado no texto na língua original (TLO). Exemplo:

| | | | |
|-------|--------|-----|-------|
| Paul | kicked | the | ball. |
| Paulo | chutou | a | bola. |

- II. Tradução literal: *aquela em que se mantém uma fidelidade semântica estrita, adequando, porém a morfossintaxe às normas gramaticais da LT* (apud AUBERT, 1987: 15) – a adequação (*alteração*) é que diferencia esta da anterior.

| | | | | |
|----|----|---|-------|------------|
| It | is | a | known | fact. |
| Ø | é | Ø | fato | conhecido. |

- III. Transposição: *mudança de categoria gramatical de elementos que constituem o segmento a traduzir*, exemplo:

| | |
|--|-------------------|
| She said <i>apologetically</i> . | Advérbio |
| (Ela) disse desculpando-se. | Verbo reflexivo |
| (Ela) disse como justificativa. | Adjunto adverbial |

- IV. Modulação: reprodução da mensagem original na tradução, mas em outra ótica: *Keyhole* >> *buraco da fechadura*.
- V. Equivalência: substituição de uma expressão do original por outra na tradução: *God bless you.* >> *Saúde!*

Corcudo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

- VI. Omissão versus explicitação: de algum elemento linguístico que na passagem do original para a tradução é imprescindível ou redundante. É o caso dos pronomes pessoais quando se trata de tradução entre espanhol e português – neste são necessários (embora em alguns contextos sejam dispensáveis), enquanto naquela, redundantes.
- VII. Compensação: deslocamento de recurso estilístico. *Os trocadilhos, por exemplo, quando não podem ser efetuados com um mesmo grupo de palavras, podem ser feitos em outro ponto do texto onde sejam possíveis, para equilibrar o texto estilisticamente.*
- VIII. Reconstrução de períodos: redivisão ou reagrupamento sintático. Comum quando se trata de tradução entre línguas germânicas e latinas. Um exemplo seriam os verbos separáveis alemães (Trennbare Verben), em que não apenas haveria uma suposta mudança de posição do prefixo, como também trocamos uma estrutura prefixal por uma simples (ankommen >> chegar):

| | | | | | | |
|------------------------------|---------------------------------|-----|----|------|-------|--------|
| Heute | komme | ich | um | neun | Uhr | an. |
| Hoje | kommen: vir ankommen: chegar | eu | às | nove | horas | “para” |
| Eu chego hoje às nove horas. | | | | | | |

- IX. Melhorias: correção dos *erros de fato ou outro tipos de erros cometidos na TLO.*
- X. Transferência: introdução de expressão linguística da LO no texto da língua traduzida (TLT), englobando: estrangeirismo, transliteração (substituição de convenção gráfica: alfabeto cirílico para romano), aclimatação (por vezes chamado de decalque, consiste em adaptar/aclimatar formas da LO para a língua de tradução) e transferência com explicação (notas de rodapé e explicações diluídas pelo texto).
- XI. Explicação: usados para evitar o estrangeirismo ou mesmo para o anaforizar: High School >> Escola Secundária, Ensino Médio, Escola Média, Segundo Grau etc.
- XII. Decalque: tradução literal de sintagmas ou expressão linguística mais longa: high technology/alta tecnologia; superman/super-homem/super-hombre/Übermensch.
- XIII. Adaptação: ocorrem quando *a situação toda a que se refere a texto da língua original não existe na realidade extralinguística dos falantes da língua de tradução.*

Vale ressaltar, consoante a autora, que as classificações das técnicas de tradução são de certo modo insuficientes, pois sempre há casos que fogem à proposta ou que uma escolha de tradução seja classificada em dois ou mais tipos – procedimentos híbridos. A todas essas técnicas, somamos outra: o erro, apenas citada, porém não teorizada por Barbosa (1990). Apesar de que seja arrolada por Aubert (1984), quem lista entre

as estratégias de tradução (p. 79) e serve de fundamentação teórica para a classificação feita por Barbosa.

A não listagem do erro entre as estratégias de tradução chama-nos atenção, pois, embora citado nos textos de nossas referências bibliográficas, é apenas Aubert (*idem*) quem o inclui em sua classificação e de modo neutro, porque Berman (2007), tratando da tradução literária, fala de erro relacionando a deformação, empobrecimento, destruição, isto é, assinala apenas o lado negativo da ocorrência do erro na tradução. Somente em Gouadec (1974, p. 9), há um comentário maior acerca do erro, considerando-o como nascido de uma apreciação defeituosa do contexto e supõe automaticamente certa degradação na compreensão textual. No entanto, é bom lembrar que os possíveis erros de tradução podem provir de uma inadequação ou falha de compreensão, ou mesmo numa tentativa de aproximar o máximo possível a tradução do texto original, a ponto do leitor *não se “sinta” a tradução, deve-se traduzi-la de maneira que a dar impressão de que é isso que o autor teria escrito se ele tivesse escrito na língua para a qual se traduz* (BERMAN, 2007, p. 33).

5. Exemplos da análise cotejada

Nesta seção, apresentaremos um listado da análise realizada no cotejo entre os textos original e tradução, sem pretensão à exaustividade. Entre chaves, indicamos a folha e a linha.

{f1} {1} Almazonas para *Amazonas*: o tradutor corrige a grafia *almazonas*, ocorrência não comum em língua portuguesa dessa época, como verificamos em consulta ao *Corpus do Português* (CdP). Um exemplo de tradução por melhoria.

{4} “quem vier demandar” para “*quien quiere yr en busca*”: na tradução a locução verbal é traduzida de maneira mais modalizada, substituindo por uma locução espanhola mais volitiva do que a portuguesa [*querer + ir (en busca)*]; embora, nessa época, o verbo espanhol *demandar* tivesse também o sentido de procurar, buscar, o tradutor preferiu acrescentar mais um verbo, de modo que a atitude modalizante tende a deonticidade.

A este caso não conseguimos encaixá-lo satisfatoriamente na taxonomia proposta pelos autores, em especial Barbosa. Aproxima-se da tradução por modulação, em que a reprodução da mensagem é feita sob outra perspectiva. Vejamos o exemplo dado pela autora: *It is easy to demonstrate – tradução literal: É fácil demonstrar / tradução modulada: Não é difícil demonstrar*; logo podemos entender que a modificação de modalização, seja deôntica, epistêmica ou alética, pode ser vista como

modulação.

{10} “praia darea” (praia d’areia) para “*playa de la Rea*” – este é um exemplo de tradução por erro, em que Dantisco supõe que *darea* é ‘de + a rea’, feminino de réu. Assim, nessa semelhança de estrutura entre as línguas, ele apenas adapta ao espanhol. Apesar de resistimos a classificação como erro, consultamos ao *Corpus Diacrónico del Español* (CORDE) e observamos a ocorrência da palavra ‘rea’ apenas como feminino de réu (*reo/rea*, em espanhol).

{10} “selão negro” para “*selon negro*” – semelhante ao caso anterior, mas pela adaptação fonológica da desinência –ão em –ón, comum e regular entre as duas línguas em questão, pode ser entendido como tradução por transferência de estrangeirismo aclimatado ao espanhol.

{14} “prasés” “*plasens*” – tradução dada ao nome de um dos povos indígenas da região. Aqui também ocorre uma aclimação ao espanhol, que já incorporara nomes de outros povos ameríndios.

Visto que no *corpus* em estudo é corrente esse tipo de tradução, é útil a distinção entre estrangeirismo e empréstimo, no primeiro a transferência não ocasiona integração estrutural à língua receptora, tão pouco o consequente uso; já no empréstimo, posto que apresenta um maior grau de uso, há uma adaptação total da estrutura (chulipa, escrete, nocaute, piquenique, sinuca, time, são formas inglesas de sleeper, scratch, knockout, pic-nic, snooker e team, Ferreira, s/d, *apud* Barbosa).

A diferenciação entre empréstimo e estrangeirismo, baseada em Yebra (1984, *apud* Barbosa), tem algo de incongruente, pois, embora, na tradução, uma palavra portuguesa (no caso, uma língua indígena – inclusive é mais frequente com esta) tenha sua adaptação ao espanhol, não quer dizer que ela foi incorporada ao léxico castelhano. Essa inferência vem da consulta aos bancos linguísticos já citados (CORDE e Cdp).

{f2} {4} “temdo vista” para “*descubriendo la jsla*” – é mantido o gerúndio, mas há a substituição da locução por outro verbo, quase sinônimos. Um caso de transposição, mudança de categoria gramatical (BARBOSA, 1990: 66).

{7} “virem” para “*viere una abertura*” – mudança de número, plural para singular, assim como na folha 4, linha 17, “e chegarem” para “*y llegar*”. I-gualmente, transposição.

{10} “enchente de mare” para “*creciente de la marea*” – um caso de tradução palavra por palavra, em que o tradutor opta por manter mesma estrutura gramatical e aspecto semântico do português para o espanhol, que usa esta locução no âmbito técnico.

Este tipo de técnica é a expectativa geral com relação à tradução: quanto mais fiel ao original, melhor é o texto – quer dizer, mais próximo é o texto traduzido do original, menos interferência ocorreu por parte do

tradutor. Por isso que quando tratamos de Tradução, parece que tratamos de Edição de texto, já que ambas têm por meta interferir o mínimo possível em seu objeto de trabalho: o texto.

{10} “a vista que as aguas correm o este” para “y *aduierta que las aguas corren para Oeste*” – a expressão ‘a vista’, entendida como ‘considerando que, sabendo que etc’, Tomás Gracián traduz como uma oração aditiva. A classificação mais próxima a essa escolha é a reconstrução de período, contudo, segundo o critério utilizado por Barbosa (p. 70-71), uma reconstrução implica numa melhoria, evento não observado no texto em espanhol, já que em português não existe “erro” a ser corrigido.

{15} “E surgira tamto que for preamar tem este Rio” para “y *surgirá mientras fuere por la marea*” – em português, preamar significa maré-cheia, maré alta; em espanhol, há o correspondente *pleamar* (“*la mayor altura de la creciente del mar*”, DRAE, 1803.). Não obstante, surge a dúvida: por que será que o tradutor escolheu *por la marea* e não *pleamar*. Talvez tenha entendido preamar como [per + a mar], traduzindo palavra por palavra: *por la marea*; ou mesmo uma questão de preferência.

{f3} {1} “varges de masapes” para “*varges de Masapes*” – exemplo perfeito de transferência por estrangeirismo, sendo que em espanhol há um equivalente para vargem, *vega*; contudo, quanto a massapê ou massapé a transferência total é explicada, dado que se considera uma designação popular, sendo impossível seu registro em dicionários espanhóis da época.

{f3} {2} “arvoredo” “*arboleda*”; {8} “terras em pipas” “*tierras en pipas*”; {f4} {8} “pera” para “*para*” (pera o sul / para el Sul); “fazendolhe” para “*haciendose*” – exemplos de tradução palavra por palavra.

{13} “300” para “*trecienta*” – uma tradução literal, porém, como humanista que era, o tradutor escolhe traduzir o numeral por extenso e não em algarismo.

{16} “o poboado” para “y *poblando*” – neste caso, o tradutor altera a perspectiva da frase, alternativa para aditiva, e corrigi onde o autor grafou erroneamente – povoado por povoando – também podendo ser classificada como melhoria.

6. Considerações finais

Quando da revisão literária a respeito da temática, observamos, consoante García-Medall (2000), que existem poucas referências sobre o tema tradução entre as línguas portuguesa e espanhola, quase sempre se restringem a trabalhos monográficos e sem ampla divulgação. Não é ao acaso que nossa bibliografia é um espelho dessa escassez. No entanto, é algo que parece estar em mudança, principalmente no estágio moderno dessas línguas, exemplo disso, ainda que modesto, é nossa análise.

No que se refere ao cotejo entre os textos, acreditamos que permi-

ta o estabelecimento de características gerais no estilo de traduzir de Tomás Gracián e, de certa forma, no estilo de traduzir da época da União Ibérica. Já que a ideia do humanismo permeando a mentalidade de então, a crescente conscientização linguística dos hispanos-falantes, o aumento da produção literária, entre outros aspectos nos induzem a hipótese de que havia uma regularidade no modo de escritura e tradução nesse período – daí os inúmeros manuais de bem escrever cartas, como uma do próprio tradutor.

Notamos que existe uma preferência de Dantisco em interferir o mínimo possível na tradução, manter os termos técnicos, transferência adaptada da antropônimo. Os erros encontrados se organizam em torno de vocábulos provindos de línguas indígenas, origem popular ou escritos de modo mais embaraçoso, como é o caso da escritura do texto em português.

Posto que as línguas portuguesa e espanhola compartilham parâmetros linguísticos, faz com que haja uma inclinação a tradução literal – pensando nos principais eixos de discussão na tradutologia: tradução literal e não literal. Essa manutenção de conteúdo e expressão da língua portuguesa na espanhola é perceptível desde o nível da grafia até o semântico. Não encontramos um único trecho que fora assim traduzido. Confirmando a defesa de Vinay e Darbelnet em relação à tradução oblíqua frente à literal, pois, segundo eles, a primeira é executada quando

o texto que produziria na língua de tradução poderia ter significado diverso do original; não ter significado; ser estruturalmente impossível; não ter correspondência no contexto cultural da língua de tradução ou ter correspondência, mas não no mesmo registro (1977: 49, apud BARBOSA, 1990, p. 24).

De sorte que podemos, quando ampliarmos nosso estudo ao grupo de textos *Empresa del Marañón*, inclusive outras traduções da época, confirmar a hipótese de que o modo de translação é aproximado ao que faz o secretário real de línguas, Tomás Dantisco.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUBERT, Francis Henrik. Descrição e quantificação de dados em tradutologia. *Tradução & Comunicação*: Revista Brasileira de Tradutores, São Paulo, v. 4, p. 71-82, junho 1984.

BARBOSA, Heloísa Gonçalves. *Procedimentos técnicos da tradução*: uma nova proposta. Campinas: Pontes, 1990.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

BALLY, Charles. *Traité de stylistique française*. 2. ed. Paris: Klincksieck, s/d. Vol. 1.

BERNAN, Antoine. *A tradução e a letra, ou, O albergue do longínquo*. Tradução de Marie-Hélène Catherine Torres, Mauri Furlan, Andréia Guerini. Rio de Janeiro: 7Letras/PGET, 2007.

BERWANGER, Ana Regina. *Noções de paleografia e de diplomática*. 2. ed. Santa Maria: UFSM, 1995.

BLUTEAU, Rafael. *Diccionario da lingua portugueza*. Reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva. Lisboa: Simão Thaddeo Ferreira, 1789. Tomo I (A-K).

CANO, Rafael (Coord.). *Historia de la lengua española*. Barcelona: Ariel, 2004.

CONSTANCIO, Francisco Solano. *História do Brasil*, desde seu descobrimento por Pedro Álvarez Cabral até à abdicação do imperador D. Pedro I. Tomo I. Paris: Livraria Portuguesa, 1839.

COVARRUBIAS HOROZCO, Sebastián de (1611). *Tesoro de la lengua castellana o española*. Edición integral e ilustrada de Ignacio Arellano y Rafael Zafra. Madrid/Frankfurt: Iberoamericana/Vervuert, 2006.

DAVIES, Mark; FERREIRA, Michael. *Corpus do Português* (45 milhões de palavras, sécs. XIV-XX). 2006. Disponível em: <<http://www.corpusdoportugues.org>>.

DUCROT, Oswald; TODOROV, Tzvetan. *Diccionario enciclopédico de las ciencias del lenguaje*. 17. ed. Tradução de Enrique Pezzoni. Madrid: Siglo Veintiuno, 1995.

GARCÍA-MEDALL, Joaquín. Traducción español-portugués – lagunas y perspectivas. In: *Hermeneus: Revista de la Facultad de Traducción e Interpretación de la Universidad de Soria*, n. 2, 2000, p. 125-150.

GOUADEC, Daniel. *Comprendre et traduire*. Paris: Bordas, 1974.

HATIM, Basil; MASON, Ian. *Teoría de la traducción: una aproximación al discurso*. Traduzido por Salvador Peña. Barcelona: Ariel, 1995.

LAPESA, Rafael. *Historia de la lengua española*. Madrid: Gredos, 1981.

LORENZO CADARSO, Pedro Luis. Cláusulas y formulismos en la documentación judicial castellana de los siglos XVI y XVII. In: *Signo. Revista de historia de la cultura escrita*. Alcalá de Henares, n. 6, p. 205-

221, 1999.

PALAZUELOS, Juan Carlos *et al.* *El error en traducción*. Santiago de Chile: Universidad Católica de Chile, 1992.

PARRA GALIANO. *La revisión de traducciones en la traductología*. Tese. Universidad de Granada (España), 2005.

_____. Propuesta metodológica para la revisión de traducciones: principios generales y parámetros. In: *Revista TRANS*, n. 11, Universidad de Málaga, 2007, p. 197-214.

PROCÓPIO, Eliabe. *Documentos relativos ao Brasil conservados nos arquivos públicos espanhóis (1535-1625)*. Curitiba: Prismas/Appris, 2012.

_____. *Documentos relativos a Brasil conservados en los archivos españoles (1535-1625)*: edición y estudio. Monografía. Consejo Superior de Investigaciones Lingüísticas, Madrid (España), 2010.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Nuevo tesoro lexicográfico de la lengua española*. Madrid: Espasa Calpe, 2001. Edición en DVD-ROM.

_____. *Corpus diacrónico del español (CORDE)*: Banco de datos. Disponible em: <<http://www.rae.es>>.

SÃO JERÔNIMO. Praefatio, In: *Eusebii Caesariensis Chronicon*. Versão fac-similar do manuscrito de Merton 315, disponível em: <<http://www.tertullian.org/fathers/index.htm#jerome>>.

SILVA, António de Morais. *Diccionario de lingua portuguesa*. Lisboa: Lacerdina, 1813.

SILVA, Márcia Moura da. *Análise da tradução de termos indígenas em Macunaíma de Mário de Andrade na tradução de Héctor Olea para o espanhol*. Dissertação de mestrado em estudo da tradução. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

VILLADA GARCÍA, Zacarias. *Paleografía española*, precedido de una introducción sobre la paleografía latina. Madrid: Publicaciones de la Revista de Filología Española, 1923

WADDINGTON, Christopher. *Estudio comparativo de diferentes métodos de evaluación de traducción general (inglês-español)*. Madrid: Universidad Ponticia Comillas, 2000.

A VISÃO DE ONG SOBRE “A CULTURA ESCRITA E O PASSADO ORAL”

José Mario Botelho (ABRAFIL e UERJ)
botelho_mario@hotmail.com

Resumo

No subitem “A cultura escrita e o passado oral”, do primeiro capítulo (“A oralidade da linguagem”), Ong (1998) afirma que, nas últimas décadas, muitos estudiosos esboçaram uma nova perspectiva acerca do caráter da linguagem e que foi Saussure o primeiro “a chamar a atenção para a primazia do discurso oral” na comunicação verbal, contrariando a concepção da escrita como forma básica da linguagem. Contudo, as escolas de linguística modernas até muito recentemente fizeram referências à diferença entre a oralidade primária, a oralidade de culturas não afetadas pela cultura escrita, e a cultura escrita, como observa Sampson (1980). Ong aborda a oralidade primária, comparando “a dinâmica da verbalização oral primária e a da verbalização escrita”. Nesta comunicação, portanto, digressionaremos sobre a diferença entre a cultura de oralidade primária e a de oralidade secundária, e as consequências do surgimento da escrita na verbalização oral das sociedades de cultura de oralidade secundária.

Palavras-chaves:

Linguagem. Cultura escrita. Oralidade primária. Oralidade secundária. Passado oral.

1. Introdução

Segundo Ong (1998), a discussão acerca da relação entre a linguagem oral e linguagem escrita se mostra diferente desde Saussure (1969). De fato, Saussure foi o primeiro “a chamar a atenção para a primazia do discurso oral” na comunicação verbal, contrariando a concepção da escrita como forma básica da linguagem.

Inicialmente, os estudos linguísticos buscavam comparar a oralidade e a escrita e concluíam que tais modalidades da língua eram ou iguais ou diferentes. Entretanto, as pesquisas de Chafe (1987) e, posteriormente a de Botelho (2002), ofereceram subsídios para se constatar que

essas modalidades são semelhantes, uma vez que não são estanques, apesar de apresentarem suas particularidades e distintos processos de produção de seus textos.

Já são muitas as pesquisas que buscam estabelecer as características particulares e as comuns entre as modalidades oral e escrita. Houve também alguns estudiosos preocupados em outros aspectos da linguagem, como por exemplo, a identificação de uma cultura oral anterior ao advento da escrita, como Ong, que refletiu sobre como a prática da escrita promoveu uma transformação na oralidade.

Nos dias atuais, tal proposta não tem sido enfatizada, uma vez que fora ultrapassada por novas propostas, que se fundamentam na análise do gênero ou do discurso em situações de uso da linguagem. Ong foi muito criticado na década de oitenta, principalmente por Street (1984), que já desenvolvia estudos acerca das práticas de escrita sob a perspectiva de um modelo denominado “ideológico” – que se relaciona às diversas práticas de letramento. Contudo, não se pode negar que os estudos de Ong reativaram as discussões sobre os aspectos fundamentais da oralidade e da escrita.

Ong ressalta aspectos antropológicos do surgimento da escrita e sua posterior evolução nas sociedades como fatores decisivos para uma discussão conveniente acerca da relação entre a linguagem e o modo de pensar dos membros de sociedades contemporâneas, que são escolarizadas, industrializadas e marcadas pelo conhecimento científico-tecnológico e pela presença dos meios de comunicação de massa.

O autor observa que os usuários passam a ter outra forma de comunicação e expressão do pensamento, porquanto a oralidade ganha um novo perfil, e, principalmente, porque se instauram processos de mudanças sociais, cognitivas e comunicativas com o surgimento da escrita como mais uma modalidade para a prática da língua.

Afirma que a linguagem utilizada pelos membros das comunidades da Antiguidade era essencialmente de cultura primária, cuja característica principal era o total desconhecimento da escrita e de tudo que a cultura escrita – cultura de oralidade secundária – pode proporcionar aos seus usuários.

A distinção entre oralidade primária e oralidade secundária torna-se flagrante, pois Ong nos faz observar as suas características particulares e fundamentais: distinguem-se na forma de memorização, no estilo

de comunicação, na estrutura e extensão sintática, na sua psicodinâmica em si, e, sobretudo, nas suas consequências na estrutura mental do ser humano.

Daí, ser o objetivo deste trabalho identificar a oralidade primária e a oralidade secundária, distinguindo-as e assinalando suas características fundamentais, pois são elas subsídios para uma reflexão sobre as consequências do advento da escrita. De fato, acreditamos (BOTELHO, 2002), como Ong (1982 e 1998) e Goody & Watt (1968 e 2006), que a escrita inaugurou um novo homem que pensa e age de forma diferente do homem da época de Homero, por exemplo. Contudo, tal temática não será desenvolvida nesse trabalho, porquanto o nosso objetivo é outro, além de aquela discussão não ser mais necessária para os estudos de linguagem.

Neste trabalho, objetivamos tornar conhecida a visão de Ong sobre o passado oral e sobre o advento da escrita. Logo, faremos a caracterização da oralidade primária e a da oralidade secundária a partir da leitura dos dois primeiros capítulos de *Oralidade e cultura escrita: a tecnologia da palavra*, de Ong, à semelhança de uma resenha crítica.

Veremos que a escrita era considerada como um mero complemento da oralidade e não como um elemento transformador da verbalização em si. Em seus estudos, Ong tem a escrita como um fenômeno transformador da verbalização, que, além de ser um produto físico, é também o resultado de um processo psíquico.

O autor ressalta a importância da escrita, e reflete sobre as consequências de sua introdução em uma sociedade de cultura oral primária. Para isso, analisa as características distintivas entre a oralidade primária – aquela cujos falantes desconhecem a escrita ou a impressão, e por isso não foram afetados por estas – e a oralidade secundária – característica das sociedades contemporâneas, cujo funcionamento depende da escrita e da impressão, já completamente interiorizadas.

2. Oralidade da linguagem

Nesse primeiro capítulo, em “Cultura escrita e o passado oral”, vimos que, nas últimas décadas, entre os estudiosos, surgiu uma nova perspectiva acerca da linguagem; algumas implicações mais profundas dos contrastes entre oralidade e escrita passaram a ser observadas pelos estudiosos contemporâneos, e que foi Saussure o primeiro “a chamar a

atenção para a primazia do discurso oral, que sustenta toda comunicação verbal, assim como para a tendência predominante, até mesmo entre os estudiosos, a pensar na escrita como forma básica da linguagem” (p. 13). Contudo, convém considerar a ressalva de Sampson (1980), ao observar que

(...) não obstante toda a atenção dada aos sons da fala, as escolas de linguística modernas até muito recentemente apenas de passagem, se tanto, abordaram os modos como a oralidade primária, a oralidade de culturas não afetadas pela cultura escrita, diferenciam-se da cultura escrita. (SAMPSON *apud* ONG, 1988, p. 14)

Para corroborar essa concepção, Ong lembra que Maranda e Maranda (1971 *apud* ONG, 1998, p. 14) chamou a atenção para o fato de os estruturalistas terem analisado detalhadamente a tradição oral, mas sem contrastá-la explicitamente com textos escritos na maioria das vezes. Lembra, também, que Gumperz, Kaltmann e O’Connor (1982) digressionaram acerca da existência de uma grande quantidade de obras, versando sobre as diferenças entre a linguagem escrita e a falada, mas que comparam a linguagem escrita e a linguagem falada de pessoas que sabem ler e escrever.

O objetivo de Ong, contudo, é abordar a oralidade primária, que é “a oralidade de pessoas que desconhecem inteiramente a escrita”, como o faz atualmente a linguística aplicada e a sociolinguística, comparando as duas dinâmicas de verbalização: a da oral primária e a da escrita.

O autor observa que o mais importante contraste entre modos orais e modos escritos de pensamento e expressão ocorreu não na linguística, descritiva ou cultural, mas nos estudos literários, iniciados inquestionavelmente com o estudo de Milman Parry (1902-1935) sobre o texto da *Iliada* e da *Odisseia*. Tais estudos foram concluídos por Albert B. Lord depois da morte prematura de Parry – e complementados pelo estudo posterior de Eric A. Haverlock e outros. Ong ressalta que, segundo Edmonson (1971),

...na realidade, a linguagem é tão esmagadoramente oral que, de todas as milhares de línguas – talvez dezenas de milhares – faladas no curso da história humana, somente cerca de 106 estiveram submetidas à escrita num grau suficiente para produzir literatura – e a maioria jamais foi escrita. Das cerca de 3 mil línguas faladas hoje existentes, apenas aproximadamente 78 têm literatura. (p. 15)

Daí, observar que centenas de línguas ativas não são escritas ainda hoje e que a oralidade básica da linguagem se dá de forma constante.

Para o autor, a escrita, que é a espacialização da palavra, faz com que a potencialidade da linguagem aumente quase ilimitadamente, além de reestruturar o pensamento e converter certos dialetos em “grafoletos”, como observaram Haugen (1966) e Hirsh (1977). Para esses autores um grafoleto é uma língua transdialética, formada por uma prática assídua da escrita. É a escrita que confere a um grafoleto um poder muito maior do que o de um dialeto puramente oral. Ong assume que, para comunicar seus significados, todos os textos escritos estão direta ou indiretamente relacionados ao mundo sonoro – *habitat* natural da linguagem –, uma vez que a escrita não prescinde da oralidade, porquanto a escrita é um “sistema modelar secundário” (p. 16). Segundo ele, a escrita dependente de um sistema primário anterior, que é a linguagem falada.

Ainda nesse subitem do primeiro capítulo, é reforçada a ideia de que o estudo da linguagem concentrava-se nos textos escritos, em virtude da relação do próprio estudo com a escrita, e que o homem das culturas orais primárias, que não eram afetadas por qualquer tipo de escrita, também aprendia muito, possuía e praticava uma grande sabedoria, porém não estudava. Em sua opinião, “quando o estudo, no sentido estrito de análise sequencial ampla, se torna possível com a interiorização da escrita, uma das primeiras coisas que os letrados frequentemente estudam é a própria linguagem e seus usos” (p. 17). Ressalta que isto não é o mesmo que dizer que a escrita tenha levado a oralidade a um encolhimento propriamente dito, mas sim que a consagrou e possibilitou a organização dos “princípios” ou constituintes da oratória em uma “arte científica”. Científica, porque a oratória é um corpo sequencialmente ordenado de explicações que mostram como e por que produz seus vários efeitos específicos.

Assim, categoricamente afirma que “proferido o discurso, não permanecia nada sobre o que se pudesse trabalhar” (p. 18). O estudo se fazia necessariamente a partir dos textos escritos dos discursos – geralmente depois de proferidos e normalmente muito tempo depois.

Finaliza, acrescentando que, “além da transcrição de apresentações orais tais como os discursos, a escrita acabava produzindo composições somente escritas, destinadas à recepção direta da superfície grafada” (p. 18), ou seja, produção escritas para fins literários.

No subitem “Você disse ‘literatura oral’”, ainda do primeiro capítulo, Ong afirma que, “em virtude de sua atenção dirigida aos textos, os estudiosos muitas vezes passaram a presumir, com frequência irrefleti-

damente, que a verbalização oral era essencialmente idêntica à escrita” (p. 18-9). Certamente, eles normalmente lidavam com a escrita e as formas artísticas orais eram simplesmente texto. Daí, a falsa impressão de serem essas formas artísticas desorganizadas e não merecerem um estudo sério.

Apesar de ressaltar o fato de ter-se adensado, desde a metade do século XVI, uma percepção das relações complexas entre fala e escrita (COHEN, 1977), afirma que “o domínio inabalável da textualidade sobre o pensamento erudito evidencia-se no fato de que até hoje não se formularam conceitos que permitam uma compreensão satisfatória – para não dizer menos desfavorável – da arte oral como tal, sem referência, consciente ou inconsciente, à escrita” (p. 19), como é o caso do termo “literatura oral”.

Observa que há o termo “literatura”, do latim “*literatura*”, de “*litera*”: “letra do alfabeto”, que significa efetivamente “escritos”, porém não há nenhum termo ou conceito que se refira a uma herança puramente oral do tipo histórias orais tradicionais, provérbios, preces e expressões formulares.

Em seguida, Ong resgata o conceito de “oralidade primária” – a oralidade de uma cultura desprovida totalmente de conhecimento da escrita ou da impressão – e a compara com a “oralidade secundária”, que define como sendo a oralidade tecnologizada (Cf. BOTELHO, 2002a):

(Oralidade) da atual cultura de alta tecnologia, na qual uma nova oralidade é alimentada pelo telefone, pelo rádio, pela televisão ou por outros dispositivos eletrônicos, cuja existência e funcionamento dependem da escrita e da impressão. Atualmente, a cultura oral primária, no sentido restrito, praticamente não existe, uma vez que todas as culturas têm conhecimento da escrita e sofrem alguns de seus efeitos. Contudo, em diferentes graus, muitas culturas e subculturas, até mesmo num meio de alta tecnologia, preservam muito da estrutura mental da oralidade primária. (p. 19)

Apesar disso, admite não ser fácil imaginar a tradição puramente oral ou a oralidade primária em si. Na verdade, não temos nem mesmo como criar uma analogia que pudesse nos dar a clara noção de como funcionava a comunicação e transmissão de conhecimento na cultura de oralidade primária. A escrita fez e faz com que as palavras e as coisas sejam semelhantes, visto que pensamos nas palavras e não em seus referentes; vemos e quase que tocamos nas palavras em livros e outros escritos. As palavras escritas constituem resíduos da linguagem; as palavras faladas praticamente não deixam resíduos, porque não tem um depósito,

voam no vento.

Passa a criticar a erudição por certas produções de conceitos, que denomina “monstruosos”, como é o caso de “literatura oral”, que permanece em circulação ainda hoje. Em seguida, afirma que, embora as palavras estejam fundadas na linguagem falada, a escrita tiranicamente as encerra para sempre num campo visual.

Para o autor, “pensar numa tradição oral ou numa herança de apresentações, gêneros e estilos orais como ‘literatura oral’ é pensar em cavalos como automóveis sem rodas” (p. 21). Uma descrição apofática (negativa) para “automóvel sem roda” daria um conceito estranho a “cavalos” àqueles que nunca tiveram visto um. Para Ong, “não é possível, sem causar uma distorção desastrosa, descrever um fenômeno primário, começando por um fenômeno subsequente secundário e comparando as diferenças” (p. 19).

Depois, faz alusão ao termo “pré-cultura escrita”, que é útil e, em muitos casos, necessário, advertindo para os eventuais problemas semelhantes de um uso inadequado, mesmo que não sejam tão evidentes quanto aos provocados pelo termo “literatura oral”. Para o autor, “‘pré-cultura escrita’ apresenta a oralidade – o ‘sistema modelar primário’ – como um desvio anacrônico do ‘sistema modelar secundário’ que o sucedeu” (p. 20). Também faz alusão a “texto” de uma enunciação oral como sendo conveniente, porquanto sua etimologia se relaciona com “tecer” e, portanto, etimologicamente tem mais a ver com a enunciação oral do que ‘literatura’, que etimologicamente se liga a letras (*litterae*) do alfabeto. Não obstante, observa que quando se usa hoje o termo “texto” para fazer referências à apresentação oral, faz-se uma analogia com a escrita.

Para as apresentações orais, Ong sugere o termo “vocalizações”, que lhe parece conveniente, embora reconheça que haja a carência de um termo mais genérico que abrangesse tanto a arte puramente oral quanto a literatura. Observa que “hoje, felizmente, o termo ‘literatura’ está perdendo terreno, mas é bastante provável que eliminá-lo por completo seja uma batalha nunca inteiramente vencida” (p. 23).

Assume que há nas culturas orais realizações verbais impressionantes e belas, de alto valor artístico e humano, que deixam de ser possíveis quando a escrita se apodera da psique. Mas a consciência humana só pôde atingir o ápice de suas potencialidades a partir do advento da escrita. Sem ela, não é capaz de outras criações belas e impressionantes.

Finalizando esse subitem e, conseqüentemente, o capítulo, Ong afirma categoricamente que “difícilmente haverá uma cultura oral ou uma cultura predominantemente oral no mundo, hoje, que não esteja ciente da enorme pletora de capacidades absolutamente inacessíveis sem a cultura escrita” (p. 23).

3. A descoberta moderna das culturas orais primárias

Depois de esclarecida a concepção de Ong acerca das oralidades primária e secundária e do processo de tecnologização da fala, passemos para o segundo capítulo, o qual o autor inicia com o subitem “As primeiras percepções da tradição oral”, em que faz referências às manifestações orais bíblicas no livro do Velho Testamento, ressaltando que Qoheleth (“orador de assembleia”, em hebraico) procurou encontrar ditos agradáveis e verdadeiros e registrá-los por escrito e com exatidão, segundo Eclesiastes 12: 9-10.

Observa que dos compiladores de florilégios medievais a Erasmo (1466-1536) ou Vicesimus Knox (1752-1821) e outros que vieram depois deles, deram continuidade aos registros escritos dos ditos da tradição oral, embora “a maioria dos compiladores selecionasse os ‘ditos’ não diretamente de sua enunciação oral, mas de outros escritos” (p. 25).

Ainda nesse subitem, comenta sobre a resistência de linguistas do século passado em relação à ideia da distinção entre linguagem falada e linguagem escrita. Lembra que Saussure, a despeito das novas concepções sobre a oralidade daquele século, também concebia a escrita como um simples representante da linguagem falada em forma visível (SAUSSURE, 1975, p. 34), como fizeram outros iminentes linguistas.

Em seguida, passa a tratar de “A questão homérica”. Ong inicia o item, observando que nos últimos dois milênios os estudiosos de culturas escritas trataram a questão homérica sob visões de diversas naturezas.

O autor ressalta que “a questão homérica” surgiu, no século XIX, da crítica erudita sobre Homero. Tal crítica alcançara sua maturidade com a crítica erudita da Bíblia, embora suas raízes se encontrassem já na Antiguidade Clássica. Os conhecedores das letras fizeram vários comentários acerca de Homero: há os que chegaram a pensar que Homero não sabia escrever.

Desde o início, inibições profundas interferiram no nosso modo de ver os poemas homéricos como aquilo que realmente são. A *Iliada* e a *Odisséia* têm

sido geralmente consideradas, da Antiguidade até o presente, como os mais exemplares, os mais verdadeiros e os mais inspirados poemas seculares da herança ocidental. (p. 27)

Essa poesia “primitiva” era considerada pelo movimento romântico um estágio de cultura satisfatório e serviu de modelo para aquela época, em virtude das qualidades a elas atribuídas.

Na opinião de Ong, o classicista americano Milman Parry (1902-1935) foi quem conseguiu superar o chauvinismo cultural e penetrar na poesia homérica “primitiva”, a despeito da opinião dos estudiosos de sua época, os quais contrariavam a visão estabelecida do que a poesia ou os poetas deveriam ser. A *Ilíada* e a *Odisseia* foram atacadas por vezes, como o fez François Hédelin no século XVII, num sentido mais de polêmica retórica do que de verdadeiro conhecimento. Para esse autor, a *Ilíada* e a *Odisseia* têm enredos deficientes, são pobres quanto à caracterização e ética e teologicamente indignos, além de afirmar que nunca houvera um Homero e que aqueles seus poemas épicos nada mais eram do que coleções ou rapsódias escritas por outros, numa verdadeira demonstração de parcialidade e preconceito, uma vez que era o Abade de Audignac e de Maimac.

De fato, os poemas só foram reunidos 500 anos depois, na época de Pisítrato (por volta de 720 a. C.), a quem Cícero atribuiu a revisão e reunião dos poemas.

Assim como o Abade François Hédelin, outros também acreditavam que nunca houvera um Homero, como é o caso do filósofo italiano Giambattista Vico, para quem os poemas de Homero eram, de fato, criações de todo um povo. Outros, porém, acreditavam na sua existência, mas que ele não era letrado e que a sua poesia era fruto do poder da memória, como é o caso do diplomata e arqueólogo inglês Robert Wood. Já Jean-Jacques Rousseau acreditava na provável ideia de que Homero e seus contemporâneos desconheciam a escrita.

Os analistas do século XX consideravam aqueles poemas como combinações de poemas e de fragmentos mais antigos e passaram a se preocupar com a sua organização como simples textos. Segundo Ong, Adam Parry asseverou que

(...) eles (os analistas) foram seguidos, inevitavelmente, pelos unitaristas, muitas vezes literatos bem intencionados, devotos inseguros que lutavam com dificuldades, que sustentavam serem a *Ilíada* e a *Odisseia* tão bem estruturadas, tão coerentes em sua caracterização e em geral tão bem sucedidas como arte que não poderiam ser a obra de uma sucessão desorganizada de redatores,

Mas essas ideias sofrem algumas mudanças com a descoberta de Milman Parry.

No subitem “A descoberta de Milman Parry”, Ong começa, comentando que Adam Parry, o filho de Milman Parry, esboçou de modo esplêndido o fascinante desenvolvimento do pensamento do pai desde a apresentação de sua dissertação de mestrado, no início dos anos 20, até 1935, quando morreu prematuramente.

Ong assinala que o axioma fundamental do pensamento de Parry: “a subordinação da escolha dos vocábulos e das formas vocabulares à forma do verso hexâmetro (oralmente composto)’ nos poemas homéricos (ADAM PARRY, 1971, p. xix), fora antecipada na obra de J. E. Ellendt e H. Düntzer” (p. 29), e que outros elementos do seu pensamento também tiveram sido abordados por outros estudiosos: Arnold van Gennepe já tratara da estruturação formular daquela poesia; M. Murko, da memória de estruturas longas; e o padre jesuíta Marcel Jousse estabeleceu as diferenças entre a oralidade dessas culturas e a escrita. Embora esses tivessem sido os precursores, a visão de Parry era inédita, pois tudo nos leva a crer que aqueles estudiosos não eram conhecidos por ele no início de seus estudos.

Ong resume a tese de Parry da seguinte forma:

Virtualmente, todo traço distintivo da poesia homérica deve-se à economia imposta pelos métodos orais de composição. Estes podem ser reconstruídos por um estudo detalhado do próprio verso quando nos desvencilhamos dos pressupostos sobre os processos de expressão e de pensamento arraigados na psique por gerações de cultura escrita. (p. 30)

Como os poetas orais normalmente não memorizavam palavra por palavra de seu poema, para Ong está claro que a seleção dos vocábulos por qualquer poeta que componha segundo a métrica sempre é determinada pelas necessidades métricas. Contudo, não ignora que os termos métricos apropriados de alguma forma apresentam-se, de forma espontânea e imprevisível, à imaginação poética, relacionado apenas ao “gênio”, que é uma habilidade inexplicável. Em princípio, se pensava que o poeta, ao usar fragmentos de poemas anteriores, moldava-os à sua própria “natureza”. Porém, certas práticas contrariavam tal pressuposto, como o dicionário de expressões que existia na época pós-clássica e no século XIX e o *Gradus ad Parnassum*, o qual ajudava os estudantes nos seus primeiros poemas.

Convém ressaltar que tal procedimento não era tolerável em poetas competentes; suas frases deveriam ser metricamente ajustadas. Exigia-se dele o “engenho”, nessa época; mais tarde, inclusive, exigiu-se que o poeta fosse como o próprio Deus, pois do material pré-fabricado só os iniciantes ou os poetas medíocres faziam uso. E Homero, certamente, não pode ser considerado um poeta iniciante nem medíocre. É provável que Homero tivesse sido um “gênio” nato, como o precoce Mwindo, poeta épico *nyanga*, o Pequenino-Recém-Nascido-Que-Andava.

De fato, a ideia do uso de clichês não agradava os letrados convictos, os quais eram educados a repeli-los. Conviver com o fato de que os poemas de Homero eram feitos de clichês ou de estruturas formulares não era fácil, mormente quando o trabalho de Parry veio à baila e foi continuado por estudiosos posteriores. Ong assevera que poucas palavras na *Iliada* e na *Odisseia* não constituíam parte de fórmulas devastadoramente predizíveis. Convém lembrar que se constata que “um repertório de temas semelhantes é encontrado na narrativa oral e em outros discursos orais em todo o mundo” (p. 32).

Explica-se a linguagem dos poemas homéricos “não como uma superposição de vários textos, mas como uma linguagem gerada através dos anos por poetas épicos que utilizavam antigas expressões prontas que preservaram e/ou reelaboraram, em boa medida com finalidade métrica” (p. 32). Segundo o autor, a linguagem de Homero era um grego construído pela prática, transmitida pelos poetas; não era um grego que jamais tivesse sido falado na vida cotidiana.

Eric Havelock, posterior a Parry, demonstrou que os gregos da época de Homero valorizavam os clichês, já que o mundo noético (da inteligência e do pensamento) oral apoiava-se na constituição formular do pensamento. Numa cultura oral, para não se perder, o conhecimento adquirido devia ser repetido constantemente. A sabedoria se efetivava a partir de padrões de pensamento fixos, formulares. A mudança só surgiu mais ou menos 300 anos depois do desenvolvimento do alfabeto grego (por volta de 720 e 700 a. C.) com a consolidação da escrita por volta do século V a. C., com Platão. Surge, então, uma nova maneira de estocar conhecimento: as fórmulas mnemônicas passam a ser substituídas pelo texto escrito. O texto escrito libertava a mente e possibilitava o pensamento mais original, mais abstrato. Tanto que “Platão excluiu os poetas de sua república ideal, fundamentalmente (se não de modo totalmente consciente) porque se encontrava num novo mundo noético de feitio qui-

rográfico, no qual a fórmula ou o clichê, amados por todos os poetas tradicionais, eram obsoletos e contraproducentes” (p. 33).

Surgem as implicações dessa nova concepção em relação ao mundo noético pós-Platão – antagonica em relação à identificação da cultura ocidental com Homero como parte de uma idealizada Antiguidade grega. Nem mesmo Platão, na época, se dera conta da importância da antiga civilização grega para o mundo todo, a qual começava a se mostrar de uma forma totalmente nova. Os gregos assinalavam o ponto em que a cultura escrita alfabética, profundamente interiorizada, por aqueles antigos gregos entrava em choque diretamente com a oralidade.

Em Parry, o conceito da fórmula deu origem ao estudo do verso hexâmetro grego, que se define como sendo “um grupo de palavras, cujo emprego regular se efetiva sob as mesmas condições métricas na expressão de uma determinada ideia essencial”. Segundo Ong, David E. Bynum explorou mais intensamente esse estrato e observou que

(...) ‘as ideias ‘fundamentais’ de Parry muito ‘raramente’ constituem as unidades que a concisão da definição de Parry, ou a brevidade usual das próprias fórmulas, a convencionalidade do estilo épico, ou a banalidade da maioria das referências lexicais das fórmulas podem sugerir’ (BYNUM, 1978, p. 13). (p. 34)

Bynum distinguiu elementos formulares e expressões formulares, que caracterizavam a poesia oral, na qual apareciam e reapareciam em grupos. Ong ressalta que, segundo Bynum, “os grupos constituem os princípios organizadores das fórmulas, de modo que a ‘ideia fundamental’ não é passível de uma formulação clara, direta, mas, sim, uma espécie de complexo ficcional reunido inteiramente no inconsciente” (p. 35).

Ong observa que a fórmula oral e o seu funcionamento dependem da tradição em que ela se efetiva, embora exista uma ampla base comum em todas as tradições e que é isso que valida o seu conceito.

Ong afirma, ainda, que o pensamento e a expressão formular orais fixam-se na consciência e no inconsciente. Por essa razão, não desaparecem tão logo alguém, que a eles se habituou, use uma caneta. De fato, o estilo formular é caracterizador não só da poesia, mas também do pensamento e da expressão na cultura oral primária.

Finalizando esse subitem, conclui que inicialmente a mente não possui recursos quirográficos e que muito gradativamente torna-se a escrita uma composição escrita – tipo de discurso poético ou não. Conclui, também, que essa composição escrita é construída sem a sensação de que quem a escreve esteja falando em voz alta, como provavelmente ocorreria

com os primeiros escritores ao comporem seus textos escritos.

No último item desse capítulo, intitulado “Estudos resultantes e correlatos”, o autor ressalta que muitas das conclusões e observações de Milman Parry receberam alterações posteriores por estudiosos como Stoltz e Shannon (1976) entre outros, mas que também causaram uma revolução benéfica nos estudos sobre Homero e em outros, da antropologia à história literária. Também outros estudiosos desenvolveram seus estudos a partir daquelas conclusões e observações de Parry, como é o caso de Albert B. Lord e Eric A. Havelock, os mais conhecidos, e de tantos outros.

Havelock, em *Preface to Plato* (1963), “estendeu as descobertas de Parry e Lord sobre a oralidade na narrativa épica a toda a cultura grega antiga oral, e demonstrou de modo convincente, como os inícios da filosofia grega estavam estreitamente ligados à reestruturação do pensamento produzido pela escrita” (p. 37).

Em seguida, Ong ressalta a atuação da antropologia no desenvolvimento dos estudos sobre a oralidade, observando que os antropólogos buscaram respaldo não só em Parry, Lord, Havelock, mas também em outros estudiosos, incluindo o próprio Ong. O antropólogo Jack Goody “mostrou, de modo convincente, de que maneira mudanças até então rotuladas como mudanças da magia para a ciência, ou do chamado estado de consciência ‘pré-lógico’ para outro cada vez mais ‘racional’, ou da mente ‘selvagem’, de Lévi-Strass, para o pensamento domesticado, podem ser explicadas de maneira mais econômicas e convincentes como mudanças da oralidade para vários estádios de cultura escrita” (p. 38-9).

Observa que é crescente em certos círculos da oposição refinada entre oralidade e cultura escrita, e rara em outros, onde tal oposição poderia ser útil, e afirma que “os estágios iniciais e tardios da consciência que Julian Jaynes (1977) descreve e relaciona a mudanças neurofisiológicas na mente bicameral poderiam também se prestar em boa medida a uma descrição mais simples e mais comprovável da mudança da oralidade para a cultura escrita” (p. 39).

Finaliza o item e, conseqüentemente, o segundo capítulo, observando que “seja qual for a aplicação que se faça das teorias de Jaynes, não deixa de causar espanto a semelhança entre as características da psique primitiva, ou ‘bicameral’ como Jaynes a descreve – falta de introspecção, de audácia analítica, de preocupação com a vontade como tal, de uma percepção de diferença entre passado e futuro – e as características

da psique nas culturas orais não apenas do passado, mas até mesmo nos dias de hoje. (...) A bicameralidade pode significar simplesmente oralidade” (p. 40), questões que precisam ser mais bem investigadas.

4. Considerações finais

Fica mais do que comprovado que, com o advento da escrita, os usuários passaram a ter uma nova forma de comunicação e expressão do pensamento. A oralidade ganhou outro perfil, e se instauraram processos de mudanças sociais, cognitivas e comunicativas com o surgimento da escrita como mais uma modalidade para a prática da língua.

De fato, a linguagem entre os membros das comunidades da Antiguidade era essencialmente de cultura primária. Eles desconheciam a escrita e as consequências do seu conhecimento e desenvolvimento.

A distinção entre oralidade primária e oralidade secundária, portanto, efetivou-se com os estudos de Ong. O autor demonstrou que elas se distinguem na forma de memorização, no estilo de comunicação, na estrutura e extensão sintática, na sua psicodinâmica em si, e, sobretudo, nas suas consequências na estrutura mental do ser humano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOTELHO, J. M. *Oralidade e escrita sob a perspectiva do letramento*. Tese de doutorado em letras – Estudos da Linguagem. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

_____. Oralidade e escrita, como práticas sociais. *Amarantes e Depois – Revista da Pós-Graduação em Língua Portuguesa* da FFP-UERJ, Ano I, n. 1, 2/2002a, p. 57-74.

_____. O isomorfismo entre as modalidades da língua. *Cadernos do CNLF*, Ano VII, n. 7, Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2003, p. 157-77.

_____. A tecnologia da fala, sob a perspectiva do letramento. In: BOTELHO, J. M. (Org.) *et al. Estudos reunidos: linguagem, literatura e gramática*. Rio de Janeiro: Botelho, 2005, p. 11-8.

CHAFE, W. Linguistic differences produced by differences between speaking and writing. In: OLSON, D. R. et al (Eds.). *Literacy, Language and Learning: the nature and consequences of reading and writing*.

Cambridge: Cambridge University Press, 1985, p. 105-23.

CHAFE, W.; DANIELEWICZ, J. Properties of speaking and written language. In: HOROWITZ, R.; SAMUELS, S. J. (Eds.). *Comprehending oral and written Language*. New York: Academic Press, 1987, p. 83-113.

CHAFE, W.; TANNEN, D. The relation between written and spoken language. [s.i.: s.n.], *American Anthropological Review Antropol.* 1987, p. 383-407.

GOODY, J.; Watt, I. The consequences of literacy. In: GOODY, J. (Ed.), *Literacy in traditional societies*. London: Cambridge University Press, 1968.

_____. *As consequências do letramento*. Trad. de Waldemar Ferreira Netto. São Paulo: Palistana, 2006. (Coleção Biblioteca Básica)

FÁVERO, L. L. et al. *Oralidade e escrita: perspectivas para o ensino de língua materna*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

KATO, M. A. (Org.). *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.

MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2001.

ONG, W. J. *Orality and literacy: The technologizing of the word*. London: Methuen, 1982.

_____. *Oralidade e cultura escrita: a tecnologização da palavra*. Campinas: Papirus, 1998.

SOARES, M. *Letramento: um tema em três gêneros*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SAUSSURE, F. de. *Curso de linguística geral*. Organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye. Trad. de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1975.

STREET, B. *Literacy in theory and practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

TANNEN, D. The oral/literate continuum in discourse. In: TANNEN, D. (Ed.). *Spoken and written language: exploring orality and literacy*. Norwood: Ablex, 1982b.

**ANÁLISE DO DISCURSO E INTERAÇÃO NA WEB
ATRAVÉS DA REDE SOCIAL FACEBOOK:
COMENTÁRIOS UTILIZADOS
PARA FINS DE CONVERSAÇÃO**

Roberta Kerr dos Santos (UERJ)
roberta_kerr@hotmail.com

RESUMO

Este estudo pesquisa as marcas conversacionais presentes em um registro escrito utilizado inicialmente como pensamento pessoal e comunicado na rede social Facebook. O site disponibiliza a opção de comentar qualquer publicação realizada entre o grupo de amigos, dessa forma, outros usuários podem postar novos registros, tecendo, assim, um ato comunicativo, nem sempre concomitante temporalmente, porém com características de um diálogo circunstancial.

Palavras-chave: Análise do discurso. Web. Rede social. Facebook. Conversação.

1. Introdução

Na comunicação escrita tradicional todos os recursos de montagem são empregados no momento da redação. Uma vez impresso, o texto material conserva certa estabilidade... aguardando desmontagens e remontagens do sentido às quais se entregará o leitor. O hipertexto digital automatiza, materializa essas operações de leitura, e amplia consideravelmente seu alcance. (LEVY, Pierre, 1994. p. 53)

Com a evolução dos tempos, é inevitável para os ambientes sociais a constante mudança de determinados hábitos e comportamentos. O desenvolvimento de tecnologias inovadoras impulsiona a geração de novos recursos, sendo esses utilizados para o homem viver, se relacionar e, também, se comunicar. Remotamente, no início dos registros escritos, utilizava-se argila ou pedra para a inscrição dos primeiros textos; posteriormente, com o desenvolvimento do ser humano em suas habilidades e

criações, os suportes duros foram substituídos por materiais cada vez mais práticos (papiro, pergaminho, papel), evidentemente, concernentes às suas épocas.

A revolução digital – referenciada pelo ano de 1980, quando os Estados Unidos atingiram a marca de mais de um milhão de computadores –, proporcionou ainda mais perspectivas sobre os equipamentos e recursos utilizados na nossa interação comunicativa. A tela do computador, que nessa década começava a se instalar nos lares de pessoas em todo o mundo, se tornou um importante recurso de arquivamento de dados.

Como previa Levy, iniciou-se “a produção de uma “linguagem intrinsecamente ligada às capacidades de memória e interações dos computadores contemporâneos, que só alcançará sua plena dimensão na futura rede digital integrada de banda larga”. (*Ibidem*. p. 17), o que de fato ocorreu posteriormente com o surgimento da Internet.

Atualmente, os testemunhos digitoscritos contam com as facilidades da escrita no teclado. Conceitua-se, desta forma, o suporte eletrônico: um componente físico capaz de reproduzir textos virtuais/digitais através do processamento de dados (informática), tal como o computador, o celular e o *tablet*.

Nessa dinâmica comunicacional virtual, a internet se expandiu por todos os continentes e corroborou na proximidade entre pessoas, facilitando a interação discursiva através dos novos suportes. E novas formas de diálogo surgiram com ainda mais força através das chamadas redes de relacionamento, em que usuários se cadastram para compartilhar ideias, estabelecer conversas e trocar informações com qualquer pessoa que faça parte deste grupo, também conectada à grande rede.

Atualmente, com cerca de 800 milhões de usuários – mais de 28 milhões são de brasileiros –, a maior rede social do mundo é o Facebook. Fundado em 2004 pelo americano Mark Zuckerberg e pelo brasileiro Eduardo Saverin, foi planejado para ser utilizado somente entre alunos da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos. Porém, o projeto se concretizou com tanto sucesso que, em pouco tempo, a ideia inicial foi adaptada para expandir-se por diversos países. Para entender um pouco mais sobre sua proposta:

O foco inicial do Facebook era criar uma rede de contatos em um momento crucial da vida de um jovem universitário: o momento em que este sai da escola e vai para a universidade, o que, nos Estados Unidos, quase sempre representa uma mudança de cidade e um espectro novo de relações sociais. O

sistema, no entanto, era focado em escolas e colégios e, para entrar nele, era preciso ser membro de alguma das instituições reconhecidas (RECUERO, 2009, p. 172).

Esse funcionamento busca, intencionalmente, incentivar a interação entre os usuários – pressuposto básico para a sua criação – e, como o próprio site afirma: “*Millions of people use Facebook everyday to keep up with friends, upload an unlimited number of photos, share links and videos, and learn more about the people they meet*”.

E é a partir da interação propiciada e incentivada pela rede de relacionamento que se justifica a relevância desse estudo, desejando abranger uma descrição da ação social humana nos novos meios comunicacionais. Urge esclarecer que através do uso da linguagem em seu cenário mais corriqueiro, como os diálogos do dia a dia, é possível descrever e, conseqüentemente explicar, as competências usadas e das quais os falantes participam na interação socialmente organizada. Vale ressaltar que “A conversa cotidiana é a pedra fundamental para sociabilidade e talvez só essa forma de fala em interação seja universal” (LODER, 2008, p. 20).

Raquel Recuero cita dois fenômenos que ocorreram na sociedade contemporânea nas quais o uso da internet foi emblemático para aquelas circunstâncias. A primeira, nos Estados Unidos, envolve o acompanhamento da eleição presidencial de Barack Obama, realizada via vídeos, blogues e *sites*, simultâneos na medida em que os acontecimentos se desenrolavam. Assim como, em 2008 no Brasil, durante a catástrofe que assolou o estado de Santa Catarina por conta das fortes chuvas nessa localidade, a população compartilhou as mais diversas informações pela internet, mantendo todo o país a par das notícias sobre a tragédia. Assim, a autora ressalta a importância das redes de relacionamento:

Esses fenômenos representam aquilo que está mudando profundamente as formas de organização, identidade, conversação e mobilização social: o advento da Comunicação Mediada pelo Computador. Essa comunicação, mais do que permitir aos indivíduos comunicar-se, amplificou a capacidade de conexão, permitindo que redes fossem criadas e expressas nesses espaços: as redes sociais mediadas pelo computador (RECUERO, 2009, p. 16).

Para delimitar o objetivo geral da presente pesquisa, é necessário esclarecer que essas conexões entre usuários são o foco do estudo, com o fim de desvendar e revelar as sistematicidades da língua e suas atualizações na fala-em-interação ocorrida no ambiente comunicacional virtual. Afinal, nessa área de estudo há um “Interesse central em se chegar a uma descrição da ação social humana pela observação de dados de ocorrência

natural dessa ação mediante o uso da linguagem” (LODER, 2008, p. 22)

Portanto, a proposta é identificar as marcas conversacionais dos registros escritos utilizados inicialmente como pensamento pessoal, porém comunicado via Facebook. Como é possível comentar qualquer publicação realizada entre o grupo de amigos, outros usuários registram novos escritos tecendo, assim, um ato comunicativo, nem sempre concomitante temporalmente, porém com características de um diálogo circunstancial.

Seguem hipóteses relacionadas ao tema escolhido:

1. Os comentários superpostos podem ser considerados formadores de um diálogo espontâneo?
2. Há indícios de marcas conversacionais na mensagem que é publicada?
3. Os comentários que são publicados possuem a finalidade de estabelecer uma conversa?

Entre os objetivos específicos, relacionam-se aspectos diretamente relacionados ao arcabouço teórico proposto para melhor delimitação acadêmica e maior cientificidade da pesquisa, sendo estes:

- a) Descrever a linguagem utilizada nos comentários do Facebook;
- b) Observar marcadores conversacionais nas publicações em comentários;
- c) Identificar possíveis variáveis que colaborem para o desenvolvimento da interação, tais como a sincronicidade das postagens;
- d) Perceber alterações de *footing* nas conversas estabelecidas;
- e) Analisar a importância e/ou implicação do número de participantes e número de comentários da interação.

O *corpus* será retirado da página virtual do Facebook, sempre utilizando histórico de interação formada a partir de duas unidades comunicativas publicadas por pelo menos dois usuários, isso porque se busca a certificação de um texto que gere uma possível interação entre amigos na rede social. Os comentários que sejam dirigidos especificamente a algum outro usuário serão refutados, já que, nesse caso, o foco é a interação não

direcionada ou, aparentemente, não intencionada. Por fim, nas transcrições serão abreviados os nomes dos usuários para sigilo das informações expostas na *web*.

2. A rede social

Facebook é uma rede social em que o usuário cria um perfil, adicionando informações a seu respeito (pessoais e/ou profissionais) e inicia o estabelecimento de contatos com outros usuários cadastrados, denominados “amigos”. Nessa etapa, pode não haver ainda interlocução enunciativa, já que o convite enviado é padrão, sem necessariamente a produção de algum texto por quem o emite. Após o aceite, tudo o que se publica no próprio perfil, assim como o que se publica entre a rede de usuários aceitos ou convidados, é visualizado na página inicial de acesso (**Figura 1**). E é nesse espaço que o *site* apresenta o intuito interacional através da ferramenta comunicativa, onde, logo acima da página, há a seguinte frase para atualização do próprio perfil: “No que você está pensando agora?”.



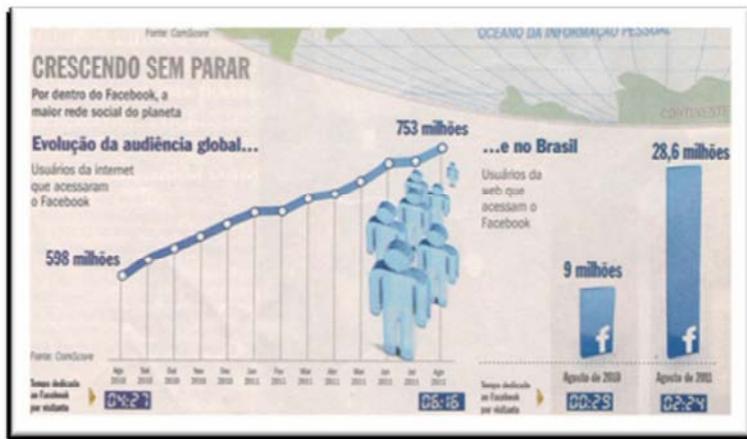
(Figura 1)

Ao escrever e depois clicar no botão “compartilhar” (ou teclar o botão *enter*), o usuário suscita a oportunidade de estabelecer uma intera-

ção, visto que qualquer um que esteja em seu grupo poderá comentar o seu texto. Acrescenta-se que, além da mensagem, o usuário também pode compartilhar fotos, *links* ou vídeos, todos passíveis de inserção de comentários. Observa-se ainda que se trata de uma abordagem bastante contemporânea, visto que se utiliza de uma situação de uso em textos dispostos em diversas mídias digitais.

Sob esse contexto, urge ressaltar a importância da situacionalidade em que os atos comunicativos são construídos. A partir das ocorrências interativas, analisar-se-á o funcionamento da língua, representativo para a compreensão do seu uso nas relações sociais realizadas virtualmente.

Segundo dados da revista *Veja*, de cinco de outubro de 2011 (PAVÃO; SBARAI, 2011. p. 90-97), diariamente cada brasileiro passa em média duas horas e meia no Facebook. Informa também que, por questões comerciais, seus dirigentes implantam constantemente, nesse ambiente, inovações que incentivam ainda mais o seu acesso. Na reportagem fica nítido o volume crescente na frequência da navegação (**Figura 2**), além da conquista de cada vez mais internautas, já que se trata da maior rede social do planeta. Sugere, inclusive, o estabelecimento da passagem de uma era de buscas (em que seu principal representante é o Google), para uma era social, representada pelos *sites* de interações sociais, tais como o *Twitter*.



(Figura 2)

Afirma ainda que o crescimento dessa grande rede “é alimentado

por três desejos humanos: compartilhar informação, influenciar semelhantes e manter-se informado” (*Ibidem*, p. 95), que está diretamente relacionado ao pensamento de Bakhtin sobre o dialogismo, sendo esse “compreendido como uma das formas composicionais do discurso” (BAKHTIN, 1979, p. 346), em que a relação dialógica é estabelecida entre enunciados na comunicação verbal. Para Bakhtin, trata-se de um fenômeno próprio a todo discurso vivo, considerando que toda enunciação possui a propriedade dialógica, ou seja, de servir a um propósito interativo.

Ainda a respeito da caracterização dos textos analisados, segue descrição apresentada por David Crystal, estudioso das linguagens da internet:

The Internet allows people to engage in amulti-party conversation online, either synchronously, in real time, or asynchronously, in postponed time. The situations in which such interactions take place have been referred to in various ways, partly reflecting the period in Internet history when they were introduced, and partly reflecting the orientation and subject-matter of the group involved, such as chatgroups, newsgroups, usergroups, chatrooms, mailing lists, discussion lists, e-conferences, and bulletin boards. (2004, p. 129)

É importante ressaltar nesse trecho sobre a questão da sincronicidade dos enunciados no ambiente *web*. Nas publicações analisadas, será identificado o tempo de sua postagem, pois esse aspecto também servirá de análise.

Por último, para que se tenha uma percepção dos possíveis coenunciadores de cada comentário realizado, acrescenta-se o dado de que nos exemplos utilizados na presente pesquisa, a média de amigos – entre os quarenta usuários selecionados para exemplificação das interações – é de aproximadamente duzentos usuários aceitos e/ou convidados.

3. Fundamentação teórica

O arcabouço teórico deste estudo considera os fundamentos da Análise da Conversa Etnometodológica, tendo como ponto de partida a obra *Fala-em-Interação Social: Introdução à Análise da Conversa Etnometodológica* (2008), organizada por Letícia Ludwig Loder e Neiva Maria Jung.

Toma-se como ponto de partida a base dialógica para as interações analisadas, considerando o imaneente intuito de se estabelecer um diálogo através da publicação de comentários na rede social Facebook,

tema central da pesquisa. E para essa fundamentação, os estudos de Bakhtin (1979) servirão para o devido embasamento.

Englobam-se também os preceitos da Análise sociointeracional do discurso, conversação em contextos espontâneos a partir da perspectiva da microanálise da interação. Entre os estudiosos a serem abordados, destacam-se Garcez, Sacks, Schegloff (2002), Marcuschi (2007, 2008) e Goffman (2008).

Por fim, é indispensável incluir as teorias que pesquisam a linguagem na cibercultura, como as desenvolvidas pela pesquisadora Raquel Recuero (2009), pelo filósofo e especialista em novas tecnologias da comunicação Pierre Levy (1991, 1994, 1997) e pelo já citado David Crystal (2004).

4. Metodologia

4.1. Delimitação do corpus

Trata-se de uma abordagem linguística contemporânea da análise interacional, calcada em uma exposição prioritariamente teórica. Contemporânea, pois, utiliza-se de uma situação de uso em textos atuais, dispostos em suporte digital.

Foram analisadas as interações publicadas no site Facebook, com a premissa de terem sido realizadas por pelo menos dois participantes. Importante ressaltar que, além da publicação da mensagem no próprio perfil do usuário, sem direcionamento a nenhum amigo da sua rede social, deve ter havido o comentário de outrem para o estabelecimento da conversa. A partir daí, para a análise do *corpus*, não se limitou o número de mensagens e/ou participantes do diálogo supostamente realizado.

Desconsideraram-se as relações entre a oralidade e escrita para atentar mais proximamente às questões da formação da conversa, assim como a influência da sincronicidade como facilitador – ou não – da interação.

Também foi descartada qualquer observação quanto aos usos ortográficos e/ou gramaticais, já que, para a pesquisa em questão, não se torna prioritária essa checagem.

Rejeitaram-se também textos que possuíssem outras mídias, tais com imagens ou vídeos, entendendo que não se propõe aqui abranger

comunicações que envolvam conceitos em semiótica.

4.2. Transcrição

Trata-se de um registro visual e virtual fidedigno da fala-em-interação social, já que os textos são digitados pelos próprios atores sociais, ou “rastros”, como citado por Recuero:

O advento da Internet trouxe diversas mudanças para a sociedade. Entre essas mudanças, temos algumas fundamentais. A mais significativa, para este trabalho, é a possibilidade de expressão e sociabilização através das ferramentas de comunicação mediada pelo computador (CMC). Essas ferramentas proporcionam assim, que atores pudessem construir-se, interagir e comunicar com outros atores, deixando, na rede de computadores, rastros que permitem o reconhecimento dos padrões de suas conexões e a visualização de suas redes sócias através desses rastros. (RECUERO, 2009, p. 24).

Para a realização das transcrições, ao invés de frases, a expressão utilizada como substituto conversacional é “unidade comunicativa” (UC). A UC contém um “potencial descritivo em relação a padrões sintáticos da fala” (MARCUSCHI, 2007, p. 62) e auxilia a análise pela disposição de dados de forma mais significativa para a interação.

A transcrição é realizada de forma idêntica à produção no site, sendo que, diferentemente do modelo Jefferson, que delimita também enunciadores e enunciados, será acrescida a hora da conversação, isso porque a interação analisada é predominantemente assíncrona, em que os usuários não escrevem suas mensagens obrigatoriamente ao mesmo momento no Facebook. Cada um responde quando acessa a página pela internet e, por isso, não existe uma possível pressão pela resposta, já que não há o contato visual, ou mesmo, a fala ao vivo, como, por exemplo, na conversa ao telefone.

4.3. Procedimentos de análise

Os procedimentos analíticos, como comentado acima, possuem âmbito qualitativo, em que são observadas construções, sequências, marcadores conversacionais e outros aspectos linguísticos que possam ser mapeados para fins descritivos sob a perspectiva teórica.

A análise quantitativa está limitada na ponderação de números que sejam significativos para fornecer um panorama dos dados envolvidos na pesquisa como um todo, tais como número de participantes en-

volvidos, número de comentários, quantitativo de amigos coenunciadores, entre outros.

5. *Análise do corpus*

5.1. Sincronicidade

“A identidade temporal é necessária porque a conversação, mesmo que se dê em espaços diversos (no caso de conversação telefônica), deve ocorrer durante o mesmo tempo” (MARCUSCHI, 2007, p. 15).

A afirmativa de Marcuschi é considerada em parte para as conversas que estão sendo analisadas devido ao aspecto da assincronicidade. De fato, há ferramentas comunicacionais na internet que permitem a troca de mensagens em tempo real. Inclusive, no próprio site do Facebook há uma função como essa, porém o que está sendo observado são as publicações não direcionadas.

À guisa de ilustração, até é permitido o envio para um amigo específico (**Figura 3**), direcionando o texto a um determinado interlocutor (“A” dirige o comentário para “S”), sendo que o fenômeno que está sendo pesquisado, busca identificar padrões nos escritos abertos a todo o grupo (**Figura 4**), em que “J” apenas publica o seu pensamento pessoal.



(Figura 3)



(Figura 4)

Nesse exemplo, a usuária “J” faz uma crítica sobre um tema do dia a dia, relatando uma posição acerca do fato. Não menciona e também não convida nenhum interlocutor para discutir a questão proposta. Não é possível afirmar que houve a intenção de estabelecer uma conversa, podendo ser considerado apenas um desabafo, uma expansão de pensamentos pessoais.

No entanto, ao observar a **Figura 5** perceber-se-á que o texto rendeu outros sete comentários, com apenas um interlocutor. E em relação à ocorrência de tempo, esse diálogo foi estabelecido com respostas publicadas em até uma hora da publicação anterior. Logo, não foi simultânea; porém não houve uma demora maior para a interlocução.

 **Jamille Antas**
Greve de funcionários do Maracanã: alguns dias, centenas de notícias, repercussão internacional.
Greve na educação: alguns meses, meia dúzia de notinhas, repercussão???
É o retrato da valorização da educação brasileira. Depois a gente ainda tem q agüentar as emissoras com o discursinho salvacionista. Ah, me poupe!!!!

Copiado de Ana Nogueira!
há 3 horas · Curtir · Comentar

 2 pessoas curtiram isto.

 **Juliana Keffler** É triste notar que com todas as riquezas o nosso país não seja uma superpotência. Culpa? Grande parte dela é dos políticos sim, mas quem coloca os políticos no poder? Nós!
A educação está largada as traças, mas se nós ficarmos de braços cruzados nada irá melhorar. Foi-se o tempo em que as pessoas iam as ruas lutar pelos seus direitos, se queremos um país melhor, temos que começar a lutar pela nossa educação, pela valorização dos nossos mestres, porque todos sabemos que o melhor caminho para o avanço de uma nação é a educação.
há 3 horas · Curtir

 **Juliana Keffler** Infelizmente a mídia não dá tanta repercussão a esses assuntos importantes, mas se forem constantes as mobilizações e se cada cidadão tomar a consciência que a educação é a base de tudo, que se não houver uma melhora urgente no nosso sistema educacional o nosso país vai parar, não vamos chegar a lugar algum. Primeiro precisamos nos mobilizar, para mobilizarmos as pessoas ao nosso redor e aos poucos vamos mobilizando a todos e iremos conseguir uma valorização digna para os profissionais que são responsáveis pelo futuro do nosso país.
há 3 horas · Curtir

 **Jamille Antas** Putz, Juliana Keffler, que orgulho! Que bom saber que eu sou sua professora! As pessoas precisam querer refletir!
há 3 horas · Curtir

 **Jamille Antas** Juh, isso é uma questão social, bastante complexa, pensemos: quem está no poder - que é a classe dominante - terá filhos que não querem pensar/questionar pq já estão numa situação bastante confortável ; por outro lado, temos os dominados, esses não refletem pq não acreditam na possibilidade de mudança, assim acham que o pouco já é o suficiente. Meu questionamento é: Onde eu estou, não sou dominada, nem dominadora, ficamos nós onde?! No meio, não pertencemos aos dominantes, mas não submissos como os dominados. E o que nos resta?! Eu juro que eu não tenho essa resposta para te dar. A educação é uma macroestrutura, onde as ferramentas de poder estão interligadas, desde o voto até as roubafeiras. Somos uma das áreas que mais recebe dinheiro, mas onde e para quem se investe?! É uma questão tão filosófica que passaríamos horas a discutir e talvez percebêssemos ao final que para que houvesse de fato uma transformação teria que haver uma mudança estrutural. É tão tão difícil pensar numa sociedade de iguais, isso ficará para Deus e não para nós, certamente! Muito bom refletir com vc!
há 2 horas · Curtir

 **Juliana Keffler** Nos resta tentar mudar, mas somos poucos os que queremos mudar essa situação, se investe no bolso dos políticos ou na alienação das pessoas. hahaha Com certeza isso cabe a Deus. A Bíblia diz o amor de quase todos se esfriaria e uma das grandes provas, se não a maior disso é essa desigualdade entre as pessoas, mas disse Jesus: "No mundo tereis aflições, mas tende bom ânimo, porque Eu vencí o mundo" Temos que entregar tudo nas mãos de Deus e pedir orientação do melhor que nós podemos fazer. ;)
Foi muito bom refletir com você também, professora.
Bom final de semana pra você!
há 2 horas · Curtir

da. Se foi bom, é maravilhoso. Se foi ruim, é experiência”. Não há nenhuma marca linguística que identifica a vontade de estabelecer o diálogo, como uma pergunta ou marcador conversacional.

Ocorrendo às 16h18 de uma quarta-feira, em sete minutos foram postados mais quatro comentários (UCs 02, 03, 04 e 05), participando desse evento os coenunciadores “AC” e “VL”. Nota-se também que, apesar de haver uma interrupção de vinte horas, mais um participante (“RM”) intervém com mais dois comentários (UCs 06 e 08), intercalado com o texto de “VL”, que já tinha participado no dia anterior. Também é relevante observar a mudança de tópico, talvez colaborado pelo distanciamento temporal, que servirá para pesquisas futuras acerca do tema.

Segue, a seguir, um registro de uma conversa realizada no intervalo de menos de duas horas, apresentando um total de dezenove comentários, além da publicação inicial que motivou as demais. O diálogo foi iniciado pelo texto: “Alguém, pode me explicar o que está acontecendo com meu Rio de Janeiro? É prédio que desaba, boeiro q explode, explosão no Cais, explosão no restaurante, chuva q quando vem destrói tudo... tá complicadão.... MEDO!” (**Figura 6**).



The image shows a screenshot of a Facebook post and its comments. The post is by Carina Trajano, who asks for an explanation of a situation in Rio de Janeiro involving a building falling, a fire, an explosion at the Cais, an explosion at a restaurant, and rain that destroys everything. The comments are from Ana Teresa Peixoto and Diego Saldanha, both expressing agreement and concern about the situation.

Carina Trajano
Alguém, pode me explicar o que está acontecendo com meu Rio de Janeiro? É prédio que desaba, boeiro q explode, explosão no Cais, explosão no restaurante, chuva q quando vem destrói tudo...tá complicadão....MEDO!
Curtir · Comentar · há 4 horas · 🌐

👍 4 pessoas curtiram isto.

💬 Exibir todos os 18 comentários

Ana Teresa Peixoto Prédios ruindo por pura ganância dos proprietários de aumentar espaços = querer ganhar mais \$\$\$\$\$\$\$\$\$\$ = lucro em detrimento da segurança!!!
há 3 horas · Curtir · 👍 2

Diego Saldanha Ana concordo com você em numero, grau e gênero, mas tem pessoas que aproveitam essas situações para aparecer e isso eu não aturo. Em ano de eleição uma borrada na cueca (ou calcinha) vira uma diarréia!!!
há 3 horas · Curtir · 👍 1

(Figura 6)

Essa prática sugere um desvirtuamento da proposta da ferramenta, considerando que, como já foi citado anteriormente, existe no Facebook um aplicativo de conversa simultânea, que é o que praticamente

ocorreu nesse caso. É premente esclarecer que a diferenças entre tais usos envolve o fato do último ser privado e o que está sendo estudado é público, no qual qualquer um do grupo pode intervir.

Por último, um enunciado curto “Frio!!!!” motivou 44 comentários (Figura 7), o primeiro iniciando às 12:44h e o último publicado às 20:46h. Analisando mais detalhadamente, durante a ocorrência das seis últimas mensagens (Excerto 3), houve três interrupções da interação, a primeira entre 13:00h e 14:10h (UCs 39 e 40), a segunda entre 14:10h e 16:08h (UCs 40 e 41) e a última entre 16:12h e 20:36h (UCs 42 e 43). Os 38 comentários iniciais foram registrados em apenas dezesseis minutos de conversa.



(Figura 7)

Excerto 2

| | | | |
|----|----|--------|--|
| 39 | RA | 13:00h | ai eu vou na LAPA sexta que vem tchuy fala para o AB, pra mim por favor..... Tah bom..... Que bom q mora na tijuca vem aqui.... Vc vai gostar da baguncinha.....kkkkkk |
| 40 | JS | 14:10h | não sei aonde vc mora raquel |
| 41 | RA | 16:08h | eu moro na vila da penha, na AV. MERITI,.... |
| 42 | PP | 16:12h | koé otávioooo |
| 43 | OA | 20:36h | koe espertus!!!! |
| 44 | JS | 20:46h | Conheco sim raqui |

Para refletir sobre estes distanciamentos temporais, é válido ressaltar que no texto oral “as falas simultâneas ou sobrepostas, também as pausas, os silêncios e as hesitações são organizadores locais importantes, podendo configurar lugares relevantes para a transição de um turno a outro” (MARCUSCHI, 2007, p. 27), porém nos encontros sociais virtuais, essas ausências interacionais não podem ser tomadas como variáveis para caracterização do diálogo. Podem significar apenas a ausência no acesso à rede social, considerando que os interactantes não estão presentes fisicamente.

5.2. Mudanças de Footing

Se, numa conversa:

há alguém que inicia com um objetivo definido em questão de tema a tratar e então supõe que o outro esteja de acordo para o tratamento daquele tema, o que indica que além do tema em mente ele tem também uma pressuposição básica, que é a aceitação do tema pelo outro (*Ibidem*. p. 15-16),

Dessa forma, ao comentar qualquer enunciado que represente um pensamento pessoal, em princípio está sendo aceito o tema proposto naquele texto. Essa ocorrência pode ser verificada no exemplo da **Figura 8**, que inicia com o seguinte enunciado “dia muito muito triste:(”, que sofre a seguinte interação num intervalo de apenas dois minutos: “What’s up?? C”, realizado por “Z”. Cinco minutos depois, “N” ainda complementa a indagação com outra pergunta: “Que foi amiga?!”.



(Figura 8)

Após duas horas, ainda sem resposta, um novo enunciador (“P”) participa com o seguinte questionamento, deduzindo o tema em questão: “Pelo que aconteceu aí nos prédios?? Amiga... me conta direito como foi isso... Vc sabe de alguma coisa oficial?”. Essa interação evidencia portanto que, a partir do primeiro comentário, todos os participantes demonstraram interesse no tema em questão, atendo-se ao mesmo assunto.

A mudança de *Footing* caracteriza-se pelas alterações dos alinhamentos entre os participantes. Segundo Goofman: “os *footings* são introduzidos, negociados, ratificados (ou não), cossustentados e modificados na interação” (2002. p.108). Enquanto ação dinâmica e representa-

tiva de um enquadre (o que está acontecendo no aqui e agora), pode ser reproduzido desde um não entendimento do enunciado proposto, como também a intenção de mudança do tema nas interlocuções entre os atores sociais.

Na situação presente no Excerto 3, temos um caso em que o coenunciador não demonstra aceitação do tema apresentado, comentando sobre um assunto que não está disposto no texto que origina a interação:

| | | Excerto 3 | |
|----|----|--------------------|---------------------------------------|
| 01 | MP | Segunda, às 09:08h | Da-lhe INTER!!! |
| 02 | MP | Segunda, às 09:09h | Só podia ser Damigol |
| 03 | RC | Segunda, às 22:19h | po vc não fala comigo |
| 04 | MP | Terça, às 08:31h | Fala Raquel como nao falo você ta bem |

As duas primeiras unidades comunicativas (UCs) pertencem ao participante “MP”, que enunciou: “Da-lhe INTER!!!” e “Só podia ser Damigol”. Esse usuário comentou sobre um jogo que ocorria simultaneamente à sua fala, indicando a atuação de um dos jogadores do time Internacional (Damigol). Por falta de entendimento ou simplesmente por opção, “RC” interagiu com a afirmativa (ou queixa): “po vc não fala comigo” (UC 03).

É nítida a mudança de *footing* já que o enquadre, o contexto da fala foi alterado bruscamente. Pode, inclusive, aparentar incoerência, porém, é indiscutível a relevância de uma intenção comunicativa na produção e recepção de dada elocução. Caso houvesse a proposta de uma microanálise do exemplo acima, poderia também ser considerado o intervalo de aproximadamente onze horas entre os comentários, que talvez pudesse ter propiciado a alteração de rumo da conversa.

5.3. Marcadores conversacionais

A semelhança entre as seguintes frases “Será que é conjuntivite?” (Excerto 4), “Bom diaaaaaa!!!” (Excerto 5) e “Frustração x decepção. Falta de interesse x comodismo qual desses é o mais difícil de aceitar?” (Excerto 6) envolve a intenção comunicativa. Tanto nos exemplos das perguntas diretas, como na saudação através de cumprimento (“Bom dia”), percebem-se situações sociais que criam a expectativa da resposta, mesmo que nesse caso o interlocutor possa ser qualquer um dos quase duzentos amigos que o usuário possua. Aliás, o grande número de pessoas vinculadas à rede social aumenta ainda mais a incidência de um co-

mentário à mensagem postada.

Excerto 4

| | | | |
|----|----|-------------|-----------------------------|
| 01 | LR | Há 11 horas | Será que é conjuntivite? |
| 02 | FC | Há 11 horas | Ui |
| 03 | LR | Há 11 horas | vc tem trauma né amiga? Bjs |
| 04 | FC | Há 11 horas | Trauma é pouco. |

Excerto 5

| | | | |
|----|----|-------------|---|
| 01 | AL | Há 13 horas | Bom diaaaaaa!!! |
| 02 | KK | Há 8 horas | Bom diaaa. |
| 03 | AL | Há 6 horas | Eita dia lindoooo que tá fazendo hj!!! Obrigado Deus. |
| 04 | CM | Há 5 horas | Boa tarde Aninha... |

Excerto 6

| | | | |
|----|----|------------|---|
| 01 | HC | Há 7 horas | Frustração x decepção. Falta de interesse x comodismo qual desses é o mais difícil de aceitar? |
| 02 | JP | Há 4 horas | Não sei qual, mas tenho uma foto que ilustra bem o que vc falou. olha a mais recente do meu mural. :) |

Ainda a partir das UCs citadas, são facilmente identificáveis as marcas linguísticas presentes nos Excerto 4 e 6 que incitam ao diálogo, exemplificadas através das expressões “né?” e “olha”.

Os recursos verbais que operam como marcadores formam uma classe de palavras ou expressões altamente estereotipadas, de grande ocorrência e recorrência. Não contribuem propriamente com informações novas para o desenvolvimento do tópico, mas situam-se no contexto geral, particular ou pessoal da conversação. Alguns são sequer lexicalizados, tais como ‘mm’, ‘ahã’, ‘ué’ e muitos outros (MARCUSCHI, 2002, p. 62-63).

Segue um último exemplo (Excerto 7) com diversos marcadores para ilustração dessas ocorrências nas interações virtuais do Facebook.

Excerto 7

| | | | |
|----|----|----------|---|
| 01 | AL | às 17:57 | Não aguentei a uma Budweiser!!! ai,ai,ai... |
| 02 | AL | às 18:00 | Tava tão gelada, que não aguentei. Affe... |
| 03 | SL | às 18:03 | Tudo de bom né...tem 2 lá em casa tb rrsrrs |
| 04 | AL | às 18:08 | Eh uma delicia... |
| 05 | AV | às 18:47 | Meninas bebam todas e não guardem nenhuma para o amigo aqui... |
| 06 | AL | às 18:58 | Pq tá Alessandro?Fabi vetou a cervã?kkk...brincadeirinha. |
| 07 | AV | às 19:30 | Ah, ela não tem esse poder "ainda" não, rrsr |
| 08 | AL | às 19:42 | kkk..amiga Fabi, que marido fofo, disse ela ainda não tem esse poder, quer dizer ainda pode ter. KKK...Cri...Cri... |

Do participante “AL” foram enunciados “ai, ai, ai...” (UC 01), “Affe...” (UC 02), “Pq” (UC 06) e “Cri... Cri...” (UC 08). Já o interagente “SL” citou “né” (UC 03) e, finalizando, “AV” utilizou-se dos marcadores “Meninas” (UC 05) e “Ah” (UC 07).

Nas falas em interação realizadas face a face, esses marcadores conversacionais são naturalmente ampliados em função dos recursos da comunicação não verbal, afinal, pausas, entonações, olhares e gestos são representativos na significação de dados informacionais no discurso. Sobre os recursos paralinguísticos, afirma Marcuschi: “Estabelecem, mantêm, e regulam o contato: uma palmadinha com a mão durante um turno, um olhar incisivo ou um locutor que nunca enfrenta seu parceiro significam muito” (*Ibidem*, p. 63).

6. Conclusão

O estudo da fala-em-interação na comunicação virtual ainda é relativamente novo. Pelo menos nos Estudos da Linguagem, em que urgem novas pesquisas acerca das características e especificidades dos enunciados utilizados para fins de conversação, tanto nas redes de relacionamento – como o Facebook –, como em outros ambientes disponíveis na *web*.

A presente pesquisa busca comprovar que na rede social considerada muitas vezes são apresentadas marcas linguísticas que suscitam o diálogo, realizando um convite à situacionalidade de uma conversa, bastante semelhante às interações circunstanciais.

Foram abrangidos na análise de *corpus*: a sincronicidade dos comentários publicados, assim como sua possível influência para o prolongamento da sequência dos enunciados; os marcadores conversacionais, necessariamente verbais e escritos, já que os paralinguísticos são desconsiderados no contexto de textos digitais; e a mudança de *footing*, importante conceito que abrange também os entendimentos e aceitações dos temas no diálogo.

Assim, o estudo descritivo, que detalha e enumera esses fenômenos e usos, é extremamente importante para iniciar uma pesquisa que deve ser aprofundada e seguida. Afinal, como são infinitas as possibilidades comunicativas diante dos inúmeros avanços tecnológicos, também será infindável e contínua a busca pelo conhecimento nas linguagens por ela utilizadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Fernando Afonso; GONÇALVES, José Carlos (Org). *Interação, contexto e identidade em práticas sociais*. Niterói: Eduff, 2009.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

CRYSTAL, David. *Language and internet*. New York: Cambridge University Press, 2004.

FIORIN, José Luiz. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 2008.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. *Introdução à linguística da enunciação*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

GARTON, L.; HAYTHORNTHWAITE, C.; WELLMAN, B. Studying Online Social Networks, *Journal of Computer Mediated Communication*, n. 3, vol 1, 1997. Disponível em:

<<http://www.ascusc.org/jcmc/vol3/issuel/garton.html>>. Acesso em: 05 maio 2004.

Digital e Mídia. *O Globo* (digital). “Facebook caminha para 700 milhões de usuários, mas perde inscritos nos países em que decolou primeiro”. Disponível em:

<<http://oglobo.globo.com/tecnologia/mat/2011/06/13/facebook-caminha-para-700-milhoes-de-usuarios-mas-perde-inscritos-nos-paises-em-que-decolou-primeiro-924670545.asp>>. Acesso em 29 ago 2011.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *Análise da conversação*. Princípios e métodos. São Paulo: Parábola, 1996.

LEVY, Pierre. *A ideografia dinâmica*. Rumo a uma imaginação artificial? São Paulo: Loyola, 1991.

_____. *A inteligência coletiva*. Por uma antropologia do ciberespaço. São Paulo: Loyola, 1994.

_____. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1997.

LODER, L. L.; JUNG, N. M. (Org.). *Fala-em-interação social: introdução à análise da conversa etnometodológica*. Campinas: Mercado das Letras, 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Análise da conversação*. 6. ed. São Paulo: Ática, 2008.

_____. *Cognição, linguagem e práticas interacionais*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

_____. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Pau-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

lo: Parábola, 2008.

PAVÃO JR; Jadyr; SBARAI, Rafael. *O que quer o senhor das redes. Veja.* ed. 2237, ano 44, nº 40. Cad. Especial, p. 90-97. São Paulo: Abril. 5 out. 2011.

RECUERO, Raquel. *Redes sociais na internet.* Porto Alegre: Sulina, 2009.

RIBEIRO, Branca; GARCEZ, Pedro (Orgs.). *Sociolinguística interacional.* São Paulo: Loyola, 2002.

**ANÁLISE DO DISCURSO PUBLICITÁRIO PRESENTE
EM UM EPISÓDIO DE BOB ESPONJA
SOB A PERSPECTIVA SEMIOLINGÜÍSTICA**

Glacy Kelli Reis da Silva Xavier (UFF)
glaycikelli@yahoo.com.br

RESUMO

O ensino de língua portuguesa tem tirado o foco exclusivo dos aspectos formais da língua e valorizado seu uso, por meio do trabalho com os diversos gêneros textuais presentes em nosso dia a dia. Essa ideia já é bastante difundida no meio acadêmico e também defendida pelos *Parâmetros Curriculares Nacionais* – PCN (MEC, 2001). Bronckart (1999, p. 103) argumenta que é papel da escola assumir-se enquanto espaço oficial de intervenção para proporcionar ao aprendiz condições para que ele domine o funcionamento textual de diferentes tipos de discurso, pois os gêneros textuais são como um instrumento que possibilita aos agentes leitores uma melhor relação com os textos; ao compreender como utilizar um texto pertencente a um determinado gênero, pressupõe-se que esses agentes poderão agir com a linguagem de forma mais eficaz. Como diretriz para essa pesquisa, foram utilizados pressupostos da teoria semiolinguística de análise do discurso com relação ao ato de linguagem como encenação, à manipulação dos modos de organização do discurso (CHARAUDEAU, 2009) e o discurso das mídias (CHARAUDEAU, 2007). Como *corpus* de análise, foi utilizado um episódio da série de desenhos do personagem Bob Esponja (HILLENBURG, 2003). O presente trabalho tem como objetivo mostrar que é possível levar a teoria para a sala de aula, apontando elementos do desenho animado aos quais se aplicam noções advindas da semiolinguística, possibilitando, assim, a aplicação de tais conceitos nas aulas de produção textual. Enfocou-se especificamente o discurso publicitário presente no desenho animado, mostrando as principais características linguístico-discursivas de tal discurso, para posteriormente iniciar um trabalho com gêneros específicos do domínio publicitário.

Palavras-chave:

Análise do discurso. PCN. Bob Esponja. Gêneros textuais. Desenho animado.

1. *Storyboard*⁸

O professor, muitas vezes, possui dificuldade em relacionar a teoria aprendida na universidade à sua prática pedagógica. No entanto, esse é um movimento essencial, pois toda pesquisa tem o intuito de apresentar algo novo, que traga desenvolvimento à área em que está vinculada.

O presente trabalho tem como objetivo mostrar que é possível levar a teoria para a sala de aula, apontando elementos de um desenho animado aos quais se aplicam noções advindas da semiolinguística, possibilitando, assim, a aplicação de tais conceitos nas aulas de produção textual.

Dessa forma, como diretriz para a pesquisa, foram utilizados pressupostos da teoria semiolinguística de análise do discurso com relação ao ato de linguagem como encenação, à manipulação dos modos de organização do discurso (CHARAUDEAU, 2009) e o discurso das mídias (CHARAUDEAU, 2007). Como *corpus* de análise, foi utilizado um episódio da série de desenhos do personagem Bob Esponja⁹ (HILLENBURG, 2003).

2. *Animação: a abordagem semiolinguística*

A teoria semiolinguística de análise do discurso, criada pelo linguista francês Patrick Charaudeau, do Centre d'Analyse du Discours da Universidade de Paris XIII, trata-se de uma análise que “vê a linguagem como veículo social de comunicação”.

A semiolinguística possui uma perspectiva multifacetada, buscando informações em diferentes campos do conhecimento e servindo como fonte de pesquisa para os mesmos; possui, então, um caráter transdisciplinar.

⁸ *Storyboard* é uma espécie de história em quadrinhos que dá uma ideia do que vai acontecer em cada quadro do desenho animado. Quando o *storyboard* está pronto, aí sim desenhistas, diretores de arte e dubladores assumem o desafio de compor a mágica da animação. (*Revista Mundo Estranho*, 27/01/2011).

⁹ *Bob Esponja Calça Quadrada (SpongeBob SquarePants)* é um desenho animado produzido pela *Nickelodeon Animation Studios* e criado pelo animador e biólogo marinho Stephen Hillenburg. Bob é um cidadão simples e gentil. Trabalha em um restaurante chamado Siri Cascudo, com seu vizinho mal-humorado Lula Molusco. Seu melhor amigo é Patrick, uma estrela do mar. (*Wikipedia*, 04/08/2010).

De acordo com os pressupostos dessa teoria, o discurso é visto como um “jogo comunicativo” e a produção dos atos de linguagem orienta-se por um propósito de “agir sobre o outro”:

o TU não como um simples receptor, mas sim como um sujeito que elabora uma interpretação em função do ponto de vista que ele tem sobre as circunstâncias do discurso e sobre o EU. O EU, por sua vez, descobrindo que o TU-interpretante não é o mesmo que ele imagina, descobre-se como um outro EU, sujeito falante fabricado pelo TU-interpretante (FREITAS, 2009, p. 191).

Dessa forma, o discurso é visto por Charaudeau como um fenômeno comunicativo por excelência. O outro aspecto importante do ato comunicativo, ou do ato de linguagem seria a situação de comunicação, ou seja, o quadro psicossocial no qual se acham os parceiros da troca linguageira. Tais parceiros são determinados por uma identidade e são ligados por um contrato de comunicação; além disso, durante o processo comunicativo, eles acionam estratégias de linguagem adequadas, visando garantir as condições de sucesso de suas empreitadas comunicativas.

A noção de contrato (CHARAUDEAU, 2009, p. 56) pressupõe que os indivíduos pertencentes a um mesmo grupo social sejam capazes de chegar a um acordo sobre as representações linguageiras de suas práticas sociais. A noção de estratégia (*op. cit.*, p. 56), por sua vez, está ligada à ideia de que o sujeito comunicante idealiza, organiza e encena suas intenções de modo a produzir certos efeitos – de sedução ou persuasão – sobre o sujeito interpretante, tentando fazer com que ele se identifique – de forma consciente ou não – com o sujeito destinatário ideal, construído pelo sujeito comunicante.

O ato da comunicação está envolvido, então, em uma dupla aposta, pois o "sujeito falante" espera que os contratos que está propondo sejam bem percebidos pelo sujeito interpretante, e espera também que as estratégias que utilizou produzam o efeito esperado.

Ao elaborar sua "gramática do sentido e da expressão", em 1992, Charaudeau tinha por objetivo descrever as categorias da língua do ponto de vista do sentido e da maneira como são usadas pelo locutor para construir um ato de comunicação. Cada texto tem algo a dizer e é *organizado de acordo com uma determinada estrutura*.

Segundo Charaudeau (2009, p. 68), *os modos de organização do discurso* constituem "os princípios de organização da matéria linguística, princípios que dependem da finalidade comunicativa do sujeito falante": *enunciar, descrever, contar, argumentar*. Cada uma dessas ordens tem

diversos componentes e a combinação desses diferentes componentes e modalidades permite compreender os diferentes tipos de discurso (científico, jornalístico, pedagógico, publicitário etc.).

Dessa forma, os quatro modos de organização do discurso são o *enunciativo*, o *narrativo*, o *descritivo* e o *argumentativo*. Cada um desses modos possui uma função de base e um princípio de organização.

O *modo enunciativo* refere-se aos protagonistas, seres da fala, internos ao ato de linguagem, e seus comportamentos particulares. Nesse sentido, o modo enunciativo organiza as categorias da língua, ordenando-as de forma a que deem conta da maneira pela qual o sujeito falante se "apropria" da língua. Assim, é possível distinguir três funções do modo enunciativo, quanto à posição assumida pelo locutor: estabelecer uma relação de influência entre o locutor e interlocutor, a que denominamos *ato alocutivo* (refere-se à relação do locutor com o interlocutor); revelar o ponto de vista do locutor, a que denominamos *ato elocutivo* (refere-se à relação do locutor com o que ele diz); retomar a fala de um terceiro, a que denominamos *ato delocutivo* (refere-se à relação do locutor com o que o outro diz).

Em conversa informal com Patrick Charaudeau no II Fórum Internacional de análise do discurso, realizado de 8 a 10 de setembro de 2010 na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o autor explicou que em todos os textos predomina o modo enunciativo e, dependendo do gênero, ele pode ser mais narrativo, descritivo ou argumentativo; ainda acrescentou que o modo enunciativo contribui para a formação dos outros modos do discurso.

O *modo narrativo* consiste em construir a sucessão das ações de uma história no tempo, com a finalidade de fazer um relato. Os procedimentos discursivos na encenação narrativa são abordados nas maneiras de implicar o destinatário-leitor, nos modos de intervenção do narrador e nos estatutos e pontos de vista do narrador.

O *modo descritivo* consiste em nomear, localizar/situar e qualificar os seres do mundo, com uma maior ou menor subjetividade. Os procedimentos discursivos na encenação descritiva são abordados nos diferentes efeitos de saber, de realidade/ficção, de confiança e de gênero.

O *modo argumentativo* consiste em saber expor e provar causalidades dos acontecimentos, numa visada racionalizante para influenciar o interlocutor. Para que essa persuasão ocorra, é necessário que eles com-

partilhem representações socioculturais. Os procedimentos discursivos na encenação argumentativa são abordados nos tipos de posição do sujeito que argumenta e nos tipos de valores dos argumentos.

Dessa forma, Charaudeau (2009, p. 77) define texto como a "manifestação material (verbal e semiológica: oral/gráfica, gestual, icônica etc.) da encenação de um ato de comunicação, numa situação dada, para servir ao projeto de fala de um determinado locutor". O autor ainda acrescenta que, como as finalidades das situações de comunicação e dos projetos de fala são compiláveis, cada texto correspondente apresentará constantes que permitirá classificá-los em gêneros textuais. Essa abordagem de gênero textual se aproxima à clássica definição dada por Bakhtin (1994, p. 279): "tipos relativamente estáveis de enunciados", disponíveis na cultura. Charaudeau ainda afirma que os gêneros textuais podem resultar da combinação de vários modos do discurso, sendo que poderá coincidir com aquele que constituir sua organização dominante.

3. *Dublagem: o discurso publicitário*

A propaganda nunca nos abandona. Sempre que estamos folheando uma revista ou jornal, ligamos a TV ou olhamos para cartazes nas ruas, prédios e outdoors, estamos diante de anúncios.

Na língua portuguesa, o termo *publicidade* é utilizado em referência à venda de produtos e serviços. Tal termo deriva de "público" do latim *publicus*, designando a qualidade daquilo que é público; seria, portanto, o ato de divulgar, tornar pública uma ideia (MONNERAT, 2003, p. 13). Já *propaganda*, em nossa língua, seria um termo mais abrangente, servindo tanto para designar a propagação de ideias, quanto para o mesmo sentido de publicidade.

A publicidade, em sua configuração atual, é uma forma de comunicação voltada para a divulgação positiva de produtos ou serviços, visando despertar o interesse de consumo. Com esse objetivo, a publicidade se transforma em um verdadeiro jogo em que o anunciante tenta agir sobre o outro, na tentativa de "com-vencer" e, assim, a construção discursiva dará prioridade não a o quê dizer, mas como dizer, de modo que o consumidor preste atenção no que está sendo mostrado (CASTRO, 2006, p. 110).

Sob a perspectiva semiolinguística, Charaudeau propõe um esquema que representa os diferentes lugares de construção de sentido da

máquina midiática (CHARAUDEAU, 2007, p. 23):

| Os três lugares da máquina midiática | | | | |
|--|---|---|---|--|
| Produção | | Produto | Recepção | |
| Lugar das condições de produção | | Lugar de construção do produto | Lugar das condições de interpretação | |
| [Externo-Externo] | [Externo-Interno] | [Interno] | [Interno-Externo] | [Externo-Externo] |
| Práticas de organização socioprofissionais | Práticas de realização do produto | Organização estrutural semidiscursiva segundo hipóteses sobre a co-intencionalidade | Alvo imaginado pela instância midiática | Público como instância de consumo do produto |
| Representações por discursos de justificativa da intencionalidade dos "efeitos econômicos" | Representações por discursos de justificativa da intencionalidade dos "efeitos visados" | Enunciador-destinatário "efeitos possíveis" | "efeitos supostos" | "efeitos produzidos" |

Quadro 1: *Os três lugares de construção de sentido da máquina midiática*

Esse quadro baseia-se na encenação discursiva do ato de comunicação. Charaudeau (*op. cit.*, p. 23) afirma que o sentido do ato comunicativo dependerá da relação de intencionalidade que se instaura na troca entre as instâncias de produção e de recepção.

Conforme descreve Monnerat (2003, p. 30), o contrato comunicativo do gênero publicitário coloca em cena uma dupla estratégia: a estratégia da *ocultação* e a da *sedução/persuasão*. Na primeira estratégia, a palavra publicitária oculta o que se passa no circuito externo, no qual os participantes estão ligados por relações de interesse bem mais proveitosas para o publicista do que para o consumidor. Na segunda, o publicitário deve procurar conquistar o destinatário, mediante a fabricação de uma imagem de sujeito-destinatário suficientemente persuasiva e sedutora, de modo que o interlocutor possa se identificar com ela.

Desse modo, Charaudeau (*apud* PEREIRA, 2008, p. 39) destaca que a sedução pela linguagem leva à persuasão, o que, conseqüentemente, significaria a satisfação de um desejo tangível, como se fosse uma ne-

cessidade de existência como a fome ou sede, ou o benefício pelo consumo de algo. Tal fato revela em si a grande tendência argumentativa dos gêneros publicitários.

De acordo com Perelman & Olbrechts-Tyteca (2000, p. 50), o objetivo de toda argumentação é provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que lhes são apresentadas; uma argumentação eficaz seria, portanto, aquela que consegue aumentar intensidade dessa adesão, de forma que desencadeie no interlocutor a ação pretendida, ou pelo menos crie neles uma disposição para a ação, que se manifestará no momento oportuno.

Para "atingir" o sujeito alvo, o sujeito argumentador deve conhecer o mesmo. Segundo Perelman & Olbrechts-Tyteca (*op. cit.*, p. 8), mudando o sujeito alvo, a argumentação muda de aspecto e, se o objetivo é sempre de agir "eficazmente sobre os espíritos", deve-se levar em conta a "qualidade dos espíritos" que se deseja convencer, ou seja, adequar seu discurso ao interlocutor. Podemos perceber isso na publicidade quando observamos os diferentes anúncios destinados à produtos para crianças, mulheres, homens etc.; cada uma revelará características próprias, de acordo com o público a que se destina. Conforme afirma Vestergaard & Schröder (2000, p. 9), o método de persuasão variará conforme o produto, a idade, o sexo e a classe social do provável comprador.

Com relação às estratégias, Monnerat (2003, p. 27) descreve que, no discurso publicitário, evidenciam-se a *singularização* e a *pressuposição*, próprias do discurso argumentativo. A singularização é um procedimento por meio do qual, de maneira explícita ou implícita, procura-se distinguir o produto (marca) dos outros produtos existentes, tornando-o único. Na pressuposição procura-se produzir, por diversos meios, uma imagem do destinatário da qual ele próprio não possa fugir.

Quanto à lógica argumentativa, Monnerat (*op. cit.*, p. 28) ainda afirma que os textos publicitários “tratam sempre de maneira mais ou menos explícita do produto (P), da marca do produto (M), das qualificações do produto (q) e do que ele oferece (R)”, e propõe a seguinte fórmula:

$$P (M) \times q \cup R$$

Quadro 2: *lógica argumentativa nos textos publicitários*

Por fim, para "seduzir" o interlocutor, o sujeito argumentante pode agenciar e tomar procedimentos de outros modos discursivos – o descritivo, o narrativo e o enunciativo (MENEZES, 2006, p. 97): ao formu-

lar seus argumentos, apresentando motivos para que o interlocutor adquira o produto anunciado, o locutor poderá contar fatos ou narrar histórias (modo narrativo), dar as características do produto (modo descritivo) e até mesmo agir sobre o interlocutor, atribuindo-lhe um comportamento a assumir (modo enunciativo).

4. *Projeção: análise do episódio Chocolate com Nozes*

De acordo com Garcez (2005, p. 106), o material audiovisual oferece ao professor possibilidades múltiplas e flexíveis de trabalho. Segundo a autora, o texto audiovisual pode tanto servir para trazer informações acerca de um tema ou de um assunto (nesse caso, o trabalho pedagógico "vai privilegiar as habilidades de: ouvir, ver, compreender, relacionar, associar, selecionar informações, fazer anotações, memorizar, interpretar, argumentar..."), assim como servir de base para um trabalho sobre a linguagem que está sendo utilizada nele próprio (nesse caso, o trabalho focaliza propriamente o uso da linguagem escrita e visual).

Apesar de o desenho animado "Chocolate com nozes" (HILLENBURG, 2003 – *anexo I*) pertencer a um gênero textual diferente dos gêneros do domínio publicitário (anúncio, comercial, classificados, etc.), esse episódio especificamente exemplifica vários aspectos da teoria apresentada, possibilitando levar os alunos a refletiram sobre os mesmos, após identificação com os personagens. Isso possibilita a utilização de tal recurso audiovisual na introdução e motivação de projetos que envolvam a leitura e produção de textos de gêneros do domínio publicitário, já que é possível explorar tanto sua temática (publicidade; sedução/persuasão do cliente), quanto a linguagem empregada nele.

No presente trabalho, será focalizado especialmente o circuito interno (onde ocorre o diálogo entre as personagens) do episódio "Chocolate com nozes", com o objetivo de verificar o discurso publicitário presente nele. A observação e a análise do nível intratextual é o que torna possível relacionar vários aspectos da teoria apresentada aos diálogos e situações que acontecem entre as personagens.



Nesse desenho animado, Bob Esponja e seu amigo Patrick recebem por engano do correio uma edição de “Boa Vida”, revista de celebridades e pessoas muito ricas. Eles querem saber de onde vem todo o dinheiro dessas pessoas. Lula Molusco, vizinho de Bob e verdadeiro dono da revista, explica que estes são empreendedores, pessoas que vendem produtos que as outras pessoas precisam.

De acordo com Monnerat (2003, p. 12), na publicidade,

os objetos são “semantizados”. Cria-se, portanto, uma noção de status, conferido pela aquisição de bens ligados ao conforto e ao lazer. Os objetos que a publicidade toca conferem prestígio, porque o produto anunciado extrai seu valor menos de sua utilidade objetiva do que de um sentido cultural, servindo para manter um *status* efetivo, ou sonhado.

Com isso, nasce nas personagens o desejo de também possuírem uma “boa vida” e tornarem-se empreendedores. Pode-se relacionar tal passagem com a afirmação de Charaudeau (2008, p. 257) de que, na sociedade do consumo, “o indivíduo se libera da fatalidade e de seu ‘grupo de origem’, que o cravava a seu destino, para viver segundo um ‘grupo de referência’ ideal, que lhe dá a ilusão de sua liberdade, de um novo poder”, simulando, assim, a igualdade entre as classes. Para tornarem-se ricos empreendedores e terem uma “vida boa”, surgem, então, as questões: que produto vender? Como vender?

Os dois decidem, então, tornarem-se vendedores ambulantes de chocolate, produto muito apreciado por eles. O modo de vender e as estratégias utilizadas vão mudando ao longo do episódio, enquanto eles analisam seus fracassos, acertos e as propagandas que conhecem.

Cerculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Na primeira venda, ao citarem o nome "chocolate", o cliente fica enlouquecido e eles saem correndo apavorados.

A continuação é o diálogo descrito abaixo:



Legenda: B – Bob Esponja P – Patrick C2- Cliente 2

- B–** Ah, o primeiro cara não conta. Agora, vamos dar o primeiro passo (toca a campainha). Bom dia, senhor, você gostaria de comprar chocolate?
- C2–** Tabletes de chocolate?
- B–** Sim, senhor. Somos vendedores de chocolate.
- C2–** Ah, uma dupla de vendedores medíocres, se querem saber! Isto não é jeito de levar a mercadoria... Não, não, não, errado! Vocês querem ser bons vendedores, não querem?
- B/P–** Ah, com toda certeza, senhor!
- C2–** Bom, nenhum vendedor de chocolate de respeito pode ser visto por aí sem uma dessas!
- B–** Legal... O que é isso?
- C2–** É uma bolsa para doces, seus patetas. Especialmente projetada para acomodar cada doce num forro de veludo confortável. Mas... Estou perdendo meu tempo, não precisam disso.
- B/P–** Precisamos, precisamos!
- C2–** (contando dinheiro) Até logo, rapazes! Boa caçada! He, he, he!
- B/P–** Vida boa, aí vamos nós! Lá, lá, lá, lá...

Nesse trecho, Bob e Patrick pretendem vender seus chocolates, mas, como ainda não dominam a "técnica" de captação/sedução, acabam sendo convencidos pelo cliente, um experiente vendedor, a adquirir as bolsas que ele estava vendendo.

Em tal cena, também é possível depreender as estratégias do dis-

curso argumentativo presentes no texto publicitário, destacadas por Monnerat (2003, p. 27): a *singularização* e a *pressuposição*.

Na singularização, conforme foi discutido anteriormente, o anunciante procura distinguir a marca/produto dos outros existentes, tornando-o único. O cliente-vendedor faz isso muito bem quando descreve as bolsas:

– É uma bolsa para doces, seus patetas. Especialmente projetada para acomodar cada doce num forro de veludo confortável.



A expressão "especialmente projetada" é essencial para a singularização do produto. Além disso, o cliente-vendedor "joga" muito bem com as palavras, de modo a tornar seu produto realmente especial. Nesse caso, também podemos observar na formulação do argumento a utilização do modo de organização Descritivo e da categoria da qualificação (bolsa "para doces", "especialmente projetada", com "um forro de veludo confortável").

Na pressuposição, por sua vez, o anunciante procura criar uma imagem da qual o destinatário não tenha como fugir. Essa estratégia também é muito bem utilizada pelo cliente-vendedor quando desqualifica os vendedores novatos, chamando-os de "mediócras" e apresenta sua mercadoria como essencial para que eles se tornem "bons vendedores".

Dessa forma, pode-se observar que, nesse trecho, o uso de adjetivos (qualificação) é muito importante tanto na singularização do produto como na captação do cliente.

Além disso, após apresentar seu produto, ele testa Bob Esponja e Patrick, de modo a verificar se eles realmente se identificaram com a imagem de destinatário ideal produzida por ele, ao dizer: "Mas... Estou

perdendo meu tempo, não precisam disso". Ao mesmo tempo, ele confirma sua suposição recebendo prontamente a resposta dos dois vendedores ingênuos, quando afirmam: "Precisamos, precisamos!".

Em relação à *modalização*, encontra-se o *ato alocutivo* (locutor U interlocutor):

- no *uso de pronomes e verbos* que se refiram ao interlocutor ("seus patetas", "Vocês querem ser bons vendedores, não querem?");
- na *frase interrogativa* ("Vocês querem ser bons vendedores, não querem?"), que pressupõe uma *sugestão*; segundo Charaudeau (2009, p. 89), na *sugestão*, o interlocutor é tido como envolvido em uma situação desfavorável e, por isso, o locutor propõe a execução de uma ação como um meio de melhorar a situação ("nenhum vendedor de chocolate de respeito pode ser visto por aí sem uma dessas").

Ainda nesse trecho, podemos aplicar a equação proposta por Monnerat (2003, p. 28), citada anteriormente, relacionada à lógica argumentativa, por meio de *dedução*: $P(M) \times q \ U \ R$, ou seja, "se você quer R, então P(M), já que P(M) UR". No trecho em questão, o cliente-vendedor aponta que, **se** eles querem ser bons vendedores, **então** devem adquirir a bolsa para doces, especialmente projetada; **ora**, eles são vendedores medíocres, **logo** precisam da bolsa (relação de causalidade). Isso mostra, como afirma Charaudeau (2009, p. 204), que o aspecto argumentativo encontra-se frequentemente no que está implícito.



Nesse trecho, a venda foi bem sucedida, pois, de acordo com o esquema da "máquina midiática" proposto por Charaudeau (2007, p. 23), ocorreu uma cointencionalidade, em que os *efeitos visados/supostos* pelo vendedor das bolsas coincidiram com os *efeitos produzidos* nos dois personagens principais; dessa forma, na recepção, o alvo imaginado pela instância midiática (espaço interno-externo) encaixou-se no público-

consumidor (espaço externo-externo).

Sem conseguir vender nenhum chocolate, Bob e Patrick passam, então, a pensar sobre as estratégias que poderiam utilizar para captar o cliente. Desse modo, nos trechos seguintes do episódio, vários outros aspectos da teoria apresentada podem ser observados. No entanto, devido à extensão do presente artigo, somente a primeira parte da análise do desenho será registrada.

Enfim, devido aos fatores apresentados, a partir da apresentação do episódio analisado foi possível discutir com os alunos elementos linguístico-discursivos característicos dos textos publicitários, a fim de iniciar o projeto voltado para a leitura, análise linguístico-discursiva e produção de gêneros desse domínio.

5. *The end: considerações finais*

Ao analisar trechos do *corpus* selecionado para esse trabalho, foi possível observar alguns dos aspectos teóricos abordados, mostrando que é possível levar um pouco de teoria para sala de aula, e que ela pode ser uma grande aliada do professor, possibilitando, assim, que as aulas destinadas ao desenvolvimento da leitura e da escrita dos alunos sejam mais produtivas.

Quanto ao texto analisado, vale ressaltar que sua abordagem em aulas de leitura e produção de textos, além da conscientização de mecanismos linguístico-discursivos utilizados no gênero publicitário, possibilita aos alunos a reflexão acerca da manipulação a que todos estão expostos por meio da linguagem e, com isso, tornam-se cidadãos mais críticos, cômicos de seu lugar na sociedade.

Nessa perspectiva, o professor, além de mediador, deve ser um pesquisador, pois o conhecimento das teorias de linguagem pode ser um forte aliado e auxiliá-lo a estar em constante atualização. Sabe-se que não é tarefa fácil aliar teoria à prática, mas cabe ao professor buscar a cada dia novos modos de realizá-la. Desse modo, tornar-se-á mais fácil para o professor reavaliar a sua prática e, quando necessário, reinventar o seu caminho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

BARTHES, Roland. Sociedade, imaginação, publicidade. In: _____. *Inéditos*, v. 3: imagem e moda. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 98-121.

CASTRO, Maria Lília Dias de. Televisão e publicidade: ações convergentes. In: GOMES, Neusa Demartini (Org.). *Fronteiras da publicidade: faces e disfarces da linguagem persuasiva*. Porto Alegre: Sulina, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. 1. ed., 1ª reimp. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. *Linguagem e discurso: modos de organização*. 1. ed., 1ª reimp. São Paulo: Contexto, 2009.

GARCEZ, Lucília Helena do Carmo. A leitura da imagem. In: ALMEIDA, M. Elizabeth B.; MORAN, José Manuel (Orgs.). *Integração das tecnologias na educação*. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 2005, p. 106-111.

HILLENBURG, Stephen. Chocolate com nozes. In: *O Natal de Bob Esponja*. Direção de Stephen Hillenburg. Manaus: Nickelodeon/Videolar, 2003, 1 DVD (110min): son., color., DVD, NTSC.

FREITAS, Ernani Cesar de. O discurso na comunicação organizacional: uma abordagem semiolinguística na inter-relação linguagem e trabalho. *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*. São Paulo, v. 32, n. 1, p. 189-208, jan./jun. 2009.

MENEZES, William Augusto. Estratégias discursivas e argumentação. In: LARA, Gláucia Proença (Org.). *Lingua(gem), texto, discurso: entre a reflexão e a prática*, v. 1. Rio de Janeiro: Lucena; Belo Horizonte: FALÉ/UFMG, 2006, p. 87-105.

MONNERAT, Rosane Santos Mauro. *A publicidade pelo avesso*. Niterói: EdUFF, 2003.

PEREIRA, Rosane da Conceição. *Discurso e publicidade: dos processos de identificação e alteridade pela propaganda brasileira*. Niterói: EdUFF, 2008.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: A nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

REVISTA *Mundo Estranho*. Como é feito um desenho animado?
Disponível em:

http://mundoestranho.abril.com.br/cultura/pergunta_287017.shtml.

Acesso em: 27/01/2011.

SPONGEBOB SQUAREPANTS. In: *Wikipédia: a enciclopédia livre*.
Flórida: Wikimedia Foundation, 2010. Disponível em:

http://pt.wikipedia.org/wiki/SpongeBob_SquarePants. Acesso em: 04-08-2010.

VESTERGAARD, Torben; SCHRØDER, Kim. *A linguagem da propaganda*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

**AS CONSOANTES GEMINADAS LATINAS
NO PORTUGUÊS DO SÉCULO XVIII:
UMA ANÁLISE FILOLÓGICA DE MANUSCRITOS**

Carolina Akie Ochiai Seixas Lima (UFMT)
carolakie@hotmail.com

Elias Alves de Andrade (UFMT e ABRAFIL)
elias@ufmt.br

George Gleyk Max de Oliveira (UFMT)
georgegleyk@gmail.com

RESUMO

Pretende-se, neste capítulo, descrever as consoantes geminadas latinas no português, comprovada através da análise de manuscritos do português do século XVIII em cotejo com a bula papal *Novas Constituere*, em latim, de 1910, para a análise das consoantes geminadas no português. Os manuscritos são de natureza político-administrativa da tipologia carta, instrumento utilizado por Portugal para gerir os destinos do Brasil-colônia, tendo por princípio versarem sobre aspectos geopolíticos da capitania de Mato Grosso no século XVIII.

Palavras-chave:

Consoantes geminadas. Manuscritos. Século XVIII. Ortografia. Fonologia.

1. A língua portuguesa: um breve histórico

A língua portuguesa é uma língua românica, provinda, portanto, do latim, que deu origem também a tantas outras línguas neolatinas, novilatinas ou romances. De acordo com Meyer-Lübke (*Apud SAID ALI*, 2001, p. 24-25), as línguas românicas subdividem-se em: romeno, hoje bem distante de sua origem latina, dalmático, já considerado como língua morta, rético, italiano, sardo, provençal, francês, espanhol e português. Todas estas línguas originaram-se do latim vulgar, uma língua falada na época da expansão do Império Romano.

Segundo Said Ali (2001, p.24),

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Transformou-se o latim em tantos idiomas novos, principalmente porque teve de se acomodar a antigos hábitos de pronúncia dos povos que o adotaram, hábitos em que os povos diferiam uns dos outros. E as modificações se davam não somente porque os órgãos de fonação, habituados aos sons indígenas, sentiam dificuldades em produzir sons estranhos, mas também porque o ouvido percebia mal certos sons que lhe não eram familiares.

O século XII, quando são registrados os documentos mais antigos em português, já mais próximo de sua forma atual do que do latim, é tomado como o início do português histórico, cuja evolução pode ser dividida em dois períodos principais, de acordo com Said Ali (2001, p. 25): o *português antigo*, usado até fins do século XV e início do século XVI; e o *português moderno*, do século XVI até os nossos dias.

O *português moderno*, de acordo com o mesmo autor, subdivide-se nas fases *quinhentista*, *seiscentista*, *setecentista*, podendo ser classificada também como fase de transição, e *hodierna*. Os escritores quinhentistas foram os responsáveis por ousar romper com a velha tradição, colocando na linguagem escrita características do falar corrente, que nessa época se encontrava bem diferente do falar das épocas anteriores. Modernizaram a linguagem, tornando-a mais elegante.

Em português quinhentista foram publicados alguns romances de cavalaria, mas a época foi fecunda no gênero poético e em narrações e descrições relativas às conquistas ultramarinas portuguesas, além das comédias, autos e farsas, muito propícias para o conhecimento da linguagem popular da época. Sá de Miranda e Antônio Ferreira fundaram o teatro português, mas foi Luís Vaz de Camões quem imortalizou o gênero literário da época com sua obra *Os Lusíadas*, de 1572. Como destaque nos gêneros comédia, autos e farsas, está Gil Vicente, tão notável quanto o Pe. Antonio Vieira

A produção literária do século XVII é marcada pela modalidade narrativa e descritiva, com linguagem simples e elegante, segundo Said Ali (2001, p. 26). Já o século XVIII é o das academias literárias onde floresce a poesia em Portugal e no Brasil. Nessa época todas as atenções estavam voltadas à França, por sua influência política e cultural, que reclamava por transformações em todas as áreas. Com isso, o idioma francês foi responsável por legar inúmeros vocábulos ao português, mesmo com a reação adversa dos puristas contra a introdução dos galicismos.

1.1. Periodização do português

Para melhor entender as questões que envolvem o processo histórico de formação do português, apresenta-se o quadro seguinte:

| Períodos | Leite de Vasconcelos | Serafim da Silva Neto | Pilar Vásquez Cuesta | Luís-Felipe Lindley Cintra | Maria Helena Mira-Mateus |
|-------------------------------------|--|--|--|-------------------------------------|--------------------------|
| antes de 900 | P. pré-histórico (até 882) | P. pré-histórico (até 882) | P. pré-literário (até 1216) | P. pré-literário (até 1216) | |
| 900-1000 1000-1100 1100-1200 | P. proto-histórico (882 até 1214/1216) | P. proto-histórico (882 até 1214/1216) | | | |
| 1200-1300 1300-1400 1400-1500 | P. arcaico (1216 até 1385-1420) | P. trovadoresco (1216 até 1420) | P. galego-português (1216 até 1385/1420) | P. antigo (1216 até 1385/1420) | |
| | | P. comum (1420 até 1536/1550) | P. pré-clássico (1420 até 1536/1550) | P. médio (1420 até 1536/1550) | |
| 1500-1600 1600-1700 | P. moderno | P. moderno | P. clássico (1550 até o séc. XVIII) | P. clássico (1550 até o séc. XVIII) | P. clássico |
| 1700-1800 | | | | | |
| 1800-1900 | | | P. moderno | P. moderno | |
| 1900-2000 | | | | | |

(ILARI e BASSO, 2006, p. 21)

1.2. A ortografia

A ortografia da língua portuguesa, de acordo com Said Ali (2001, p.), pode ser dividida em três fases:

a) Fonética com J. J. Nunes e seu *Compêndio de Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, indo dos primeiros textos, no correr do século XIII, até o século XV;

b) Pseudoetimológica, do século XVI até 1904; e

c) Simplificada, de 1904, com a publicação de *Ortografia Nacional*, de Gonçalves Viana, até os dias atuais.

Melo (1981, p. 161-3), a propósito da ortografia portuguesa, afirma:

A ortografia fonética corresponde à fase arcaica do idioma e caracteriza-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

se, de modo geral, pela preocupação de escrever as palavras em harmonia com a pronúncia. Existe assim uma apreciável coerência, ao menos de princípios, e bastante uniformidade. De regra, não se empregavam letras que não correspondessem a nenhum som, letras ditas mudas, e não se dobravam consoantes, à exceção do *r*, *s*, *f*, *l* e *m*. A geminação destas era bem arbitrária, de modo que se encontram nos velhos textos grafias como *terrei* (por *tereí*), *re-corer*, *barete*, *coussas*, *leprossos*, *deffender* e *defender*, *fê* e *fé*, *mall*, *tall*, etc.

[...]

A fase pseudoetimológica da ortografia portuguesa começa com o Renascimento e, portanto, com a intensificação da influência latino-clássica. A escrita latina passou a ser modelo da nossa, do mesmo modo que o vocabulário e a sintaxe da língua de Cícero se tornaram pauta dos nossos escritores. Daí resultou que se inseriram nos hábitos gráficos muitas inutilidades, tais como letras dobradas sem razão e os dígrafos *rh*, *th*, *ph* e *ch* com valor de *k*, por exemplo, *charidade* ou *chaos*.

2. *Os manuscritos e a bula apostólica*

Com vistas à descrição das consoantes geminadas latinas no português do século XVIII, foram selecionados, como *corpora*, seis manuscritos produzidos em Mato Grosso, num total de oito fólios¹⁰, pertencentes ao Arquivo Público do Estado de São Paulo, editados sob as formas fac-similar e semidiplomática em Andrade (2007, p. 129-144)¹¹, em que estão identificados como Ms20 a Ms25, escritos em Vila Bela da Santíssima Trindade, Capitania de Mato Grosso, entre 15 de fevereiro e 18 de dezembro de 1759, aqui renumerados de Ms1 a Ms6, e a Bula Apostólica *Novas Constituire*, Protocolo N. 45/10, Vol. III, N. 61, Ms7 a Ms13, composta de sete fólios, manuscrito produzido em latim, eclesiástico, no papado de Pio X, no Vaticano, em 1910, onde se encontram seus originais.

O termo Bula Apostólica ou Pontifícia refere-se, não ao conteúdo e à solenidade do documento pontifício, mas à apresentação, à forma externa do documento, que recebe esse nome por apresentar-se lacrado com pequena bola, do latim *bullā*, de cera ou metal, em geral, chumbo (*sub plumbo*). Assim, existem *Litterae Apostolicae* (carta apostólica), em forma ou não de bula, e também Constituição Apostólica em forma de bula.

¹⁰ Por fólio entende-se cada folha do manuscrito, que pode ser *recto* (frente) e/ou *verso*.

¹¹ O *corpus* deste trabalho, quanto aos manuscritos, constitui-se das edições fac-similar e semidiplomática realizadas por Andrade (2007, p. 129-144) em sua tese de doutorado "*Estudo paleográfico e codicológico de manuscritos do século XVIII e XIX: edições fac-similar e semidiplomática*".

2.1. Edições fac-similar e semidiplomática dos corpora

Neste trabalho, será feita a edição dos corpora sob a forma fac-similar, que consiste na reprodução mecânica do documento através da cópia fiel do original, segundo Spina, (1977, p. 17), nesse caso, escaneada. Esse tipo de edição permite ao pesquisador observar todas as características do documento, seu formato, sua grafia, letras-capitais, borrões, as margens, o tamanho do fôlio e da mancha, as particularidades do texto e do material de suporte, cor do papel, da tinta etc.

A opção pela edição semidiplomática ou diplomático-interpretativa (BASSETTO, 2001, p. 61) visa auxiliar o leitor na leitura dos manuscritos, pois representa um baixo grau de interferência do editor no texto, segundo Cambraia (2005, p. 93), em que apenas se faz o desdobramento das abreviaturas.

Para a realização da edição semidiplomática, foram seguidas, com algumas adaptações, as orientações expressas nas *Normas para Transcrição de Documentos Manuscritos para a História do Português do Brasil* (NHPB), estabelecidas durante o *II Seminário para a História do Português do Brasil*, entre 10 e 16 de maio de 1998, em Campos do Jordão, São Paulo (CUNHA, CAMBRAIA, MEGALE, 2001, p. 23-26).

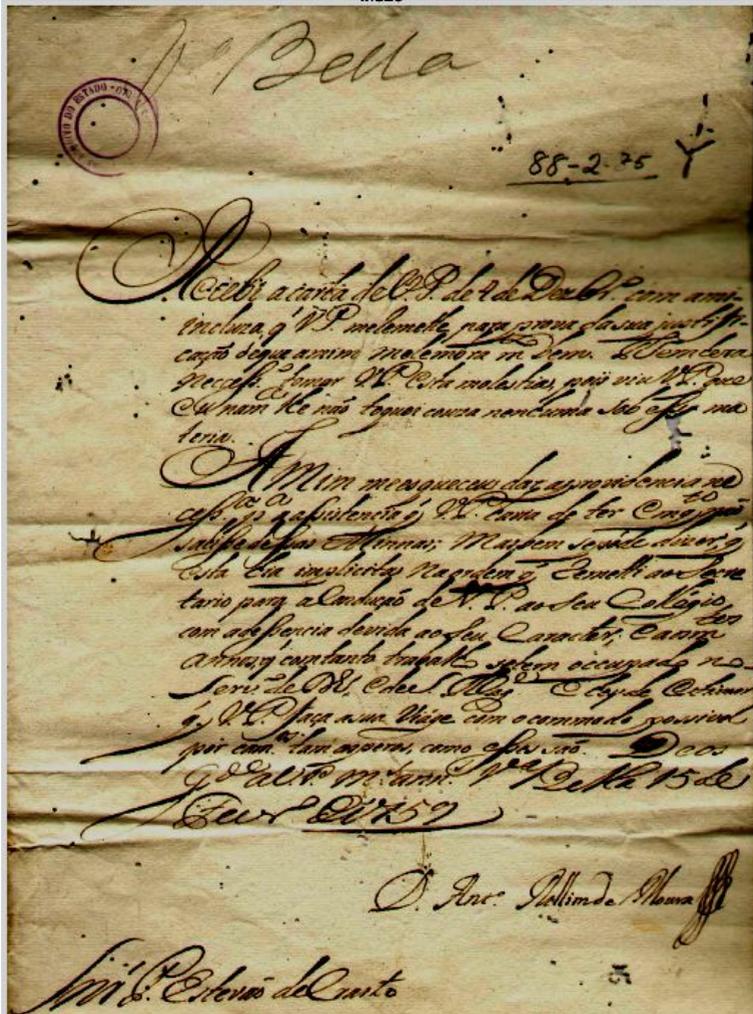
- a) As linhas nas transcrições são numeradas de cinco em cinco.
- b) As abreviaturas são desdobradas, registrando-se em itálico as letras omitidas.
- c) Os diacríticos são mantidos como no original.
- d) A acentuação original é rigorosamente mantida como no original.
- e) A pontuação original é rigorosamente mantida.
- f) A ortografia é mantida conforme o original.
- g) Para facilitar o cotejo das edições fac-similar e semidiplomática, é respeitada a mudança de linha no original.
- h) As fronteiras entre palavras são respeitadas, mantendo-se a escrita daquelas que são deliberadamente escritas juntas.
- i) Eventuais erros do escriba, de supressão ou acréscimo, são indicados entre colchetes duplos [[]].
- j) As inserções do escriba nas entrelinhas ou nas margens superior, laterais ou inferior entram na edição entre chaves { }.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

- k) As intervenções de terceiros são indicadas entre colchetes [].
- l) As assinaturas e as rubricas são indicadas entre díples <>.

Ms1

Fólio 1r



Transcrição 1 – Fólio 1r

CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO APESP: 88-2-75

ASSUNTO Notícia de recebimento de carta de autoridade eclesiástica, a respeito de doença do remetente, e de justificativa de falta de assistência, embora se tenha recomendado a uma autoridade civil a condução do religioso a seu colégio.

LOCAL Vila Bela – MT

DATA 15 de fevereiro de 1759

ASSINATURA Ideógrafo

[Villa Bella]

[88 – 2 – 75]

- 5 Recebi a carta de *Vossa Paternidade* de 4 de *Dezembro* com amí-
[[nha]] incluza, *que Vossa Paternidade* meremette para prova da sua justifi-
cação deque amim me lembra muito bem. Nem hera
necessario tomar *Vossa Paternidade* esta molestia, pois viu *Vossa Paternidade* que
eu naminha lhe não toquei couza nenhuma Sob essa ma
teria.
- 10 A mim meesqueceu dar providencia ne
cessaria para aassistencia *que Vossa Paternidade* havia de ter enquanto não
sahisse dessas Minnas; Mas bem sepóde dizer, *que*
esta hia implícita na ordem *que* remetti aoSecre
tario para aCondução de *Vossa Paternidade* aoSeu Collégio,
com adessencia devida aoSeu Character; eaosmuitos
15 annos, *que* com tanto trabalho setem occupado no –
Serviço de *Deos*, ede *Sua Magestade* e heyde estimar
que Vossa Paternidade faça asua Viáge ocommodo possivel
por caminhos tam ásperos, como esses são. *Deos*
Guarde a *Vossa Paternidade* muitos annos. *VillaBella* 15 de
20 *Fevereiro de 1759*.
<Dom Antonio Rollimde Moura>
{Senhor Padre Estevão deCastro}

Transcrição 2 – Fólio 1r

CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO APESP: 88-2-71

ASSUNTO Resposta a uma carta recebida em que se dá notícia de viagem, relato sobre padres e sua suscetibilidade a paixões, que não se pode dar ouvidos às balelas, e sobre compra de livros da Constituição de Bispado.

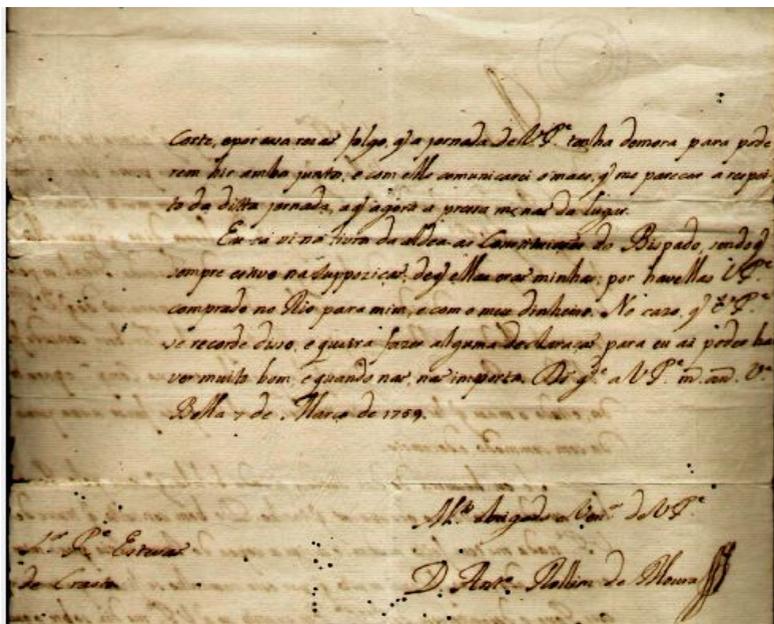
LO- Vila Bela – MT – 07 de março de 1759
CAL/DATA

ASSINA- Autógrafo
TURA

[VillaBella - ~~Goyaz~~ Cuyabá]

[88 – 2 – 71]

- 5 Recebi as cartas de *VossaPaternidade* ao mesmo tempo *que* estava ja para des pedir os proprios para essa Villa, e *que* estou tambem com pressa para escrever para o Reino por Joao deSouza, e assim não poderei ser muito largo. No escrupulo, *que VossaPaternidade* me communica a respeito dos livros, digo, *que* quer Mos fossem comprados com o seu dinheiro, quer com o da Fazenda Real, os pode levar sem a menor duvida, nem isso he nada em comparação do *que VossaPaternidade* tem trabalhado na aldeia no espiritual, etemporal. Também concedo fa
- 10 culdade ao Bastardete, em *que* me fala, para hir em sua *Companhia* e para to dos, etudo o mais, *que* for necessario tirar-se da aldeia para fazer asua jorna da com commodo, edecencia.
- Se eu houvera de dar ouvidos a cada balela, *que* corre pelo Povo, bem aviado estava na occupação *que* tenho. Do bom conceito *que* truxe de
- 15 *VossaPaternidade* nada me tem feito mudar, e assim a copea do Inventario para mim era escuzada; mas folguei muito, *que* por esse caminho se fizesse patente a esse Povo o desenteresse de *VossaPaternidade*. Em quanto ao *que Vossa Paternidade* me diz sobre o *que*
- tem passado ao longe, ha muito, *que* está na minha mão huã semelhante relação á *que VossaPaternidade* vio do Tenente General, a qual depois *que* li, metti em huã
- 20 gaveta pelo *que* nesta terra, nem sesabe, *que* eu tal tenho. Como a mim me não toca averiguar a verdade della, he couza de *que* pricindo. Mas *VossaPaternidade* não hade negar *que* os *Padres* da *Companhia* são homens, susceptiveis das mesmas paixões, *que* os outros, ehaver alguns, *que* se deixem vencer destas, ou d' aquellas não tira, *que* a Religião seja Santa.
- 25 Eu estou aqui esperando pello *Padre* Agostinho Lourenço, *que* tam - bem vem despedido da aldeia, não por queixa *que* eu tenha delle, nem elle de mim; o *que* certamente me tem custado muito; mas nem a elle, nem á mim achei ser ja conveniente resistir nesta parte as insinuações da



Fólio 1v

- Corte, e por essa rezaõ folgo, que a jornada de Vossa paternidade tenha demora para poderem hir ambos juntos, e com elle communicarei o maes, que me parecer a respeito da ditta jornada, a que agora a pressa me não da lugar.
- Eu cá vi nos livros da aldeia as Constituições do Bispado, sendo que sempre estive na Suppozição; deque ellas erão minhas; por havellas Vossa paternidade comprado no Rio para mim, e com o meu dinheiro. No caso, que Vossa paternidade se recorde disso, e queira fazer alguma declaração para eu as poder haver muito bom, e quando não, não importa. Deos guarde a Vossa paternidade muitos annos Villa Bella 7 de Março de 1759.
- Muito obrigado e venerador de Vossa paternidade
<Dom Antonio Rollim de Moura>
- 40 { Senhor Padre Estevão de Crasto }

88-2-22



Recebi a carta de V.ª de 8 de Mayo, e visto q' se ainda tem
 pouco consolado da sua melancolia, e tambem me naõ surtifica muito a
 de V.ª sem naõ ver-me, nem soy, e naõ veramo mais antes de dia de
 iza. Pelo Secretario remetto as Ordens de curari-as para se prepararem
 tudo com o maior comodo possível para a sua jornada, q' se estimar
 ja concluida com grande felicidade. Naõ creio q' tenha gado por
 que fim me naõ deve V.ª nem a suaelligiaõ cauza alguma, p'
 lo sendo estado amigo de seu Coll.º com tam boa vontade, e havendo
 S.ª e S.ª Agorinha soumos passado tanto trabalho avim nas
 agens dilatadas, e porigozas, q' p'nera, como na creche de d'outros
 as aldeas, naõ sem bastante prejuizo, e interesse do Servico de V.ª
 S.ª Mag.ª era obrigadaõ minha enviaõlla com a decencia, e credito
 correspondente ao seu caracter, em Servico, q' tem feito.
 Aqui tinha ja ouvido com grande gozo, e muita mais por saber
 da boza de hum inimigo seu, q' foi o Panha, a grande acõitacõ, com
 V.ª p'p'os nam Villa. Tambem o Secretario me refere de V.ª
 cas, q' V.ª fez com o P.º Toledo para q' aceitasse a aldeia. E
 sentir, q' elle persista na sua teima, pois naõ vejo caminha de poder
 hie bem della. Fico entregue das Constitucões, e a pressa me naõ de
 lugar a mais. Rio de J.ª a V.ª no. an. Villa de 25 de Junho
 de 1759.

por P.º Coroad
 da Cruz.

M.º Injuncto e Con.º de V.ª
 D. Ant.º P'lim de Moura

Transcrição 3 – Fólio 1r

CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO APESP: 88-2-72

ASSUNTO Notícia sobre carta recebida de autoridade eclesiástica, informando sobre melhora de saúde, informando que já foram dadas ordens para assistência ao religioso em sua viagem, e diligências feitas para que padre aceite aldeia.

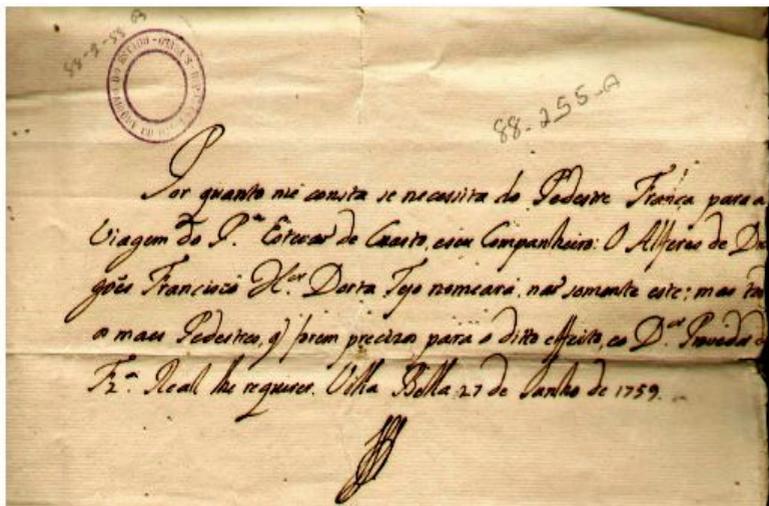
LO- Vila Bela – MT – 27 de junho de 1759
CAL/DATA

ASSINA- Autógrafo
TURA

[88 – 2 – 72]

Recebi a carta de *VossaPaternidade* de 3 de Mayo, esinto *que* va ainda tam pouco convaldecido dasua molestia, etambem me naõ mortifica menos retira [[r]] se *VossaPaternidade* sem nos ver-mos, nem sey se nos veremos maes antes do dia do ju

- 5 izo. Pello Secrettario remetto as Ordens necessarias para se preparar tudo com o maior comodo possivel para asua jornada, *que* eu estimarei se ja concluida com grande felicidade. No cuidado *que* tenho posto para esse fim me naõ deve *VossaPaternidade* nem asua Religiaõ couza alguma; po is tendo vindo comigo do seu Collegio com tam boa vontade, ehavendo *Vossa*
- 10 *Paternidade* eo Padre Agostinho Lourenço passado tantos trabalhos assim nas vi agens dilatadas, eperigozas, *que* fizeraõ, como no estabelecimento das su as aldeas, naõ sem bastante fruto, e interesse do Serviço de Deos e de *Sua Magestade*, era obrigaçãõ minha enviallos com a decencia, e credito correspondente ao seu caracter, eao Serviço, que tem feito.
- 15 Aqui tinha ja ouvido com grande gosto, e muito maes por sahir da boca de hum inimigo seu, *que* foi o Fanha, a grande aceitaçãõ, com *que* *VossaPaternidade* pregou nessa Villa. Tambem o Secretario me refere as deligen cias, *que* *VossaPaternidade* fez com o Padre Toledo para *que* aceitasse a aldeia. Eu sentirei, *que* elle persista na sua teima, pois naõ vejo caminho de poder
- 20 hir bem della. Fico entregue das Constituiçõẽs, e a pressa me naõ da lugar a maes. *Deos guarde aVossaPaternidade* muitos annos. Villa Bella 27 de Junho de 1759.
- Muito Obrigado e Venerador de*VossaPaternidade*
<Dom Antonio Rollim deMoura>
- 25 {*Senhor Padre* Estevaõ
De Crasto.}



Transcrição 4 – Fólio 1r

CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO APESP: 88-2-55 A

ASSUNTO Manifestação da necessidade de nomeação, por parte de Alferes de Dragões, de soldado pedestre e acompanhante para viagem de religioso.

LOCAL Vila Bela – MT

DATA 27 de junho de 1759

ASSINATURA Autógrafo

[88 – 2 – 55A]

[88 – 2 – 55A]

Por quanto me consta se necessita do Pedestre França para a Viagem do Padre Estevão de Crasto, e seu Companheiro: O Alferes de Dra

- 5 gofõs Francisco Henriques Dorta Tejo nomeara, naõ somente este; mas fo[[ra]] os maes Pedestres, *que* forem precisos para o ditto effeito, eo Doutor Provedor da Fazenda Real lhe requerer. Villa Bella 27 de Junho de 1759.

<[ilegível]>

Bello 3



Recebi a conta de V. P. do Sr. del Rey, Castilho m
e Estipada, que de Aquella Lourenço de Lopo
desta V. com bom successo. A manua de Corte, no
terreno, ainda a certos, e adivididos, D. no terre, e
severissimo, e o tempo de fora, Castilho com
pateca afor degado o tempo do Castilho, propontica
pello D. Ant. V. m. D. p. m. a. a. v. m. e
t. m. m. a. d. g. o. e. a. f. e. l. i. c. i. t. a. d. e. d. o. C. a. s. t. i. l. h. o
no anuncia o mesmo.

Aqui tambem ha alguns novos condimentos, no
augo da Vila, e ha por boa seara sem duvidar
e, como de ordinario neste tempo, mas ha Castilho
pelo tempo, e com alguma diligencia. D. permit
ta dar a V. P. com a feliz viagem, e o p. m.
am. 1.º de Bello de 1759

S. P. de Bello
de Bello

Transcrição 5 – Fólio 1r

CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO APESP: 88-2-97

ASSUNTO Notícia de recebimento de carta de autoridade eclesiástica, referência às más notícias da Corte e informações sobre o crescimento de Vila Bela.

LOCAL Vila Bela – MT

DATA 28 de agosto de 1759

ASSINATURA Inexistente (fólio rasgado e destacado)

[Bella 3]
Recebi acarta de *VossaPaternidade* doprimeiro deAgosto; eestimo muito
que estejabom, eque o*Padre* AgostinhoLourenço chegasse
aessa *Villa* com bom Succêso. Asnovas daCorte, saõ
5 terriveis, ainda as certas, *que* as duvidosas, *Deos* nos livre, *que*
Severefiquem, eselembre donosso Reyno, eassim como
parece estar chegado otempo do Castigo, pronosticado
pello*Padre Antonio* Vieyra, *Deos* permita abreviallo, e
trazernos depreça as felicidades, *que* atraz do dito Castigo
10 nos anuncia omesmo *Padre*
Aquí tambem há algumas novidades conducentes ao
augmento desta *Villa*, e ella por hora Seacha Sem doen-
ças como he ordinario neste tempo; mas eu entendo
passo sempre com amesma dispoziçaõ. *Deos* permit
15 ta dar a*VossaPaternidade* humafeliz viagem, e o *garde* por muitos
annos. *VillaBella* 20 deAgosto de1759
{*Senhor Padre* Estevaõ
deCrasto}

Transcrição 6 – Fólio 1r

CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO APESP: 88-2-55 C

ASSUNTO Registro de recebimento de carta de autoridade eclesiástica recomendando um soldo; a concordância com o parecer a respeito de um ferreiro informando que a aldeia já tem outro pároco.

LOCAL Vila Bela – MT

DATA 18 de dezembro de 1759

ASSINATURA Ideógrafo

[VillaBella 2]

[15]

[25]

[88 – 9 – 55 – C]

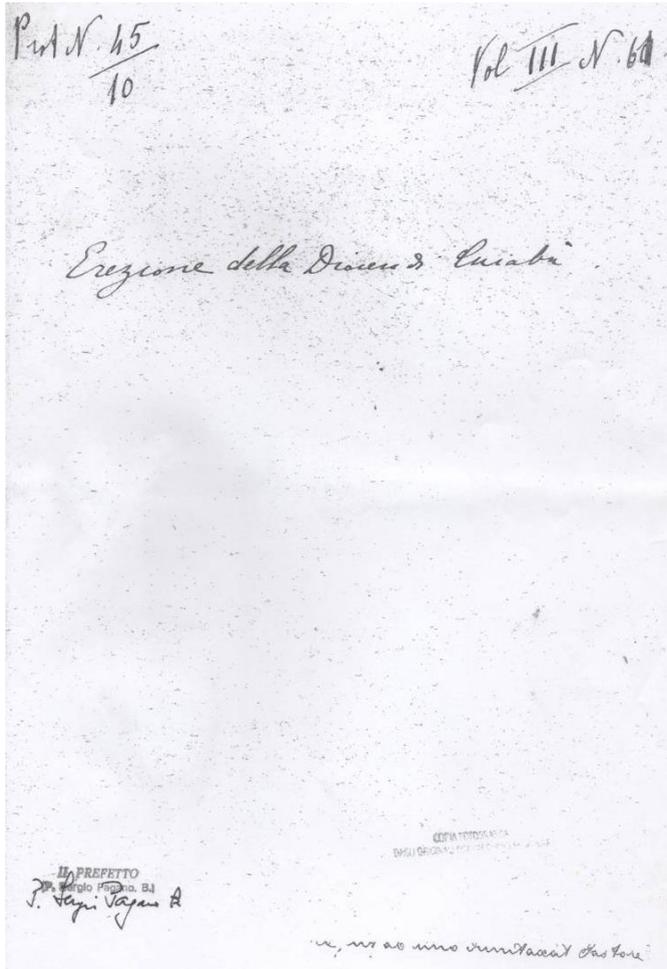
- 5 Recebi acarta de *Vossa Paternidade* de 15 de *Novembro*, e á mais dias tinha recebido outra a favor do Soldado Francisco e Bastos, *que* me parece, não desmerecer opatrocínio de *Vossa Paternidade*
- 10 Eubem reconheço o affecto que a *Vossa Paternidade* devo, e mais ao *Padre Agostinho Lourenço*, o qual lhe agradeço *muito* como tambem alembrança *que* tem demim nos seus Sacrificios, e lhe pêsso me continúe. Do *que* vay lá ao longe, estamos *muito* distantes *para* poder fazer juizo bem fundado; porém, enquanto
- 15 aos Padres da *Companhia* nesta *Cappitania* ou que até agóra oforaõ, com toda asegurança pôsso afirmar, servindo a *Sua Magestade* com fedilidade. Pello que toca ao Ferreyro, *Joaquim da Arrûda*, melhor sabe *Vossa Paternidade* de que eu, sese-lhe deve soldada, ou não. Eu também meinclino
- 20 aoseuparecer, porém ficará em moria o *que Vossa Paternidade* me-representa aesse respeito *para* oponderar com Mais vagar.
- 25 Eu nenhuma dúvida tivéra, *que Vossa Paternidade* premeá-se aos *que* entendem das em

- encomendas *que* espéra de Povoádo; mas acho melhor
conselho Naõ seembaraçar com isso, visto ter já
aAldea outro Parocho.
- 30 Da fôrma *que* estas couzas andaõ bolidas, naõ dei-
cha de morteficar-me ademóra de *VossaPaternidade* mas
por outra parte, meparece, *que* a Providencia Divina o-
dispoz assim *para* sahir dessa terra com aboa a-
ceytação detodos, que cá meconsta, deque te
35 nho tido tanto gosto, pello *que* tôca a*VossaPaternidade* ea
mim, *que* tambem vou bastantemente intereçado nisso.
Deos *guarde* a*Vossa Paternidade* muitos annos *VillaBella* 18 de
Dezembro 1759
Muito Obrigádo Venerador de*VossaPaternidade*
<Dom Antonio RollimdeMoura>
40 {*Senhor Padre* Estevaõ de
Crasto}

2.1.2. A Bula Apostólica de 1910¹²

Ms7

Fólio 1r



¹² Todos os fólhos recto e verso apresentam dois carimbos. Um carimbo "IL PREFETTO (P. Sergio Pagano, B.)", o qual vem assinado pelo mesmo. O outro carimbo "COPIA FOTOGRAFICA DAGLI ORIGINALI DELL'ARCHIVO SEGR. VAT.", identificando o local em que se encontra a original Bula Apostólica.

Transcrição 7 – Fólio 1r

IDENTIFICAÇÃO: Arquivo Secreto do Vaticano – Prot. 45/10 - Vol. III
– N. 61

ASSUNTO Autorização Papal para a elevação da Diocese de Cuiabá à Arquidiocese e sede Metropolitana e fundação de seminários para fins de formação sacerdotal. Desligando-se da Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro e, delimitando o território do novo bispado.

LOCAL Vaticano

DATA 09 de abril de 1910

ASSINATURA Ideógrafo

Protocolo Numero 45/10 Volume III Numero 61
Erezione della Diocese di Cuiabá

Coniaben. Erectio archidiceresis et diocesisum

Suis Episcopus Clemens Servorum de
 ad perpetuam sui memoriam
 Novas constituisse diocereses atque
 ecclesiasticas provincias, quod
 id spirituale Christianissimum b
 num, quod Catholica Ecclesia
 ex Divina sua institutione in
 primis respicit, expostulare vi
 tur, fuit omni tempore debi et
 sollicitudo et cura.

Tam vero cum Episcopi possit sint
 a Spiritu Sancto, ut regant ac pr
 seant dominicum gregem, nil
 mirum si in regionibus, in
 quibus territorii amplitudo, vel
 incolarum copia, aut itinerum
 difficultas arduos reddit fidelium
 ad suos Pastores accessus, inesse
 constituantur Episcopales Sedes,
 quo promptius et efficacius regi
 men pastorale exerceri possit.

Verum, aucto diocesisum numero,
 Archiepiscopales Sedes et ipsae
 augetur oportet, ut facilius
 possit Episcoporum ad Archiepi
 scopum aditus, atque ecclesia
 stica negotia ea, qua par est, re
 leritate expediantur.

Cum itaque conperitum sit, in Bra
 siliana Republica diocesisum
 Coniabenstem, quae totum comple
 ctitur territorium civilis Status
 = Mato Grosso = municipii, adeo
 longe lateque patere atque tot
 hominum millia adnumera
 re, ut ab uno sumptuacis Pastore
 ubi libet riteque regi et admini

IL PREFETTO
 (G. Paganò, B.)
 Pagano

CÓPIA FOTOGRAFICA
 DEGLI ORIGINALI DELL'ARCHIVIO SEGR. VAT.

5

- Cuiabem. Erectio archidioecesis et dioecesium
Pius Episcopus Servus Servorum Dei.
Ad perpetuam rei memoriam
Novas constituere dioeceses atque
- 5 ecclesiasticas provincias, quoti
es id spirituale Christifidelium bo
num, quod Catholica Ecclesia
ex divina sua institutione im
primis respicit, expostulare vi
- 10 detur, fuit omni tempore servis apo
stolicae sollicitudo et cura.
Iamvero cum Episcopi positi sint
a spiritu Sancto, ut regant ac pa
scant dominicum gregem, nil
- 15 mirum si iis in regionibus, in
quibus territorii amplitudo, vel
incolarum copia aut iterum
difficultas arduas reddit fidelium
ad suos pastores accessus, novae
- 20 constituentur Episcopales Sedes,
quo promptius et efficacius regi
men pastorale exerceri queat.
Verum, aucto dioecesium numero,
Archiepiscopales Sedes et ipsae
- 25 augeantur oportet, ut facilius
pateat Episcoporum ad Archiepi
scopum aditus, atque ecclesia
stica negotia ea, qua par est, ce
leritate expediantur.
- 30 Cum itaque compertum sit, in Bra
siliana Republica dioecsim
Cuiabensem, quae totum complec
titur territorium civilis Status
= Matto Grosso = nuncupati, adeo
- 35 longe latequae patere atque tot
hominum millia adnumera
re, ut ab uno dumtaxat Pastore
utiliter riteque regi et admini-

strari haud possit: Atque ipsam
 dioecesim Cariabensem, pluribus
 interiectis dioeceseibus, a propria
 archidiecesi de Sebastiani Ple-
 nius Tamaris Isimugi, ab ea
 que longe ita abesse, ut difficulte
 admodum evadat necessarius in-
 ter utramque accessus: omnibus
 rerum adiunctis subito percipis,
 novam ecclesiasticam circum-
 scriptioem in monacato civi-
 li statu = Mato Grosso = praege-
 dam describimus.

Insuper pro potestate utentes No-
 bis et Apostolicae Sedis reservata
 in apostolicis sub plumbis litteris
 quorundam inchoem = Ad universas
 orbis Ecclesias = sub datum = Eui-
 to Kalendas ~~Maio~~ anno Incarna-
 tionis Dominicae Millesimo octi-
 gesimo nonagesimo secundo, I,
 libere novam inveniendi in Bra-
 siliensi Natione dioecesum circum-
 scriptioem, quoadcumque in-
 expedire in Domino visum fue-
 rit, supplicato, quatenus quos sit,
 quorum intersit, aut sua inte-
 resse procurantur consensu, me-
 moratam Cariabensem dioecesim
 in archidiecesim erigere eique
 ubi Inpropagandas subicere duas
 inferius erigendas dioeceses, Carum-
 bensem nimirum et = ~~Alcides~~
 de Caceres = denominandas in-
 eum, qui sequitur modum statui-
 mus atque describimus.

In primis igitur de apostolica
 potestate plenitudine Episcopalem
 Sedem Cariabensem a Metropoli

I Sancti

I Euiro Kalendas Maio

I Sancti

EL PREFEITO
 (S) *[Signature]*

CÓPIA FOTOGRAFICA
 DO ORIGINAL DESEMPALHADO SEGR. NAT

- 40 strari gran possit: itemque ipsam dioecesim Cuiabensem, pluribus interiectis dioecesibus, a propria Archidioecesi S.¹³ {Sancti} Sebastiani Fluminis Ianuarii disiungi, ab ea-que longe ita abesse, ut difficilis admodum evadat necessarius inter utramque accessus: omnibus rerum adiunctis seulo perpensis, novam ecclesiasticam circumscriptionem in memorato civili Statu = Matto Grosso = peragendam decrevimus.
- 45 Quapropter potestate utentes Nobis et Apostolicae Sedi reservata in apostolicis sub plumbo Litteris quarum initium = Ad universas orbis Ecclesias = sub datum = ~~Quinto Kalendas Maii~~¹⁴ {Quinto Kalendas Maii} anno Incarnationis dominicae Millesimo octingentesimo nonagesimo secundo =,
- 60 libere novam ineundi in Brasilianditione dioecesum circumscriptionem, quandocumque id expedire in domino visum fuerit, supplato, quatenus opus sit,
- 65 quorum intersit aut sua interesse praesumant consensu, memoratam Cuiabensem dioecesim in archidioecesim erigere eique uti Suffraganeas subiicere duas
- 70 inferius erigendas dioeceses, = Corumbensem = nimirum et = S.¹⁵ {Sancti} Aloisii de Caceres = denominandas in eum, qui sequitur modum statuimus atque decrevimus.
- 75 In primis igitur de apostolicae potestatis plenitudine Episcopalem Sedem Cuiabensem a Metropoli-

¹³ S. está riscado no fólio, ao lado direito a palavra corrigida é Sancti.

¹⁴ ~~Quinto Kalendas Maii~~, riscado, ao lado direito a frase corrigida mantém a sua forma original, porém muda sua posição no texto.

¹⁵ S. riscado, ao lado direito a palavra corrigida é Sancti.

Sancti

Concedimus

¶ Volumus

♂ Alaysius

♂ abhinc

tico jure Archiepiscopalis Corle-
 siae & Sebastiani Fluminis Sama-
 rii subtrahimus atque eomi-
 nus, eandemque sub titulo, quem
 praesert, in demque sub condi-
 tionibus ad Archiepiscopalis Sedis
 dignitatem et honorem perpe-
 tuum in modum crebimus et
 extollimus; simulque statui-
 mus, ut ordo Canoniarum ma-
 xime templi ita erectae archidia-
 cesis Metropolitanae perpetuis
 audiat. Cuiusmodi vero archi-
 episcopi pro tempore, post postu-
 lationem rite faciendam in Can-
 sistorio, Nos nomine Pallii et Can-
 cis ante se ferendos, ea aliorum
 Archiepiscoporum more et sacro-
 rum Canonum praescripto, in-
 tra fines Iumbaxat ipsius Ar-
 chidocesis concessimus, item-
 que omnia alia Archiepiscopalis
 insignia, privilegia, honores et
 iura, quibus caeterae Archiepi-
 scopales Ecclesiae in Brasilia-
 na Regione earumque Praesu-
 las promissibiles, non tam-
 ditulo oneroso, vel particulari pri-
 vilegio, fruuntur et gaudent.
 Nos enim Praesider ut Venerabilis Pa-
 ter Noster Carolus ~~Abbas~~ D. D.
 nomen, iam Poliribus Joannis
 Episcopi Cariabensis, in Archie-
 piscopum modo constitutus,
 ipsam Cariabensem Archiepisco-
 paliam Ecclesiam eodem jure in
 posterum regat, pro huiusque
 reat, eiusque praeterca Metro-
 politico iuri subiciamus episco-

IL PREFETTO
 P. Di. Fagano, B. J.
 [Signature]

COPIA FOTOGRAFICA
 DEGLI ORIGINALI DELL'ARCHIVIO SEGR. VAI

- tico jure Archiepiscopalis Ecclesiae S¹⁶ {Sancti}. Sebastianin Fluminis Januarii subtrahimus atque eximus, eademque sub titulo, quem praesert, iisdemque sub conditionibus ad Archiepiscopalis Sedis dignitatem et honorem **PERPETUUM** in modum evehimus et extollimus: simulque statuimus, ut ordo Canonicorum maximi templi, ita erectae archidioecesis Metropolitanus perpetuo audiat. Cuiabensibus vero Archiepiscopis pro tempore, post postulationem rite faciendam in Consistorio, Nos usum Pallii et Crucis ante se ferendae ea aliorum Archiepiscoporum more et sacrorum Canonum praescripto, intra fines dumtaxat ipsius Archidioecesis ~~concessimus~~¹⁷ {concedimus}; itaque omnia alia archiepiscopalia insignia, privilegia, honores et iura, quibus caeterae Archiepiscopales Ecclesiae in Brasilianna Regione arumque Praesules quomodolibet, nom tamen titulo oneroso, vel particulari privilegio, fruuntur et gaudent. ~~Volumus~~¹⁸ {Volumus} pariter ut Venerabilis Frater Noster Carolus ~~Aloisius~~¹⁹ {Aloysius} D'Amour, jani A²⁰ pluribus {abhine}²¹ annis
- 80
- 85
- 90
- 95
- 100
- 105
- 110
- 115

¹⁶ S. riscado, ao lado esquerdo a abreviatura desenvolvida é Sancti.

¹⁷ ~~concessimus~~ riscado, ao lado esquerdo a palavra corrigida é concedimus.

¹⁸ ~~Volumus~~ riscado, ao lado esquerdo a palavra corrigida é Volumus.

¹⁹ ~~Aloisius~~ riscado, ao lado esquerdo a palavra corrigida é Aloysius.

²⁰ A está riscado no fólio.

²¹ Palavra que se encontra ao lado esquerdo do texto com sinal indicando sua posição.

das Capelas das Cidades de Coimbra
 em et de Aloysii de Caceres infans
 agendos.

Proactera ut Vera
 abilis Frater Noster Cyrillus de
 Paula ~~Frater~~ Frater, Doctorum
 episcopus titularis Encarnacionis
 A Coarctator cum successione
 in Curiaensi Dioecesi, post hoc
 ut Coarctator cum successione
 in Curiaensi archidiaconi.

Ut autem Dioecese memoratae
 noniter constituantur, Nos ho-
 rum territorium, prout infra
 designandum, se gubernandis
 apostolicis potestatis Dioecesi
 Curiaensi, superius in archidia-
 conum evecta, perpetuo distabi-
 mus atque singimus in eum,
 qui sequitur modum. Novae ita
 que Dioecesi Cornubensi assigna-
 mus et attribuimus territorium,
 quod continetur in ambitu paro-
 ciarum, quae vocantur = Santa
 Cruz de Cornuba, et São de Hercu-
 larca, N. Senhora do Carmo de
 Mourada, Santa Rita de Nivas,
 Santissima do Pararayba = no-
 vas vero Dioecesi de Aloysii de Caceres
 territorium item, quod continetur
 in parocis = S. Luis de Caceres,
 N. Senhora do Rosario de So-
 cone, N. Senhora do Livramento,
 S. Trindade de Matto Grosso =
 uncarpatis. Harum proactera
 Dioecesi Cornubensis atque
 de Aloysii de Caceres verem et ra-
 tionem episcopalem respective
 constitutum in civitatibus

/ Sancti
 P. Mandamus

/ Sancti
 Aloysii

/ Sancti
 Aloysii

COPIA FOTOGRAFICA
 DAGLI ORIGINALI DELL'ARCHIVO SEGR. VATIC.

- copales ~~Eclesias~~²² sedes Corumben-
si in et S²³ {Sancti} Aloisii de Caceres inferius
erigendas.
120 ~~Mandaiimus~~²⁴ {Mandamus} praeterea ut Vene-
rabilis Frater Noster Cyrillus de
Paula ~~Freytas~~²⁵ Freitas, hactenus
Episcopus titularis Eucarpiensis
A Coadiutor cum successione
125 in Cuiabensi dioecesi, prosthac
sit Coadiutor cum successione
in Cuiabensi archidioecesi.
Ut autem dioeceses memoratae
noviter constituantur, Nos to-
tum territorium, prout infra
130 designandum, de plenitudine
apostolicae potestatis e dioecesi
Cuiabensi, superius in archidioe-
cesim erecta, perpetuo distrahi-
mus atque seiungimus in um,
135 qui sequitur modum. Novae ita-
que dioecesi Corumbensi assigna-
mus et attribuimus territorium,
quad continetur in ambitu paroe-
ciarum, quae vocantur = Santa
140 Cruz di Corumba, S. José di Hercu-
lanea, N. Senhora do Carmo de
Miranda, Santa Rita di Nioac,
Sant' Anna do Paranayba =: no-
vae vero dioecesi S²⁶ {Sancti} ~~Aloisii~~²⁷ {Aloysii}
145 res territorium item, quod contine-
tur in paraeciis = S. Luiz de Cace-
res, N. Senhora do Ro-
sario de Pocone, N. Senhora do Livramen-
to, SS. Trindade de Matto Grosso =
150 nunccpatis. Harum praeterea
dioecesum Corumbensis atque
S. ~~Aloisii~~²⁸ {Sancti Aloysii} de Caceres sedem et ca-
thedram episcopalem respective
constituimus in civitatibus

de Cace-

²² A palavra ~~Eclesias~~ está riscada.

²³ S. riscado, ao lado direito a abreviatura desenvolvida é Sancti.

²⁴ ~~Mandaiimus~~ riscado, ao lado direito a palavra corrigida é Mandamus.

²⁵ ~~Freytas~~ riscado, ao lado direito a palavra é Freitas.

²⁶ S riscado, ao lado direito a palavra corrigida é Sancti.

²⁷ ~~Aloisii~~ riscado, ao lado direito a palavra corrigida é Aloysii.

²⁸ S. ~~Aloisii~~ está riscado, tendo sido alterado para Sancti Aloysii.

S Sanctae
// Sancte
— // Aloysii

= Corumbá. et de Luis de Caracas =
simulque Ecclesias ibidem respecti-
ve catantes sub titulis S. Crucis
atque S. Blasii // eodem modo ad
Cathedralium honorem et digni-
tatem perpetuo erigimus atque
catholicimus.

Alios dioceses sic erectas supra-
ganeas assignamus Ecclesie
Curialem modo ad Metropolita-
nos dignitatem erectas, earum-
que Episcopos ac in munere suc-
cessores Metropolitanos inri cura-
tem Curialem Archiepiscopis
subiciamus.

Inae practica in supra memoratis
apostolicis sub plumbis L. Meris =
sub datum = ~~17 de Kalendas Maii~~
anno Incarnationis Dominice
Millesimo ~~cento~~ octingentesimo no-
vagesimo secundo quinto Kalendas
Maii = constituta signantur
de novarum diocesium in Bra-
silianna Republica honoribus, gra-
tiis, privilegiis, indulgiis, favori-
bus, dotacione ac de novarum
Episcoporum potestate, auctorita-
te, attribucionibus, sacratione
item de Capituli Cathedralis ac
Uenerari institutione, regimi-
ne et administratione, demique
de ipsorum Christianifidelium et
clericorum iuribus et officiis de
documentorum traditione, aliis
que id genus, omnia accurate
servanda iuxta canonicas pro-
visiones censentur ad novam
quod attinet Corumbensem et

PREFETTO
P. Gerolamo Pagano, B.
Stegan

COPIA FOTOGRAFICA
DEGLI ORIGINALI DELL'ARCHIVO SEGR. VAT.

- 155 = Corumbá = et = S. Luiz de Caceres = ;
simulque Ecclesias ibidem respec-
tive extantes sub titulis S²⁹ {Sancti} Crucis
atque S³⁰ {Santi} ~~Aloisii~~³¹ {Aloysii} eodem modo
Cathedralium honorem et digni-
tatem perpetuo heveimus atque
extollimus.
160 Binas dioeceses sic erectas suffra-
ganeas assignamus Ecclesiae
Cuiabensi , modo ad Metropolita-
nae dignitatem erectae, earum-
165 que Episcopos ac in munere suc-
cessores Metropolitico iuri eius-
dem Cuiabensis Archiepiscopi
subiicimus.
170 Quae praeterea insupra memoratis
Apostolicis sub plumbo Litteris
sub vatum = ~~Quinto Kalendas Maii~~³²
anno Incarnationis Dominicae
Millesimo ~~no~~³³ octingentesimo no-
175 nagesimo secundo Quinto Kalendas
Maii = constituenda disponuntur
de novarium diocesum ni Brasi-
liana Republica Inovaribus, gra-
titiis, privilegiis indultis, favori-
180 bus, dotatione ac de novarum
Episcoparum potestat, auctorita-
te, attributionibus taxatione
item de Capituli Cathedralis ac
Seminarii institutione, regimi-
na et administratione, denique
ad 185 de ipsorum Christifidelium et
clericorum juribus et officiis, de
documentarum traditione, aliis-
que id genus, omnia accurate
servanda inxta canonicas prae-
190 sertini Conlii Tridentinii san-
ctiones conseantur ad novas
quad attinet Corumbensem et

²⁹ S está riscado no fólio, ao lado esquerdo a palavra corrigida é Sancti

³⁰ S está riscado no fólio, ao lado esquerdo a palavra corrigida é Sancti

³¹ Aloisii está riscado no fólio, ao lado esquerdo a palavra corrigida é Aloysii.

³² ~~Quinto Kalendas Maii~~ , frase riscada.

³³ ~~no~~, palavra riscada.

- S Aloisii³⁴ {Santi Aloysii} de Caceres dioceses.
Speciatim vero ad harum dioce-
- 195 Sum noviter constitutarum do-
Tem quod spectat, Nos summonpere
Ni votis habemus atque confidi-
Mus, ut nota Christifidelium
200 Brasiliae Reipublicae liberali-
tas hac pietas, quorum spirituali
lucro hac novarum diocesum
erectione consulitur, necessariam
opem et subsidia conferant, qui-
bus novi Espiscopi corumve suc-
205 cessores episcopalem dignitatem
decenter Aueri, et quibus divino
cultui, sacrorum administra-
rum necessitabus et piis dioe-
cesis operibus opportuna provi-
210 dere possint et valcant.
Et quoniam adest in urbe semi-
narium Pium Latinum Ameri-
canum, in quo praeclarii Evan-
gelii praecones et animarum
215 rectores ipsis sub oculis Roma-
norum Pontificum exculti sunt
et excoluntur, praecipimus ut
quemadmodum a ceteris Ame-
ricae Latinae diocesisibus, ita-
220 etiam a modo erectis archidioe-
cesi Cuiabensi et dioecesisibus Co-
rumbensi ~~D. S. Aloisii~~³⁵ {ac Sancti Aloysii} de
earumque expensis, uno saltem
adolescentes philosophiae nel Theo-
225 logiae studiis addicti, non inter-
missa vice, in eo collocentur
in spem Ecclesiae alendi et in-
stituendi. Quo vero stabilius
et sustentationi horum cleri-
230 corum et Collegii Pii Latini Ame-
ricani dotationi sit provisum,
Caceres,

³⁴ S Aloisii, abreviatura e palavra riscadas, ao lado direito são corrigidas: Santi Aloysii.

³⁵ As abreviaturas e a palavra ~~D. S. Aloisii~~ estão riscadas, ao lado direito é substituída por, ac Sancti Aloysii.

rebrunante cogitamus ut novi-
ter erectarum archidieccesis ar-
chiepiscopum Praesulum pro tempo-
re cura, quo videtur fieri poterit,
sed bona conferantur, quod ne-
cessitas est ut ex eorum redditibus
suo memorati alumni, aut
modo saltem unus ex ipsis su-
stentari possit, eoque redditus
vbi primum perquirantur, tot
legio Sui Latini Americano-
de Urbe perpetuum in usum
assignamus. Atque attribuimus
Praesentes autem litteras et in eis
contenta quaecumque nullo in
quam Tempore ex quocumque ca-
pita, vel defectu, aut gravi ex
causa quarantenis iudicia, le-
gitima, pia et privilegiata,
etiam ex eo quod causas propter
quas praesentia emanarunt, ad-
ductas, verificatas, seu iudica-
tas non fuerint, de subreptionis
aut obreptionis, vel nullitatis,
aut invaliditatis iuris, seu in-
terbianis Nostrae, aut pugnant
alio substantiali, substantia-
lissimo, inexcogitabile et inco-
gitabili ac specialiter et indivi-
duam mentionem et expressio-
nem requirente, defectu, seu etiam
ex eo quod in praesentis eorum
praesentis, solemnitates seu pro-
vis alia servanda et adimplenda,
servata et adimplenda non fuerint,
aut ex quocumque alio capite
colere, vel praesentis, aliove ra-
tione, aut causa etiam tali
praesentis ad effectum validitatis

AL PREFETTO
M. S. J. P. 1891. B. J.

COPIA FOTOGRAFICA
DELLI ORIGINALI DELL'ARCHIVIO SEGR. VINT

- vehementer exoptamus ut noviter erectarum archidiocesis ac diocesum Praesulum pro tempore cura, quo citius fieri poterat bona conferantur, quot necesse est ut ex eorum reditibus duo memorati alumni, aut modo saltem unus ex ipsis sustentari queat, eosque reditus, ubi primum percipiuntur, Collegio Pio Latino Americano de Urbe perpetuum in modum assignamus atque attribuimus
- 235 Praesentes autem litteras et in eis contenta quaecumque nullo unquam tempore ex quacumque Capite, vel defectu, aut quadis ex causa quantumvis juridica, Legitima, pia et privilegiata, etiam ex eo quod causae propter quas praemissa emanarunt, addictae, verificatae, seu iustificatae non fuerint, de subreptionis, aut obreptionis, vel nullitatis, 255 aut invaliditatis vitio, seu intetionis Nostrae, aut quopiam alio substantiali, substantialissimo, inexcogitato et inexcogitabili ac speciaem et individuum mentionem et expressionem requirente, defectu seu etiam ex eo quod in praemissis eorumque aliquo, solennitates seu quaevis alia servanda et adimplenda servata et adimpleta non fuerint, aut ex quocumque alio capitem colore, vel praetextu, aliave ratione, aut causa etiam tali 270 quae ad effectum validitatis

earundem praesertim necessario forent exprimenda, notari, impugnarí, invalidari, retractari, iniuri, vel controversiam vocari, aut ad viam et terminos juris reduci, seu adversus illum et illos quoscunque juris, vel facti, aut gratiae, seu iustitiae remedium impetrari, vel etiam obtinere, scientia et potestate plenitudine pariter successo et impetrato, quicquam ubi seu juriari posse, in iudicio et extra illud abque eis sub quibusvis similibus, vel dissimilibus gratiarum revocationibus, suspensionibus, limitationibus, derogationibus, aut aliis contrariis dispositionibus per quasunque decretas et Constitutionibus Apostolicas, aut Cancellariae Apostolicae Regulas, etiam consistorialiter, et in iudicis causis et sub quibusvis verborum expressionibus, tenoribus et formis (etiam si in eis de iisdem partibus earumque toto tenore ac data specialis mentio fiat) quascunque edictas, vel edendas, minime comprehendí, seu comprehensas ullo modo censeri, sed semper ab illis excipi et praeterea illae emanabunt, toties in pristinum et validissimum statum restitutas, repositas et plenarie reintegratas ac de novo etiam sub quacunque posteriori data quascunque aliquid concessas esse et fore suorum plenarios et integros effectus sortiri et obtinere et ita ab omnibus censeri

1 ca

COPIA FOTOGRAFICA
DAGLI ORIGINALI DELL'ARCHIVIO SEGR. VAT.

IL PREFETTO
P. Soto

- earumdem praesentium necessario forent exprimenda, notari, impugnari invalidari, retractari, in jus, vel controversiam vocari, ant
- 275 ad viam et terminos iuris reduci seu adversus illum et illos quodcumque juris, vel facti, aut gr̄atiae, seu justitiae remedium impetrari, vel etiam motu, scientia
- 280 et potestatis plenitudine paribus concesso et impetrato, quempiam uti seu juvari posse, in iudicio et extra illum atque eas sub quibusvis similibus, vel dissimilibus
- 285 gratiarum revocationibus, suspensionibus limitationibus, derogationibus, aut aliis contrariis dispositionibus per quascumque Litteras et Constitutiones Apostolicas,
- 290 aut Cancellariae Apostolicae Regulas, etiam consistorialiter A³⁶{ex} quibusvis causis et sub quibusvis verborum expressionibus, tenoribus et formis (etiamsi in eis de iisdem
- 295 partibus earumque toto tenore ac data specialis mentis fiat) quodcumque editas, vel edendas, minime comprehendi, seu comprehensas nullo modo conseri, sed semper
- 300 ab illis exigii et quoties illae emanabunt, toties in pristinum et validissimum statum restitutas, repositas et plenarie reintegratas ac de novo etiam sub
- 305 quacumque posteriori data quando cumque eligenda concessas esse et fore suosque plenarios et integros effectus sortiri et obtinere et ita ab omnibus conseri

³⁶ A é substituída por ex, ao lado direito do fólio.

- 310 ac firmiter et inviolabiliter observari, sicque et non alias per quascumque iudices ordinarios, vel delegatos, quavis autoritate fungentes, vel dignitate te fulgentes etiam Causarum Palatii Apostolici Auditores ac S. R. E.
- 315 Cardinales etiam de Latere Legatos, Vice Legatos, dictaeque Fedis Nuncios sublata eis et eorum cuilibet aliter iudicandi et interpretandi potestate et facultate Judicari et definiiri debere ac irritum quoque et inane decernimus, si secus super ius a quoquam, quavis auctoritate scienter aut ignoranter contigerit attentari.
- 320 Quocirca ut grace omnia a Nobis superius constituta suum etiam sortiantur effectum Venerabili Fratri Nostro Alexandro Bavona Archiepiscopo titulari Pharsalense et in Brasiliana Republica Nuntio Apostolico per ipsas praesentes committimus et mandamus ut ipse ad praemissarum omnium et singulorum executionem procedat omnesque et singulas facultates necessarias et opportunas ei impertiendo, facta eidem insuper potestate quamcumque aliam personam ecclesiastica dignitate insignitam subdelegandi, ita tamen ut ipse Alexander Archiepiscopus, vel eius subdelegatus possit definitive pronunciare super quacumque oppositione adversus praemissa quamdo libet oritura.
- 340 Non obstantibus (quatenus opus sit) Nostra et Cancellariae Apostolicae Regula = de jure quaesito non tollendo = ac Lateranensis Concilii novissime celebrati dismembrationes perpetuas nisi in casibus a jure permissis fieri prohibentis, aliisque etiam in synodalibus, provincialibus, generalibus, universalibusque Conci-
- 345

his editis, vel edendis, specialibus vel generalibus Constitutionibus et Ordinationibus Apostolicis, privilegiis proque indultis ac litteris Apostolicis quibusvis superari bus et personis in genere, vel in specie, aut alias in contrarium praemissorum pro modo libet forsan concessis, approbatis, confirmatis et innovatis quibus omnibus et singulis etiam si pro eorum sufficienti derogatione de illis eorumque totis tenoribus specialis, specifica, expressa et individua non autem per clausulas generales idem importantes mentio aut quaeris alia, expressis habenda, aut aliqua alia exquisita forma servanda foret, Tenores huiusmodi ac si de verbo ad verbum nihil essetis omisso et forma in illis tradita observata inserti forent eisdem praesentibus pro plene et sufficienter expressis habendis (illis alias in suo robore permansuris) latissime et plenissime ac specialiter et expresse ad effectum praesentium et validitatis omnium et singulorum praemissorum pro hac vice duntaxat, Mox, scientia et potestate plenitudine, paribus harum proque serie derogamus, ceterisque contrariis quibuscumque.

Volimus autem quod dictus Alexander Archiepiscopus infra sex menses authenticum exemplar actuum omnium, quos ad commissam executionem egle tam ipse erit emissurus ad sacram Congregationem Consistorialem transmittere debeat, ut ea in tabulario eiusdem Congregationis ad perpetuam rei memoriam et normam custodiantur.

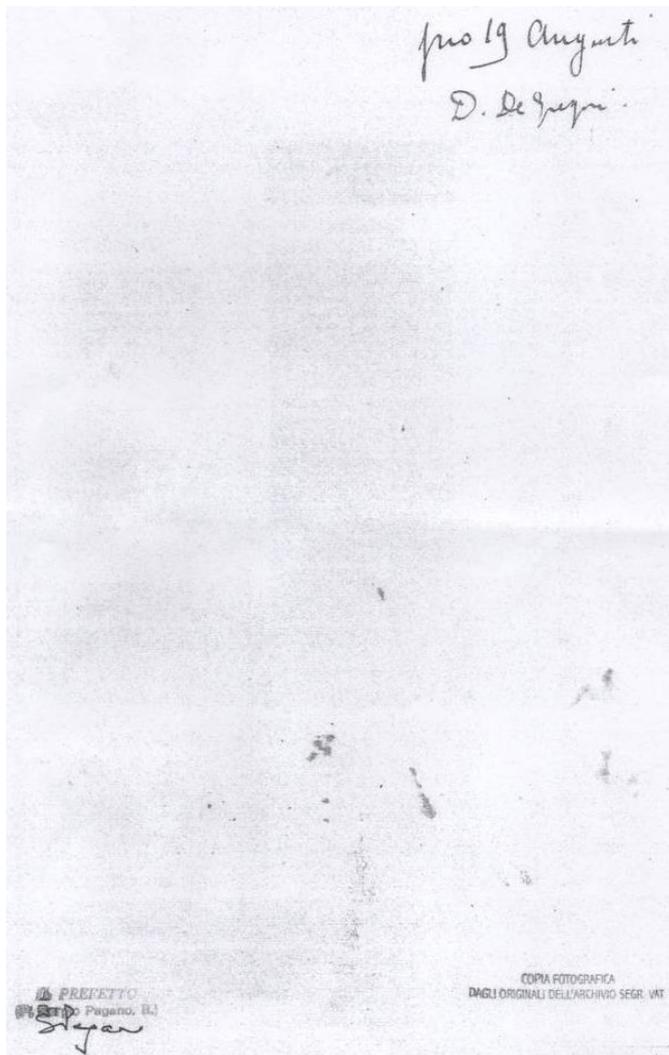
Volimus etiam quod praesentium litterarum transumptis etiam impressis,

COPIA FOTOGRAFICA
DEGLI ORIGINALI DELL'ARCHIVIO SEGR. VAT.

IL PREFETTO
P. Pagano, B.

- 350 liis editis, vel edendis, specialibus vel generalibus Constitutionibus et Ordinationibus Apostolicis, privilegiis quoque indultis ac Litteris Apostolicis quibusvis superioribus et personis in genere, vel in specie, aut alias in contrarium praemissorum quomodolibet forsitan concessis, approbatis, confirmatis et innovatis quibus omnibus et singulis etiamsi pro eorum sufficienti derogatione de illis eorumque totis tenoribus specialis, specifica, expressa et individua non autem per clausulas generales idem importantes mentio aut quaevis alia expressio habenda, aut aliqua alia exquisita forma servanda foret, venares huiusmodi ac si de verbo ad
- 365 verbum nihil poenitus omisso et forma in illis tradita observata inserti forent eisdem praesentibus proplema et sufficienter expressis habentes (illis alias in suo robore permansuris) latissime et
- 370 plemissime ac specialiter et expresse ad effectum praesentium et validitatis omnium et singularum praemissarum pro hac vice duntaxat. Motu, scientia et potestatis plenitudine paribus harum
- 375 quoque serie derogamus, ceterisque contrariis quibus cumque.
Volumus autem quod dictus Alexander Archiepiscopus infra sex menses authenticum exemplar actorum omnium,
- 380 quos ad commissam exequutionem explendam ipse erit emissurus ad Sacram Congregationem Consistorialem transmittere teneatur, ut ea in tabulario eius dem Congregationis ad perpetuam rei memoriam et normam custodiantur.
- 385 Volumus etiam quod praesentium Litterarum transumptis etiam impressis,

- manu tamem alicuius Notarii
publici subscriptis et sigillo
390 alicuius personae in ecclesia-
stica dignitate constitutae
munitis, adhibeatur in iudicio
et extra illud eadem prorsus
fides, quae eisdem prassentibus
395 adhiberetur, si originaliter Fo-
rent exhibitae vel ostensae.
Nulli ergo omnino hominum li-
ceat hanc paginam Nostrae
dismembrationis, erectionis,
400 institutionis, concessionis,
indulti, impertitionis, statu-
ti, subiectionis, decreti, com-
missionis, mandati, derogatio-
nis et voluntatis infringere,
405 vel ei ausu temerario contrai-
re, si quis autem hac attenta-
re, praesumpserit indignatio-
nem Omnipotentis Dei ac Bea-
torum Petri et Pauli Apostolo-
rum Eius se noverit incurso-
410 rum.
Datum Romae apud S. Petrum
anno Domini Millesimo non-
gentesimo decimo = Nonis Apr-
415 lis = Pontificatus Nostri anno
septimo. =
Revisa
< Paulus Pericoli >
Cancellariae Apostolicae Adiutor a studiis



420 pro 19 augusti
< D. De Gregori >

3. As consoantes geminadas

De conformidade com Carvalho e Nascimento (1977, p. 59), *consonantismo* é o estudo das transformações sofridas pelos fonemas consonantais na sua evolução histórica, sendo subdivididas em dois grupos: (1) das consoantes simples e (2) dos grupos consonantais.

No que se refere às consoantes simples, os autores citados apresentam um estudo das consoantes iniciais, mediais e finais, que não são aqui objeto de estudo. O segundo grupo, um dos focos de análise neste trabalho, do qual fazem parte as consoantes geminadas, é por eles classificado como:

- **Homogêneos** – formados por consoantes iguais ou geminadas. Ex.: *stuppa, bucca, ille*.

- **Heterogêneos** – formados por consoantes diferentes. Ex.: *persona, clave* etc.

- **Latinos** – que existiam em latim. Ex. *persona, clave*.

- **Românicos** – que resultaram da síncope de uma vogal. Ex.: *oculu>oclu, auricula>auricla*.

- **Próprios** – constituídos por uma oclusiva ou *f* mais uma líquida, *l* ou *r*. Ex.: *placere, premere, flamma*.

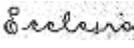
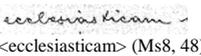
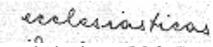
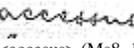
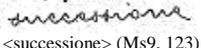
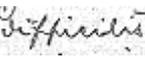
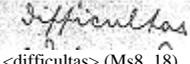
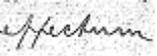
Dentre os grupos apresentados, será tratado o das consoantes homogêneas que, segundo os autores, reduziram-se a consoantes simples na passagem do latim para o português. Observem-se:

| Consoantes homogêneas | Simplificação | Latim | Português |
|-----------------------|---------------|----------------|-----------|
| cc | c | <i>bucca</i> | boca |
| ff | f | <i>effectu</i> | efeito |
| ll | l | <i>illa</i> | ela |
| mm | m | <i>flamma</i> | chama |
| nn | n | <i>pamu</i> | pano |
| pp | p | <i>stuppa</i> | estopa |
| tt | t | <i>gutta</i> | gota |

O quadro anterior mostra que as consoantes geminadas caíssem em desuso, como pode ser observado na última coluna, não existindo na

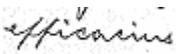
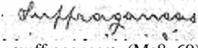
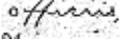
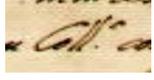
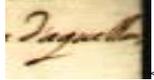
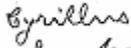
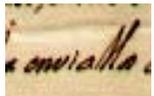
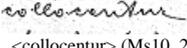
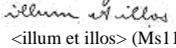
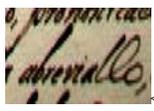
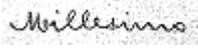
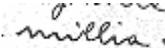
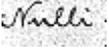
grafia do português atual, a exceção dos dígrafos *ss* e *rr*, conservados apenas para diferenciar os sons “se, ~~ss~~ e ~~ss~~”, em posição intervocálica, como em *casa* e *cassa*, *caro* e *carro*, corroborando a afirmação de Coutinho (1976, p. 120-21), segundo o qual as consoantes geminadas latinas, no interior das palavras, reduzem-se a consoantes simples, em português. Esta simplificação, porém, já se havia operado no próprio latim vulgar, sendo frequentes em inscrições, como *mile*, *anus*, *eficax*, *sufragium*, *cotidie*, *ocidere* etc.

3.1. Cotejo entre os manuscritos e a Bula Apostólica³⁷

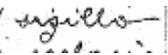
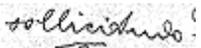
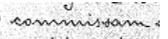
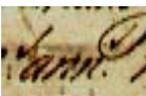
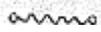
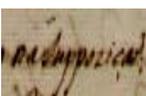
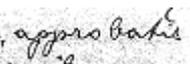
| | Manuscritos – Ms 1 a Ms 7 | Bula Apostólica – Ms7 a Ms |
|----|---|--|
| cc |  <occupaçãõ> (Ms2, 4) |  <Ecclesiãas> (M8, 56) |
| | |  <ecclesiãstican <ecclesiasticam> (Ms8, 48) |
| |  <occupado> (Ms1, 15) |  <ecclesiãsticas> (Ms8, 5) |
| | |  <accessus> (Ms8, 19) |
| |  <successione> (Ms9, 123) | |
| ff |  <efeito> (Ms4, 7) |  <difficilitã> (Ms8, 44) |
| | |  <difficultas> (Ms8, 18) |
| |  |  <effectum> (Ms11, 270) |

³⁷ Leia-se (Ms4, 7) como manuscrito 4, linha 7.

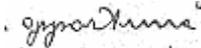
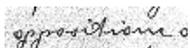
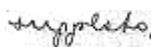
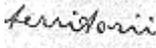
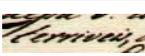
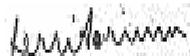
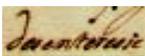
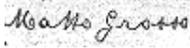
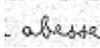
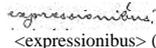
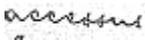
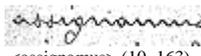
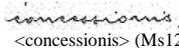
Cerculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

| | | |
|----|--|---|
| | |  <efficacius> (Ms8, 21) |
| |  <affirmar> (Ms6, 16) |  <suffraganeas> (Ms8, 69) |
| | |  <officiis> (Ms10, 186) |
| II |  <Collegio> (Ms3, 9) |  <Cancellariae> (Ms11, 290) |
| |  <d'aquellas> (Ms2, 23) |  <Cyrillus> (Ms9, 120) |
| |  <enviallos> (Ms3, 13) |  <della> (Ms7) |
| |  <delle> (Ms2, 26) |  <collocentur> (Ms10, 226) |
| |  <Collégio> (Ms1, 13) |  <illum et illos> (Ms11, 276) |
| | |  <illud> (Ms11, 283) |
| |  <abreviallo> (Ms5, 8) |  <Millesimo> (Ms8, 58) |
| | |  <millia> (Ms8, 36) |
| |  <Nulli> (Ms13, 397) |  <Nulli> (Ms13, 397) |

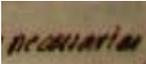
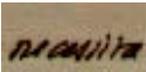
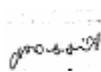
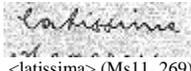
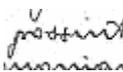
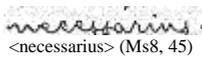
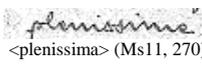
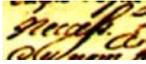
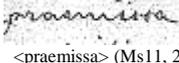
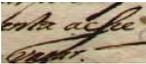
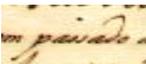
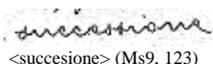
Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

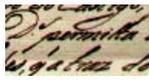
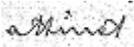
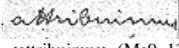
| | | |
|----|---|---|
| | |  <nullitatis> (Ms11, 225) |
| |  <elle> (Ms2, 26) |  <millo> (Ms11, 246) |
| | |  <sigillo> (Ms13, 389) |
| |  <Pello> (Ms3, 5) |  <sollicitudo> (Ms8, 11) |
| | |  <extollimus> (Ms9, 86) |
| mm |  <communica> (Ms2, 6) | |
| |  <commodo> (Ms2, 12) |  <commissam> (Ms12, 380) |
| |  <commodo> (Ms1, 17) | |
| nn |  <annos> (Ms1, 19) | |
| |  <annos> (Ms5, 16) |  <anno> (13, 415) |
| pp |  <approbat> (Ms12, 355) |  <approbat> (Ms12, 355) |

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

| | | |
|----|---|---|
| | <nasuppozição > (Ms2, 33) |  <opportuna> (Ms10, 209) |
| |  <Cappitania> (Ms6, 15) |  <oppositione> (Ms12, 339) |
| | |  <supplato> (Ms8, 64) |
| rr |  <corre> (Ms2, 13) |  <territorii> (Ms8, 16) |
| |  <terreveis> (Ms5, 5) | |
| |  <Ferreyro> (Ms6, 18) |  <territorium> (Ms9, 129) |
| |  <correspondente> (Ms14, 3) | |
| ss |  <desenteresse> (Ms2, 17) |  <Matto Grosso> (Ms8, 34) |
| |  <isso> (6, 27) |  <abesse> (Ms8, 44) |
| |  <aessa> (Ms6,22) |  <expressionibus> (Ms11, 293) |
| |  <eassim> (Ms5, 6) |  <accessus> (Ms8, 19) |
| |  <assim> (Ms2, 5) |  <assignamus> (10, 163) |
| |  <esse> (Ms2, 16) |  <concessionis> (Ms12, 400) |

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

| | |
|---|--|
|  <necessarias> (Ms3, 5) |  <expressa> (Ms12, 359) |
|  <necessita> (Ms4, 3) |  <possit> (Ms12, 337) |
|  <aassistencia> (Ms1, 10) |  <latissima> (Ms11, 269) |
|  <essa> (Ms2, 4) |  <possint> (Ms10, 210) |
|  <sahisse dessas> (Ms1, 11) | |
|  <passo> (Ms5, 14) |  <necessarius> (Ms8, 45) |
|  <seficasse> (Ms2, 16) | |
|  <aceitasse> (Ms3, 18) |  <plenissima> (Ms11, 270) |
|  <disso> (Ms2, 35) | |
|  <necessario> (Ms1, 6) |  <praemissa> (Ms11, 252) |
|  <aesse> (Ms6, 22) | |
|  <passado> (Ms3, 10) |  <sucessione> (Ms9, 123) |

| | | | | |
|----|---|--------------------------------|---|---|
| |  | <interesse> (Ms3, 12) | | |
| tt |  | <Secretario remetto> (Ms 3, 5) |  | |
| |  | <metti> (Ms2, 19) | | <Matto Grosso> (Ms8, 34) |
| |  | <permitta> (Ms5, 8) |  | |
| |  | <meremette> (Ms1, 4) | | <attinet> (Ms10, 192) |
| |  | <ditto> (Ms4, 6) | |  |
| |  | <ditta> (Ms2, 31) | <attribuimus> (Ms9, 137) | |

4. Os acordos ortográficos da língua portuguesa

Segundo Melo (1981, p. 163-8), no final do período pseudoetimológico, iniciou-se uma tendência simplificadora da ortografia que buscava a recuperação da primitiva singeleza. Mas muitas foram as confusões feitas nessa época, pois faltavam conhecimentos acerca da evolução da língua portuguesa, complicando ainda mais o problema ortográfico do português. A solução seria retomar o espírito da primitiva ortografia, trabalho que poderia ser realizado apenas por um especialista na história interna da língua portuguesa.

E foi o que fez Gonçalves Viana, autor de *Ortografia Nacional*, editada em 1904, que se norteou pelos seguintes princípios:

- a) Proscrição absoluta e incondicional de todos os símbolos de etimologia grega: *th*, *ph*, *ch* (=k), *rh*, *y*.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

- b) Redução das consoantes dobradas e singelas, com exceção de *rr* e *ss* mediais, que têm valores peculiares.
- c) Eliminação de consoantes nulas, quando não influam na pronúncia da vogal que as preceda.
- d) Regularização da acentuação gráfica. (*Ortografia Nacional*, Lisboa, 1904, p. 17).

Após ser submetido à análise de uma comissão de filólogos, o novo sistema gráfico, proposto por Gonçalves Viana, tornou-se oficial por força de um decreto do Governo Português, em 1911, com pequenas adaptações.

Entretanto, as discussões a respeito da ortografia da língua portuguesa continuaram rendendo muitos anos de debates, decisões, votações, revogações e decretos até transformarem-se em lei, conforme se pode observar a seguir Melo (1981, p. 164-68) e Cavaliere (2000, p. 189-239):

- 1907 – até esta data a história da ortografia do Brasil era a mesma de Portugal. Foi desta época o primeiro movimento de repercussão geral em prol da simplificação ortográfica, quando a Academia Brasileira de Letras procurou estabelecer um sistema de escrita próprio, por proposta de Medeiros e Albuquerque.
- 1912 – veio a regulamentação mais coerente e orgânica do disposto em 1907, ficando a cargo de João Ribeiro a redação final.
- 1915 – sob a voz de Silva Ramos, a ortografia brasileira se ajusta ao sistema português de 1911.
- 1919 – Osório Duque Estrada revoga tudo o que fora estabelecido, regredindo à antiga chamada “balbúrdia ortográfica”.
- 1929 – a Academia Brasileira de Letras procura restaurar o sistema simplificador de 1907, mas não houve aceitação pública.
- 1931 – Na década de 30 se inicia o período dos acordos ortográficos oficiais entre Brasil e Portugal, na forma do Decreto nº 20.108, de 15 de julho de 1931, utilizado, compulsoriamente, por todos os usuários da língua portuguesa no Brasil.
- 1934 – a constituição brasileira legisla sobre ortografia, com vistas à adoção do sistema anterior às reformas simplificadoras.
- 1937 – o Ministro Gustavo Capanema nomeou uma comissão

Cerculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

composta pelos professores Sousa da Silveira, Augusto Magne e Antenor Nascentes para elaborar e propor o novo sistema ortográfico que foi entregue em 31/12/1937, mas foi arquivado pelo ministro, apesar de atender bem à etimologia, ao estado atual da língua à época e às modalidades cultas de pronúncia.

- 1938 – o Ministro Gustavo Capanema decidiu retomar o acordo de 1931, retirando do projeto Magne-Sousa-Nascentes nove princípios reguladores da acentuação, ato considerado equivocado, pois faziam parte de um conjunto homogêneo.
- 1941 – o Ministro Gustavo Capanema procurou uniformizar a ortografia para todos os povos de língua portuguesa, propondo que se adotasse o sistema português de então, apoiado no *Vocabulário* de Rebelo Gonçalves, e que este fosse enriquecido de brasileirismos, gerais e regionais e vozes coloniais portuguesas. Este fato causou incômodo à Academia Brasileira de Letras, rejeitou-o, produzindo um documento de 756 páginas, intitulado *Projeto do Vocabulário Ortográfico da Língua Nacional* (Imprensa Nacional, Rio, 1943), cujo uso foi recomendado por decreto-lei.
- 1945 – foi tornada obrigatória por um decreto-lei do Governo Linares, em 5 de dezembro de 1945, uma nova ortografia, tida como de difícil uso.
- 1955 – foi votada no Governo Café Filho uma lei restauradora da ortografia, que, a rigor, nunca deixara de ser usada nos nove anos anteriores.
- 1967 – o I Simpósio da Língua Portuguesa Contemporânea realizado em Coimbra sugeria um sistema gráfico comum baseado em alguns princípios tais como: supressão das consoantes mudas e abolição dos acentos diferenciais, o que provocou certa agitação na imprensa e nos colegiados competentes, não acontecendo nenhuma mudança.
- 1971 – foram abolidos os acentos diacríticos para que a unidade ortográfica sugerida em 1967 acontecesse.

Segundo Cavaliere (2000, p. 223-224), o Projeto Medeiros e Albuquerque continha propostas reformistas e simplificadoras, dentre elas a que diz respeito às consoantes geminadas:

REGRA SEXTA – Salvos os casos em que se empregam os *ss* e os *rr* do-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

brados, os pronomes pessoais *elle* e *Ella* e seus derivados *aquella*, *aquillo* suprimir-se-ão todas as consoantes geminadas.

Em nenhuma palavra, portanto, aparecerão *b, d, f, m, n, p,* ou *t* duplicados. Os *cc* só aparecerão duplicados quando o primeiro tiver o som forte e o segundo brando, como em *sucção*, que se lê *suqsão*. Mas quando ambos soarem do mesmo modo, como em *distincção*, *extincção* etc., escrever-se-á *distinção*, *extinção*, etc. só haverá *ll* nas palavras acima mencionadas. Assim, em vez de *sabbado*, *prelecção*, *adduzir*, *affeioar*, *agregar*, *aaludir*, *immediato*, *innocente*, *applaudir*, *atenção*, etc., escrever *sabado*, *preleção*, *aduzir*, *agregar*, *aludir*, *imediatto*, *inocente*, *aplaudir*, *atenção* etc.

NOTA – A Academia reconhece que tirando aos *s* o som de *z* era possível ao mesmo tempo supprimir os *ss* dobrados. Mas as duas modificações feitas ao mesmo tempo interessariam um grande numero de palavras, que lhe pareceu melhor nada alterar no uso do *ss* dobrado. É assim uma simplificação que se prepara para o futuro. Por outro lado, respeitando a grafia dos nomes próprios, de que propositadamente não tratou, respeitou também a dos pronomes pessoais e seus derivados, que, sendo palavras de uso muito frequente, são daquelas cujas modificações mais avultam no aspecto de qualquer texto escrito.

Para Cavaliere (2000, p. 224), a simplificação das consoantes era um dos pontos imperativos da proposta fonêmica de Medeiros e Albuquerque, sobretudo porque aqui no Brasil as geminadas resumiram-se num capricho etimológico na maioria dos casos. Somente no caso de *cç*, em que a primeira letra representa /k/, caberia a grafia das geminadas, já que sua supressão interferiria na pronúncia da palavra. Enquanto o Projeto Medeiros e Albuquerque de 1907 queria eliminá-las, a Reforma lusa de 1911 optou por mantê-las como elemento indicador de boa pronúncia.

5. Considerações finais

Procurou-se mostrar, através da análise realizada nos documentos, que as consoantes geminadas eram utilizadas em documentos escritos no português do século XVIII como parte de uma escrita que não dispunha de um sistema ortográfico oficial. Este procedimento tem sido atribuído ao exagerado elitismo da época, por parte de alguns escritores e filólogos, não só brasileiros como portugueses, principalmente, já que à época o Brasil ainda não havia discutido questões a respeito da ortografia, fato que só ocorreria nas três primeiras décadas do século seguinte.

O fato de se ter comparado aqui manuscritos do português do século XVIII com um manuscrito em latim do século XX, objetivou demonstrar o fato de que vem do latim a herança das consoantes geminadas

tão recorrentes em textos portugueses, tendo sido extintas pelo Projeto Medeiros e Albuquerque, fruto da busca de uniformização das regras e normas que regulavam o português escrito da época, já em debate há algumas décadas em Portugal.

Para Cavaliere (2000, p. 196-97), o uso das consoantes geminadas vem da indisciplina reinante no período fonético da história ortográfica do português que legou exemplos concretos da falta de controle e fiscalização que tal sistema representa. As consoantes geminadas, que supõem ser um grafismo de cunho meramente etimológico surgido no Renascimento, trata-se de um recurso já utilizado no português arcaico só que com valor puramente fonético. Para o autor citado, o uso de *ff* intervocálico nos primeiros séculos do vernáculo não tinha o valor de som longo como na tradição latina, porém o de *f* simples: as letras geminadas reforçavam a pronúncia da labial surda, já que em outras palavras o *f* latino, transformado em *v* no português, continuava a ser representado pela letra *f*.

O sistema etimológico baseava-se na tradição histórica do português que tinha como fonte linguística o latim escrito, erudito, usado na literatura e nos textos oficiais. O trabalho ora realizado provavelmente teria outro rumo se tivesse sido utilizado como fonte o latim vulgar, que já não registrava, em sua quase totalidade, os grafismos típicos da modalidade erudita, em decorrência da transformação do sistema fonológico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *A escrita no Brasil colônia: um guia para leitura de documentos manuscritos*. 2. ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2003.

ANDRADE, Elias Alves de. Aspectos paleográficos em manuscritos do século XVIII e XIX. *Revista Filologia e Língua Portuguesa*, USP. Vol. 10/11, p. 149-172. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/flp/images/arquivos/FLP10-11/Andrade.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2012.

_____. Cotejo de manuscritos do século XIX. *Revista Caligrama*, UFMG. Vol. 15, p. 161-187. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/caligrama>>. Acesso em: 11 jan. 2012.

_____. *Estudo paleográfico e codicológico de manuscritos do século XVIII e XIX*: edição fac-similar e semidiplomática. São Paulo: USP,

2007. Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007.

_____; FAÇANHA, Juliana Lima. Edições fac-similar e semidiplomática de manuscrito oitocentista: aspectos paleográficos. *Revista Polifonia*. Vol. 18, nº. 23. Periódico do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem/ UFMT. Disponível em:

<<http://200.129.241.94/index.php/polifonia/issue/view/50/showToc>>.

Acesso em: 10 jan. 2012.

AZEVEDO FILHO, Leodegário. A. de. *Iniciação à crítica textual*. Rio de Janeiro: Presença/EdUSP, 1987.

BASSETTO, Bruno Fregni. *Elementos de filologia românica*. São Paulo: EdUSP, 2001.

BASSO, Renato. ILARI, Rodolfo. *O português da gente: a língua que estudamos a língua que falamos*. São Paulo: Contexto, 2006.

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CARVALHO, D. G.; NASCIMENTO, M. *Gramática histórica*. 12. ed. São Paulo: Ática, 1977.

CAVALIERE, Ricardo. *Fonologia e morfologia na gramática científica brasileira*. Rio de Janeiro: EdUFF, 2000.

COUTINHO, Ismael Lima. *Pontos de gramática histórica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

CUNHA, Antônio Geraldo da; CAMBRAIA, César Nardelli; MEGALE, Heitor. *A carta de Pero Vaz de Caminha*. 2. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX*. 3. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

HIGOUNET, Charles. *História concisa da escrita*. Tradução de Marcos Marcionilo.. São Paulo: Parábola, 2003.

ILARI, Rodolfo. *Linguística românica*. São Paulo: Ática, 2001.

LAUSBERG, Heinrich. *Linguística românica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1962.

LEITE, Marli Quadros. *O nascimento da gramática portuguesa*. São

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Paulo: Paulistana, 2007.

MELO, Gladstone Chaves de. *Iniciação à filologia e à linguística portuguesa*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1981.

NASCENTES, Antenor. *Elementos de filologia românica*. Rio de Janeiro: Botelho, 2009.

SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 8. ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: Universitária, 2001.

SANTIAGO-ALMEIDA, Manuel Mourivaldo. *Aspectos fonológicos do português falado na Baixada Cuiabana*: traços de língua antiga preservados no Brasil. Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. São Paulo: USP, 2000.

SPAGIARI, Bárbara; PERUGGI, Maurizio. *Fundamentos da crítica textual*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica: crítica textual*. São Paulo: Cultrix/EdUSP, 1997.

VIANA, A. R. Gonçalves. *Ortografia nacional*. Simplificação e uniformização sistemática das ortografias portuguesas. Lisboa: Editora Livraria Viuva Tavares Cardozo, 1904.

COLAR DE CONTOS PREMIADOS: UM OLHAR CRÍTICO GENÉTICO

Moema Rodrigues Brandão Mendes (CESJF)
moemarodrigues@yahoo.com.br

O processo de criação é um ato permanente de tomada de decisão e por trás de uma substituição, uma eliminação, uma adição, há certamente, todo um complexo processo envolvendo diversos critérios e causas. (Cecília Salles).

RESUMO

Neste estudo, foram reunidos os contos da escritora mineira, Maria de Lourdes Abreu de Oliveira, premiados em concursos literários, em nível nacional, nas décadas de 50, 60 e 70. A pesquisa baseou-se em orientações para a construção de um texto fidedigno, numa perspectiva genética, representada pelo cotejo de manuscritos pertencentes ao arquivo pessoal da escritora, o que permite que se apreenda uma leitura plural, o que se verifica pela multiplicidade de escolhas que os manuscritos oferecem quando em confronto com o texto publicado.

Palavras-chave: Maria de Lourdes Abreu de Oliveira, crítica genética contos.

1. Introdução

Nesta pesquisa, reunimos os contos premiados em concursos literários, em nível nacional, de Maria de Lourdes Abreu de Oliveira, escritora mineira e juizforana. Nela também, apreciamos o seu processo criativo, examinando os caminhos percorridos pela contista investigando e descrevendo os princípios que caracterizam a sua escritura.

A busca não se fez por um desejo de perfeição, mas por uma delicada fidelidade; por uma atenção apaixonante, que se transforma em conhecimento, pois, ao tecer seu *Colar de Contos Premiados*, Maria de

Lourdes Abreu de Oliveira enlaça-nos com escritos que, em cada linha, promovem o encontro do espírito com a linguagem.

Imprimimos à pesquisa orientações para a construção de um texto fidedigno, numa perspectiva genética, que implica uma nova visão da literatura: quase participar de um renascer, quando se conhece a elaboração de cada conto, representada pela presença dos manuscritos autógrafos e dactiloscritos.³⁸ Alguns pertencentes ao arquivo pessoal da escritora e que foram gentilmente cedidos pela mesma e outros, obtidos no Clube Militar, Rio de Janeiro, e ainda outros, através de pesquisas desenvolvidas nos arquivos de cultura em Juiz de Fora, MG.

A escolha deste trabalho vincula-se às dúvidas levantadas por alunos quanto ao fato de o fazer literário se limitar ao texto editado e acabado. A noção da obra estava ligada a uma estética de perfeição, e o escritor era considerado um semideus. Na análise e interpretação de um texto literário não se levava em consideração a existência de um paratexto³⁹.

Com o cotejo dos manuscritos, há uma mudança de perspectiva: a construção da obra como objeto estético pode ser acompanhada em seus passos. A unidade de um conto é mais clara, propiciando a evidência de que não há um estilo único em cada autor e não há obediência a uma escola determinada para cada obra.

O olhar crítico para o manuscrito desnuda, um pouco, a produção literária, permitindo que se descubra que ela não é somente inspiração. Constatam-se mudanças relevantes no texto como um todo, e uma constante luta do escritor com as palavras.

Apreende-se uma leitura plural: vê-se, a um só tempo, a multiplicidade de escolhas e a variedade de possibilidades ofertadas pelos rascunhos em relação ao texto publicado.

Empreender a leitura de um texto, numa perspectiva genética, possibilita o entendimento de como funciona uma parte da criação, e este conhecimento, transmitido aos alunos, facilita a compreensão em análises, interpretações e, construção de seus textos próprios. Os mesmos admitem então, que a rasura é uma magia, é um elemento constitutivo da

³⁸ Atualmente a crítica genética refere-se a ambos como Ms (manuscrito), indicando-os por letras: Ms A,B e assim sucessivamente.

³⁹ Documento em processo, texto em construção.

criação e se sentem incitados a perseguir infinitamente, não um modelo, mas uma construção inédita, original, um estilo!

Este trabalho constituiu parte da dissertação defendida pela autora em 2005.

O capítulo I, “A primeira Conta”, relata os concursos dos a escritora participou, cada qual com um tema singular, sendo os contos avaliados por bancas compostas de nomes relevantes no âmbito da literatura nacional. Os contos, aqui reunidos, foram premiados em várias categorias: a maioria mereceu primeiro lugar, em menor incidência, segundo lugar; e raros são aqueles que se consagraram com menção honrosa.

O capítulo II, “Os manuscritos: Arqueologia da criação” nos permite ler e conhecer os manuscritos literários, segundo uma perspectiva genética, desnudando parte do corpo da escrita, estabelecendo um questionar de nossos pensamentos e certezas sobre os momentos criadores desvelados. Isso propicia uma reflexão-descoberta de que o escritor também enfrenta dificuldades na construção de seus textos, opondo-se à ideia falsa de que escrever é, simplesmente, um ato de fruição de pensamentos, levando-nos a repensar a obra e a estética literárias.

O capítulo III, “O Colar-Arquivo dos Contos Premiados”, constitui-se no estabelecimento dos 17 contos premiados em concursos literários, entre as décadas de 50 e 70, publicados, esparsos, em periódicos⁴⁰.

A parte teórica teve como fontes trabalhos de especialistas e pesquisadores de crítica textual e crítica genética. Phillipe Willemart: *Gênese e Memória* (1995) e, Sônia Maria van Dijck, *III Encontro de ecdótica e crítica genética* (1993), Louis Hay, em *A Montante da escrita* (1999), e Almunth Grésillon, em *Devagar obras* (1999), publicados na coleção *Papéis avulsos, da Fundação Casa de Rui Barbosa* (RJ), na década de 90; e no estudo *Edição Crítica em uma perspectiva genética de As três Marias de Rachel de Queiroz*, desenvolvido pela Prof^a. Dr^a. Marlene Gomes Mendes.

A abordagem da pesquisa é qualitativa, exploratória e bibliográfica, o que demonstra que a importância do tema estudado centra-se no valor da escritora Maria de Lourdes Abreu de Oliveira, na literatura juizoforana, mineira e nacional.

⁴⁰ As revistas e o jornal estão documentados em *Anexo*.

A compilação destes contos e o estudo dos manuscritos exercem um fascínio que permite ao leitor uma navegação, com olhos sonhadores, através de ondas mágicas que se findam num mar de reflexões existenciais.

2. *A primeira conta*

A primeira conta refere-se ao início do processo de criação que, no caso, foram as produções de textos, específicos, para a participação em concursos literários. Este se torna um detalhe relevante, quando entendemos que cada concurso possui regras a ser seguidas, estabelecidas pela comissão dos mesmos.

As produções eram condicionadas pelo mecanismo de um número determinado de laudas e de linhas escritas, fato que exercia um papel fundamental no processo de criação.

O primeiro conto premiado, “O menino e a lambreta”⁴¹, no Concurso “Companhia de Seguros Minas Brasil”, 1959, publicado na revista *Alterosa*, obedece às seguintes regras:⁴²

No sentido de incentivar os valores novos de nossas letras, a Companhia de Seguros “Minas Brasil” patrocina o *Concurso Permanente de Contos* desta revista nas seguintes bases:

1º) O original deve ser datilografado em uma só face do papel em espaço número 2, com o máximo de 8 e o mínimo de 3 laudas.

2º) Motivo e ambientes nacionais.

3º) Observância dos princípios morais que norteiam os costumes da família brasileira.

4º) Argumento isento de tragédias fortes ou mistérios tenebrosos, fixando de preferência as emoções do ambiente de família, do lar e os dramas de fundo moral sadio e honesto.

5º) Os trabalhos devem ser inéditos e, uma vez premiados terão os seus direitos autorais reservados por *Alterosa*.

6º) É permitido ao concorrente assinar o trabalho com pseudônimo. Neste caso, deverá mencionar também o seu nome e endereço completo para a remessa eventual do prêmio que lhe aprover.

⁴¹ Em *Anexo* está documentado o manuscrito deste conto.

⁴² As datas que acompanham os contos referem-se às datas de publicação dos mesmos. Revista *Alterosa*, abril de 1959.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

7º) Os dois melhores trabalhos recebidos em cada mês serão divulgados nas páginas da *Alterosa* e contemplados, cada um, com o prêmio de mil cruzeiros.

8º) Os trabalhos considerados publicáveis, embora não reúnam qualidades suficientes para que sejam premiados, receberão menção honrosa e poderão ser eventualmente divulgados.

Os prêmios deste concurso serão enviados pela Companhia de Seguros “Minas Brasil”, diretamente aos autores premiados, sessenta dias após a publicação.

Não se devolvem originais, ainda que não sejam aproveitados, nem se manterá correspondência sobre o destino dos mesmos. A revista noticiará, quinzenalmente, o resultado do julgamento, relacionando os trabalhos aprovados.

É importante ressaltar que concorreram e, também, foram premiados, neste concurso, “A dívida”, de Caio Porfírio Carneiro, “Emoções e emoções”, de Darcy Albarnaz e “Quando as mãos se cansam”, de Vieira Novelli, e que o editor da revista, na época, era Roberto Drummond, nome já respeitado e apreciado na literatura nacional. Interessante informar o nível literário desta revista que contava com colaboradores permanentes, como Gilberto de Alencar, Leonor Teles e Cosette de Alencar.

Em julho de 1959, recebeu o primeiro prêmio, o conto “A porta-estandarte”, obedecendo aos mesmos critérios acima citados, seguindo-se de “Senhora Ribeiro”, em março de 1960; “Baile de formatura” em março de 1961, “Salvador, o jornaleiro” em julho de 1961, e “Filantropia” em março de 1962. Todos estes contos foram publicados na revista *Alterosa* que era responsável pela divulgação dos contos premiados. A revista possuía uma tiragem de 80.000 exemplares e tinha sucursais no Rio de Janeiro e em São Paulo, contando com correspondentes em Paris, Roma e Hollywood.

O conto “O porta-estandarte”, selecionado como o melhor conto do mês, foi publicado na revista *O Lince* em maio de 1960, e aí reeditado em julho de 1975.

O Lince foi uma produção juizforana, fundada em 1912. Não há informações, neste periódico, sobre o número de exemplares circulantes. No entanto, a importância desta revista é indiscutível para a manifestação cultural de Juiz de Fora, Minas Gerais, visto que foi o mais antigo órgão de cultura da referida cidade, agraciado com a Medalha Comemorativa do Centenário de Inauguração do prédio do Museu Mariano Procopio e da estrada União Indústria.

Concurso Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Sequenciando mais uma “conta”, a revista *Vida Doméstica* promove dois concursos na década de 60, *Meu Primeiro Livro* - o concurso literário que revelará você como um escritor - e *I Tema para 3 Contos*.

O concurso *Meu Primeiro Livro* - o concurso literário que revelará você como um escritor - estabelece as seguintes normas:⁴³

Explicação prévia – O concurso literário *Meu Primeiro Livro* terá a duração de 1 ano e será julgado trimestralmente. A cada trimestre corresponderá um tema, devendo o assunto do conto girar obrigatoriamente dentro deste tema. Foram escolhidos quatro temas (um para cada trimestre) envolvendo quatro grandes artes: PINTURA, ESCULTURA, ARQUITETURA E MÚSICA. A sensibilidade, a imaginação e o conhecimento de cada concorrente sobre a matéria e ambiência do tema, criarão uma história diferente e adequada a cada uma das expressões artísticas, a que se somará a expressão artística do próprio Concurso, ou seja, a Arte de Escrever, a Literatura.

Meu Primeiro Livro não terá prêmios em dinheiro. A recompensa para cada autor do conto escolhido – prêmio inédito em concurso de contos – será, além da publicação ilustrada em *Vida Doméstica*,

A inserção em livro do conto de sua autoria, formando, juntamente com os contos escolhidos dos demais concorrentes – 6 por cada trimestre – uma coletânea de contos, esmeradamente impressa e ilustrada.⁴⁴

Condições gerais

1) Cada conto terá no mínimo 4 e no máximo 8 laudas tipo almoço, datilografado em espaço com uma só face.

2) O assunto será absolutamente moral, em qualquer dos temas, que se desenvolverão dentro das características indicadas em “Explicações Prévias”.

3) O concurso é aberto a todos aqueles cuja produção literária não tenha ido além das colaborações em jornais e revistas sem terem publicado livro próprio de romance ou conto.

4) Cada concorrente enviará o seu conto assinado por um pseudônimo, enviando junto, um segundo envelope fechado contendo sua identificação para efeito da publicação e resultado do julgamento.

5) Cada concorrente poderá remeter um ou mais contos para ser submetido a julgamento em cada período, cada um dos quais deverá ser remetido rigorosamente sob pseudônimo diferentes, nas condições do item d.

6) Toda correspondência do concurso deverá ser dirigida à Sociedade

⁴³ Revista *Vida Doméstica*, março de 1960, p. 21.

⁴⁴ Não ocorreu a publicação de *Meu Primeiro Livro* por fechamento da revista em questão.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Gráfica Vida Doméstica Ltda., Caixa Postal 2981, Rio de Janeiro – Concurso Literário.

7) Não se fará devolução de material recebido, publicado ou não. Do recebimento, publicação e remuneração dos contos.

Os prazos e temas de *Meu Primeiro Livro* são os seguintes:

1º período: TEMA – PINTURA - de 1º de maio a 31 de julho de 1962.

2º período: TEMA – ESCULTURA - de 1º de agosto a 31 de outubro de 1962.

3º período: TEMA – ARQUITETURA - de 1º de novembro a 31 de janeiro de 1962.

4º período: TEMA – MÚSICA - de 1º de fevereiro a 30 de abril de 1963⁴⁵

Dentro de cada um destes temas, cada conto pode abranger quaisquer dos aspectos artísticos, sociais, econômicos, sentimentais ou humanos, das artes, da Pintura, Escultura, Arquitetura e Música.

Vida Doméstica publicará, mensalmente, as condições gerais deste concurso com uma ilustração alusiva ao respectivo tema do período. Encerrado trimestralmente o prazo para o recebimento dos contos, de acordo com as datas citadas, serão estes entregues à “Comissão Julgadora” que escolherá 6 (seis) primeiros classificados. *O autor do conto classificado receberá como única remuneração, 50 livros, de uma coletânea de contos em que será incluído o conto de sua autoria e a ser editado e distribuído por bibliotecas, institutos, colégios, livrarias etc., em larga tiragem, após o término do concurso, pela Sociedade Gráfica Vida Doméstica, Ltda.*

DISPOSIÇÕES FINAIS

A revista *Vida Doméstica* reserva-se o direito de não distribuir ou de não editar a citada coletânea de contos ou desclassificar quaisquer dos contos recebidos, quando não for alcançado um grau mínimo de valor literário ou comprovada desobediência às cláusulas do presente concurso. Os concorrentes de *Meu Primeiro Livro* comprometem-se a não divulgar em qualquer outro periódico, os contos remetidos, até a indicação, em *Vida Doméstica* do resultado do concurso *Meu Primeiro Livro* e uma vez classificados, até a publicação da citada coletânea de contos.⁴⁶

Neste concurso foram classificadas, em 1962, “As pontes”, em março “A doméstica” em julho, “A cancela” em agosto, “Pequetita”, em setembro, “Guigui” em outubro, “Fome” e “Lara, a deusa do silêncio”,

⁴⁵ O 4º período do concurso *Meu Primeiro Livro* não ocorreu por fechamento da revista em questão.

⁴⁶ Revista *Vida Doméstica*. Julho de 1962 – p. 49. O histórico da revista não menciona o número de exemplares por tiragem.

respectivamente em janeiro e março de 1963.

O conto “Fome” foi premiado no concurso *Meu Primeiro Livro*, com o tema Pintura; “Lara, a deusa do silêncio”, Escultura e “A Ponte”, Arquitetura.

Sobre o concurso *I Tema para 3 Contos*, apesar das pesquisas, não foi possível conseguir mais informações. Ficou documentado, no entanto, que este concurso incorria em temas para cada período, constando o seguinte resultado, única informação transcrita na referida revista, o conto “Guigui” foi premiado em *I Tema para 3 Contos*, 4º e último período e “A doméstica” recebeu o prêmio no 3º período do mesmo concurso.

A *Vida Doméstica* contava com duas sucursais, uma no Rio de Janeiro, outra em São Paulo e possuía correspondentes nos Estados Unidos da América, Inglaterra e Argentina. A distribuição, além do Brasil, fazia-se em Portugal, na Livraria Latina Editora à Rua Santa Catarina, 2. Porto com tiragem que somava 100.00 exemplares.

Ainda em 1963, o conto “Uma caçada de marrecos” recebeu o prêmio no I Festival de Arte da Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais. Sobre este concurso nada se pôde apurar no que consiste a regras, temas e componentes que formaram a banca examinadora. Foram consultados os arquivos da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Tentamos obter informações mais precisas, recorremos também a entrevistas com o professor Moacir Borges de Mattos⁴⁷, Reitor da Universidade Federal de Juiz de Fora em 1963, um arquivo vivo presente nesta cidade; hoje falecido, com a Dra. Dalva Carolina (Lola) de Menezes Yazbeck,⁴⁸ professora de História da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, e também com a escritora Maria de Lourdes Abreu de Oliveira, que, infelizmente, lembrava-se, apenas “vagamente”, de detalhes que pudessem nos esclarecer as condições do concurso.

Foi essencial, todavia, para a nossa pesquisa, constatar que “Uma caçada de marrecos” mereceu o primeiro prêmio e foi publicado, oficialmente, na revista *Lvmina Spargere, Revista da Universidade Federal de Juiz de Fora*, ano 1, número 1, em dezembro de 1963.

⁴⁷ Entrevistas feitas nos dias 11/06/2004 – 15/06/2004 – 01/07/2004.

⁴⁸ YAZBECK, Dalva Carolina (Lola) de Menezes. *A criação da Universidade Federal de Juiz de Fora*. Editora UFJF, 2000. Entrevistas feitas em 10/06/2004 e 02/07/2004.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Em 1964, o conto “O velocípede” mereceu o 1º lugar no julgamento referente ao *Concurso Permanente de Contos* da Prefeitura de Belo Horizonte. Sobre este concurso não conseguimos nenhuma informação, visto o período conturbado, 1964, pelo qual passava o país.⁴⁹

Em 1960, o conto “Pequetita”, foi premiado no *III Concurso de Contos*⁵⁰ promovido pela *Revista do Clube Militar do Rio de Janeiro*, tendo Maria de Lourdes Abreu de Oliveira recebido o prêmio das mãos de Dinah Silveira de Queiroz.

“O Vestido” foi agraciado com o primeiro lugar no concurso *Benjamin Constant*, promovido pela *Revista do Clube Militar*, recebendo o prêmio de Cr\$5.000,00, com a seguinte comissão julgadora: Adonias Filho, Eduardo Portella, José Cândido de Carvalho, Pedro Paulo Wandek de Leoni Ramos e Oliveiros Litrento. O referido conto mereceu os seguintes pareceres da banca, transcritos na respectiva revista:

Sobre “O Vestido”

“O Vestido” é conto de feição clássica. Nada inova, no tocante à febril excitação dos que desejam inovar a todo custo. Contudo, é surpreendente pela simplicidade da história, envolvendo um drama cotidiano de vida conjugal. A heroína da história, aposentada pelos deveres domésticos, diante de um vestido para uma festa, idealiza-se coquete, alvo de atenção geral masculina. O marido, antes dócil, enciúma-se. Eis assim criada a atmosfera da intriga do conto clássico. Inesperadas metáforas e o elevado padrão de técnica e urdidura tornam a história premiada um conto de excelente qualidade.

Oliveiros Litrento

“Com “O Vestido”, Maria de Lourdes Abreu de Oliveira, reafirmou as suas qualidades de escritora anteriormente e demonstradas no prêmio *Manchete*.⁵¹ A força é a mesma, a vocação é a mesma, o comportamento é o mesmo. Creio que a RCM concorrerá para que essa escritora se realize definitivamente.”

Adonias Filho

⁴⁹ Foi contatado o órgão de Cultura da Prefeitura de Belo Horizonte em 5/02/2004 e absolutamente nada havia sido registrado sobre o referido concurso.

⁵⁰ *Revista do Clube Militar*, Rio de Janeiro, n. 156, agosto-setembro. 1960.

⁵¹ Nada foi encontrado nos arquivos sobre o prêmio *Manchete*.

Concurso Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

O concurso obedeceu às seguintes regras:⁵²

Art. 1º - O concurso anual de contos que, sob a denominação de prêmio *Benjamin Constant*, vigorou durante muitos anos, patrocinado pela *Revista do Clube Militar*, passa a constituir-se, a partir deste ano de 1971, de um prêmio em dinheiro e de menções honrosas – se assim for decidido pela Comissão Julgadora – destinados aos melhores trabalhos inéditos de autores estreados, ou não, do gênero.

Art. 2º - Concorrerão ao prêmio *Benjamin Constant* todos os sócios do Clube Militar que assim o desejarem, aí também incluídos os sócios-afins.

Art. 3º - O sócio ou sócio-afim que deseje concorrer deve encaminhar o seu trabalho entre 15 de outubro e 31 de dezembro do corrente ano, ao Departamento Cultural do Clube Militar, Avenida Rio Branco, 251 – 8º andar, tel. 242-6970, Rio de Janeiro, GB.

Parágrafo 1º - O trabalho caracterizado como conto deverá apresentar um mínimo de 3 (três) e o máximo de 8 (oito) páginas devidamente autenticadas pelo autor, que para este fim usará obrigatoriamente um pseudônimo.

Parágrafo 2º - Juntamente com o trabalho concorrente, o autor levantará seu pseudônimo em carta rigorosamente fechada, na qual indicará seu nome completo e literário, título do trabalho e endereço atualizado.

Parágrafo 3º - Na carta acima, o autor deve indicar sua filiação com o Clube Militar, quer como sócio efetivo ou sócio-afim.

Art. 4º - O presente concurso será julgado por uma comissão julgadora de cinco membros de conhecida atuação literária no país, sobretudo na área da crítica literária, escolhidos pelo Departamento do Clube Militar, cujos nomes serão brevemente divulgados.

Art. 5. – A Comissão Julgadora decidirá por maioria dos votos, devendo sua decisão recair sobre o melhor conto concorrente, cujo autor receberá um diploma comprovante expedido pelo Departamento Cultural do Clube Militar e um prêmio de cinco mil cruzeiros em dinheiro.

Parágrafo 1º - Além do acima especificado, o vencedor terá ainda seu trabalho imediatamente publicado nas páginas da *Revista do Clube Militar*. Se houver menções honrosas serão também publicadas na referida Revista.

Parágrafo 2º - Também poderão concorrer os cadetes das três Armas: Marinha, Exército e Aeronáutica, cujos prêmios (1º e 2º lugares) constarão de coleções de livros da José Olympio Editora, nos valores de Cr\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros), respectivamente.

Parágrafo 3º - O Concurso de Contos *Benjamin Constant* para cadetes reger-se-á, salvo as premiações, pelo disposto no presente Regulamento.

⁵² *Revista do Clube Militar*, número 187, agosto, 1971, p. 44. Informações cedidas pelo arquivo do Clube Militar em 6 de maio de 2004. Atualmente se localiza no mesmo endereço.

Parágrafo 4º - Os casos omissos serão solucionados pelos diretores do Departamento Cultural e da *Revista do Clube Militar*.

A produção literária de Maria de Lourdes muito contribuiu para a renovação do setor intelectual de Juiz de Fora no que concerne a sua representação na literatura nacional, reconhecida na premiação de tantos contos em concursos rigorosos e extremamente bem representados.

A importância destes prêmios é tecida na medida em que verificamos apresentarem os contos rapidez e perfeição, despertando o encantamento do leitor.

Dinah Silveira de Queiroz, em um artigo escrito no *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, em março de 1966, fez um comentário que merece ser repetido:

“Aqui damos um exemplo (Maria de Lourdes trata o fenômeno do artista diante de sua criação, em “Lara, a deusa do silêncio”.) Vamos ouvir falar o escultor, que havia feito de um bloco de pedra sua deusa de língua cortada: “Não vês essas conferências internacionais? Dão em nada por causa da língua. Por que se desfazem uniões que, de outra forma poderiam ser felizes? Compreendes?” A deusa deveria falar, mas Maria de Lourdes ainda tem muito a dizer. E nós aqui ficamos esperando...

Os contos premiados “A Porta-estandarte”, “A ponte”, “Pequetita”, “Lara, a deusa do silêncio”, “Fome”, “O velocípede” e “Uma caçada de marrecos” foram posteriormente publicados no livro *A porta-estandarte*, em 1963, pela Gráfica Record Editora S.A. do Rio de Janeiro, no volume 4 da Coleção Mirante.

Maria de Lourdes Abreu de Oliveira, talvez, tenha sido a porta-estandarte de muitas produções intelectuais no gênero ficção, liderando um grupo de prosadores que viriam representar o meio literário juizforano nas décadas de 50,60 e 70. Este fato é ilustrado por toda a trajetória empreendida em concursos literários. A referida escritora, dotada de talento, desenvolve de forma bastante envolvente, o imprescindível lirismo que o mesmo gênero cultua.

3. Considerações Finais

Nossa proposta para esta dissertação, como já dissemos, foi reunir os contos premiados de Maria de Lourdes Abreu de Oliveira, em três décadas e apresentar o caminho percorrido pela escritora na construção de seu processo criativo. Passamos à análise dos documentos de processo

dos contos, transcrevendo determinados segmentos e cotejando-os, quando possível, possibilitando assim, o confronto revelador do texto em evolução.

Lidamos, sobretudo, com os originais e manuscritos, tendo em mente a sua seleção, organização e divulgação.

As alterações efetuadas nos manuscritos em relação ao texto impresso original procederam de forma bastante simples: as palavras substituídas foram riscadas a tinta e escritas por acréscimo ao lado, na parte superior da mesma.

Maria de Lourdes Abreu de Oliveira almejou a simplicidade, sem perseguir a banalidade, com isso, observa-se em seus contos uma linguagem sugestiva, que revela com requinte o que os títulos apenas anunciam.

A escritora mostrou um método especial de construir seus contos: escrevia a mão, geralmente a tinta, sempre em cadernos pequenos, em espirais, que não variavam de tamanho nem qualidade. As rasuras foram feitas num sistema artesanal e meticuloso, revelando uma disposição constante na busca do mais expressivo.

Notável é a importância do aparato crítico: o levantamento das supressões, acréscimos e substituições comprovam o afinco com que a escritora trabalhou seus textos.

A pesquisa desenvolvida não objetivou a interpretação destas mudanças, mas sim, iniciar os possíveis estudos linguísticos, estilísticos em relação ao processo de criação de Maria de Lourdes Abreu de Oliveira.

Algumas ocorrências, no entanto, devem ser ressaltadas: nos manuscritos a substituição e os acréscimos são as rasuras mais expressivas, os deslocamentos são de pequena ocorrência. Quanto à pontuação, é importante salientar que as substituições, supressões e acréscimos também foram de baixa ocorrência.

Os manuscritos revelam “segredos” entre eles o de que os escritores são artesões e não escrevem somente sob o ímpeto de uma musa imaginária. A arte exige tempo do escritor. Percebe o escritor como um ser humano num percurso que nos revela o nascimento de um texto.

A hipótese de que a escritora Maria de Lourdes Abreu de Oliveira percorreu um caminho na direção de uma expressão literária renovadora se confirmou após a realização deste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAFEZEIRO, Edwaldo. Gênese e processo da edição crítica. In: LIMA, Sônia Maria van Dijck (org.). *III Encontro de ecdótica e crítica genética*. João Pessoa: Ideia, 1993.

ELIS, Sílvio. A crítica textual em seu contexto sócio-histórico. In: LIMA, Sônia Maria van Dijck (org.) *III Encontro de ecdótica e crítica genética*. João Pessoa: Ideia, 1993.

GRÉSILLON, Almuth. *Devagar obras*. Trad. José Renato Câmara. Rio de Janeiro. Fundação Casa de Rui Barbosa, 1999. Coleção Papéis Avulsos, 33.

HAY, LOUIS. *A montante da escrita*. Trad. José Renato Câmara. Rio de Janeiro. Fundação Casa de Rui Barbosa, 1999. Coleção Papéis Avulsos, 33.

LIMA, Sônia Maria van Dijck. Edição genética para uma metodologia de trabalho. In: WILLEMART, Philippe (org.) *Gênese e memória – IV Encontro internacional do manuscrito e de edições*. São Paulo: Anna-blume editora, 1995.

MENDES, Marlene Gomes. *Edição crítica em uma perspectiva genética de As três Marias, de Raquel de Queiroz*. Niterói: Eduff, 1988.

OLIVEIRA, Maria de Lourdes Abreu de. *A porta-estandarte*. Rio de Janeiro: Record, 1966.

_____. O menino e a lambreta. *Alterosa*. Belo Horizonte, a. XXI, n.303, p.22-24, abril, 1959.

_____. A porta-estandarte. *Alterosa*. Belo Horizonte, a. XXI, n. 309, p. 22-24, julho, 1959.

_____. Senhora Ribeiro. *Alterosa*. Belo Horizonte, a. XXII, n. 325, p.30-33, março, 1960.

_____. Baile de formatura. *Alterosa*. Belo Horizonte, a. XXIII, n. 339, p.42-44, março, 1961.

_____. Salvador, o jornaleiro. *Alterosa*. Belo Horizonte, a. XXIII, n. 343, p.42-45, julho, 1961.

_____. Filantropia. *Alterosa*. Belo Horizonte, a. XXIV, n. 351, p.38-41, março, 1962.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

_____. Brigitte. *Alterosa*. Belo Horizonte, a. XXIV, n.355, p.31-34, julho, 1962.

_____. A cancela. *Alterosa*. Belo Horizonte, a. XXIV, n. 356, p.24-28, agosto, 1962.

_____. Pequetita. *Alterosa*. Belo Horizonte, a. XXIV, n.358, p.39-42, outubro, 1962.

_____. Uma caçada de marrecos. *Lymina Spargere*. Juiz de Fora, *Lar Católico*. A.1, n. 1, p. 145-150, dezembro, 1963.

_____. A doméstica. *Vida Doméstica*. Rio de Janeiro, a. XLI n. 531, julho-agosto, 1962.

_____. Guigui. *Vida Doméstica*. Rio de Janeiro, a. XLI, n.533, p.48-49, outubro, 1962.

_____. FOME. *Vida Doméstica*. Rio de Janeiro, a. XLII, n535, p.48-49, janeiro, 1963.

_____. Lara, a deusa do silêncio. *Vida Doméstica*. Rio de Janeiro, a. XLII, n. 538, p. 48-49, março-abril, 1963.

_____. A ponte. *Vida Doméstica*. Rio de Janeiro, a.XLII, n. 540, p. 33-35, maio, 1963.

_____. A porta-estandarte. *O Lince*. Juiz de Fora, a. 49, n. 1325, p. 12-14, maio, 1960.

_____. O vestido. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro: Clube Militar. [s.v.], [s.n.], p. 24=-28, maio-junho, 1972. (Número especial de aniversário).

_____. O velocípede. *Estado de Minas*. Minas Gerais. 13 de setembro de 1964.

**DISCURSO JORNALÍSTICO E ACONTECIMENTO:
IMERSÃO NOS GÊNEROS REPORTAGEM E NOTÍCIA**

Nara Maria Fiel de Quevedo Sgarbi (UNIGRAN)

sgarbi@unigran.br

Vanessa Amin (UFMS)

vamin@terra.com.br

RESUMO

Esta comunicação se originou de uma pesquisa, a qual teve como objetivo analisar o posicionamento do jornal impresso *Correio do Estado*, de Mato Grosso do Sul, a partir da observação dos gêneros do discurso jornalístico, reportagem e notícia, articulados na cobertura das eleições de 2010 para o cargo de governador do Estado, que envolveu a disputa entre dois principais candidatos – André Puccinelli (PMDB) e José Orcírio dos Santos (PT) – a fim de tecer reflexões acerca do discurso jornalístico e do acontecimento. Essa discussão envolveu disciplinas tradicionais, como a comunicação, atingindo um esforço inter e transdisciplinar com a linguística e a análise do discurso francesa. Na realização desta pesquisa consideramos o método arqueológico e genealógico de Michel Foucault (2005), indicando que para efetuar a análise devemos ir além da materialidade do discurso e buscar no arquivo as regras, práticas, condições de produção e funcionamento, relações de saber-poder por meio do corte horizontal de mecanismos e da leitura horizontal das discursividades. Trata-se de um estudo relevante, pois há necessidade de se conhecer melhor a forma como as práticas sociais e discursivas dos diversos meios sociais se concretizam em gêneros de textos. Acreditamos que esse conhecimento seja importante para o campo do ensino de linguagem e de jornalismo, como forma de conduzir estudantes, professores e profissionais das duas áreas – comunicação e letras – a pensarem sobre suas práxis e sobre o uso dos jornais em sala de aula como material didático, como ações às leituras crítica e reflexiva.

Palavras-chave:

Discurso jornalístico. Gêneros do discurso. Análise do Discurso. Linguística textual.

1. Introdução

Em países que são governados por regimes democráticos, como o Brasil, é inegável a importância dos veículos de comunicação que exer-

cem a função de informar os cidadãos sobre os principais acontecimentos locais, regionais, nacionais e internacionais. São essas informações que orientarão a opinião pública sobre temas da política, economia, cultura, saúde, segurança, entre tantos outros, e que também poderão influenciar na tomada de decisões e atitudes. Então, se a função é informar, devem ser adotados conceitos como imparcialidade, objetividade e isenção no processo de produção do noticiário para que essa função se faça presente. Ao folhear um jornal, por exemplo, percebemos claramente as “divisões” existentes entre as áreas de informação e opinião. Assim, estabelece-se um contrato com o leitor determinando os espaços nos quais são exclusivos os relatos, por meio da publicação de notícias, reportagens, e nos quais são exclusivas as opiniões, impressas nos editoriais, nos artigos e/ou nas colunas assinadas.

Porém, será que na prática isso acontece? Será que o espaço do noticiário, que deveria trazer a informação de forma equilibrada, sem juízos de valores emitidos pelo jornalista ou pela empresa de comunicação, é totalmente isento? Perguntas como essas permeiam muitos trabalhos elaborados no campo da linguística e do jornalismo. E são essas as questões principais que iremos abordar neste texto, que se configura como uma pesquisa interdisciplinar, trazendo preceitos da teoria da análise do discurso de linha francesa e da teoria da comunicação.

Trata-se de um tema importante, uma vez que a cada dia aumentam o número de projetos e atividades desenvolvidas em escolas com base na leitura de jornais. Por isso, todos aqueles que adotam esse instrumento de trabalho em sala de aula, seja como suporte para estudo dos textos, da linguagem, ou para discussões sobre assuntos contemporâneos, devem entender que os veículos de comunicação são empresas, instituições organizadas nas quais poder e ideologia caminham lado a lado e que isso, muitas vezes, pode influenciar no processo de produção de sentido.

E nada melhor do que optar pela escolha de um acontecimento definitivo para a democracia brasileira, no caso as eleições. Será o acontecimento discursivo das eleições de 2010 para governador do estado de Mato Grosso do Sul, o recorte intencional que adotamos para a nossa investigação. Como suporte para o estudo, optamos pelo jornal diário *Correio do Estado*, que circula há mais de 50 anos e pode ser considerado um dos mais tradicionais e o principal jornal impresso do estado, com circulação em praticamente todo o estado, no qual estudamos a utilização dos gêneros informativos (reportagem e notícia) articulados na co-

bertura das eleições e o posicionamento desse jornal ao relatar fatos relacionados ao pleito.

Para tanto, apoiamos a pesquisa nos pressupostos da análise arqueológica e da genealogia de Michel Foucault (2005). Esses pressupostos indicam que a análise deve ir muito além da materialidade, da língua, buscando no arquivo a ser analisado as regras, as práticas, as condições de produção e o funcionamento, além das relações de saber poder em relação ao discurso abordado. Assim, buscamos verificar as condições de produção do discurso do jornal *Correio do Estado*, levantando os aspectos históricos e o surgimento do jornal, e se essas condições de produção influenciam na cobertura da eleição de 2010. Ainda, nessa pesquisa, não desprezamos a materialidade discursiva. Separamos as edições do jornal publicadas entre os dias 23 de setembro a 4 de outubro de 2010. E, ao analisar os gêneros informativos, além de verificarmos sua articulação no suporte e o modo como são utilizados, agrupamos os textos e investigamos os aspectos verbais, os silenciamentos, os interdiscursos, a heterogeneidade, a escolha de conteúdos e os possíveis deslizamentos de sentido que poderiam indicar o posicionamento desse veículo de comunicação em relação ao acontecimento discursivo em questão:

(...) penso que o trabalho do analista não se limita à descrição. Mesmo porque a descrição tem que ser interpretada. Melhor dizer então que sua finalidade não é descrever nem interpretar, mas compreender – isto é, explicar – os processos de significação que trabalham o texto, compreender como o texto produz sentidos através de seus mecanismos de funcionamento (ORLANDI, 2005, p. 27).

Desta forma, percebemos qual o posicionamento do referido jornal frente às eleições e aos dois candidatos principais que disputaram o pleito: André Puccinelli (PMDB) e José Orcírio Miranda dos Santos (PT). Se de forma isenta e imparcial ou de forma a valorizar um discurso em detrimento do outro. Logo, por meio das análises buscamos conhecer melhor as práticas discursivas aliadas às práticas sociais e como elas são concretizadas em gêneros textuais.

2. Aliando os estudos da análise do discurso e da comunicação

Este trabalho está orientado pelas teorias da análise do discurso Francesa aliadas a estudos sobre gêneros do discurso jornalístico. Unindo o linguístico e o sócio histórico em seu quadro teórico, a análise do discurso (AD) de linha francesa surgiu em meados da década de 1960 e

foi consagrada em 1969, a partir da publicação do número intitulado *Análise do Discurso* da revista *Langages e*, principalmente, com o livro *Análise Automática do Discurso*, de Michel Pêcheux (CHARAUDAEU & MAINGUENEAU, 2006). Três áreas do conhecimento científico estão articuladas em seu quadro epistemológico, são elas: o materialismo histórico, a linguística e a teoria do discurso.

Tomando o autor mais representativo da análise do discurso de linha francesa, Michel Pêcheux elaborou seus conceitos sob a influência dos estudos de Louis Althusser, sobre ideologia, e de Michel Foucault, sobre discurso. Althusser (1980) define em sua obra *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*, que o funcionamento da ideologia dominante está concentrada nos aparelhos ideológicos do Estado (AIE). Segundo o autor, esses aparelhos compreendem diversas instituições como família, religião, sindicatos e ainda veículos de comunicação que por meio do jornalismo são responsáveis por proporcionar aos cidadãos o direito à informação e os discursos presentes nesses veículos, além de articularem outros presentes na sociedade, fazem parte dos discursos que configuram o espaço social, atribuem valores e criam sentidos que organizam as relações de poder.

Discurso, para Foucault (2005) é um conjunto de enunciados que irá remeter a uma mesma formação discursiva. O filósofo francês não tinha como objetivo principal focar o discurso enquanto problema linguístico, mas suas ideias foram extremamente importantes para a análise do discurso. Para ele, a análise da formação discursiva consiste na descrição dos enunciados que a compõem. Cabe ressaltar que há diferença entre discurso e texto e entre enunciado e frase. De acordo com os analistas do discurso, é, a partir do texto, que são construídos os significados, importando, principalmente, as condições de sua produção. Assim, foi primordial a investigação das condições de produção do discurso jornalístico da instituição jornal impresso escolhida para esta pesquisa a fim de se conhecer o seu posicionamento, ou, ainda, porque se diz isso, de tal maneira e como o discurso está estruturado e se articula com as práticas sociais:

(...) as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que vale dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas (...) nas quais essas posições se inscrevem. Chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, (...) determina o que pode e deve ser dito. (PÉCHEUX, 1988, p. 160).

Além da formação discursiva e das condições de produção, como analistas, não podemos nos esquecer de que o discurso jornalístico está atravessado pela interdiscursividade. De acordo com Maldidier (2003, p. 51), o conceito de interdiscurso está presente na obra de Michel Pêcheux desde o momento no qual ele relaciona o discurso ao “já dito”. Ela pontua ainda que “o interdiscurso não é nem a designação banal dos discursos que já existiram antes nem a ideia de algo comum a todos os discursos”. Para Maldidier (*ibidem*), o interdiscurso designa “o espaço discursivo e ideológico no qual se desdobram as formações discursivas em relação com as formações de dominação, subordinação, contradição”.

Outra característica é a presença da heterogeneidade. O termo heterogeneidade é introduzido de forma distinta pela linguista Jacqueline Authier-Revuz (1990), na análise do discurso. A autora define como heterogeneidade mostrada a presença localizada de um discurso no fio de outro discurso e que poderá aparecer de forma marcada ou explícita, quando assinalado por meio do discurso direto ou indireto, do uso de aspas; e de forma não marcada, quando do discurso indireto livre ou por meio de alusões e ironias. Authier pontua ainda que quando o discurso encontra-se dominado pelo interdiscurso temos a heterogeneidade constitutiva. Trazendo essas noções para a análise do discurso jornalístico impresso, perceberemos que há uma forte presença da heterogeneidade mostrada e da constitutiva. Ainda sobre o discurso jornalístico, salientamos que apesar do uso de uma linguagem objetiva, a primeira vista transparente, o mesmo apresenta uma opacidade. Não são poucos os casos que sabemos de acusações sobre a mídia ocasionadas por deslizes e manipulação de fatos e declarações:

Nas mídias, os jogos de aparências se apresentam como informação objetiva, democracia, deliberação social, denúncia do mal e da mentira, explicação dos fatos e descoberta da verdade. Entretanto, e por isso mesmo, os discursos de explicação não podem pretender à verdade absoluta e menos ainda à profecia (CHARAUDEAU, 2006, p. 29)

Segundo Charaudeau (2006), as mídias podem exercer influência junto ao seu público por meio do discurso de informação. “O respeito das mídias, o poder de que se pode falar é o de uma influência através do fazer saber, do fazer pensar e do fazer sentir. Visar a uma tal autoridade seria um desvio do contrato de informação” (CHARAUDEAU, p. 124). Será por meio desse contrato que, segundo os analistas do discurso, os envolvidos no ato da comunicação estabelecem a compreensão e a interação entre si, construindo o sentido. No jornalismo impresso, é a força das palavras e as fotos estampadas no suporte de papel que funcionam

como prova para a instauração da verdade.

E foi para tornar o seu discurso mais próximo da verdade, ou seja, para que houvesse mais veracidade, que a prática do jornalismo evoluiu por meio de uma sistematização dos textos. Segundo Maingueneau (2005, p. 59), todos os textos pertencem a um “gênero de discurso”. Para categorizar esses textos produzidos, há vários termos empregados, apoiados em critérios diversificados. “Existem denominações que não pertencem ao léxico corrente, são próprias de certas profissões: os jornalistas, por exemplo, utilizam um vocabulário específico, ensinado nos cursos profissionais”. Para o autor, essas especificidades não devem ser ignoradas pelo analista do discurso.

Assim, neste trabalho aliamos aos conceitos da AD Francesa os estudos de três teóricos da comunicação que discorreram sobre os gêneros do discurso jornalístico. Na década de 1970, no Brasil, Luiz Beltrão (1969) foi o primeiro a pesquisar sistematicamente sobre gêneros no jornalismo. Outros estudiosos também trataram sobre o tema, porém sem oferecer suporte para a classificação ou confrontação com a prática. Será ele quem, pela primeira vez, sistematiza e classifica os gêneros jornalísticos em três categorias: *jornalismo informativo*, que abrange a notícia, a reportagem, a história de interesse humano e a informação pela imagem; *jornalismo interpretativo*, com a reportagem em profundidade; e *jornalismo opinativo*, onde se enquadram o editorial, o artigo, a crônica, a opinião ilustrada, e a opinião do leitor (MELO, 1994).

Ex-aluno de Beltrão, na década de 1980, José Marques de Melo propõe uma classificação, tendo como referência a estabelecida pelo seu professor, porém procurando aproximá-la da atividade profissional, em duas categorias: *jornalismo informativo*, abrangendo os gêneros nota, notícia, reportagem e entrevista; e o *jornalismo opinativo*, com o editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura e carta. Mais tarde, na década de 1990, Manuel Carlos Chaparro toma como referencial a proposta elaborada por Melo e estabelece uma nova classificação, por meio da detecção de novas espécies que corresponderiam às novas expectativas dos leitores e aos novos modelos de escrita para os jornalistas, originada de um estudo da evolução dos gêneros na imprensa brasileira, entre o período de 1945 e 1995. A partir de uma reflexão teórica e pela análise estrutural de textos nos jornais impressos brasileiros, Chaparro (1998) elaborou uma nova grade classificatória de gêneros do discurso jornalístico: *comentário* e *relato*, sendo que o primeiro agruparia: *espécies argumentativas* e *espécies gráfico-artísticas*, e o segundo, as

espécies *narrativas e práticas*. Então, neste artigo, iremos trabalhar com dois dos gêneros do discurso jornalístico, pertencentes à classe de *jornalismo informativo*, como aponta Melo, ou *relato*, como destaca Chaparro: a reportagem e a notícia.

A seguir, pretendemos verificar as condições de produção do jornal, que muitas vezes se posiciona como defensor da imparcialidade e objetividade, da isenção na cobertura dos fatos, e se, realmente, ele segue a essas premissas ou se o posicionamento parcial ou argumentativo está presente nos espaços especificamente tidos como informativos.

3. O jornal *Correio do Estado*: histórico e linha editorial

Em 7 de fevereiro de 1954 surgiu, em Campo Grande, o jornal *Correio do Estado*. A princípio o periódico teve sua origem vinculada ao grupo político da União Democrática Nacional (UDN), sendo os seus principais líderes no sul do então estado de Mato Grosso (criação de Mato Grosso do Sul aconteceu em 1979), Fernando Corrêa da Costa e José Fragelli. Ambos juntaram-se a José Inácio da Costa Moraes para fundar o impresso que tinha como objetivo trazer informações e provocar discussões sobre assuntos de interesse local, mas apoiando politicamente o grupo político e sua causa. A eleição de Fernando Corrêa da Costa para governador de Mato Grosso fez com que deputados e partidários, responsáveis pela sustentação econômica do jornal, fechassem-se em Cuiabá, desaparecendo de Campo Grande e levando os recursos que mantinham as atividades do veículo. Foi quando o gerente José Barbosa Rodrigues resolve lutar pela manutenção do impresso, adquirindo a parte de José Moraes e tornando-se dono do *Correio do Estado*. Começa uma nova fase do jornal, que aos poucos foi consolidando-se no mercado e hoje é o principal e mais antigo jornal diário de Campo Grande, com circulação ininterrupta. Atualmente, o grupo *Correio do Estado* administra, além do jornal *Correio do Estado*, as emissoras de rádio *Cultura AM* e *Mega 94 FM*, além da *TV Campo Grande* que é retransmissora do SBT.

Além de conhecer um pouco sobre o surgimento do jornal *Correio do Estado*, para esta pesquisa, passa a ser importante também saber qual a sua linha editorial. A linha editorial de um veículo de comunicação pode ser definida como um conjunto de critérios, normas ou regras, que devem ser seguidas na produção e divulgação do conteúdo. Conhecendo a linha editorial do jornal, sabemos qual o seu posicionamento e como ele se coloca diante da sociedade.

Em entrevista publicada na edição que comemorou os 50 anos do veículo, publicada no dia 7 de fevereiro de 2004, o jornalista e, então, diretor-presidente do grupo, Antônio João Hugo Rodrigues diz que “o jornal sempre procurou levantar bandeiras que o vinculassem diretamente com os interesses da comunidade” e que a linha editorial do *Correio* sempre foi pautada em torno de assuntos de interesse local. “(...) o *Correio do Estado* sempre se pautou pelos interesses do Estado e nunca aceitou que vontades pessoais prevalecessem sobre os desejos da maioria”, reforça Antônio João em outro trecho da entrevista, acrescentando que, ao longo de sua história, o veículo tem lutado pela conquista da credibilidade e respeitabilidade editorial.

Ainda na edição comemorativa, foi publicada entrevista com a diretora do jornal Ester Figueiredo Gameiro e, segundo ela, “desde o princípio, nossa linha editorial sempre foi a de defesa dos interesses locais. Isso fez com que passássemos a ser referência de cidadania. Sempre priorizamos os assuntos de interesse da população”. Para ela, “o *Correio do Estado* se tornou o porta-voz da comunidade”. Também na edição especial foi publicada matéria assinada pelo jornalista Ico Victório, intitulada “Jornal adotou perfil crítico” na qual são feitas mais considerações sobre a linha editorial do impresso. Segundo a reportagem, mesmo passando por mudanças importantes, o jornal não mudou o princípio que o orienta desde a sua fundação que é o da “independência editorial” ou seja liberdade para apurar o que considera relevante, publicar e assumir “bandeiras” em defesa da sociedade sul-mato-grossense. É interessante trazer-mos também para essa pesquisa um trecho que consideramos pertinente quando das considerações que faremos na análise do *corpus* escolhido: “O jornal nunca se furtou e não se furtará de dar a sua opinião política. Mas ela estará circunscrita aos editoriais. No noticiário, sempre buscou a objetividade e a isenção”.

Após conhecer um pouco sobre as condições de produção do discurso e sobre a linha editorial do jornal *Correio do Estado*, vamos tratar do acontecimento discursivo escolhido para a elaboração deste artigo: as eleições de 2010, especialmente, a disputa entre os dois principais candidatos ao cargo de governador do Estado, André Puccinelli e José Orcírio dos Santos, apresentando também o perfil de cada um.

4. O acontecimento discursivo: eleições 2010

Em Mato Grosso do Sul, no ano de 2010, foram realizadas elei-

ções para cargos do governo executivo federal e estadual e para as assembleias legislativas e Congresso Nacional. No estado, as eleições para o governo foram definidas em primeiro turno, com a vitória do candidato André Puccinelli. De acordo com informações divulgadas no site do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MS), no dia 3 de outubro, 1.392.464 milhão de eleitores foram às urnas e votaram para escolher 24 deputados estaduais, oito deputados federais, dois senadores, um governador de estado e um presidente da república. O índice de abstenção foi de 18,13%, ou seja, dos mais de 1,7 milhão de eleitores, 308.448 não compareceram nos locais de votação.

Para o cargo de governador do estado concorreram três candidatas: André Puccinelli (PMDB), José Orcírio Miranda dos Santos (PT) e Nei Braga (PSOL). Puccinelli foi eleito no primeiro turno alcançando 704.407 votos, o que representou 56% dos votos válidos. Em segundo lugar ficou José Orcírio, com 534.601; e, em terceiro Nei Braga, com 18.943 votos. Portanto, concentramos nossos estudos nos dois principais candidatos: o do PMDB e do PT, articulando a seguir o perfil de ambos.

Médico formado pela Universidade Federal do Paraná, André Puccinelli é naturalizado brasileiro, pois nasceu em Viareggio (Itália), em 2 de julho de 1948, e veio para o Brasil com menos de um ano. Primeiramente sua família fixou-se em Porto Alegre (RS) e depois em Curitiba (PR), onde realizou seus estudos até concluir a faculdade. Ele é casado com Elizabeth Puccinelli e possui três filhos. De Curitiba veio para Fátima do Sul, interior de Mato Grosso do Sul, onde atuou profissionalmente como cirurgião-geral até 1983. Mudou-se para Campo Grande para atuar na Secretaria Estadual de Saúde de 1983 a 1985, no governo de Wilson Barbosa Martins. Foi eleito deputado estadual por dois mandatos, de 1987 a 1991 e de 1991 a 1995. Depois concorreu à vaga na câmara de deputados, onde exerceu por dois anos o mandato deixando o cargo para administrar a capital de Mato Grosso do Sul – Campo Grande. Puccinelli foi prefeito de Campo Grande por dois mandatos (1997/2000 e 2001/04). Em 2006 candidatou-se ao cargo de governador do Estado e venceu as eleições em primeiro turno, disputando o pleito com outros quatro candidatos, sendo o mais representativo o senador Delcídio Amaral, do PT, que ficou em segundo lugar. Em 2010, candidatou-se à reeleição.

José Orcírio Miranda dos Santos é nascido no município de Porto Murtinho, localizado na região Oeste de Mato Grosso do Sul, na fronteira com o Paraguai, no dia 24 de fevereiro de 1950. Seu pai era capataz e

sua mãe dona-de-casa, com outros sete irmãos. No ano de 1969, prestou serviço militar obrigatório no exército alcançando o posto de cabo. Em 1972, foi aprovado em concurso no Banco do Brasil e, paralelamente, como sargento do exército, posto que ocupou por mais seis meses antes de ingressar definitivamente na instituição financeira. Foi transferido para o município de Assis, SP, onde frequentou a faculdade de Ciências Econômicas. No final da década de 1970, se integrou nos movimentos para a criação do Partido dos Trabalhadores e, então, decide retornar a MS, passando a residir em Campo Grande. Foi um dos fundadores do PT em MS, no ano de 1981. Um ano depois, candidata-se a deputado estadual e inicia a faculdade de Direito. Em 1986, torna-se presidente do Sindicato dos Bancários, em 1988 candidata-se a vereador de Campo Grande. Em 1994, elege-se como deputado estadual e disputa a prefeitura da Capital em 1996, contra André Puccinelli. Dois anos mais tarde vence a disputa pelo governo do estado, conseguindo reeleger-se para novo mandato em 2002. É casado com Gilda Miranda e tem três filhos.

Se em nível nacional, o PMDB é aliado do PT, em MS os dois partidos tem polarizado as disputas para chefe do executivo estadual e da capital, Campo Grande. André Puccinelli e José Orcírio, inclusive, já se enfrentaram anteriormente, em 1996, na disputa pelo cargo de prefeito de Campo Grande, em uma eleição conturbada cujo resultado em favor de Puccinelli registrou diferença de pouco mais de 400 votos. A disputa dos dois candidatos foi divulgada por toda a imprensa, haja vista a importância do acontecimento. Para esse trabalho, fizemos uma seleção de reportagens e notícias que foram divulgadas no *Correio do Estado* a fim de tentar perceber como esse veículo de comunicação se posicionou frente a esse acontecimento. Buscamos na materialidade discursiva pistas para verificar se as premissas da isenção, imparcialidade e objetividade jornalística são cumpridas ou se há uma postura diferenciada com relação aos candidatos ao cargo de governador.

5. A informação x a argumentação nos gêneros de relato

Podemos dizer que os jornais, assim como os demais meios de comunicação, devem lidar com uma dualidade: ao mesmo tempo em que mediam discursos de diversos atores da sociedade, também possuem sua voz (CHAREAUDEAU, 2006). Será por conta disso que em algumas situações, esses veículos adotarão estratégias para se aproximarem dos discursos com os quais há maior identificação. Tal posicionamento vai

se estabelecer por meio dos interdiscursos, das escolhas dos conteúdos, da heterogeneidade, da materialidade linguística, ou seja, da opção por utilizar determinados elementos da língua, do tamanho do espaço concedido aos acontecimentos, do silêncio e da escolha dos gêneros discursivos jornalísticos.

Recuperando o que Chaparro (1998) afirma sobre os gêneros do discurso jornalístico temos uma divisão aparentemente clara entre os da modalidade relato e os da modalidade comentário. Para o autor, os que estão sob a classificação de relato são textos que possuem esquemas narrativos e os que estão sob comentário apresentam esquemas argumentativos. Ao folhearmos um jornal, notamos que há um maior espaço dedicado aos gêneros de relato: notícia, reportagem, nota, entrevista, entre outros. Os gêneros do tipo comentário – editorial, charge, coluna, artigo – estão restritos às páginas de opinião ou há alguns espaços distribuídos nos cadernos. Ao priorizar os gêneros de relato, os jornais adotam uma estratégia que os ajuda na construção do efeito de sentido de objetividade, de imparcialidade. Observando a linha editorial do jornal *Correio do Estado*, esses conceitos devem estar presentes no noticiário. Por isso, optamos pela escolha de notícias e reportagens publicadas sobre as eleições, para verificar se essa premissa é contemplada de forma integral.

Antes de iniciarmos as análises, vale lembrar que há uma diferença entre notícia e reportagem (MELO, 1994). A primeira é o simples relato de um fato que já eclodiu na sociedade. A segunda é um relato ampliado do acontecimento que repercutiu e produziu alterações percebidas pelo veículo de comunicação. Assim, na reportagem há uma contextualização e interpretação, que não devem existir na notícia. Cabe explicar que, dentre os textos coletados no período da pesquisa, traremos para esse artigo aqueles cujos conteúdos são relevantes para o nosso objetivo e cujas escolhas discursivas foram importantes para nos dar pistas sobre o posicionamento do jornal.

No dia 25 de setembro, o jornal *Correio do Estado* traz notícia na primeira página da edição apresentando o resultado de pesquisa eleitoral sobre a disputa ao governo e ao senado. Vejamos o título escolhido: “Cai vantagem de André. Murilo encosta em Moka”. A seguir, trazemos um trecho do texto:

Pesquisa Ibope/TV Morena, feita de 21 a 23 de setembro, com 812 eleitores divulgada ontem mostra que a vantagem de André Puccinelli (PMDB) sobre José Orcírio (PT) caiu de 16 para 10 pontos em 20 dias. O governador oscilou de 52% para 51%. José Orcírio, por sua vez, passou de 36% para 41%.

Notamos então a presença do interdiscurso (MALDIDIER, 2003), pois ao reportar os resultados da pesquisa, o jornal utiliza-se do interdiscurso científico. Assim, percebemos a presença do “já dito” no discurso jornalístico, caracterizando o seu assujeitamento. Essa utilização tem como intenção para provocar um efeito de objetividade, pois o texto aparece repleto de números e da metodologia utilizada. Porém, vamos destacar algumas escolhas que vão de encontro a essa premissa. A primeira delas é o verbo *cair* utilizado duas vezes: no título e no corpo da notícia. De acordo com Bueno (2000, p. 136), o verbo *cair* é intransitivo e significa “tombar, levar queda”. Assim trata-se de um verbo que tem mais impacto e provoca um efeito de sentido diferente do que outra possível escolha mais adequada para retratar o resultado e mais objetiva que seria o verbo transitivo *diminuir* e que significa “encurtar, subtrair; abreviar, atenuar” (BUENO, 2000, p. 259). Ao optar pela utilização do verbo *cair*, é reforçado o efeito de sentido contrário ao desempenho do candidato Puccinelli, efeito esse reforçado pela segunda escolha, o complemento utilizado logo após o verbo – *de 16 para 10 pontos em 20 dias* – e pela apresentação do desempenho de José Orcírio que ampliou o seu índice em cinco pontos percentuais.

O mesmo assunto - resultados das pesquisas - foi objeto de reportagem publicada no dia 28 de setembro, com destaque na primeira página da edição. Com o título “André mantém 14 pontos de vantagem sobre José Orcírio”, o *Correio do Estado* divulga os números da pesquisa realizada pelo Ibrape. Há a presença do interdiscurso científico, novamente com o detalhamento da metodologia, os números, gráficos, porém notamos a presença do interdiscurso esportivo. Desta forma, o veículo utiliza essa estratégia para estabelecer um contraponto entre a realidade exata e objetiva que os números mostram – vantagem e possível eleição do candidato do PMDB – e o que ainda pode acontecer, já que nas competições esportivas, os resultados só podem ser confirmados após o término do tempo corrido das disputas. No trecho a seguir, podemos observar a presença dos dois interdiscursos:

Na *reta final* da campanha eleitoral, o governador André Puccinelli (PMDB) *chega com 14 pontos percentuais à frente* do seu principal rival, José Orcírio dos Santos (PT), na *corrida eleitoral*. A pesquisa do Ibrape/*Correio do Estado* aponta André com 54% das intenções de voto, José Orcírio com 40% e Nei Braga (PSOL) com 1%. A *amostragem* indica ainda 2% dos eleitores com intenção de anular ou votar em branco e 3% não sabem em quem votar para governador. A margem de erro é de 3 pontos percentuais para mais ou para menos dentro do *intervalo de confiança* de 96%. (*Correio do Estado*,

Destacamos também que a reportagem traz uma interpretação dos números divulgados por região geográfica do estado. Ao relatar o local no qual o candidato do PMDB possui maior vantagem em relação ao candidato do PT – a região do Bolsão, considerada o terceiro maior colégio eleitoral do estado – a reportagem recupera que “a região é a principal base eleitoral da candidata a vice de Puccinelli, ex-prefeita de Três Lagoas Simone Tebet (PMDB)”, provocando um efeito de sentido de que essa vantagem não se deve ao desempenho de André, mas sim ao da sua aliada de chapa.

Sabemos que as pesquisas apresentam diversas variáveis e dados, assim é interessante verificar o que mais o jornal recortou e trouxe para a reportagem. Após tratar da maior vantagem, o jornal apresenta um contraponto e destaca que “O pior desempenho do governador é na *Região do Pantanal*, onde perderia hoje para o petista por 52% a 43% das intenções de voto” (grifos nossos). O texto segue relatando que o candidato José Orcírio “vence *ainda* André na *Região do Sudoeste* por 50% a 46%. Por este índice, os dois estão *tecnicamente empatados*” (grifos nossos). Percebemos então que a reportagem traz duas localidades bem especificadas nas quais o candidato do PT leva vantagem nas pesquisas e isso, aliado ao uso do advérbio *ainda*, enfatiza o bom desempenho de José Orcírio, pois como veremos a seguir, não são especificadas as regiões, com exceção à região do Bolsão citada anteriormente, nas quais o petista leva desvantagem.

Apenas, no sexto parágrafo, o texto afirma “nas *demais* regiões, o governador vence José Orcírio com mais de 55% das intenções de voto”. Grifamos o pronome indefinido *demais*, que tem como significado “outras”. Assim, quais seriam essas demais, ou melhor, essas regiões restantes? Será que seriam menos importantes para deixarem de ser citadas na reportagem? Ao falar da região do Bolsão, o jornal a coloca como terceiro maior colégio eleitoral do estado. Entre as “demais” regiões, silenciadas pelo jornal, estão os dois maiores colégios eleitorais: Campo Grande e Dourados, onde o candidato do PMDB apresenta vantagem. Podemos dizer que esse silenciamento tenha sido uma estratégia para não deixar mais evidente as grandes chances de vitória do candidato peemedebista. O silêncio é algo que percorre todo o discurso jornalístico, trata-se de um silêncio constitutivo, mas que se instala cheio de sentidos heterogêneos e isso está ligado aos aspectos argumentativos e de persuasão que consti-

tuem o discurso jornalístico (LOPES, 1990). Ao valorizar alguns acontecimentos e “apagar” outros o veículo se posiciona.

Ainda, nessa reportagem, temos a recuperação de um acontecimento político – a veiculação de um vídeo com depoimentos do deputado Ari Rigo a respeito de repasses feitos aos três poderes, incluindo o poder executivo – na qual podemos perceber a voz do jornal: “pela pesquisa, o maior escândalo político da história de Mato Grosso do Sul (...) não atingiu a candidatura de André Puccinelli nem a de José Orcírio dos Santos”. E a voz do jornal completa: “o que se notou é 1% dos indecisos optar pela reeleição do governador e, outro, 1% pela volta do ex-governador”. Essa recuperação é mais uma estratégia chamada de *flash-back* e tem como intenção mobilizar a memória discursiva do leitor para que esse reflita sobre a configuração das eleições.

Nas notícias que seguem sobre as atividades em campanha política dos candidatos, notamos que o jornal começa sempre o seu relato pelas ações do candidato do PT e depois pontua as atividades do candidato do PMDB, assim como as fotografias, que apesar de serem de mesmo tamanho, sempre mostram o candidato petista em posição anterior ao candidato peemedebista.

Assim foi na notícia do dia 30 de setembro intitulada: “A 3 dias do pleito, Orcírio mira a Capital e André, o interior” e cujo fio (nome dado a uma espécie de subtítulo que pode vir acima ou abaixo do título) revela “Além de Campo Grande, o petista buscará votos em Dourados e o governador irá a Naviraí e Itaquiraí”. Estão mencionadas na notícia as agendas de campanha dos três candidatos, estratégia que remete a isenção e imparcialidade, pois há espaço concedido a todos. Porém, destacamos a seguir um trecho que contraria esses conceitos ao recuperar um acontecimento alheio ao que está sendo relatado e, principalmente, pela heterogeneidade mostrada (AUTHIER, 1990) apresentando o discurso de José Orcírio:

Segundo a última pesquisa do Ibrape para o *Correio do Estado*, realizada de 24 a 26 de setembro, Puccinelli leva vantagem de 13 pontos percentuais em relação a Orcírio na Capital, enquanto na Grande Dourados está 29 pontos à frente do petista. Orcírio, por sua vez, tem outros números. “*Estou ultrapassando o André em Dourados*”, contou sem dar mais detalhes. (*Correio do Estado*, A3, 30/09/2010, grifos nossos)

Assim, o jornal se posiciona ao recortar especificamente esse trecho do discurso do candidato petista, aproximando-se do seu discurso, já

que não traz para a matéria a voz do concorrente do PMDB que falou por meio de sua assessoria de imprensa. Por meio da heterogeneidade mostrada e da escolha, ainda, o jornal utiliza o discurso do outro para criar o efeito de sentido desejado, ou seja, que há uma possibilidade de virada.

No dia 1º de outubro, a dois dias do pleito, o jornal *Correio do Estado* divulga nova reportagem sobre os resultados de pesquisa realizada pelo Ibrape. Com o título: “Para Ibrape, André *deve ser* reeleito no domingo”, a reportagem novamente traz o interdiscurso científico e está repleta de números, gráficos, indicando a metodologia da pesquisa. No primeiro parágrafo, destacamos as seguintes escolhas enunciativas “André Puccinelli *deverá ser* reeleito” e “ele *receberia* 53% das intenções de voto”. Segundo Ferreira (1999) é comum a utilização do verbo *dever* seguido de verbo no infinitivo para indicar probabilidade, suposição, no uso moderno da língua que é adotado pela maioria dos veículos de comunicação. Então o significado pretendido com essa construção seria de probabilidade, aproximando a construção do efeito de sentido de objetividade e imparcialidade, pois o jornal não faz afirmativa sobre o resultado do pleito. Também não realiza a afirmação de forma absoluta ao utilizar o verbo receber no futuro do pretérito – *receberia* –, indicando que para que o fato aconteça, se realize, é necessária determinada condição.

A reportagem apresenta outras interpretações sobre a pesquisa, mas, de acordo com o objetivo deste trabalho, consideramos especialmente esse parágrafo para análise:

Em comparação ao levantamento anterior, realizado de 24 a 26 de setembro, Puccinelli caiu um ponto percentual, diminuindo sua vantagem de 14 para 13 pontos em relação a Orcírio. Considerando a margem de erro do levantamento, a distância entre os dois primeiros colocados poder variar de 19 a 7 pontos. (*Correio do Estado*, A3, 01/10/2010, grifos nossos)

Ao apresentar essa variação da possível diferença entre os dois primeiros colocados, o jornal cria o efeito de sentido de que a situação ainda não está totalmente definida: a diferença pode ser de 7 pontos, ou seja, há possibilidade de reversão do jogo, já que, de acordo com a pesquisa, o candidato do PMDB “caiu” um ponto percentual em relação ao seu rival petista. Percebemos novamente a utilização do verbo *cair* para apresentar o mau desempenho do candidato Puccinelli.

É importante trazer para esse ponto da análise os estudos sobre o processo discursivo de Pêcheux (2006) e a relação com a história, pois o autor acaba por percorrer o caminho do acontecimento, do discurso e da tensão existente entre descrição e interpretação na AD. Ele realiza pes-

quisa sobre a cobertura da mídia francesa nas eleições de François Mitterrand e aponta que essa mídia remete seu discurso a um conteúdo sócio-político transparente, por meio das evidências de números de resultados e de pesquisas, porém se mostra opaca nos seus enunciados. Podemos dizer que foi observada a mesma tendência na cobertura do jornal *Correio do Estado*, pois ao mesmo tempo em que são criados efeitos de sentido de objetividade, de transparência, com um discurso suportado por dados numéricos e crível ao leitor, há um confronto discursivo criado pelas escolhas enunciativas feitas nas reportagens e notícias analisadas.

No dia 2 de outubro, véspera da eleição, escolhemos para análise uma reportagem sobre as ações programadas pelos candidatos para esse dia. Novamente, inicia-se pelo relato do que o candidato do PT fará no decorrer do dia, depois aparece Puccinelli e depois o terceiro candidato Nei Braga. É interessante perceber que apesar de ter sido concedido espaço para todos, apenas foi dada a voz, por meio do discurso direto, ao candidato petista. Há então a presença novamente da heterogeneidade marcada (AUTHIER, 1990) de forma a valorizar e aproximar o discurso do jornal do discurso do candidato José Orcírio. Ainda, cabe-nos transcrever para esse artigo algumas das escolhas feitas pelo jornal para retratar o discurso e as ações do referido candidato. Logo no início do primeiro parágrafo temos o seguinte enunciado: “José Orcírio dos Santos caminha em Campo Grande, *confiante em uma reviravolta*”. O jornal reforça o otimismo, citando no segundo parágrafo: “Apesar de estar em desvantagem na corrida pela sucessão estadual, como apontam as últimas pesquisas de opinião pública, o petista está motivado”. Essa motivação é reforçada pelo recorte do discurso do candidato inserido na reportagem: “Amanheci hoje (ontem) convencido de que vamos ganharas eleições”. A possibilidade de mudança no cenário é destacada mais uma vez pelo jornal por meio de sua voz e da heterogeneidade mostrada

Ele acredita na vitória por apostar em resultado positivo nos dois principais colégios eleitorais de Mato Grosso do Sul: Campo Grande e Dourados. “Derubamos as duas últimas fortalezas do André: estamos ganhando a eleição na Capital e em Dourados”, arriscou. (*Correio do Estado*, A3, 02/10/2010)

Vale lembrar que o mesmo jornal, ao apresentar os dados da última pesquisa de opinião pública não relatou de forma clara a intenção de votos nessas duas regiões, que figuraram como as “demais”. Nesse trecho analisado, há a menção específica dos dois principais colégios eleitorais. Podemos dizer que se tratou de uma estratégia para confundir o eleitorado, ou seja, não deixar claro como está a situação nesses dois

municípios, principalmente, ao trazer para a reportagem um trecho do discurso do candidato petista. Ainda nessa reportagem houve a opção por citar uma ação do candidato José Orcírio em solicitar maior fiscalização, especialmente, sobre os passos do candidato do PMDB, para evitar tentativas de compra de voto.

Em sua edição que circulou no dia 3 de outubro, o jornal *Correio do Estado* trouxe notícia sobre as expectativas dos três candidatos ao governo e dos candidatos ao senado. Destacamos nessa análise o título: “Petista à espera do milagre da virada” e o primeiro parágrafo:

Na disputa pelo Governo do Estado, o favoritismo do governador Andre Puccinelli ainda não tirou o ânimo do petista José Orcírio dos Santos, que passou os últimos dois dias fazendo corpo-a-corpo nos bairros de Campo Grande. *É o esforço para tentar o milagre da virada do jogo eleitoral e derubar a previsão de todos os institutos de pesquisa*, que indicaram a intenção da maioria do eleitorado de reeleger André Puccinelli. (*Correio do Estado*, A4, 03/10/2010, grifos nossos)

Neste trecho verificamos a presença de três interdiscursos: religioso, científico ou racional e esportivo. O jornal coloca o candidato do PT na mesma condição de muitos brasileiros ao “já dito” (MALDIDIER, 2003), ou seja, os brasileiros costumam se segurar em sua fé para romper as adversidades, como um povo religioso. No trecho grifado, percebemos claramente a oposição entre a fé e a razão. Ainda é possível dizer que o jornal remete ao imaginário coletivo por meio da referência indireta a ditados populares como “A esperança é a última que morre”. Trata-se de uma estratégia adotada para sensibilizar o leitor sobre o esforço e a dedicação do candidato José Orcírio em virar o jogo.

Finalmente, trazemos para análise duas reportagens publicadas no dia 4 de outubro, após a eleição do candidato André Puccinelli e que também contribuem bastante para o objetivo da nossa pesquisa sobre o posicionamento do jornal frente ao acontecimento discursivo e sobre a presença de argumentação nos gêneros informativos. Na chamada em primeira página da reportagem principal sobre os resultados da eleição destacamos o seguinte trecho:

Com 56% dos votos válidos (conforme previsto pela pesquisa do Ibrape) o governador André Puccinelli (PMDB) *foi reeleito* ontem para mais quatro anos de mandato, obtendo 704.407 votos (*há quatro anos haviam sido 726,8 mil*). O petista José Orcírio ficou com *quase 42,5%*, 534.601, ou *169 mil a menos que o governador*. (*Correio do Estado*, A1, 04/10/2010, grifos nossos)

Pelas escolhas feitas pelo jornal ao relatar os resultados da eleição para governador, verificamos que há uma tentativa de amenizar o bom

desempenho do candidato do PMDB. Por exemplo, ao utilizar a forma “foi reeleito”, ou seja, na voz passiva, opta por uma construção mais fraca para relatar a vitória de Puccinelli. A seguir, há a utilização dos parênteses com outra finalidade. Ao invés de inserção de um enunciado explicativo, há entre os sinais um enunciado que remete a um pior desempenho do governador em relação às eleições passadas, em 2006: “há quatro anos haviam sido 726,8 mil”. A ideia é reforçada ainda pela forma como foi apresentado o resultado da votação de José Orcírio que ficou com “quase 42,5%” e obteve “169 mil votos *a menos* que o governador”. Assim, o jornal se posiciona frente à vitória de Puccinelli de forma a tentar desqualificar a mesma.

Esse efeito de sentido está presente também em outra reportagem que traz os resultados da votação nas regiões e municípios do Estado. Mais uma vez, o jornal recupera os resultados das eleições de 2006 e compara o desempenho do candidato do PMDB, inferior do que o observado naquele ano:

O governador reeleito André Puccinelli (PMDB) venceu em 55 dos 78 municípios de Mato Grosso do Sul. *Em 2006, o peemedebista só tinha perdido em sete cidades.* O seu adversário, José Orcírio dos Santos (PT) venceu em 23 municípios (...) (*Correio do Estado*, A4, 04/10/2010, grifos nossos)

Assim, pelo que articulamos nesse artigo, podemos afirmar que o posicionamento do jornal analisado está permeado por várias questões ligadas a discursos diversos como o esportivo, o religioso, o científico ou da estatística, entre outros. Isso vem confirmar nossa convicção de que se trata de um discurso com características de complexidade e multifacetado, repleto de situações de tensão, ruptura e também de resistência.

6. Conclusão

Nesse artigo, buscamos estudar o posicionamento do jornal impresso *Correio do Estado* por meio da análise de gêneros do discurso jornalístico informativo utilizado no suporte para a cobertura do acontecimento discursivo das Eleições de 2010. O tema é importante, pois uma das premissas básicas para o exercício da cidadania plena é o acesso à informação, que é disponibilizada por veículos de comunicação. Ao levantar as condições de produção do jornal, bem como a sua linha editorial e a forma como ele se posiciona frente a esse papel de bem informar, percebemos, pelas análises que as premissas da isenção, imparcialidade, objetividade, em alguns momentos são prejudicadas pela presença de

marcações argumentativas no discurso de relato, que deveria ser neutro e equilibrado. Ou seja, nesses textos tidos como exclusivamente informativos aparece a voz do jornal, o seu posicionamento.

Ao investigar e articular as condições de produção do *Correio*, verificamos que há raízes políticas e, por meio das análises, evidenciamos que o jornal se posicionou de forma subjetiva ao retratar acontecimento dessa natureza, como as eleições de 2010 para o cargo de governador do Estado. Ao observarmos a materialidade linguística, por meio dos interdiscursos, da heterogeneidade, do aspecto verbal e dos deslizamentos de sentido presentes no discurso do jornal *Correio do Estado*, verificamos que ele se posiciona em alguns momentos de maneira desfavorável ao candidato do PMDB.

Verificamos também que o discurso da linha editorial no qual a crítica e a opinião se restringem aos gêneros da modalidade comentário (editorial, artigo, entre outros) acaba não acontecendo plenamente na prática. Ao interpelar o leitor por meio dos gêneros de relato, os jornais estabelecem um contrato no qual se colocam como sujeitos detentores do saber e do poder de informar os cidadãos, por meio da “reprodução fiel” dos fatos. Aos olhos dos leitores comuns é isso o que realmente acontece e os traços argumentativos podem passar despercebidos. É a forma mais sutil de impor sua ideologia e persuadir o público.

É preciso salientar que não temos a pretensão de que as reflexões apresentadas neste artigo sejam a última palavra sobre a prática do jornalismo, mas acreditamos que o olhar do analista do discurso pode conferir outros sentidos. Portanto, não tivemos como objetivos apontar defeitos, culpados, mas sim possibilitar reflexões. Para finalizar, nossa intenção é que, ao final desse trabalho, consigamos conscientizar os que atuam no jornalismo a refletir sobre sua prática e papel social e, ainda, os que fazem uso do jornal como material didático em suas aulas, que estimulem a leitura crítica e mais atenta sobre esse suporte. Assim, será possível que mais pessoas consigam identificar as marcas ideológicas que estão presentes em escolhas lexicais e enunciados aparentemente neutros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. 3. ed. Lisboa: Presença, 1980.

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Cadernos de*

Estudos Linguísticos. Campinas, n. 19, p. 25-42, jul./dez. 1990.

BELTRÃO, Luiz. *A imprensa informativa*. São Paulo: Folco Masucci, 1969.

BUENO, Silveira. *Minidicionário da língua portuguesa*. São Paulo: FTD, 2000.

CHAPARRO, Manuel Carlos de. *Sotaques d'aquém e d'além mar: percursos e gêneros do jornalismo português e brasileiro*. Santarém: Jortejo, 1998.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. *O discurso das mídias*. Trad. Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio século XXI: dicionário de língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

LOPES, S. A. *Sobre o discurso jornalístico: verdade, legitimidade e identidade*. Dissertação de mestrado em comunicação social. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 1990, 231 p.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. Trad. Cecília P. de Souza e Silva. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MALDIDIER, Denise. *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MELO, José Marques de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e texto: formação e circulação dos sentidos*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2005.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. São Paulo: UNICAMP, 1988.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 4. ed. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 2006.

**ESTRATÉGIAS
UTILIZADAS POR TRADUTORES INEXPERIENTES
E A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO NO DISCURSO**

Duí Barroso Lima Farias (UFRR/UFRJ)
duimsc@gmail.com

Ângela Maria da Silva Corrêa (UFRJ)
angcorr@superig.com.br

RESUMO

Esta pesquisa propõe observar a partir de uma atividade de tradução, a imagem que o sujeito constrói em seu discurso, bem como e as estratégias utilizadas no momento em que os informantes (professores, engenheiros agrônomos e alunos), na categoria de tradutores inexperientes, traduzem textos específicos da área agrícola no par linguístico espanhol- português. Sabemos, portanto que no momento da tradução, o leitor se apoia na língua materna e utiliza de seus conhecimentos para traduzir o texto, mas é possível perceber que em alguns momentos interrompem a atividade por falta de compreensão. É importante salientar ainda, que dentro deste contexto existe um contrato tradutório e ainda um contrato de fidelidade, onde existem ligações estabelecidas entre o autor e o tradutor na produção deste texto. Côrrea (1991, p. 9), em sua tese de doutorado, defende que o tradutor atua não apenas como sujeito interpretante, mas também como sujeito analisante, onde seu compromisso vai além da leitura, pois necessita também de outros dados para relacionar e analisar o texto, a ativação de outros conhecimentos: histórico, social, econômico, cultural. Partindo desta visão, buscamos analisar como é realizada esta atividade, e ainda, de que maneira os informantes se constroem dentro do discurso ao realizar esta tarefa tradutória.

Palavras-chave:

Tradução. Tradutologia. Tradutor. Sujeito do discurso. Sujeito no discurso.

Esta pesquisa propõe observar a partir de uma atividade de tradução, a imagem que o sujeito constrói em seu discurso, bem como e as estratégias utilizadas no momento em que os informantes (professores, engenheiros agrônomos e alunos), na categoria de tradutores inexperientes, traduzem textos específicos da área agrícola no par linguístico espanhol- português. Sabemos, portanto que no momento da tradução, o leitor se

apoiar na língua materna e utiliza de seus conhecimentos para traduzir o texto, mas é possível perceber que em alguns momentos interrompem a atividade por falta de compreensão. É importante salientar ainda, que dentro deste contexto existe um contrato tradutório e ainda um contrato de fidelidade, onde existem ligações estabelecidas entre o autor e o tradutor na produção deste texto. Côrrea (1991, p. 9), em sua tese de doutorado, defende que o tradutor atua não apenas como Sujeito Interpretante, mas também como sujeito analisante, onde seu compromisso vai além da leitura, pois necessita também de outros dados para relacionar e analisar o texto, a ativação de outros conhecimentos: histórico, social, econômico, cultural. Partindo desta visão, buscamos analisar como é realizada esta atividade, e ainda, de que maneira os informantes se constroem dentro do discurso ao realizar esta tarefa tradutória. Ao tentarmos refletir sobre os mecanismos da tradução, estaremos lidando também com questões fundamentais sobre a natureza da linguagem, pois traduzir implica ao mesmo tempo um processo de compreensão e um processo de produção no âmbito da linguagem.

1. O percurso da atividade tradutória

É a tradução que abre a janela para deixar a luz entrar; que quebra a casca, a fim de podermos comer a polpa; que abre a cortina, a fim de podermos olhar o lugar mais sagrado; que remove a tampa do poço a fim de podermos tirar a água... (John Milton)

A tradução atualmente vem sendo objeto de pesquisas, críticas e discussões acadêmicas, e nesse viés o papel do tradutor merece destaque no momento em que realiza sua atividade. Logo, tem-se em mente que traduzir é passar um texto de uma língua para outra, mantendo a fidelidade que o autor quis dizer, se o léxico foi bem escolhido, as relações com o texto original e suas várias interpretações. Nesse caso, sabemos que o texto traduzido será diferente do original apesar de ser produzido com base nele, pois cada um que traduz no momento em que produz a voz do autor sob sua visão, traz à tona diversos conhecimentos, pensamento e escolhas próprias.

Toury (1980) em seu artigo “*In search of a theory of translation*” ressalta que o processo de tradução é diferente de outros processos semióticos em virtude da dupla natureza da entidade resultante, ou seja, “a entidade resultante de qualquer outra operação de transferência difere da entidade inicial do mesmo processo” (p. 12), sendo que ambas as entida-

des tem também que possuir algo em comum: o que será transferido que ele denomina “invariante”. Logo, o autor denomina esta invariante na relação estabelecida entre dois textos: adequação, equivalência, correspondência. Outro ponto que também é importante levantar é quando, por exemplo, está diante da atividade tradutória comparar os textos para “verificar se a tradução está situada em um ponto mais próximo do “polo-fonte” (“adequação”) ou do “polo-meta” (“aceitação)””.

Na perspectiva de Jakobson (1959), o significado de um signo linguístico não é mais que sua tradução por outro signo que lhe pode ser substituído, melhor dizendo, um signo que seja desenvolvido de modo mais completo. Para tanto, propôs três espécies de tradução e sua classificação:

1. A tradução intralingual ou reformulação que consiste na interpretação dos signos verbais por meio de outros.
2. A tradução interlingual ou tradução propriamente dita que consiste na interpretação destes signos verbais por meio de alguma outra língua.
3. A tradução intersemiótica ou transmutação que consiste na interpretação destes signos por meio de sistemas de signos não verbais.

Em sua função cognitiva, a linguagem depende muito pouco do sistema gramatical, porque a definição de nossa experiência está numa relação complementar com operações metalinguísticas.

Eco (2007, p. 17) nos propõe a definição de que “traduzir quer dizer entender o sistema interno de uma língua, a estrutura de um texto dado nessa língua e construir um duplo sistema textual.” E dentro deste contexto é válido ressaltar que existe o conceito de fidelidade ao texto traduzido tem a ver com a persuasão de que a tradução é uma das formas de interpretação no momento em que o sujeito encontra a intenção do texto em relação à língua que é expresso.

Passamos então a uma concepção discursiva da tradução (CORREIA, 1991 e 1996; DELISLE, 1984) ressalta a existência de várias traduções fiéis e não somente uma. Pois, o tradutor é inicialmente o leitor de um texto de partida que no caso é o espanhol, sendo que sua tradução depende de sua leitura e interpretação deste texto.

No momento da leitura, o tradutor estabelece relações que estão envolvidas durante a tarefa denominado contrato tradutório que este está atrelado a sujeitos envolvidos, fidelidade ao texto e localização. Logo, contrato de tradução (CÓRREA, 1996) envolve uma fase de compreen-

são, interpretação do TLP e uma fase de produção do TLC.

Considerando a abordagem da tradução pretendemos entender, mediante a observação do comportamento tradutório dos informantes, como um texto de uma área específica (agrícola) descontextualizado no que diz respeito às suas circunstâncias de produção é traduzido por tradutores inexperientes para português mantendo um contrato comunicativo entre o Texto de Partida (que passarei a chamar TLP) em relação ao Texto de Chegada (que passarei a chamar TLC).

2. O lugar do sujeito na teoria discursiva

A nosso ver, a linguagem é constantemente construída dentro de uma sociedade através das práticas sociais, culturais, linguísticas vivenciadas dentro de uma situação de comunicação. Trata-se de um sistema complexo em que vários elementos se relacionam para que tenha sentido dentro do discurso. Assim, durante estas trocas no âmbito da linguagem participam sujeitos que de acordo com o lugar que se encontram, desempenham uma função.

Charaudeau (2009, p. 52) considera o sujeito como o lugar de produção da significação languageira, é um lugar de produção/interpretação da significação. De acordo com o lugar que ele ocupa, são denominados como protagonistas (sujeito enunciador e sujeito destinatário) e como parceiros (sujeitos comunicantes e interpretantes). O ato de linguagem e os sujeitos serão assim representados:

Em relação ao discurso, Corrêa (1991, p. 9) descreve em sua tese, as relações existentes entre os participantes de um ato de comunicação. Entende-se então o ato de linguagem como o lugar de encontro imaginário entre o processo de produção e interpretação da linguagem que enfoca quatro sujeitos:

Logo, o sujeito comunicante – produz uma mensagem e uma imagem de um sujeito destinatário que pode ser ou não a mesma que o Tu interpretante produz de si. Sujeito interpretante – recebe o discurso do locutor (do sujeito comunicante), o interpreta e manifesta sua opinião sobre o que foi dito. Sujeito enunciador – é a imagem que o Tu interpretante faz sobre o sujeito comunicante, a partir do dizer produzido por este último.

Assim, a encenação do ato de linguagem resulta da combinação

do fazer e do dizer. No circuito externo encontramos dois sujeitos sociais: Eu comunicante – responsável pela produção do discurso e Tu interpretante – responsável pela interpretação deste discurso. No circuito interno encontramos dois sujeitos discursivos: Eu enunciador – representa a imagem construída de si próprio e que o outro possui sobre ele e Tu destinatário – representa a imagem que o emissor faz sobre o Tu. Em relação ao esquema percebemos que, quando se trata de atos de linguagem integrantes do texto escrito, tanto o autor quanto o leitor desempenham papel fundamental no discurso.

Para estabelecer as relações entre os sujeitos no ato da linguagem no interior de uma situação de comunicação, o sujeito comunicante (Euc) fará o uso de contratos e estratégias. (CHARAUDEAU, 2009, p. 56). A noção de contrato, central na teoria discursiva, pressupõe que os indivíduos pertencentes a um mesmo corpo de práticas sociais estejam suscetíveis de chegar a um acordo sobre as representações linguageiras destas práticas. E após estabelecer um contrato, este sujeito utiliza estratégias discursivas para organizar, perceber, persuadir o sujeito interpretante. Assim, o Euc espera ser compreendido pelo TU_i ao traçar estratégias em seu processo de comunicação.

Conforme este autor, todo ato de linguagem realiza-se dentro de um tipo específico de relação contratual, implicitamente reconhecido pelos sujeitos, e que define, por um lado, aspectos ligados ao plano situacional, a identidade dos parceiros, seus objetivos, o assunto de que falam, em que circunstâncias materiais e, por outro, aspectos relativos ao plano comunicacional e discursivo, as maneiras de dizer e as estratégias discursivas pertinentes. Quando pensamos num contrato de comunicação já se espera que os sujeitos (professores) possuam e demonstrem um conhecimento e uma identidade profissional específica da área, que esse participante tenha como objetivo transmitir seus conhecimentos aos sujeitos aos quais se dirigem para atingir seus objetivos didáticos, que é um texto traduzido para ser utilizado em sala pelos seus alunos e que este seja compreendido. Agora, quando se trata de outro grupo que são os alunos de graduação, este contrato já passa a ser estabelecido de outra forma, pois este grupo traduz um texto que foi solicitado e que não tem um público explicitado, e utiliza de conhecimentos da língua espanhola e outros utilizados em seu processo de formação acadêmica, de modo que o texto traduzido seja lido pela pesquisadora que também é especialista na língua em questão.

3. O *ethos*, uma estratégia do discurso

Com o objetivo de observar e refletir sobre as práticas discursivas e imagem que os tradutores constroem na atividade proposta de tradução. Temos como base neste capítulo, a discussão da noção de *ethos*, para depois passar ao estudo das estratégias discursivas e suas relações, estabelecendo qual é o papel atribuído a si e o lugar que o sujeito se coloca na situação.

Conforme Amossy (2011, p. 9). “Todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si.” Com base na visão da autora, a imagem que o sujeito constrói ao falar é fundamental na construção discursiva. O sujeito neste sentido pode-se valer de um universo de crenças e conhecimentos, além dos recursos linguísticos a que tem acesso. Dessa maneira, se consideramos a existência de uma imagem anterior ao discurso e se, durante o ato de linguagem, o sujeito é avaliado pelo outro em relação ao que diz e ao que é, os conhecimentos prévios e os estereótipos que são frutos das representações sociais contribuem de forma decisiva na construção dessa imagem. Isto porque ela é tomada segundo os modelos culturais, segundo o estoque de imagens de uma sociedade dada. Assim, não é necessário que o locutor faça seu autorretrato e nem fale de si, através de sua competência linguística constrói sua própria imagem.

O termo *ethos* vem do grego e significa “personagem”. Aristóteles, um dos primeiros a usar o termo, entende-o como sendo a imagem de si que o locutor constrói em seu discurso para exercer uma influência sobre seu alocutário (destinatário, coenunciador). Maingueneau (2008, p. 13) afirma que

escrivendo sua *Retórica*, Aristóteles pretendia apresentar uma *techné* cujo objetivo não é examinar o que é persuasivo para tal ou qual indivíduo, mas para tal ou qual tipo de indivíduos. A prova pelo *ethos* consiste em causar boa impressão pela forma como se constrói o discurso, a dar uma imagem de si capaz de convencer o auditório, ganhando sua confiança.

Este conceito é utilizado em algumas perspectivas teóricas, entre elas a retórica, a pragmática e a análise do discurso (AD). Na perspectiva da AD, em especial nos trabalhos de Maingueneau (1997, 2005, 2008), o enunciador deve legitimar seu dizer; em seu discurso, ele se atribui uma posição institucional e marca sua relação a um saber. A palavra vem de alguém que, por meio dessa palavra, demonstra possuir determinadas características. Por meio do discurso, o enunciador faz sentir certo comportamento. Isto é, por meio do que o sujeito fala que é revelado sua

personalidade.

Isto é, “por meio da enunciação, revela-se a personalidade do enunciador” (MAINGUENEAU, 2005, p. 98). Ao tratar da noção, este autor propõe um esquema, aqui reproduzido, para que se entenda a construção de um *ethos* efetivo. Participam desse processo, as noções de *ethos* pré-discursivo, *ethos* discursivo, dividido entre *ethos* dito e *ethos* mostrado, e a de estereótipos sociais. O *ethos* dito é aquele através do qual o enunciador mostra diretamente suas características, dizendo ser essa ou aquela pessoa, ao passo que o *ethos* mostrado é aquele que não é dito diretamente pelo enunciador, mas é reconstituído através de pistas fornecidas por ele no seu discurso. Maingueneau (2005b, p. 71) ainda observa: “se o *ethos* está crucialmente ligado ao ato de enunciação, não se pode negar, no entanto, que o público constrói representações do *ethos* antes mesmo que ele (o enunciador) fale”. Assim, faz-se uma distinção entre o *ethos* pré-discursivo e o *etho* discursivo. O *ethos* pré-discursivo seria, portanto, a imagem que o coenunciador faz do enunciador, antes mesmo que este último tome a palavra para si.

Para refletirmos o comportamento do sujeito dentro da atividade tradutória, entendemos que para que o tradutor perceba as “razões diferentes” que lhe suscitem emoções diferentes, em termos de retórica, é preciso que construam, a partir da tradução, ou seja, o *ethos* discursivo de cada sujeito durante sua atividade enunciativa. Originário da retórica antiga, tanto a de substrato grego quanto romano, o conceito de *ethos* nunca foi claro e unívoco: na obra de Aristóteles, por exemplo, o termo recebe diferentes tratamentos na *política* e na *retórica*. Para a retórica grega, a *ethé* era entendido como as propriedades que os oradores conferiam a si próprio no desenrolar de seu discurso em praça pública, a *ágora*. Tais propriedades se revelavam na maneira de falar peculiar a cada um dos oradores. Ao lado dos conceitos de *logos* e de *pathos*, o *ethos* era então tido como uma das formas de se obter persuasão, segundo a retórica aristotélica. Neste sentido, o *ethos* seria percebido pelo ouvinte através das escolhas efetuadas pelo orador, a saber, escolhas linguístico-discursivas e estilísticas (mais ou menos intencionais).

Nesta perspectiva, significa dizer que para que o ouvinte percebesse a *ethé* daquele que detinha a palavra era preciso que estivesse atento à natureza verbal de seu discurso, pois seria pelo discurso que o palestrante mostraria “sua personalidade [...] através de sua maneira de se exprimir” (MAINGUENEAU, 1995, p. 138).

Diante disso, Charaudeau (2005) defende ainda a posição de que a partir do momento em que o *ethos* está relacionado às representações sociais, ele pode estar ligado aos indivíduos e também a grupos, a ponto de refletir uma visão global. A partir disso é possível pensar em um *ethos* coletivo, concernente a um grupo e em um *ethos* individual, relacionado a um sujeito apenas.

Ao discorrer sobre essa questão, o autor citado ressalta que “o orador deve mostrar [seus traços de personalidade] ao auditório (pouco se importando com a sinceridade) para causar a boa impressão”. Pois, o *ethos* está ligado às palavras, ao papel que constitui o discurso, não é propriedade única do locutor “é antes de tudo a imagem que reveste o interlocutor a partir de que o locutor diz” (p. 115). E ainda, é o olhar do outro sobre aquele que fala e o olhar daquele que fala sobre como o outro o vê.

Assim, dentro da encenação linguageira onde os indivíduos participam e se constroem pelo seu discurso, são apresentados alguns *ethé*, dos quais destaco os seguintes: O *ethos* de credibilidade: esta qualidade está ligada à identidade social do sujeito, se desenvolvem de uma maneira que as pessoas acreditam que aquele sujeito é digno de crédito. O *ethos* de virtude: Neste caso, supõe que o sujeito demonstre sinceridade e fidelidade, construindo assim, uma imagem de honestidade pessoal. De maneira geral, o *ethos* de virtude vem acompanhado de uma atitude de respeito para com o outro, o professor, no caso dessa pesquisa deve ser transparente e direto no momento em que traduz um texto para seus alunos, por outro lado, os acadêmicos de letras demonstram segurança e foco de traduzir dentro das normas, pois estão concluindo um curso de letras. O *ethos* de competência: Este *ethos* exige saber e habilidade ao mesmo tempo, melhor dizendo, o sujeito tem que ter habilidade no que sabe, o domínio das palavras e conhecimentos técnicos e da língua e seus vários aspectos de forma que possa realizar completamente seus objetivos para ter êxito e resultados positivos. O *ethos* de inteligência: Este faz parte dos *ethé* de identificação “na medida em que pode provocar a admiração e o respeito dos indivíduos por aquele que demonstra tê-lo e assim o faz aderir a ele”. Neste caso, o sentido da inteligência ser considerada como um imaginário coletivo da maneira que um grupo social a valoriza. Aqui não se trata somente da maneira como ele fala e sim do que pode servir como aprendizado em sua trajetória.

O importante é entender que a noção de *ethos* não se aplica somente à oralidade, como na retórica, onde na escrita também percebemos a voz e um corpo enunciativo que se manifestam criando uma entidade

enunciativa. Nesse sentido, as noções e conceitos tratados aqui são aplicáveis à minha pesquisa com base na análise proposta a partir de um viés discursivo a partir do momento em que passamos a observar os sujeitos enunciativos. O *ethos* pareceu-me dentro das possibilidades pela AD a noção mais produtiva já que busco entender como a identidade destes enunciadores é construída no momento em que desenvolvem uma atividade de tradução.

4. Análises dos dados

A partir da técnica de coleta de dados intitulada Protocolo Verbal através da introspecção segundo Cavalcanti (1989), é um exame de processos mentais que promovem uma análise pelo sujeito de seu próprio processo de pensamento. À medida que este realiza uma tarefa, verbaliza como estão sendo resolvidos os problemas em relação ao vocabulário e a compreensão das ideias do texto. Passamos agora para a análise de alguns excertos:

[vou procurar no dicionário só para ter mais trabalho né... deixa eu ver aqui ...]

[MACETA... recipiente de barro para cultivar plantas então aqui no texto esta palavra deixa eu ver aqui deixa eu ver aqui no texto se refere como uma vasilha que pode fazer tá utilizando ela para fazer um cultivo de uma hortaliça utilizando um processo orgânico para fazer de tuas vasilhas ou peças que você tem em casa né...]

Neste trecho, apesar de ter um problema de compreensão com a palavra MACETAS, o professor antes de buscar no dicionário diz que no caso dará mais trabalho, é como se ele quer mostrar que já sabe do que se trata, ou tem uma certa noção da palavra e seu significado. Esta expressão se repete mais vezes durante a atividade. Ele volta para colocar o significado dentro de um contexto e explica através de seu conhecimento linguístico. Aqui, ele tenta se construir dentro de seu discurso mostrando um *ethos* de virtude no qual ele mostra certa competência em sua área de formação, de profissão.

[A princípio, vou começar com uma leitura prévia do texto para acertar o conteúdo... Ao passo que eu vou fazendo a leitura, vou ver os termos que não são comuns ao meu cotidiano, ao meu contato certo... que vou buscando entender antes mesmo de procurar no dicionário, tento ver o contexto para saber o significado daquela palavra sem que necessite buscar meios externos, é, além de meu próprio léxico interior (...)]

Neste trecho de um tradutor aluno do curso de letras, deixa clara a segurança que ele tem em seu léxico, um *ethos* de credibilidade que é

mostrado no momento em que ele diz que por mais que se depare com um problema de compreensão, primeiramente buscará uma estratégia para resolvê-lo dentro de seu próprio conhecimento interno. Percebe-se neste excerto analisado o domínio do léxico da língua por parte do tradutor.

[Observando a parte morfológica do termo, HOGAREÑA lembra HOGAR, lar, na construção final dá a entender que é alguma coisa do lar, só que eu quero a definição o que realmente significa]...

Aqui neste trecho, por mais que o sujeito tradutor retome ao conhecimento linguístico estudado no decorrer do curso, ele precisa de algo mais para definir a palavra. Querer a definição quer dizer eu preciso estar mais fiel ao texto, à ideia do autor. Vale ressaltar ainda que o sujeito busca se construir como um estudante universitário do curso de letras, querendo ainda refinar o texto com uma preocupação sintática e semântica. Neste momento vêm à tona características do *ethos* de inteligência que busca uma valorização dentro de um grupo o qual faz parte.

[um buraco não fica muito feio, a ideia é fazer um pequeno buraco para colocar as sementes. Se eu traduzir do jeito que está fica estranho então é fazer... tem outra palavra para buraco?]

Quando o sujeito tradutor inexperiente procura fazer um refinamento do texto para se ter um produto final mais bem elaborado, visando um leitor imaginário, busca sinônimos para as palavras, de modo que mantenham sentido ao texto. Existe aqui presente características do *ethos* de virtude: Neste caso, supõe que o sujeito demonstre sinceridade e fidelidade, construindo assim, uma imagem de honestidade pessoal.

5. Considerações finais

Após a observação das análises de alguns excertos, percebemos que os sujeitos participantes que são tradutores inexperientes (professores e alunos) estabeleceram dentro da atividade tradutória um contrato discursivo, no qual o primeiro grupo repetiu a atividade realizada por eles com a finalidade de produzirem um texto para ser utilizado em sala de aula por seus alunos e o segundo grupo traduziram o mesmo texto para um leitor que por eles foi estabelecido.

Assim, foi possível perceber que ao longo do fluxo tradutório, ao se deparar com problemas de tradução, buscavam estratégias para resolvê-los e dentro destas buscavam se construir em seu discurso e formar uma imagem de si mesmo. Logo, os alunos do curso de letras deixaram

vir à tona em vários momentos a figura do universitário, ao trazer conhecimentos aprendidos dentro do curso: linguístico, sintático, semântico dentre outros. Em contrapartida, o professor, mostrou que por ele ser da área técnica a qual o texto tratava ficou comum ao seu léxico também palavras em espanhol, no qual dentro do próprio contexto pode ser desvendada e completada no texto da língua de chegada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMOSSY, Ruth. (Org.). Da noção retórica de *ethos* à análise do discurso. In: *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. 1. ed. 1ª reimp. São Paulo: Contexto, 2011.

ARROJO, Rosemary. *Oficina de tradução: a teoria na prática*. São Paulo: Ática, 2007.

CAVALCANTI, Marilda do Couto. *Interação leitor-texto: aspectos de interpretação pragmática*. Campinas: Unicamp, 1989.

CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização*. Coords. de trad.: Ângela M. S. Corrêa e Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2009.

CORRÊA, Ângela Maria da Silva. *Erros em tradução do francês para português: do plano linguístico ao plano discursivo*. Tese de doutorado em linguística. Rio de Janeiro: Fac. de Letras da UFRJ, 1991.

ECO, Humberto. *Quase a mesma coisa*. Rio de Janeiro, 2007.

JAKOBSON, Roman. Aspectos linguísticos da tradução. In: BROWER, R. A. (Org.). *On Translation*, Harvard University Press, 1959.

MANGUENEAU, Dominique. A propósito do “ethos”. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana. (Orgs.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008.

**GRAMÁTICA Y DISCURSO:
CLÁUSULAS Y CONECTORES DE LA ZONA CAUSAL**

Claudia Borzi (CNICT/UBA)
cborzi@filo.uba.ar

RESUMEN

Las oraciones con cláusulas causales no han sido analizadas de manera uniforme por los gramáticos. Por ejemplo, para Kovacci (1992) son oraciones simples, para el Esbozo de la Real Academia (1973) son oraciones compuestas y para Rojo (1978) son oraciones bipolares. Sí coinciden los autores en la función que asignan a la cláusula causal dentro del período, circunstancial de causa. A su vez, también han recibido análisis diferentes los conectores que introducen las cláusulas causales. En trabajos anteriores (BORZI, 2002a; 2008 y 2011) analicé, sobre cuerpos de datos auténticos orales y escritos, el uso de cláusulas causales con tres conectores: como, ya que y porque. En el presente trabajo, tras desarrollar ciertas pruebas, propongo que en toda oración con una cláusula causal se designan dos hechos diferentes, por lo que no se puede asignar función circunstancial a la cláusula causal. Considerando los resultados previos, me ocupo de estudiar la función sintáctica de la cláusula causal dentro del período oracional y el contexto oracional que la alberga. Organizo también, a partir de la presencia y ausencia de ciertos atributos, un sistema de uso de los tres conectores como, ya que y porque.

Palabras Clave: Español. Cláusulas causales. Conectores

1. Introducción

En trabajos anteriores (BORZI, 2002a, 2008 y 2011) se analizaron, sobre cuerpos de datos auténticos orales y escritos, los usos de cláusulas causales con tres conectores: *como*, *ya que* y *porque*. En esta oportunidad en función de esos resultados, se discuten el análisis de la función de la cláusula como circunstancial y el contexto que la alberga, oracional (simple o compuesto) o discursivo. Como resultado de esa discusión se propone que en toda oración con una cláusula causal se designan dos hechos diferentes por lo que no se puede hablar de una función circunstancial en ningún caso (Cf. § 4.2). En función de los análisis de los

conectores llevados a cabo separadamente en trabajos previos se propone un sistema de uso de *como*, *ya que* y *porque* a partir de la presencia y ausencia de atributos (Cf. § 4.3).

2. *Presupuestos teóricos*

El Enfoque cognitivo-prototípico sostiene, en el marco de una gramática emergente del discurso, la motivación (total o parcial) del signo y la gradualidad en la constitución de las categorías y de los atributos.⁵³ Al construir el mensaje, el hablante elige cada forma/construcción conforme el objetivo comunicativo que quiere lograr, por lo tanto se espera una tendencia de las formas diferentes a tener significados diferentes y a estar organizadas de manera sistemática.

Centrándonos en el ámbito de las formas y construcciones que analizamos en esta oportunidad sostengo, en la línea de Borzi (2001), que las relaciones sintácticas quedan definidas por un conjunto de atributos correlativos con los grados de coherencia entre las cláusulas, que la coordinación emerge de mayor coherencia que la subordinación retórica y que el conector como síntoma de dichos grados de coherencia responde también al objetivo comunicativo que persigue el hablante.

Los puntos de partida expresados previamente imponen una descripción que explique las causas contextuales que motivan la elección del hablante, por lo que la descripción de cada forma se dará en comparación con otra(s) formas con la(s) que varía en un contexto dado, y en comparación consigo misma. En este caso en contexto causal, comparo *como*, *ya que* y *porque* y en comparación consigo misma analizo *ya que*.

3. *Estado de la cuestión*

3.1. **Clasificación semántica de las cláusulas causales**

Los autores diferencian, en general las causales reales ((5) *Lleva paraguas porque llueve*) de las lógicas ((6) *Llueve, porque lleva para-*

⁵³ Para una reconsideración de los principios en los que se funda el trabajo consúltense, por ejemplo, los planteos de Lakoff (1987) respecto de la categorización, las consideraciones de Diver (1995) respecto de la concepción del signo y la visión de la emergencia de la gramática en términos de Hopper (1988).

guas).⁵⁴ Coinciden en esto Bello, la *Gramática* de la Academia de 1931, Gili Gaya, Lapesa (1978), Kovacci (1986 y 1992), López García (1994) y Galán Rodríguez (1999).

3.2. Relación sintáctica asignada a las causales y función

Varios autores asignan a las causales reales función de (complemento) circunstancial del verbo de la proposición ‘principal’ (*Esbozo* (1973), Kovacci (1992)). Asignan Subordinación en reales y lógicas: Gili Gaya, el *Esbozo*, Kovacci, Alarcos y Galán Rodríguez.⁵⁵ Para Gili Gaya son subordinadas sustantivas (complementarias circunstanciales). Kovacci diferencia las reales circunstanciales de las lógicas como periféricas modificadoras de la modalidad (1986 y 1992, § 11.2).⁵⁶ Para el *Esbozo* se trata en ambos casos de circunstanciales del tipo II (una reformulación de las adverbiales impropias). Alarcos también engloba ambas en las adverbiales impropias y (siguiendo a Bello) aclara que las lógicas parecen sintácticamente independientes aunque no se traduzca esto a la sintaxis. La GRAE asigna subordinación en las reales circunstanciales (1931, § 397a) y coordinación en las lógicas y periféricas (1931, § 346). Lapesa (1978, p. 204) diferencia las periféricas viendo co-subordinación. Por su parte, López García (1994, p. 380) ve coordinación en las del enunciado (dos variables) e interordinación en las de la enunciación (dos constantes).⁵⁷ Cuando asignan subordinación, todos los autores coinciden en que el conector encabeza la cláusula subordinada. Marín (1979)⁵⁸ sería la excepción, sostiene que semánticamente la cláusula principal es la cláusula que expresa la causa, porque sin ella no habría efecto.

⁵⁴ La oposición recibe diferentes denominaciones, a saber, causales *de lo dicho /adverbial propia/ causales circunstanciales/ integradas* o sencillamente *reales*, versus causales *del decir / de la enunciación / Modificadoras de la Modalidad / periféricas* o *lógicas*. El *Esbozo* considera inoperante la división en el español actual porque no identifican un conector correlativo para cada tipo de causa.

⁵⁵ Galán Rodríguez diferencia integradas (reales) de las periféricas (lógicas) que se dividen a su vez en Propias A, Propias B e Hipotéticas.

⁵⁶ No registra Kovacci causales periféricas modificadoras del núcleo oracional.

⁵⁷ La asignación de coordinación e interordinación anula la partición tradicional principal/subordinada.

⁵⁸ Lamentablemente no pude consultar directamente esta obra de Marín y cito a través de Moreno Ayora (1991:96).

3.3. El tipo de oración en el que se inserta la cláusula causal

Para van Dijk las cláusulas adverbiales (conmutables y no conmutables)⁵⁹ revisten carácter textual en tanto combinan dos o más proposiciones (1977, p. 145 y 1985, p. 11 nota 1) y para ciertos gramáticos entran en el ámbito de la Oración Compuesta,⁶⁰ contexto que alberga tanto la coordinación como la subordinación. Para otros gramáticos pertenecen al ámbito de la Oración Simple porque o son conmutables por formas simples y afectan al verbo principal, o como periféricas, modifican al componente nuclear del *dictum* o al *modus* (KOVACCI 1992, p. 144). Semánticamente se identifican, en general, adverbiales de lugar, tiempo, cantidad, modo, comparativas, causales, condicionales, concesivas, finales y consecutivas. Las casuísticas presentan distintas articulaciones (con o sin conector) (KOVACCI 1965, § 2.1). La diferenciación de Kovacci respecto del núcleo modificado (circunstanciales, periféricas del *dictum* y del *modus*) se resume en una visión endocéntrica de subordinación que puede ser contenida por la Oración Simple.⁶¹ No todos los autores dan esta solución. García Berrio (1969/70, p. 209-231), en el marco de la Oración Compuesta asocia las construcciones con las relaciones de Hjelmslev y sostiene la siguiente correspondencia: subordinación-endocentrismo y determinación (*Mi tío vive donde puede*) y subordinación-endocentrismo e interdependencia (*Aunque te empeñes no iré*).⁶² Sin embargo, pueden encontrarse problemas en esta clasificación: es difícil ver una coordinada como exocéntrica porque uno de los componentes puede funcionar como toda la construcción; a su vez en las llamadas *adverbiales impropias* es difícil compatibilizar, en los términos planteados,

⁵⁹ Se habla también de adverbiales propias (conmutables por adverbio o construcción adverbial) e impropias (no conmutables)

⁶⁰ Así ocurre en la *Gramática* de la RAE de 1931 (§ 346 y 349) y en el *Esbozo* (1973, § 3.17.4.b), donde podemos leer: “[...] donde haya dos o más verbos trabados entre sí, tenemos una oración compuesta [...] *Todavía no han llegado los excursionistas que esperamos, porque sin duda habrán salido muy tarde.*” (*Esbozo*, 1973, p. 352).

⁶¹ De esta manera, en Kovacci, la Oración Compuesta desaparece como tal para dejar lugar a la Oración Compleja que reúne sub-oraciones por coordinación o adunción en la jerarquía previa.

En lo referente a la subordinación que queda albergada por la Oración Simple, cabe entender que estas subordinaciones responden a una relación de determinación, y que la coordinación responde a una relación de constelación.

⁶²El otro tipo de Oración Compuesta que propone responde a coordinación-exocentrismo-constelación (*Juan canta y Pedro baila*), ámbito en el que se puede discutir si entran o no las causales. De todos modos el autor propone tres tipos de Oraciones Compuestas.

interdependencia y endocentrismo dado que en la interdependencia cada funtivo es presupuesto por el otro, pero en el endocentrismo uno de los funtivos (el subordinado) no es presupuesto.

Rojo (1978) presenta otra solución, diferencia tres tipos de oraciones: Monoclausaes (subordinadas conmutables (*Lo vas a encontrar allí/ donde están los árboles*), que se corresponden con las oraciones simples en relación de determinación; Policlausaes (coordinadas en relación de constelación) y Bipolares, que contienen a las adverbiales no conmutables vistas como dos constantes en interdependencia. De esta manera, la Oración Simple se opone a la Oración Compuesta que presenta dos subtipos: policlausaes (dos o más variables *-Juan canta y Pedro baila-*) y bipolares (dos constantes *-Si llueve voy-*). Rojo se expide así en cuanto a la relación de las impropias en términos de Hjelmslev, pero no se expide respecto del tipo de construcción (endocéntrica, exocéntrica o adjuntiva). Ejecuta además, desde la gramática, una asociación secundaria coordinación/subordinadas adverbiales impropias, al reunir las como dos subtipos de la Oración Compuesta. Esta asociación la vemos nuevamente en estudiosos del discurso y en otros gramáticos.

Isenberg (1977:122) enrolado en la lingüística textual, ve en la coordinación un fenómeno que escapa a la gramática oracional. De esta manera la coordinación aparece como el fenómeno que en lo sintáctico, lleva de la oración al texto. López García (1994:88-91) considera la subordinación (entendida como una relación de determinación) dentro del ámbito de la morfología y de la sintaxis, y la coordinación (así como la interordinación o bipolaridad -siguiendo a Rojo-, identificada con las adverbiales impropias) en el ámbito del discurso y de la expresión. Este autor encuentra semejanzas entre la coordinación, las adverbiales impropias y el discurso.

La falta de coincidencia de las clasificaciones se refleja en las causales: Para la GRAE (1931) todas las causales pertenecen a la Oración Compuesta, para Kovacci a la Oración Simple, para López García al discurso y la expresión, siendo la “clase causal” del tipo Alter (1994, p. 92) o de la enunciación (1994, p. 371).

3.4. Los conectores

Respecto de *porque*, los autores consultados (BELLO, GRAE (1931); GILI GAYA, GRAE (1973); ALARCOS (1994); LAPESA

(1978); KOVACCI (1983 y 1992); LÓPEZ GARCÍA (1994); GALÁN RODRÍGUEZ (1999)), lo ven como un pro-conector causal, conmutable por cualquier otro conector causal sin provocar cambio de significado en la secuencia. García (1992), sin embargo, siguiendo muy de cerca las afirmaciones de Lapesa, en un trabajo pionero en este sentido, asigna contextos complementarios a *como* y *porque*. Bello por su parte asigna distinta clase de palabra, *porque* en causa real es adverbio relativo, en lógica es una conjunción entre proposiciones independientes (1980, § 991 y § 1265).

Respecto de *como*, los autores no coinciden, para algunos introduce causa real (para Bello – como adverbio relativo – y Grae, 1931), pero para otros, causa lógica (LAPESA 1978, p. 184; LÓPEZ GARCÍA – p. 378 a 382 – y MORENO AYORA). Va antepuesto (según los ejemplos del *Esbozo*, Alarcos y Moreno Ayora) y con información conocida para Lapesa y Moreno Ayora, pero López García lo presenta también pospuesto con información desconocida (1994, p. 380 y 381). Galán Rodríguez dice que es el “nexo explicativo (es decir lógico) más usual” entre dos actos de habla y que su posición es “siempre” antepuesta. García (1992) había concluido que prevalecía en posición antepuesta con información conocida con alta conexión entre los hechos (cerca de causa real) en un mismo acto de habla.

En cuanto a *ya que*, Bello (1980, Nota 1288) no lo adscribe a ninguno de los dos tipos de causa. La Academia (1931, § 398c) lo menciona entre las conjunciones subordinantes que introducen causales reales.⁶³ No se ocupa de la posición. Para Gili Gaya (a quien sigue el *Esbozo*) *ya que* introduce una “circunstancia que favorece o posibilita la realización de una acción”, una idea productiva que sin embargo no desarrolla. En Lapesa, partiendo del texto puede pensarse que ubica las causales con *ya que* entre las lógicas (1978, p. 185), al margen de esto menciona ambas posiciones como posibles para este conector. A diferencia de los otros autores, Kovacci lo relaciona con las causales circunstanciales (1990, § 17.5.2.1), sin mencionarlo al ocuparse de las de modalidad (1992, § 11.2.2) y no alude a la posición. Alarcos (1994, § 436) solamente se refiere al origen temporal de *ya que* y a su posición que desde su punto de vista no está marcada en tanto su cláusula puede anteponerse o posponerse. A diferencia de este autor, López García (1994, § 13), en la ejem-

⁶³ Lapesa critica ya esto, diciendo que hay “errores en la clasificación de los ejemplos” (1978:178).

plificación⁶⁴ (no en la explicación) asocia las causales deónticas⁶⁵ al uso del conector *ya que*, sin decir si este conector se da también en contextos con otro tipo de causa. Para Galán Rodríguez ‘ya que’ queda relacionado con la causa lógica, introduce información conocida, antepuesto o pospuesto.

4. Algunos problemas pendientes

Lo previamente expuesto nos permite decir, en primer lugar, que los autores no coinciden ni en la relación sintáctica que asignan a las causales, ni en la función sintáctica que cumple la cláusula cuando hay causa lógica, ni en el tipo de contexto oracional que incluye al período. Respecto de los conectores, vemos que según lo señalado en § 2.4.1, los gramáticos en general no buscan asignar a cada forma un significado. A su vez, como consecuencia de lo dicho en § 2.4.1, vemos que no buscan la existencia de un sistema de conectores causales y que, en consecuencia tampoco lo proponen. Finalmente, dados los conceptos vertidos en § 2.4.2 y en § 2.4.3 vemos que no diferencian *como* de *ya que* (ni por la posición, ni por el tipo de información, ni por el tipo de causa), no diferencian las funciones de *ya que* antepuesto del pospuesto y llegan en ciertos casos, a no diferenciar *porque* de los restantes conectores por considerarlo un pro-conector causal.

5. Análisis de como, ya que y porque en el marco cognitivo-prototípico

5.1. Descripción de los contextos que más favorecen a cada conector y propuesta de asignación de una relación sintáctica

Los ejemplos que siguen reflejan los contextos de uso más prototípicos y del análisis se concluye que en cada caso tenemos distintos grados de continuidad (coherencia) entre las cláusulas conectadas; grados que, si seguimos la hipótesis que parte de Matthiessen y Thompson

⁶⁴ Ofrece los siguientes ejemplos: *ya que tenemos el día libre, vámonos de campo* y *ya que me están esperando, me voy* (pág. 379).

⁶⁵ Para el autor, las cláusulas causales deónticas son un subgrupo de las causales de la enunciación (o lógicas) que modalizan discursivamente el causado.

(1988) y de Givón (1990) y que fue rediseñada y aplicada al español en Borzi (1997 y 2001), deben traducirse a distintas relaciones sintácticas.

(1) *Inf. – esté... Buenos Aires es una ciudad mu... fue una ciudad muy particular; una excepcional... eh... desproporción en la relación del intercambio comercial... eh... determinó que creciera sideralmente una ciudad que se ocupaba fundamentalmente de exportar productos primarios. Todas las ciudades que se desarrollaron en el mundo se desarrollaron... eh... mm... a partir de la revolución industrial para acá... eh... sobre la base de una muy sólida industria. Buenos Aires – fue un fenómeno al revés. Se desarrolló colosalmente a raíz de la... ar... ar... a través de la exportación de productos primarios. Entonces el Buenos Aires hasta el cuarenta, un poco más acá estirándolo hasta el cincuenta, determinó que fue un gran conglomerado humano; formaba parte de los cinco o seis más importantes del mundo, pero COMO no había gran desarrollo industrial, había mucho tiempo.* [HCEII2]

Como resultado de la comparación de *como* versus *porque* (BORZI, 2000) y de *como* versus *ya que* (BORZI, 2007) se concluyó que tal como ejemplifica el caso (1), ‘como’ ocupa típicamente la posición antepuesta⁶⁶ introduciendo información conocida, anafóricamente recuperable (se señala subrayada la información que se retoma).⁶⁷ Se da en fragmentos de intención narrativa, que abarcan ambas cláusulas; intención que se manifiesta en los tiempos verbales: pretérito imperfecto.⁶⁸ Las cláusulas muestran además de idéntica intención (un solo acto de habla), identidad del actante principal (Buenos Aires), que aquí se manifiesta como el locativo y paralelismo léxico y morfológico en las cláusulas.⁶⁹ Dado que la causa es, por definición, un hecho diferente del resultado o de la consecuencia, estamos siempre frente a dos hechos, por lo que los casos con *como* están en el límite entre la coordinación y la subordinación retórica: hay dos hechos como se dan en la coordinación, ordenados de izquierda a derecha respetando icónicamente en el orden de las cláusulas el orden de los hechos (causa > resultado), pero la información no es nueva en ambas cláusulas. El conector, sin embargo, no está entre los conectados, donde suelen estar las (conjunciones) coordi-

⁶⁶ Según Borzi (2000), sobre un total de 94 casos de causales con *como*, 83 casos, un 88.30%, están antepuestos, mientras que sólo un 11.70% (11 casos) están pospuestos. Sólo un 3.20% del total de cláusulas con *porque* presenta anteposición.

⁶⁷ En un 93.75% introduce información mencionada o deducible (no evidente) en comparación con *ya que*.

⁶⁸ ‘Como’ muestra en un 96% intención narrativa en comparación con *ya que* (BORZI, 2008)

⁶⁹ *Como* muestra en un 97.91% sus cláusulas dentro del mismo acto de habla en comparación con *ya que*.

nantes, sino antecediendo a la manera de los subordinantes. Por lo previamente dicho, interpretando la coordinación como una zona con distribución gradual de sus miembros, en el marco de Givón (1990) y Borzi (1997), cabe sostener que estos casos corresponden a la zona de la coordinación más cercana a una subordinación. Como es un tematizador anafórico.

(2) *Inf.:- [...] Bueno, YA QUE usted quiere venir a mi tierra, nadie le dijo que venga---* aprenda el idioma [...] [HCXXIV6]

(3) *El papel del Banco Nacional de Desarrollo no debe subestimarse, YA QUE ni en México ni en Argentina existen mecanismos similares.* [E1/70]

Por su parte, y tal como muestran los casos (2) y (3), *ya que*, encabeza tanto cláusula antepuesta como pospuesta a la otra cláusula del período. La diferente posición de la cláusula provoca diferencias de significado importantes. En cláusula antepuesta *ya que* presenta, con intención argumentativa, información evidente (no anafórica), que en (2) se corporiza en la 2ª persona singular de respeto (*usted*) y en el posesivo de 1ª persona singular (*mi*) con cambio de acto de habla (que en el ejemplo se ve en el contraste de los modos de las dos cláusulas -indicativo en la primera (*quiere*) versus subjuntivo con valor imperativo en la segunda (*aprenda*)-). Por otro lado se identifica una característica que le es propia (no compartida por ninguno de los otros conectores bajo estudio): su orientación positiva en relación con el contenido de la segunda cláusula.⁷⁰ *Ya que* antepuesto es por la posición de la cláusula y por la calidad de la información que introduce un tematizador anafórico. El factor que falta describir es el registro de formalidad baja que diferencia fuertemente las dos posiciones que ocupa la cláusula con *ya que*, la antepuesta es correlativa de formalidad baja, atestiguada en (2) en el comentario “nadie le dijo que venga”. La diferencia en los actos de habla que se evidencia en las cláusulas del período de (2) (enunciación seguida de exhortación) y en la calidad de la información (conocida en la cláusula causal y nueva en la segunda cláusula) justifican asignar una relación sintáctica de subordinación retórica, donde la subordinada es la cláusula con conector.

⁷⁰ Seguidamente se comparan distintas orientaciones entre las cláusulas con *como* y con *ya que*: *como* admite tanto orientación negativa (*COMO está muy enfermo se va a morir*) como positiva (*COMO te quedaste dormido, alcanzaste a verla*). *Ya que* rechaza la orientación negativa (**YA QUE te quedaste dormido, perdiste el tren*; ** YA QUE está muy enfermo se va a morir* - **Ya que estás resfriado no podés ir al partido*) siendo apto solamente cuando la orientación es positiva: *YA QUE te quedaste dormido, (aprovechá y) no vayas a trabajar*; *YA QUE estás enfermo, descansá*).

A diferencia de (2), (3) muestra la cláusula con *ya que* pospuesta a la otra cláusula del período y nos permite identificar en un contexto de formalidad media o alta (de texto escrito preferentemente) estos usos de intención argumentativa donde tenemos una clara evaluación en la 1º cláusula (*El papel del Banco no debe subestimarse*) y la justificación en la 2º (*YA QUE ni en México ni en Argentina existen mecanismos similares*), con contraste modal (obligativo negativo - *no debe subestimarse* - versus afirmativo enunciativo - *existen*-). Según resultados de Borzi y Detges (2011), *ya que*, en cláusula pospuesta, precedido generalmente de pausa corta, introduce información que sea vieja o nueva⁷¹ está presentada como una información que responde al sentido común, presenta una causa razonable para todos (no una opinión del hablante) es decir información no controvertida que da lugar a una máxima evidente. Borzi (2010) mostró además que comparando *ya que* con *porque* se advierte que funcionan de manera diferente en el discurso. *Ya que* no es respuesta a preguntas con *¿por qué?*⁷² lo que refuerza la afirmación de que la información que presenta es conocida, de manera que podemos sostener que *ya que* en cláusula pospuesta por introducir información dada por conocida o aceptada funciona al igual que en cláusula antepuesta como un tematizador. Sin embargo en (3), a diferencia de lo que ocurre en (2) está rota la iconicidad del orden de los hechos con el orden de las cláusulas, estamos en presencia de una subordinación retórica donde la cláusula principal es la 1º cláusula del período (*El papel del Banco Nacional de Desarrollo no debe subestimarse*), en tanto el contenido de la cláusula con *ya que* resulta aclaratorio y tiende a no abrir cadena tópica hacia la derecha.

Pasemos ahora al análisis de *porque*. Los ejemplos (4) y (5) muestran respectivamente causa real y causa lógica y presentan el conector *porque* en cláusula en posición pospuesta,⁷³ lugar donde tiende a aparecer en un alto porcentaje tal como se desprendió de la comparación con

⁷¹ En Borzi y Detges (2011) se encontró sobre 174 casos semejantes a (3), 131 (un 75.29%) presentaban información nueva y solamente 43 (14.71%) información conocida (mencionada previamente o conocida por ser fácilmente deducible del contexto).

⁷² Es así que ante una pregunta como *¿Por qué no vino?*, no se puede responder **YA QUE estaba ocupado*, aunque sí se puede responder *PORQUE estaba ocupado*.

⁷³ Según los resultados de Borzi (2002a), 91 casos (96.80%), de un total de 94 con 'porque', presentan posposición, mientras que sólo 3 casos (3,20%) presenta anteposición. Estos casos con anteposición son los tres de causa real y de tiempos homogéneos (presentes o pretéritos) y la información de las cláusulas es siempre nueva.

como resumida aquí en la Nota 14.

(4) *Inf.- Con todo--- va a realizar... en sus óperas--- va a imponer momentos danzados, especialmente PORQUE va a tener a su lado a Salvatore Vestri--- que... de origen italiano--- es un coreógrafo--- importante en su momento, e incluso un danzarín importante.* [HCXVIII9]

(5) *Inf.- [...] para hacer carne están mejor dadas en la Argentina o en... en Sudamérica en esa zona, y se puede producir a bajos costos. Bueno, entonces se podría racionalizar y decir: "¿Cuántas toneladas de carne son necesarias de consumo en Europa? ¿Cuántas en la India? - PORQUE la India tendría que llegar consumir carne--- este... ¿cuántas en tal lado?". Eh... bueno, conviene llevar de la India a... a la India conviene llevar de otras zonas más cercanas. Yo entiendo que [...]* [HCEVIII23]

Tanto en (4) como en (5), al igual que en el ejemplo (3) con *ya que*, hay un claro contexto argumentativo que se evidencia en la ruptura de la iconicidad entre el orden de las cláusulas y el orden de los hechos. El hablante, sin embargo, persigue un objetivo comunicativo diferente del que persege cuando elige *ya que* para marcar la causa, quiere presentar preferentemente información nueva. *Porque* puede ser analizado entonces como focalizador y la cláusula que introduce será, en un marco de subordinación retórica, la principal en tanto lo información discursivamente más saliente o importante es la que está en su cláusula.⁷⁴ Que *porque* prevalezca fuertemente en cláusula en posición pospuesta, rompiendo la iconicidad del orden de los hechos en la realidad designada, donde la causa siempre antecede temporalmente a los resultados, nos ubica siempre en un contexto argumentativo, con fuerte participación del hablante en el mensaje. Podemos afirmar así que *porque* participa en la mayor parte de los casos (porque prevalece fuertemente en cláusula pospuesta) en relaciones que pueden definirse como decididamente discursivas.

5.2. El marco oracional que contiene al período causal y la función sintáctica de la cláusula – El circunstancial

Veamos qué tipo de oración contiene al período causal, dijimos que se propusieron la Oración compuesta y la Oración simple.

Si atendemos a las explicaciones resumidas previamente, las cau-

⁷⁴ En Borzi (2008) se comparó *porque* versus *porque* dentro de un cuerpo de datos cerrado buscando describir los distintos tipos de causas que presenta este conector.

sales ya fueron reconocidas dentro del ámbito del discurso por López García, quien retoma en parte el planteo de Rojo dejando así abierta la puerta para interpretar que dentro de la Oración Compuesta se reconocerían oraciones bipolares (con cláusulas en relación de interdependencia) cuando la causa era real y oraciones policlaustrales (con cláusulas en relación de coordinación) cuando la causa era lógica (1994:371). Hay sin embargo algo que hace ruido en esta explicación: las causales reales, admiten según los teóricos conmutación por una construcción con *por*⁷⁵ lo que habilita a analizarlas como circunstanciales de causa el verbo de la cláusula principal, ¿López García piensa que hay interdependencia entre el verbo y su circunstancial de causa?

Por otro lado, está Kovacci que deja las cláusulas causales dentro de la Oración Simple considerando que las reales funcionan como circunstanciales de causa del verbo de la cláusula principal y las lógicas como modificadoras de la modalidad oracional. ¿Cómo valorar la explicación de la posible inserción del verbo de lengua y de la conmutación? Si decimos que la causal lógica está subordinada al verbo de lengua implícito, no aclaramos la relación sintáctica entre las proposiciones que sí están explícitas. Y si consideramos presente el verbo de lengua estamos reduciendo las causales lógicas (o de la Modalidad) a las causales reales: *Llueve, porque lleva paraguas* > *Porque lleva paraguas digo que llueve*, donde la causal sería un circunstancial de *digo*.⁷⁶ Siendo así, hay que explicar solamente un tipo de causal, las reales y su conmutación por un complemento con *por*: *Lleva paraguas porque llueve* > *Lleva paraguas por eso*.

Según el análisis de los datos, todas las cláusulas conectadas por relaciones semánticas causales muestran dos hechos y a nuestro juicio, esto debe considerarse incluso por mera definición (es decir que necesariamente). En la concepción de la causa y del efecto está inmersa la no-

⁷⁵ Siendo López García quien ofrece el análisis más discursivo, retomemos su explicación. Ofrece la siguiente conmutación *María va al cine porque es muy aficionada* > *por ser muy aficionada* (1994, p. 93).

⁷⁶ Esta reducción no es deseable entre otras cosas porque se estaría incorporando al análisis un elemento (el verbo de lengua implícito) que no está presente en la oración, lo que nos lleva a pedir, por ejemplo, que se tenga en cuenta el verbo implícito en las oraciones con predicados no verbales y se los transforme en predicados verbales y además porque una oración con una sola implicación (característica semántica de las causales lógicas) pasaría a tener dos implicaciones (características de las causales reales), *Llueve, (lo digo/supongo) porque lleva paraguas* implicaría no solamente "lleva paraguas" sino también "digo/supongo que llueve".

ción de un hecho que provoca concretamente (o metafóricamente) un segundo hecho. De esto se deriva, también por necesidad, una diferencia temporal de anterioridad/posterioridad que refuerza todavía más la identificación de dos hechos diferentes. El período causal tiene entonces, parece que inevitablemente, naturaleza discursiva, es decir que resulta necesariamente de la combinación de más de una cláusula. Esto se contradice con la concepción de las causales (reales) como circunstanciales del verbo de la cláusula o proposición “principal” o del verbo de lengua implícito y a su vez choca con la inclusión de las cláusulas causales en la Oración Simple.

Las pruebas que nos ofrecen para ver la causa como un modificador circunstancial de un verbo, son, a primera vista convincentes:

1. La posibilidad de conmutación de la cláusula causal por el complemento *por eso*: *Vino porque llovía* > *vino por eso*

2. La posibilidad de escindir la cláusula causal: *Vino porque llovía* > *Es porque llovía por lo que vino*, prueba utilizada para demostrar la dependencia circunstancial de un modificador con el verbo, dentro del predicado.

Sin embargo, puede mostrarse que hay un análisis sesgado de estas pruebas. Pensemos en la segunda prueba que presenta la escisión de la cláusula causal. En toda cláusula hendida, escindida o de perífrasis de relativo, a partir de una oración cero se destaca un constituyente, así a partir de *Sofía canta* se destaca el sujeto escindiéndolo, lo que provoca el desplazamiento del constituyente, el agregado del verbo *ser* y de un relativo simple o complejo que concuerda, llegado el caso, con el género y el número del elemento destacado. Por lo previamente dicho de la oración *Sofía canta* para destacar el sujeto (*Sofía*) resulta la oración con escisión: *Es Sofía la que canta*, donde el verbo *ser* mantiene el tiempo y el modo de la oración cero (*es*), el constituyente sujeto (*Sofía*) está desplazado y el relativo complejo (*la que*) coincide en género (femenino) y número (singular) con dicho constituyente destacado (*Sofía*).

Volviendo ahora a las oraciones con cláusulas causales, cuando se destaca la causa por medio de una escisión, siempre se utiliza el relativo *lo que*, un relativo que recupera hechos, resultando inaceptable cualquiera de los otros relativos. De esta manera, a partir de la oración *La calle está mojada porque llueve*, si escindimos la cláusula causal resulta: *Es porque llueve por lo que la calle está mojada*. Siendo a su vez inaceptable el uso de cualquier otro relativo: *Es porque llueve *por la que/*por*

el que/... la calle está mojada.

Podría cuestionarse incluso si la hendidada es una auténtica hendidada, algo interesante porque pone en duda más profundamente la posibilidad de que las causales (reales) sean circunstanciales. Y ese cuestionamiento es lícito dado que no tenemos un relativo que reemplace la noción de causa como sí los hay para el lugar (*donde*), el tiempo (*cuando*), el modo (*como*) o la cantidad (*cuanto*) que nos permiten, por ejemplo, escindir los respectivos circunstanciales y que ponen en evidencia que cuando se escinde una cláusula de lugar por ejemplo se debe repetir el relativo: *Se sentó donde había sol < Fue DONDE había sol DONDE se sentó*. Ocurre que con las causales, el conector que habría que repetir, si se quiere ser realmente fiel a la prueba de las escindidas, da un resultado inadmisibles **Es porque llueve porque no vino*. En el caso en que se quiere hacer la prueba de la escisión debe decirse: *Es porque llueve por lo que no vino*, donde el relativo será a lo sumo *lo que* y volvemos entonces a la primera argumentación donde sosteníamos que *lo que* recupera un hecho completo y no un actante o argumento de un predicado.

En conclusión, los modificadores causales clausulares no son circunstanciales, no modifican a ningún verbo, sea este el principal (en los casos de causa real) o sea el verbo de lengua implícito (en los casos que Kovacci reconoce como modificadores de la modalidad). Las causales no son nunca modificadoras de predicado, no son modificadoras de la oración simple; siempre pertenecen a una Oración que incluye proposiciones que no se pueden reducir a un solo predicado. Corresponde, por lo tanto, hablar al menos de Oración Compuesta. El análisis de Rojo, con una Oración Compuesta que incluye dos subtipos: dos variables o más, Policlausales; o dos constantes, Bipolares, nos da un marco más convincente, aunque nos obliga a interpretar de manera más amplia las bipolares.

5.3. El sistema de los conectores causales

Los conectores causales tenidos en cuenta en esta oportunidad, como emergentes del grado de continuidad y del objetivo comunicativo del hablante, se diferencian unos de otros por las características que se resumen a continuación en la *Figura 1*.

Figura 1.

Sistema de uso de tres conectores causales del español de Buenos Aires:
como, ya que y porque

| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---------------|----|----|
| A <i>Ya que</i> en cláusula antepuesta | | X | | | | X | | X | X | X | |
| B <i>Ya que</i> en cláusula pospuesta | X | | X | X | | X | | X | ⁷⁷ | | X |
| C <i>Como</i> | X | | | | X | | X | | | X | |
| D <i>Porque</i> | | | X | | | X | | X | X | | X |

Referencias de la Figura 1

- | | |
|---|---|
| 1. Información conocida | 2. Información evidente |
| 3. Información nueva | 4. Información aceptada por todos |
| 5. Igual Acto de habla en los conectados | 6. Distinto Acto de habla en los conectados |
| 7. Narrativa del fragmento | 8. Intención Argumentativa del fragmento |
| 9. Formalidad Baja | |
| 10. Cláusula con conector en posición antepuesta a la otra cláusula del período | |
| 11. Cláusula con conector en posición pospuesta a la otra cláusula del período | |

Como resultado de los análisis previos y de acuerdo el cuadro de la figura 1, corresponde concluir que *como* es propicio para contextos narrativos (Cf. celda C7) y adquiere valor causal solamente en cláusula antepuesta (Cf. celda C10), mientras que *ya que* cuando se da en cláusula antepuesta (Cf. celda A10) lo hace en contextos argumentativos (Cf. celda C8). Uno y otro se diferencian entre sí en que *como* recupera información mencionada previamente en el discurso o compartida (Cf. celda C1) y se combina con cláusulas tanto de orientación positiva como negativa. Por el contrario, *ya que* señala la situación (Cf. celda A2) y participa solamente de cláusulas en orientación positiva de formalidad baja (Cf. celda A9). Por su parte, *ya que* en cláusula pospuesta (Cf. celda B11) suele presentar tanto información mencionada como información nueva (Cf. celdas B1 y B3), aunque no información evidente (Cf. celda B2), mientras que *porque* (también en cláusula pospuesta – Cf. celda D11-) tiende a introducir preferentemente información nueva (Cf. celda D3). *Porque* se individualiza así en una función clara de focalizador de información nueva y de marcador de la opinión del hablante. A diferencia de *porque*, *ya que* en cláusula pospuesta introduce una causa razonable

⁷⁷ El criterio Grado de Formalidad no fue medido específicamente ni en ejemplos con *como* ni en ejemplos con *ya que* en cláusula pospuesta.

para todos incorporando así implícitamente el acuerdo del interlocutor (Cf. celda B12).

6. Conclusiones

Podemos decir finalmente y a manera de resumen, que planteada la relación de una cláusula con otra como una relación causal, dichas cláusulas designan hechos diferentes. Esto permite afirmar que la causa no puede ser entendida como parte de otro hecho, por lo dicha cláusula causal no puede ni funcionar como un circunstancial dentro de un predicado, ni ser parte de una oración simple. Las oraciones con períodos causales revisten necesariamente naturaleza discursiva.

En relación con los conectores que las introducen, digamos que significan diferente y que están sistemáticamente organizados. Es así que *como* introduce información mencionada o conocida en el contexto, encabeza cláusulas antepuestas a la otra cláusula del período, no se da cambio de acto de habla entre dichas cláusulas y prevalece en fragmentos de intención narrativa. Por esto puede clasificarse como un tematizador anafórico de alta coherencia.

Ya que introduce cláusulas en posición antepuesta y pospuesta a la otra cláusula del período, a pesar de lo cual podemos afirmar a partir de los estudios previos que la posición no es semánticamente arbitraria, sino todo lo contrario.

Ya que en cláusula antepuesta es un tematizador défítico que recupera información evidente en la situación. Las cláusulas presentan generalmente distintos actos de habla y una orientación positiva. Estos usos se dan en diálogos de formalidad baja o media. Por su parte, *ya que* en cláusula pospuesta es también un tematizador, pero de una causa que resulta razonable para todos. Y es esto lo que lo diferencia de *porque*, que prevalece fuertemente encabezando cláusula pospuesta a la otra cláusula del período, pero introduciendo información preferentemente nueva e importante. *Porque* focaliza información.

Digamos finalmente que dado que en la realidad designada la causa antecede temporalmente a su resultado, y que sostenemos la iconicidad del lenguaje como un principio primario, aquellos casos que no presenten iconicidad del orden de las cláusulas con el orden de los hechos no corresponde hablar de causa real entre las cláusulas. Esto nos lleva a redimensionar la primaria división semántica entre causales re-

ales y causales lógicas considerando que solamente en los casos con *como* en cláusula antepuesta, que prevalecen en fragmentos narrativos podría hablarse de causa real; mientras que en los restantes casos o por la ruptura entre los actos de habla de las cláusulas y por su naturaleza argumentativa (casos de *ya que* antepuesto) o por la ruptura en la iconicidad del orden de las cláusulas con el orden de los hechos (casos de *ya que* y de *porque* en cláusulas pospuestas) se trata de una causa lógica, o con clara participación del hablante en el mensaje.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALARCOS LLORACH, E. *Gramática de la lengua española*. Madrid: Espasa Calpe, 1994.

BELLO, A. *Gramática de la lengua castellana*. Madrid: EDAF, 1980.

BORZI, C. Conectores y Progresión Temática en la Reseña de Divulgación Científica. In: *Actas de las IV Jornadas de la Lengua Española*, Universidad del Salvador – Septiembre 2000, 2002, p. 47-53.

_____. Coordinación y subordinación: zonas de una ojiva. In: ARNOUX, E. N. de; DI TULLIO, A. (Eds.). *Volumen Homenaje a Ofelia Kovacci*. Buenos Aires: EUDEBA, 2001 p. 91-112.

_____. El uso de “ya que” y “como” en “El habla culta de la ciudad de Buenos Aires”. *Oralia*, n. 11, p. 279-305, 2008.

_____. La expresión de la causa en la prensa escrita de Buenos Aires: el uso de *ya que*. *Anales de Lingüística*, n. XXX-XXXI, 2008-2009, p. 71-101, 2011.

_____. La relación sintáctica de las causales con *porque*, In: ESTOFÁN, C.; GATTI, G.; PERRERO, S. (Eds.). “*El Hispanismo al final del milenio*”. Córdoba: Comunicarte Editorial, vol. 3, 2002, p. 1547-1559.

_____. Las construcciones causales y la construcción del discurso, *Revista de la Sociedad Argentina de Lingüística*, G. Constantino (Ed.) p. 1-24, 2000.

_____. *Syntax, Semantik und Pragmatik der Konnektoren “entonces”, “así que”, und “(tal/...) que”*. (Diss.), LMU, München: Profidruck, 1997.

_____. Tipos de causas introducidas por *porque*. *Espacios 3/4*, Univer-

sidad Nacional de la Patagonia Austral, p. 89-102, 2008.

_____; DETGES, U. *Ya que*, conector polifónico. In: ASCHENBERG, H.; LOUREDA, O. (Eds.). *Marcadores del discurso: de la descripción a la definición*. Madrid/Frankfurt a. M.: Iberoamericana-Vervuert, 2011, p. 263-281.

DIVER, W. Theory. In: CONTINI-MORAVA, E.; GOLDBERG, B. S. (Eds.). *Meaning as Explanation: Advances in Linguistic Sign Theory*. Berlin: W. de Gruyter, 1995, p.43-114.

GALÁN RODRÍGUEZ, C. La subordinación causal y final. In: BOSQUE, I.; DEMONTE, V. (Coords.). *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Espasa, 1999, vol. 3, p. 3597-3642.

GARCÍA BERRIO, A. Bosquejo de una descripción de la frase compuesta en español. In: *Anales de la Universidad de Murcia*, (1970). XXVIII, p. 5-27.

GARCÍA, E. Por qué *como* o *porque*. *Nueva Revista de Filología Hispánica*, n. XL-2, 1992, p. 599-621.

GILI GAYA, S. *Curso superior de sintaxis española*. Barcelona: Spes, 1955.

GIVÓN, T. *Syntax*. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins, 1990.

HOPPER, P. Emergent Grammar and the A Priori Grammar Postulate. In: TANNEN, D. (Ed.). *Linguistics in Context: Connective Observation and Understanding*. Ablex: Norwood, 1988, n° 5, p. 117-134.

ISENBERG, H. 'Text' versus 'Satz'. In: DANEŠ, F.; VIEHWEGER, D. (Eds.). *Probleme der Textgrammatik II*. Berlín: Akademie Verlag, 1977, p. 19-146.

KOVACCI, O. Cuatro clases de modificadores causales con *porque*. *Letras*, n. VI-VII, p. 107-116, 1983.

_____. *El comentario gramatical I y II*. Madrid: Arco/Libros, 1990/92.

_____. Las proposiciones en español. *Filología*, n. XI, p. 23-39, 1965.

_____. Modificadores de Modalidad. In: KOVACCI, O. *Estudios de gramática española*. Buenos Aires: Hachette, 1986, p. 89-102.

LAKOFF, G. *Women, fire and dangerous things*. Chicago: University Press, 1987.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

LANGACKER, R. *Foundations of Cognitive Grammar*. Stanford: Stanford University Press, 1987.

LAPESA, R. Sobre dos tipos de subordinación causal. In: *Estudios ofrecidos a E. Alarcos Llorach III*. Oviedo, 1978, p. 173-205.

LÓPEZ GARCÍA, A. *Gramática del español I. La oración compuesta*. Madrid: Arco/Libros, 1994.

MARÍN, F. M. A propósito de las oraciones causales. Observaciones críticas. *Cuadernos de Filología*, n. II-1, p. 163-173, 1979.

MATTHIESSEN, CH.; THOMPSON, S. The structure of discourse and subordination. In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. (Eds.). *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins, 1988, p. 276-329.

MORENO AYORA, A. *Sintaxis y Semántica de 'como'*. Málaga: Editorial Librería Ágora, 1991.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Esbozo de una nueva gramática de la lengua española*. Madrid: Espasa Calpe, 1973.

_____. *Gramática*. Madrid: Espasa Calpe, 1931.

ROJO, G. *Cláusulas y oraciones*. Vigo: Universidad de Santiago de Compostela, 1978.

VAN DIJK, T. A. Semantic Discourse Análisis. In: VAN DIJK, T. A. (ed.). *Handbook of Discourse Analysis II*. Orlando: Academic Press, 1985, p. 103-136.

_____. *Text and Context*. Londres: Longman, 1977.

NEOLOGISMO E SINTAXE: A INDETERMINAÇÃO

Antonio José dos Santos Junior (UERJ)
antoniusejose@yahoo.com.br

RESUMO

Neste trabalho, discutiremos a relação entre os processos de indeterminação do sujeito e/ou do agente em língua portuguesa e o fenômeno neológico. Para tanto, basear-nos-emos em nossas considerações de Santos Júnior (2010) acerca dos processos de indeterminação. Esta reflexão é basicamente teórica, visando relacionar que tipos de indeterminações podem ser alvos de um processo neológico e, dentre elas, em quais o neologismo é mais frequente. Analisaremos, basicamente: (I) se o SN sujeito (na indeterminação do agente) pode ser trocado por neologismo que lhe seja sinônimo; (II) se o sujeito indeterminado pode ser parafraseado por uma estrutura “não prevista” ou “original” (neologismo); (III) se há favorecimento ou prejuízo aos neologismos formais ou aos conceptuais em estruturas em que se indetermina o sujeito e/ou o agente em português.

Palavras-chave:

Neologismo. Neologia. Sintaxe. Neologismo sintático. Indeterminação.

1. Introdução

Neste trabalho, discutiremos a relação entre os processos de indeterminação do sujeito e/ou do agente em língua portuguesa e o fenômeno neológico. Para tanto, basear-nos-emos em nossas considerações de Santos Júnior (2010) acerca dos processos de indeterminação.

Esta reflexão é basicamente teórica, visando relacionar que tipos de indeterminações podem ser alvo de um processo neológico e, dentre elas, em quais o neologismo é mais frequente.

Analisaremos, basicamente:

(I) se o SN sujeito (na indeterminação do agente) pode ser trocado por neologismo que lhe seja sinônimo;

(II) se o sujeito indeterminado pode ser parafraseado por uma estrutura “não prevista” ou “original” (neologismo);

(III) se há favorecimento ou prejuízo aos neologismos formais ou aos conceptuais em estruturas em que se indetermina o sujeito e/ou o agente em português.

2. *Sujeito versus agente*

É de notar que separamos os conceitos de sujeito e de agente. Expliquemo-nos: o sujeito é aqui tomado com um lugar sintático, ao passo que o agente é concebido como um papel temático (ou papel semântico) exercido pelo sujeito da oração. Em outras palavras, o sujeito pertence à sintaxe e o agente à semântica, a despeito de não se poder olvidar, sem prejuízo da análise, a indissociável relação semântica-sintaxe.

Outrossim, cumpre esclarecer que admitimos com Pontes (1986, p. 115) a visão de protótipos, para a conceituação das entidades gramaticais. Desse modo, o sujeito, prototipicamente, tem o papel temático de agente, embora 'sujeito' e 'agente' sejam conceitos distintos. O sujeito é, em português, prototipicamente, AGENTE e está na POSIÇÃO INICIAL. Logo, um sujeito indeterminado costuma ter agente indeterminado (Cf. SANTOS JUNIOR, 2010). Contudo, o agente pode ser indeterminado e não haver sujeito indeterminado: sujeito indeterminado não pode vir materialmente expresso na oração. Exemplifiquemos:

(a) **Tratar** como crime o que, em muitos segmentos, é hábito comum é agir como na época da Lei Seca e de Al Capone. (*O Dia* 09/02/2009).

Nesse exemplo, há sujeito indeterminado pelo mecanismo do ‘infinitivo impessoal’; não há sujeito materialmente expresso para o verbo ‘tratar’, do mesmo modo que não se sabe ao certo quem é o agente do verbo ‘tratar’, pois que se refere a toda uma coletividade, tem sentido genérico, ou impreciso: indeterminado. Esse exemplo mostra que se o sujeito é indeterminado, o agente também o é.

Contudo, consideremos:

(b) Na terra de Barak Obama, **ninguém** assume cargo público com ficha suja. (*O Dia* 06/02/2009).

Nessa passagem, há um sujeito materialmente expresso: o pronome indefinido ‘ninguém’. Todavia, o agente da ação expressa pelo verbo é indeterminado. Assim, há indeterminação do agente, mas não há

indeterminação do sujeito. (Para aprofundamento sobre os mecanismos de indeterminação do sujeito e/ou do agente, ver Santos Junior, 2010, p. 47-65)

3. O Corpus

Nosso corpus em Santos Junior (2010) foi constituído por cartas de leitor dos jornais *O Globo*, *O Dia*, *Folha de São Paulo* e *Diário de São Paulo*. Note-se a abordagem sociolinguística na escolha do *corpus*. Primeiramente, há dois jornais de cada estado (Rio de Janeiro e São Paulo – os dois estados economicamente mais fortes da nação) – que nos permitem o acesso a eventuais variantes diatópicas - ou variantes geográficas. Note-se, ainda, que há, em cada estado, um recorte diastrático – um jornal de uma classe socioeconômica mais abastada (classes média-alta e alta) – *O Globo* e *Folha de S. Paulo* - e um jornal de uma classe média ou média-baixa – *O Dia* e *O Diário de São Paulo*. De qualquer forma, a despeito do público-alvo, podemos perceber que todas as publicações primam pela norma padrão, preterindo gírias e vulgarismos. As cartas foram coletadas por um período aproximado de 30 dias consecutivos, entre os meses de maio e junho de 2009.

É de notar que o gênero “cartas de leitor” é um dos que mais permite o acesso a mudanças e inovações linguísticas em um veículo de comunicação, pela presença de uma maior espontaneidade e coloquialidade, embora haja certo comprometimento do leitor com a norma padrão, talvez, por se tratar de texto escrito e por ser dirigido a um jornal de grande circulação que utiliza a norma padrão; além disso, não se podem esquecer as eventuais edições das cartas pelos próprios jornais.

4. O conceito de neologismo

Quanto ao conceito de neologismo, neste trabalho, serão de fundamental importância o neologismo conceptual (ou neologismo semântico) e o neologismo formal (ou neologismo lexical). Essa nomenclatura é adotada por Carvalho (2006). Os neologismos conceptuais se caracterizam pela alteração semântica de uma palavra já existente, fazendo-a ampliar seu campo semântico ou mesmo adquirir um significado outro (polissemia). Quanto aos neologismos formais carvalho (2006, p. 198) assevera que:

O neologismo formal constitui uma palavra nova introduzida no nosso idioma, podendo ser um termo vernáculo ou um empréstimo estrangeiro. Poderá tratar-se no caso de um único termo kombista, uma lexia complexa, aparelho de ar condicionado.

Para identificarmos os neologismos em nosso corpus, sinalizamos de forma preliminar os possíveis casos de neologia, passando por dois filtros: o *VOLP* (*Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*) e o dicionário Houaiss. Caso a palavra não aparecesse em nenhuma das obras citadas, era considerada neologismo. Vão ao encontro desse método as palavras de Azeredo (2009, p. 403):

Uma solução frequentemente adotada pelos pesquisadores é considerar neologismos as formas e acepções criadas que ainda não lograram registro em um dicionário bem conceituado. É claro que não se trata de uma definição, mas de um critério de pesquisa e análise.

Apesar de o *VOLP* não ser um dicionário, usamo-lo como um filtro ‘extra’.

5. Neologismo na posição de SN sujeito com agente indeterminado

Quando o lugar sintático ‘sujeito’ é ocupado por um SN que tem função semântica de agente e tem sentido de indeterminação, de generalização, de imprecisão ou de indefinição, nos mais diversos ‘graus de indeterminação’ (ver SANTOS JUNIOR, 2010, p. 84), ocorre a indeterminação do agente.

Este tópico visa refletir sobre a possibilidade de haver processos neológicos no SN sujeito com agente indeterminado.

Um exemplo encontrado em nosso *corpus* são os pronomes indefinidos. Por conseguinte, podemos averiguar se há neologismos dessas categorias gramaticais.

Costuma-se dizer que há “unidades da língua” e “unidades do léxico”; respectivamente, seriam o “inventário fechado” e o “inventário aberto”. Ou como diz Azeredo (2009, p. 132):

Os significados lexicais estão associados aos dados do mundo externo à linguagem; naturalmente numerosos devido à sua função de ‘nomear o mundo’, eles formam conjuntos extensos e potencialmente ilimitados. Os significados gramaticais, por sua vez, formam paradigmas de número limitado de elementos e dizem respeito à organização estrutural da língua.

Isso se deve ao fato de ser extremamente incomum surgirem no-

vas unidades gramaticais – as palavras gramaticais, como, por exemplo, as conjunções, os pronomes, as preposições. Ao contrário, as “unidades do léxico” são abertas, ou seja, acessíveis a inovações, a transformações mais sensíveis. É o que ocorre com os substantivos e verbos, por exemplo.

Dada a reflexão acima, poder-se-ia indagar o porquê de se levantar, neste item, eventual neologismo com pronomes. Sucede que os pronomes indefinidos são muito frequentes na indeterminação do agente. Acresça-se a isso, serem eles parafraseáveis por expressões de base nominal, com sentido de indeterminação (a indeterminação por referência genérica – ver os exemplos (c), (d), (e) e (f) à frente). Daí termos dito – SN sujeito com agente indeterminado. São exemplos de ‘novos’ pronomes indefinidos ou locuções pronominais indefinidas, no contexto de indeterminação do agente ora estudado: “o pessoal”, “neguinho”, “Ser Humano”, “os homens”, entre outros. Imaginemos:

(c) Não dá para confiar nos outros motoristas; **o pessoal** está muito irresponsável.

(d) **Neguinho** já está percebendo as falcatruas do governo.

(e) **Ser humano** só pensa em si mesmo.

(f) **Pessoas** da comunidade diziam que os homens entraram atirando.

Nos casos acima, é preciso estar atento para o fato de se tratar de *neologismo conceptual ou neologismo semântico*: basicamente, uma ressignificação ou uma ampliação semântica da palavra; a base da polissemia (Cf. CARVALHO, 2006, p. 197); não se trata de neologismo formal, pois que as palavras já existiam.

É de notar inclusive que esses ‘novos’ pronomes não surjam de ‘novos radicais’, mas antes sejam uma mudança de significação (ou ampliação da significação) de palavras pré-existentes. Esse “acréscimo de novas acepções a formas lexicais já existentes” (AZEREDO, 2009, p. 399), contudo, tem a peculiaridade de exercer função típica de unidades gramaticais.

Fazemos a seguinte observação: não podemos pensar que esse processo que acabamos de descrever seja uma “gramaticalização” porque não há apagamento da noção lexical da palavra. Assim, a palavra “pessoas”, em sentido genérico, parafraseável por pronome indefinido, não se esvazia semanticamente; ao contrário, é o seu valor semântico que lhe confere propriedades para indeterminar o agente.

Outro vasto campo para os neologismos conceptuais, ou para os

formais, em princípio, seriam os casos de indeterminação por 'nominalização'. Esse processo consiste em preencher o lugar sintático sujeito com um SN substantivo abstrato – derivado de verbos de ação (contêm agentes). Esse procedimento chega mesmo a apagar a própria noção de agente. Veja-se:

(g) Lei é Seca, **Fiscalização** é frouxa (*O Dia*, 20 07 2008 Geral, p. 03) – Manchete)

(h) A **construção** de uma UPA e de uma delegacia não condiz com a vocação daquele ponto (*O Dia*, 20 07 2008 Opinião, p. 10)

(i) **Investimentos, melhorias** salariais (...) e **uso** de armas não letais ou menos-que-letais estão na agenda. (*O Dia*, 20 07 2008 Geral, p. 13)

Fiscalização implica a ideia 'apagada' de que 'alguém fiscaliza'. 'Construção', que 'alguém constrói'; 'investimentos', que alguém investe; "uso", que 'alguém usa'. Ora, como esse mecanismo de indeterminação é composto por substantivos, é plenamente aberto aos neologismos lexicais (pelas derivações e composições, por exemplo) e aos conceptuais. Além disso, note-se que são substantivos 'deverbais' (derivados de verbos) – o que é outro fator predisponente à neologia. Podemos supor as seguintes construções neológicas:

(j) A peemedebização do governo Dilma é um fato preocupante.

(k) A "despacificação" das favelas no Rio está acelerada.

Nos casos hipotéticos acima, temos a exemplificação de neologismos lexicais que exercem a função de sujeito, configurando agente indeterminado por nominalização.

6. O sujeito indeterminado pode ser parafraseável por um neologismo?

Responder a essa pergunta implica saber se há uma estrutura sintática nova, em vias de implantação ou de consolidação, que indetermine o sujeito.

Inicialmente, respondemos: é possível. Em Santos Junior (2010, p. 55), pode-se observar que há indeterminação realizada por verbos cujos sujeitos não são formalmente expressos, sem referência anafórica ou catafórica a outro termo da oração, na primeira pessoa do plural (doravante, P4 – um caso de indeterminação do sujeito). Exemplo:

(l) **Precisamos** investir na educação para o Brasil ser, efetivamente, um

país grande.

Se considerarmos que essa estrutura não é classificada como “sujeito indeterminado” e que as gramáticas tradicionais, escolares ou universitárias, e demais manuais da língua portuguesa não abordam essa construção como 'sujeito indeterminado', não apontando essa possibilidade sintático-semântica, é verossímil pensar que se trate de um *novo processo da língua*. Contudo, é preciso pesquisar, diacronicamente, para perceber desde quando essa estrutura é usada com esse sentido. Se for observado que desde há muito é usada desse modo, não se trataria de um neologismo, mas de uma lacuna na classificação tradicional.

Faz-se mister neste ponto chamar a atenção para um processo bem semelhante: a indeterminação do agente pelo pronome **NÓS**. Imagine-se a mesma frase acima, acrescida do pronome:

(m) **Nós** precisamos investir na educação para o Brasil ser, efetivamente, um país grande.

Outro exemplo:

(n) Sabendo **nós** que a gripe suína é tão letal como a gripe comum, o que é mais grave: pegar gripe ou contrair dengue ou febre amarela? (Indeterminação do agente pelo pronome pessoal **NÓS**) (FOLHA de S PAULO de 12/05/09)

A diferenciação entre sujeito indeterminado e agente indeterminado que fizemos em Santos Junior (2010) se deve a critérios sintático-semânticos (se há sujeito – lugar sintático – formalmente expresso, o sujeito é determinado; se há SN, sujeito formalmente expresso ou não, com agente indeterminado – há indeterminação do agente). Todavia, nos exemplos acima ((l), (m) e (n)) o agente é indeterminado, por um processo não previsto como tal nos manuais de gramática (mas que nem por isso é necessariamente novo, conforme já conjecturamos).

Veja-se abaixo um caso intrigante de indeterminação do agente

(o) **Eu** não posso mais andar tranquilo pelo Rio, pois posso ser assaltado ou voar pelos ares com um bueiro.

Neste exemplo, “EU” está em referência genérica (ver SANTOS JUNIOR, 2010, p. 58-59), ou seja, não se refere apenas à primeira pessoa, mas a qualquer que se ponha no lugar do enunciador. É, digamos, uma fala hipotética, em tese, em que o enunciador se coloca, mas abre a possibilidade de qualquer um se colocar também nessa mesma situação. O que é dito vale para o coenunciador ou mesmo para terceiros (EU = eu

e/ou qualquer um). Portanto, se há inovação nesse mecanismo discursivo-gramatical é a passagem do pronome EU de pessoal para indefinido (no caso da indeterminação em estudo, esteja bem claro).

O mesmo fenômeno “inovador” ocorre com o pronome “VOCÊ” (*Idem*, p. 59-61). Veja-se o seguinte exemplo extraído do corpus:

(p) **Você**, após mais de 35 anos de trabalho, se aposenta e aplica o seu FGTS na poupança da própria Caixa, acreditando na segurança, embora saiba que existem aplicações mais rentáveis. (*O Globo*, 15/05/09)

Nesse exemplo, ocorre o mesmo fenômeno de ampliação da abrangência discursiva do pronome de tratamento. O pronome “VOCÊ” deixa de referir-se exclusivamente à terceira pessoa do singular e passa a referir-se, ainda que sutilmente, às demais pessoas: a exemplo do que sucede na indeterminação com a primeira pessoa do singular, “VOCÊ”, equivale a 'você' e/ou a 'qualquer um'. *É um autêntico pronome indefinido, do ponto de vista discursivo-gramatical.*

Com a locução pronominal “A GENTE”, existe a mesma possibilidade de se realizar a construção do sentido de indeterminação do agente. A essa locução, nesse caso, também se pode dar o predicado de ‘indefinita’. Em Santos Junior (2010, p. 61), dissemos que “A exemplo do que ocorre com *você*, *a gente* pode ser usado como indeterminador do agente. Difere-se do mecanismo de indeterminação por *você*, na medida em que inclui o falante”.

Perceba-se, ainda, que se trata de “uma fala em tese, em princípio, não se tratando de uma afirmação enfática de que é às pessoas envolvidas no discurso que se faz referência”. (*Idem*)

O seguinte exemplo no-lo ilustra:

(q) **A gente** se esquece dos outros filhos, do marido, de nós mesmas. O único foco da vida é o filho que se foi (...) “Disseram que haviam matado um traficante, colocaram coisas na roupa dele. Meu filho não era isso. Quando **a gente** vai confiar de novo em um policial? Que seja feita a justiça, lamentou a evangélica Sandra de Souza Marins, que em maio perdeu o filho (...) (*O Dia*, 20 07 2008 Geral, p. 16)

Nota-se, nitidamente, que o enunciador se coloca no centro do discurso, porque vive a experiência. Entretanto, resolve ‘compartilhar’ essa experiência incluindo o coenunciador na situação, através da ‘fala em tese’, que confere caráter de referência genérica. Poder-se-ia objetar que há o pronome “meu” e que, nesse caso, a referência é única e exclusiva ao enunciador, usando o chamado ‘plural de modéstia’.

Contra-argumentamos que é difícil uma mãe que tenha um filho morto em condições que colocam a polícia sob suspeita ter ainda condições de ser polida a ponto de fazer “plural de modéstia”.

Voltamos a enfatizar que esse “novo” uso de NÓS de A GENTE e de EU, deixando de fazer referência a determinada pessoa do discurso, para fazer referência *também* a outras, configura provável caso de *neologismo conceptual ou neologismo semântico*.

Ratificamos que é preciso saber ao certo desde quando essas estruturas têm ocorrido no português, desde quanto se têm tornado frequentes (aceitação pela comunidade linguística), etc. Sabemos que na década de 80 já existiam (ver IKEDA, 1980); porém, resta saber se eram fortes já à época ou se estavam apenas 'surgindo' e quando se consolidaram no Português (na variante brasileira, pelo menos).

Caso as pesquisas que se façam acerca dessas construções mostrem que não se trata mais de um neologismo, mas de uma nítida lacuna na classificação gramatical, qual seja, se ficar evidenciado que esses usos ocorrem há bastante tempo, restará ainda descobrir quando apareceram e se surgiram por influência de outro idioma ou se são 'vernáculos'; de que estrato(s) socioeconômico(s) foi(foram) oriundas – estudo sociolinguístico – etc. Essas análises terão o mérito de prover o pesquisador, o professor e o estudioso em geral da língua portuguesa de uma ferramenta importante para prever ou notar novos potenciais sintático-semânticos do idioma.

7. *Há favorecimento ou prejuízo aos neologismos formais ou aos conceptuais em orações em que se indetermina o sujeito e/ou o agente em português?*

Em nosso corpus, o neologismo está presente em algumas estruturas de indeterminação do sujeito ou do agente. Em alguns casos, o neologismo ocorre no próprio SN sujeito com agente indeterminado; noutros casos, há neologismo na oração, cujo sujeito (e/ou agente) é indeterminado.

Portanto, pode-se observar que a indeterminação não restringe a ocorrência do neologismo; tampouco podemos afirmar, a princípio, que a indeterminação pressupõe o neologismo. O neologismo pode concorrer com a indeterminação, por exemplo, por questões estilísticas. Logo, existe aparente neutralidade da indeterminação perante o neologismo:

nem facilidade, nem obstrução.

Fizemos uma reanálise do corpus de nossa pesquisa, com o fim de cruzar ocorrências de neologismos com indeterminação do sujeito e/ou do agente. Buscamos levantar o total de ocorrências de neologismos de toda a sorte em orações com sujeito e/ou agente indeterminado. Da o mesmo modo, cuidamos em discriminar a função sintática desse neologismo na oração.

Os dados do *corpus* totalizaram 509 ocorrências com indeterminação do sujeito ou do agente. Dentre elas, separamos as que apresentaram *algum tipo de neologismo em alguma posição da oração*. Em 63 citações do corpus, houve neologismos (ou seja, em aproximadamente 13% das citações).

O total de neologismos nessas citações foi de 87 ocorrências. Se considerarmos que no corpus houve 640 casos de indeterminação do sujeito e/ou do agente, encontramos um valor aproximado de 1 ocorrência de neologismo para cada 7 ocorrências de indeterminação, também aproximadamente 13%. Importa realçar essa coincidência, pois que em cada excerto do corpus poderia haver mais de um caso de indeterminação, bem como um ou mais casos de neologismo.

Na tabela a seguir resumimos os dados; nela se encontra a relação entre o tipo de neologismo e a função sintática que ele ocupa em um período com indeterminação do sujeito e/ou do agente. Além disso, discriminamos o tipo de indeterminação. Usamos os seguintes códigos: P4 (indeterminação do sujeito com verbo na 1ª pessoa do plural), NÓS (indeterminação do agente pelo pronome 'Nós' com verbo na 1ª pessoa do plural), REF (indeterminação do agente por SN em referência genérica), P6 (indeterminação do sujeito por verbo na terceira pessoa do plural), NOM (indeterminação do agente por SN composto por substantivo verbal), SE (indeterminação do sujeito ou verbo na 3ª do singular – independentemente de sua transitividade – mais partícula SE), INF (indeterminação do sujeito por verbo no infinitivo impessoal), IND (indeterminação do agente por pronome indefinido), VOCÊ (indeterminação do agente pelo pronome 'você'), DEM (indeterminação do agente por pronome demonstrativo). Observe-se que só citamos os casos de indeterminação em que houve neologismos.

Quanto às funções sintáticas, temos: SUJ (sujeito), ADN (adjunto adnominal), ADV (adjunto adverbial), OBD (objeto direto), OBI (objeto indireto), CPN (complemento nominal), PDS (predicativo do sujeito),

PDO (predicativo do objeto), APO (aposto), NDP (núcleo do predicado).

| | SUJ | ADN | ADV | OBD | OBI | CPN | PDS | PDO | APO | NDP | Total |
|-------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-------|
| P4 | 2 | 4 | 1 | 2 | 4 | 1 | | | 1 | 1 | 16 |
| NÓS | | 2 | | 4 | 1 | | 1 | | 1 | | 9 |
| REF | 10 | 5 | 2 | 6 | | 2 | 2 | | 2 | | 29 |
| P6 | | 1 | | 2 | 3 | | | | | | 6 |
| NOM | 1 | | 3 | | | | | | | | 4 |
| SE | | 3 | 2 | 1 | 3 | 2 | | | | 1 | 12 |
| INF | | | 1 | | | | | 2 | | | 3 |
| IND | | | 2 | 1 | | 2 | | | 1 | | 6 |
| VOCÊ | | 1 | | | | | | | | | 1 |
| DEM | | 1 | | | | | | | | | 1 |
| Total | 13 | 17 | 11 | 16 | 11 | 07 | 03 | 00 | 07 | 02 | 87 |

8. Análise dos dados

8.1. Relação neologismo - tipo de indeterminação

A observação da tabela acima mostra que os neologismos foram mais frequentes nos casos de indeterminação por referência genérica, correspondendo a aproximadamente 33% do total. Neologismos ocorreram em sentenças com sujeito indeterminado por P4 em 16 vezes (18%). A indeterminação por SE responde por 14 % das ocorrências de neologismo (12 ocorrências), seguida da indeterminação do agente pelo pronome NÓS com 9 neologismos (10% das ocorrências). A indeterminação do sujeito por P6 (terceira pessoa do plural), bem como a por pronome indefinido tiveram 6 casos de neologismos cada (aproximadamente 7% do total). A indeterminação do agente por nominalização respondeu por 4 das ocorrências neológicas (em torno de 5 %). A indeterminação do sujeito por infinitivo impessoal teve 3 ocorrências de neologismo (3%) e as indeterminações por “VOCÊ” e por pronomes demonstrativos tiveram 1 ocorrência cada (1%). Predicativo do sujeito respondeu por 3 ocorrências.

8.2. Relação neologismo – função sintática

Julgamos pertinente relacionar o neologismo com o lugar sintático que ocupa na oração cujo sujeito e/ou agente é indeterminado. A função “adjunto adnominal” foi a mais frequente para os neologismos (17 ocorrências ou 20%). Frequência muito próxima obtiveram os neologismos na função de objeto direto (16 ocorrências ou 18%). Os neologismos na posição SUJEITO (indeterminação do agente) ocorreram 13 vezes (15%), sendo seguidos pelos casos de neologia nas funções sintáticas de Adjunto adverbial e de objeto indireto (cada qual com 11 ocorrências

ou 13%). Complemento nominal e aposto foram ocupados por 7 neologismos cada (8%). O predicativo do sujeito ocorreu com 3 neologismos (3%) e o núcleo do predicado ocorreu 2 vezes com neologismos (2%). Destacamos que a função sintática “predicativo do objeto” não foi ocupada por nenhum neologismo em nosso corpus. Necessário, pois, averiguar, em outros contextos se há ou não algum tipo de obstáculo aos neologismos realizarem a função de ‘predicativo do objeto’ em orações com sujeito e/ou agente indeterminado. Além disso, se possível, seria o caso ver se essa ‘dificuldade’ se dá ou não em se excluindo o recorte ‘indeterminação do agente e/ou do sujeito’.

8.3. Relação neologismo – indeterminação – função sintática

Dos dados da tabela, destacamos que a indeterminação do agente por referência genérica foi o mecanismo mais propenso à ocorrência de neologismos, respondendo por 10 ocorrências de neologismo (ou 11% do total), o que vai ao encontro do abordado no item 1 deste trabalho: os SN capazes de parafrasear um pronome indefinido coincidem, muitas das vezes, com a indeterminação por referência genérica. Destacam-se ainda as funções sintáticas adjunto adnominal (5 ocorrências de neologismo -6%) e objeto direto (6 ocorrências - 7%), ambas em orações com agente indeterminado por referência genérica.

9. Considerações finais

Alves (1984, p. 119) afiança que “o sistema lexical de uma língua está constantemente se inovando”. Por conseguinte, cabe ao pesquisador da língua, identificar novos potenciais das palavras existentes, bem como o surgimento de novas palavras.

Fica patente que muito há por estudar sobre a relação sintaxe-neologismo-semântica. É preciso aprofundar as observações e pesquisas sobre as funções sintáticas mais comumente exercidas pelos vocábulos neológicos.

No que tange a indeterminação (do sujeito e/ou do agente) é ainda preciso detalhar em *corpora* variados a relação mecanismo de indeterminação-neologismo-função sintática, de sorte a dispormos de uma ferramenta para melhor compreender os mecanismos sintático-semânticos-discursivos pertinentes ao processo de indeterminação.

Novos recortes de *corpus* devem ser pesquisados, a fim de elucidarmos a questão do neologismo na função de ‘predicativo do objeto’, além de ratificar (ou retificar) a predominância de neologismos na função de adjunto adnominal (em orações com ou sem o agente e/ou sujeito indeterminado), bem como sedimentar as relações sintático-semântico-discursivas entre neologia e indeterminação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACADEMIA Brasileira de Letras. *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa*. 5. ed. São Paulo: Global, 2009.

ALVES, Ieda Maria — Integração dos neologismos por empréstimo ao léxico do português. *Alfa*, v. 28 (supl.), São Paulo: UNESP, p. 119-126, 1984.

AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. 1. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.

BIDERMAN, Maria Tereza C. *Teoria linguística*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

CARVALHO, Nelly Medeiros de. A criação neológica. *Revista Trama*, vol. 2, n. 4, 2º sem. de 2006, p. 191-203. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/trama/article/download/681/574>> Acesso em: 24/10/2011.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

IKEDA, Sumiko Nishitani. O pronome SE. *Cadernos PUC*, São Paulo, n. 5, p. 111-147, mar. 1980.

PONTES, Eunice Souza de Lima. *Sujeito: da sintaxe ao discurso*. São Paulo: Ática; (Brasília): INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.

SANTOS JUNIOR, Antonio José dos. *A indeterminação do sujeito em português: do verbo ao discurso*. 2010, 250 f. Dissertação de mestrado em língua portuguesa. Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010.

O ESTUDO DAS CONJUNÇÕES POSIÇÃO ADOTADA POR GRAMÁTICOS DO SÉCULO XX

Charleston de Carvalho Chaves (UERJ)
charlestonchaves@ig.com.br

RESUMO

Nem sempre o estudo das conjunções foi bem explorado nos compêndios gramaticais, seja pela perspectiva do estudo da classe de palavra ou pelas manifestações sintáticas. Claro que isso não se refere a todos e, por esse motivo, este presente trabalho visa demonstrar as análises feitas por alguns gramáticos que se propuseram a avaliar as conjunções. Para isso, os principais estudiosos avaliados são Eduardo Carlos Pereira, Sousa da Silveira, Gladstone Chaves de Melo, Evanildo Bechara, Celso Cunha e Adriano da Gama Kury, que mostraram as importâncias deste mecanismo discursivo.

Palavras-chave:

Conjunção. Gramáticos. Gramática. Morfologia. Sintaxe. Morfossintaxe.

1. Introdução

Nem sempre o estudo das conjunções foi bem explorado nos compêndios gramaticais, seja pela perspectiva do estudo da classe de palavra ou pelas manifestações sintáticas. É bem verdade que as gramáticas normativas não possuem (justamente por serem normativas) a obrigação de uma descrição mais exaustiva dos empregos da língua, mas também não pode limitar-se a relatar conjunções que se enquadrariam na lista de valores semânticos promovida pela NGB (Nomenclatura Gramatical Brasileira). A ausência de análises mais contundentes, levando em consideração os aspectos pragmático-discursivos nos textos em que foram utilizadas as conjunções, inviabiliza muitas vezes uma análise mais precisa de seu conteúdo semântico e de sua funcionalidade discursiva.

Além disso, alguns gramáticos não exploram tanto os aspectos sintáticos, nem se propõem a distinguir coordenação e subordinação levando em conta também o uso ou não uso dos conectivos ou ainda nem

se dispõe a aprofundar (ou mesmo mencionar) o mecanismo sintático *correlação*.

Claro que isso não se refere a todos e, por esse motivo, este presente trabalho visa demonstrar as análises feitas por alguns gramáticos que se propuseram a avaliar as conjunções, seja de forma mais aprofundada, seja de maneira mais comedida. Uns, por exemplo, foram bem críticos à NGB ou se propuseram a reavaliar a classificação das conjunções, baseando-se mais modernamente nos estudos linguísticos acerca dos conectores. Para isso, os principais estudiosos avaliados são Eduardo Carlos Pereira, Sousa da Silveira, Gladstone Chaves de Melo, Evanildo Bechara, Celso Cunha e Adriano da Gama Kury.

2. *Conjunção: conceito gramatical*

O conceito de conjunção ao longo dos estudos gramaticais nunca foi algo tão claro, já que essa categoria gramatical funciona como conectivo, mas outras classes também podem desempenhar tal papel.

Para Eduardo Carlos Pereira (1940, p. 367-368), em uma edição, portanto, anterior à NGB, a conjunção é um *conectivo proposicional* ao passo que a preposição seria um *conectivo vocabular*. Ele evidencia, neste capítulo de que trata das conjunções, uma distinção em relação à preposição, pois, para ele, quando a conjunção relaciona termos, na verdade, ligaria orações e proposições elípticas:

A conjunção, como a preposição, é uma palavra conectiva; porém é ela uma *conectiva proposicional*, ao passo que a preposição é uma conectiva vocabular. (...)

Quando as conjunções parecem ligar termos ou palavras, ligam de fato orações ou proposições elípticas:

“A verdade e o azeite andam à tona d’água, isto é, a verdade anda à tona da água e o azeite anda à tona da água.”

Entretanto, um pouco mais adiante, o próprio autor reconhece que, em algumas construções, fica evidente que as conjunções estariam ligando termos:

Casos há, entretanto, em que a *conjunção* invade, de fato, o terreno da *preposição*, assumindo-lhe a função de ligar palavras que não podem desdobrar-se em proposições:

“Pedro e Paulo são irmãos – Dois e dois são quatro – Misturar alhos e

bugalhos”.

Bechara (2001, p. 319), por sua vez, também mostra certa dificuldade em definir conjunção. Inicialmente chama o conector de transpositor, dizendo que a sua função seria reunir orações e depois, na lista de conjunções coordenadas, cita exemplos de ligações efetuadas pelas conjunções, não em relação a orações somente, mas também de termos entre si:

Conector e transpositor – A língua possui unidades que têm por missão reunir orações num mesmo enunciado.

Essas unidades são tradicionalmente chamadas conjunções, que se reparam em dois tipos: *coordenadas* e *subordinadas*.

(...)

Daf ser a conjunção coordenativa um conector.

Como sua missão é reunir unidades independentes, pode também “conectar” duas unidades menores que a oração, desde que do mesmo valor funcional dentro de mesmo enunciado. Assim:

Pedro e Maria (dois substantivos)

Ele e ela (dois pronomes)

(...)

Uma das definições que abrange as duas vertentes é feita por Celso Cunha (1978, p. 307) que define conjunção como: “os vocábulos invariáveis que servem para relacionar duas orações ou dois termos semelhantes da mesma oração”. Dessa forma, com essa definição, o gramático reconhece que é possível que conjunções coordenadas possam relacionar termos entre si, assim como Bechara demonstra nos exemplos escolhidos, mas a diferença é que Celso Cunha leva isso para sua definição.

3. Classificação das conjunções

Fazendo um percurso histórico sobre a classificação das conjunções nas gramáticas, vê-se que, em referência ao que podemos chamar de *classificação geral*, não há grandes distinções entre elas: os gramáticos dividem em coordenadas e subordinadas; a lista das conjunções normalmente é muito similar, diferindo muito pouco de um gramático para outro. Porém, o que interessa para nossa análise são as diferenças ou mesmo as inovações categoriais propostas em algumas avaliações.

Vamos nos restringir a analisar as conjunções que são classificadas pela carga semântica que desempenham: coordenadas e subordinadas adverbiais.

Começamos pela *coordenação* a fim de analisar quais conjunções, nas visões dos gramáticos escolhidos, desempenham tal tarefa. Adriano da Gama Kury (1968, p. 80-82) afirma que as coordenadas dividem-se classicamente em *aditivas*, *adversativas*, *alternativas*, *explicativas* e *conclusivas*. Seguindo a recomendação da NGB, não só Kury, mas diversos outros gramáticos dividem dessa forma. O interessante é ressaltar como Bechara (2001) difere dos demais em relação a essa classificação, propondo a redução do quadro das coordenadas, aspecto que hoje se discute na linha funcionalista, pois muitos daqueles conectores listados na maioria das gramáticas seriam, na verdade, unidades adverbiais, por conta da mobilidade sintática nas frases, não estando ainda *gramaticalizados* como conjunções. Bechara cita, inclusive, Maximino Maciel (*Gramática Descritiva*) que já havia discutido tal fator gramatical. Por isso, Bechara reduz o quadro para aditivas (e, nem, mas também), para alternativas (ou) e para adversativas (mas, porém, senão). Vejamos como o gramático chama de conectores adverbiais e não conectores conjuncionais, fazendo distinção entre unidades adverbiais e conjunções coordenativas (BECHARA, 2001, p. 322).

Unidades adverbiais que não são conjunções coordenativas – levada pelo aspecto de certa proximidade de equivalência semântica, a tradição gramatical tem incluído entre as conjunções coordenativas certos advérbios que estabelecem relações interoracionais ou intertextuais. É o caso do *pois*, *logo*, *portanto*, *entretanto*, *contudo*, *todavia*, *não obstante*. (...) Não incluir tais palavras entre as conjunções coordenativas já era lição antiga na gramaticografia de língua portuguesa; vemo-la em Epifânio Dias e, entre brasileiros, em Maximino Maciel, nas últimas versões de sua *Gramática*. Perceberam que tais advérbios marcam relações textuais e não desempenham o papel conector das conjunções coordenativas, apesar de alguns manterem com elas certas aproximações ou mesmo identidades semânticas.

O reconhecimento desta distinção mostra uma análise bem lúcida por parte do gramático e revela uma atenção especial ao estudo das conjunções e de outros conectivos da língua portuguesa. Ainda para reforçar tal diferença Bechara (p. 322-323) comenta que, dentre as diferenças funcionais, há a relação de estabelecer mesma função (cabível às conjunções coordenativas) e de mobilidade sintática (cabível aos advérbios *textuais* ou *discursivos*).

Outro aspecto relevante é observar como os gramáticos tratam es-

sa classe de palavra, ou seja, sob que aspecto gramatical é feita a análise. Em Sousa da Silveira – *Lições de Português* (1972, p. 136; 240-248), o estudo das conjunções aparece em duas partes: na morfologia e na sintaxe. Na parte morfológica (p. 136), são tratadas sob perspectiva etimológica e, com a lista apresentada em seu livro, Sousa da Silveira só apresenta algumas conjunções, evidenciando sua origem latina: *e* < et; *nem* < nec; mais (arc.), *mas* < magis; *porém*; *como*; *quando*; *que*, dentre outras formas arcaicas.

Já do ponto de vista sintático, o gramático (p. 240-248) apresenta o tema ao dizer que havia muito que falar a respeito, mas diz que será limitado em sua análise. E essa limitação fica a cargo das análises das conjunções *adversativas* (*mas*, *porém*), das *concessivas*, da conjunção *que* e seus valores e da conjunção *se*. A maneira como o gramático avalia as conjunções eleitas revela que a abordagem em seu livro é mais descritiva do que didaticamente interessada em fornecer possíveis valores e classificações.

As análises são preenchidas de exemplos retirados de vários textos e poucas são as vezes que essas análises ficam restritas a frases curtas. Isso também é um aspecto muito positivo, pois vê os estudos gramaticais não apenas restritos à análise frasal e essa conduta representa também que já havia autores de gramáticas que desenvolviam suas considerações a partir dos textos. Falando, por exemplo, sobre o uso do *porém* ele propõe a importância do emprego desse conectivo em narrativas e, para isso, vale-se de trechos de tamanhos consideráveis de *Os Lusíadas*, de Camões (p. 241-242); ou quando fala sobre as concessivas, utiliza parágrafo de Quincas Borba a fim de que se perceba com mais nitidez a função textual do uso das conjunções ou locuções conjuntivas (p. 245).

Adriano da Gama Kury (1968, p. 80-84) faz também muito boas considerações sobre os empregos dos elementos conjuncionais, mas, como a maioria dos gramáticos, prefere utilizar frases em suas classificações. Esse artifício não é considerado um problema, entretanto diminui, dependendo da análise, a compreensão das intenções pragmático-discursivas que ficariam mais evidentes com a presença do texto (ou de uma maior parte dele). Ainda falando em Kury (p. 110), o gramático tenta nesta *Pequena Gramática* entrar em conformidade com a NGB, procurando muito mais explicar a necessidade de uniformização a partir da Nomenclatura do que confrontá-la. Entretanto, às vezes, reconhece que há sérias lacunas. No tópico sobre as orações, promove uma análise a respeito das *modais* que ficaram de fora, além do estudo da *correlação*,

que será discutido separadamente neste trabalho.

Embora tenhamos procurado, como se tem visto no decorrer deste livro, conformar-nos com o que determina a *NGB*, parece-nos que não há justificativa para a exclusão das orações *modais*. Se a ilustre comissão resolveu adotar, ao que parece, a classificação de Said Ali (GS², 187 ss) ... não lhe terá ocorrido, entretanto, que noutra lugar (p. 248), o mesmo Mestre, ao tratar do emprego do gerúndio, mostra que a oração reduzida de gerúndio pode denotar, além de tempo, condição, concessão, causa, também o modo.

Com esse comentário, Kury revela a preocupação classificatória e didática em perceber que ficou excluído um valor semântico importante. Não se pode dizer, com isso, que o gramático apenas endossa a *NGB* e perde sua capacidade crítica por conta da instituição da *Nomenclatura*. Não só ele como outros, ao longo de seus estudos, manifestaram ponderações interessantes e avaliativas, seja em consonância com a *NGB* ou em discordância. Ainda mais se observarmos que alguns aqui analisados construíram suas abordagens antes da *Nomenclatura* e contribuíram sobremaneira para a evolução dos estudos da língua portuguesa.

4. *O estudo da correlação*

Outro fator importante tomando como referência os conectivos é o estudo da *correlação*. Do ponto de vista sintático, o estudo da classificação das orações é tema polêmico depois da publicação da *NGB*. Isso porque a *Nomenclatura* não considerou a *correlação* como processo sintático, nem faz menção aos conectivos correlatos.

Para que possamos entender bem a problemática, é sabido que a *NGB*, em sua postura de unificação terminológica, deixou de lado o processo sintático *correlação* como categoria autônoma (visão defendida por alguns gramáticos) e passou a considerá-la ora como parte da coordenação ora como variante da subordinação. Na verdade, nem comenta esta peculiaridade gramatical em questão. No exemplar dos *Cadernos de Língua Portuguesa* do Instituto de Letras da UERJ, um número especial dedicado à *NGB*, há a reprodução da *Nomenclatura*. Na terceira parte (Sintaxe), capítulo II, as classificações na composição do período restringem-se à coordenação e à subordinação (HENRIQUES, 1999, p. 81):

II – Do Período

- 1- Tipos de períodos: simples, composto.
- 2- Composição do período: coordenação, subordinação.

- 3- Classificação das orações: a) absoluta; b) principal; c) coordenada; assindética, sindética: aditiva, adversativa, alternativa, conclusiva, explicativa; d) subordinada: – substantiva: subjetiva; objetiva (direta, indireta); completiva nominal; predicativa; apositiva; – adjetiva: restritiva; explicativa; – adverbial: causal, comparativa, consecutiva, concessiva, condicional, conformativa, final, proporcional, temporal.

Othon M. Garcia (2001, p. 42) também comenta sobre isso: “A *nomenclatura gramatical brasileira*, ao tratar da composição do período, ignorou tanto a justaposição quanto a correlação.” Além disso, há também a dificuldade classificatória, já que se discute a proximidade da correlação com a *subordinação*, mas é possível haver correlação com funcionalidade aditiva, assim relacionando-se com a *coordenação*. Garcia (2001, p. 42 e 73) também discute isso:

A correlação é uma construção sintática de duas partes relacionadas entre si de tal modo que a enunciação da primeira prepara a enunciação da segunda. No Brasil, seguindo-se a orientação de José Oiticica e de outros autores, considera-se a correlação ora como um processo autônomo ora como uma variante da subordinação.

(...)

Até mesmo na coordenação há correlação, como a que se obtém com os pares conectivos *não só* (não somente, não apenas) *...mas também* (também, senão que, como também) (...)

Ante a dificuldade de abordagem, deve-se ressaltar que um dos que melhor definiu esse aspecto gramatical foi Matoso Câmara (1977, p. 87) em seu dicionário:

Correlação: Construção sintática de duas partes relacionadas entre si, de tal sorte que a enunciação de uma, dita *prótese*, prepara a enunciação de outra, dita *apódose*. A correlação se estabelece – a) por *coordenação*, ou b) por *subordinação*, conforme o conectivo utilizado e a noção de sequência ou de sintagma...

Vê-se que, por essa definição, pode haver *correlação* tanto na *coordenação* como na *subordinação* e que um dos fatores para filiação ao processo sintático é o tipo de conectivo. Por isso, é possível haver *correlação* no eixo subordinativo como no eixo coordenativo.

De certa maneira, não se pode negar que mesmo na *aditiva* há dependência de ideias, reforçada pela própria natureza correlata em que há duas partes relacionadas, *prótese* e *apódose*. Em contrapartida, o que deve ser observado antes é o aspecto sintático que filia a estruturação

aditiva de correlação ao eixo coordenativo. O fato principal para haver coordenação é a existência de um paralelismo de funções ou valores sintáticos e só por isso já se pode configurar a correlação como pertencente ao eixo coordenativo. É importante lembrar que um dos que também melhor se debruçou sobre o assunto foi José Oiticica (cf. *Teoria da Correlação*, 1952), que nos mostra a correlação como um processo autônomo, diferente da subordinação e da coordenação.

A partir dessa breve exposição de avaliações sobre tal aspecto gramatical, o interessante a ser discutido é sobre as posições adotadas pelos gramáticos do século XX, por conta dessas visões discrepantes. Quais apoiaram a NGB e quais mantiveram sua postura dissonante?

5. A posição dos gramáticos sobre a correlação

Para Gladstone Chaves de Melo (1970, p. 176), em sua edição da *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*, o estudo da correlação deveria ser analisado à parte e não inserido nos outros processos sintáticos de divisão do período. A crítica recai também na classificação dos conectivos, por considerar necessária a nomenclatura: *conectivos correlativos*.

Já dissemos anteriormente que somos dos que admitem a correlação como processo sintático autônomo. Justificaremos mais amplamente nossa posição quando voltarmos ao assunto no seu lugar próprio, que é a Sintaxe. Por hora, notaremos apenas que, se na coordenação existe paralelismo, e na subordinação dependência de funções, na correlação existe interdependência. (...)

Ora, entende-se por *conectivo correlativo* exatamente aquele que encabeça o segundo termo da correlação. (...)

A NGB, no entanto, desconhece a correlação, e manda classificar estes conectivos como conjunções: *consecutivas, comparativas, conformativas, proporcionais*.

A edição do livro aqui em questão é de 1970, portanto já escrito alguns anos depois da publicação da NGB e, mesmo assim, o gramático continua criticando a postura adotada, além de avaliar a posição de outros gramáticos quanto ao assunto (MELO, 1970, p. 237):

Já dissemos que, dissentindo da NGB, consideramos a correlação como um terceiro processo sintático. (...)

No entanto, é claro, os que aceitam a doutrina carreada pela NGB, ou porque dela já estivessem convencidos, ou porque se converteram depois, dirão que as orações que consideramos *correlativas* são “subordinadas

Segundo Gladstone Chaves de Melo, antes da promulgação da Nomenclatura, havia gramáticos que viam na *correlação* um processo sintático e alguns desses teriam mudado de opinião depois.

Bechara, em *Lições de Português pela Análise Sintática* (1988, p. 106) faz uma avaliação crítica sobre a postura adotada por José Oiticica, que vê apenas coordenação e subordinação como processos sintáticos. Entretanto, Bechara vê, além desses, a correlação e a justaposição, propondo um novo modo de avaliar as orações.

No presente trabalho sinto não adotar a lição do mestre por julgar que *coordenação* e *subordinação*, como tipos de oração (melhor diríamos aqui orações independentes e dependentes), não estão no mesmo pleno da *correlação* e da *justaposição*. Os dois primeiros conceitos dizem respeito ao valor *sintático de independência ou dependência* em que se acham as orações dentro do contexto; *correlação* e *justaposição* se referem ao modo de se ligarem entre si essas mesmas orações. (...) Só quanto à ligação, teríamos: orações *coordenadas, subordinadas, correlatas e justapostas*.

Para Adriano da Gama Kury (1968, p. 107), em sua tentativa de conformar-se com a NGB, fala sobre a correlação apenas em um aspecto, que é o que ocorre nas orações comparativas, mas sem levantar nenhuma polêmica, apenas descrevendo a existência de tal valor gramatical e colocando um asterisco ao lado do termo avaliado para indicar que tal conceito não está em consonância com a Nomenclatura:

Comparativas (muitas vezes *‘correlatas’, isto é, há um termo na oração principal que se correlaciona com outro na subordinada):

* Correlatas: “Trabalha *mais* [do *que* estuda]”; “Trabalha *tanto* [como eu (trabalho)];

Obs. – o verbo da oração comparativa, se for o mesmo da oração principal, como no 1º e 3º exemplos, frequentemente está implícito. Na análise é costume tornar claro o verbo: “...o negro mar de longe brada, / como se desse em vão nalgum rochedo” (*Lus.*, V., 38) (como = [como bradaria]).

Com essas propostas dos gramáticos escolhidos para este trabalho, pode-se notar que a *correlação* por si só já não deveria ter sido deixada de fora pela NGB. Nem sequer mencionar tal critério gramatical acabou por refletir uma necessidade de direcionamento para o estudo do tema, mas que não impediu que houvesse abordagens muito proveitosas pelos gramáticos do século XX, enriquecendo ainda mais os estudos linguísticos.

6. Conclusão

Isso tudo quer dizer que o estudo das conjunções possibilita uma gama de avaliações por variados prismas e é algo de uma relevância considerável para os estudos da língua portuguesa. Percebe-se que alguns gramáticos debruçaram-se em relação a tais estudos e suas manifestações encontram eco para aqueles que se valem das análises desta categoria gramatical, já que veem nestes elementos de coesão muito mais do que um papel de elo sintático (o que já representa um dado importante), mas também a maleabilidade semântica ou ainda o desvelamento das intenções pragmático-discursivas nos textos, propiciando uma visão mais ampla das conjunções e locuções conjuntivas.

Essa postura adotada pelos gramáticos do século XX aqui avaliados é importante, porque isso coloca em evidência que gramáticas normativas podem apresentar lúcidas avaliações sobre a língua e não apenas uma proposta prescritiva (embora ela também seja importante). Revela também que os gramáticos analisados destacam-se por produzirem reflexões que contribuem bastante para os estudos da língua portuguesa, principalmente no que se refere às conjunções.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

BECHARA, Evanildo. *Lições de português pela análise sintática*. Rio de Janeiro: Padrão, 1988.

CUNHA, Celso. *Gramática de base*. 4. ed. Rio de Janeiro: FAE – Ministério da Educação, 1986.

GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

HENRIQUES, Claudio Cezar. (Org.). *Cadernos de Língua Portuguesa 4 - Especial – 40 anos de Nomenclatura Gramatical Brasileira*, ano III, nº 4, 1999.

KURY, Adriano da Gama. *Pequena gramática: para a explicação da nova nomenclatura gramatical*. Rio de Janeiro: AGIR, 1968.

CAMARA JR, J. Mattoso. *Dicionário de linguística e gramática*. Rio de Janeiro: Vozes, 1977.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

MELO, Gladstone Chaves. *Gramática fundamental da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Academia, 1970.

PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática expositiva: curso superior*. 55. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1940.

SILVEIRA, Sousa da. *Lições de português*. 8. ed. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1972.

**ONTOLOGIA DA POSSIBILIDADE:
RESGATE FILOLÓGICO-FILOSÓFICO
DA ONTOLOGIA HEBRAICA**

*Paulo Cabral da Silva Junior*⁷⁸ (UERJ)
alef.10@uol.com.br

RESUMO

As discussões catedráticas, sobre o ser, geralmente baseiam-se nos 2.500 anos de tradição grega. E a linguagem filosófica quase nunca é compreendida pela população, que, em geral, acaba se conformando às abordagens mais simplórias da religião. O problema é que, desde a Patrística e a Escolástica, ocorre uma dupla dogmatização: Por um lado, ao tentar defender o conceito de “*imutabilidade*” do Deus cristão, a Igreja distorce o verdadeiro sentido da ontologia parmenidiana; por outro lado, quando evoca apenas as mitologias hebraicas, comete um deslize ainda mais grave: ignora completamente o valor original da língua e da cultura, forjando um personagem-divino completamente avesso ao do texto sagrado. Então, esse pequeno artigo intenta um imenso desafio: resgatar e disseminar a *ontologia hebraica* a partir da tradução direta de alguns fragmentos, que certamente fomentarão novas discussões na Academia. Mas, por tratar-se de uma língua completamente desconhecida à maioria dos brasileiros, torna-se imprescindível abusar das notas de rodapé, que estão repletas de informações relevantes à melhor elucidação da tradição e da tradução.

Nos livros do *Tanach*⁷⁹, o antropomorfismo, o antropopatismo, a

⁷⁸ Estudante de Filosofia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Uerj; autodidata no aprendizado da língua e da cultura hebraicas; autor dos livros: “*Lendas de um Coração*” – Poesia em defesa do amor, e “*Lendas de um Coração*” – Poesia em defesa da igualdade; membro da Academia Cascavelense de Letras – ACL, Cadeira 25, no Paraná. (Blogs: <http://escritoralef.blogspot.com/> e <http://escritortav.blogspot.com/>)

⁷⁹ “ / *Tanach* – Um acrônimo que abrange os três grandes grupos de livros canônicos do judaísmo: / *Torá* (*Pentateuco*), / *Neviim* (*Profetas*), e / *Ketuvim* (*Escritos*). Foram redigidos originalmente na língua hebraica (com alguns trechos em aramaico). Juntos correspondem ao que os cristãos denominaram, pejorativamente, de “*Antigo Testamento da Bíblia*”. Em meados do século II, a.EC, o *Tanach* foi traduzido ao grego (*A Septuaginta* – expressão oriunda do latim “*Interpretatio septuaginta virorum / tradução dos setenta intérpretes*” – conforme a denominou Agosti-

mitologia, a simbologia, a profecia, a história, a linguagem e a língua desenham uma infinidade inconfundível de eventos que explicitam o imaginário hebreu e a sua firme crença na *Ontologia da Possibilidade*⁸⁰. Para resgatar este primitivo conceito de *Movimento e Mudança Permanentes*, enquanto fatores inerentes ao *ser*, o artigo fundamentar-se-á, basicamente, em uma das perícopes mais importantes da *Torá*⁸¹, no livro de *Shemot*⁸², capítulo 3. E deter-se-á à análise exegética dos fragmentos 13 e 14, quando *Moshe*⁸³ obtém respostas sobre a *Mobilidade e Mutabilidade* da própria natureza divina – o que contraria 20 séculos de *tradição cristã*⁸⁴.

Em princípio, no verso 3.13, as principais versões bíblicas – em português – apresentam a seguinte fala de *Moshe*: “*Qual é o nome dele?*”. Dito desta forma, soa como curiosidade, tipo de cumprimento, ou mera introdução ao diálogo. No original, a pergunta é: “*Ma shimo*⁸⁵?”.

nho.). E, por volta do final do século IV, da E.C, Jerônimo traduziu o *Tanach* ao latim (A *Vulgata* – abreviação de *vulgata editio* ou *vulgata versio* ou *vulgata lectio* / *edição, tradução ou leitura de divulgação popular*“).

⁸⁰O termo “*Possibilidade*”, apesar de fazer certa alusão inicial à “*Ontologia da Mobilidade*”, de Heráclito, também pega emprestado o conceito de “*Movimento*” da *Mecânica Quântica* – a fim de demonstrar que a mitologia hebraica, uma vez compreendida a partir dos textos originais do *Tanach*, torna-se demasiada relevante para o “*resgate de uma tradição ontológica*” que é capaz de encontrar eco e sustentação conceitual nos mais revolucionários campos da ciência moderna: desde a física nuclear à biologia molecular.

⁸¹ / *Torá (Pentateuco)*, que engloba cinco livros: / *Bereshit (Gênesis)*, / *Shemot (Êxodo)*, / *Vaicrá (Levíticos)*, / *Bamidbar (Números)*, e / *Devarim (Deuteronômio)*.

⁸² / *Shemot* – Corresponde ao livro de *Êxodo*.

⁸³ / *Moshe* – É o nome original de *Moisés*.

⁸⁴ O texto original e a ontologia hebraica foram intencionalmente ignorados pela Igreja, que preferiu adotar a tradução da Septuaginta como principal referência. A tradição cristã também sacralizou a “*Ontologia da Imobilidade*”, de Parmênides – e a incorporou ao seu próprio Deus – transformando-a num dos principais dogmas do Novo Testamento, como base da teologia Católica e Protestante. Porém, atribuir tal conceito de “*imobilidade*” ao *Tanach* configura-se num sério descaso exegético e em anacronismo filosófico, conforme demonstra este artigo.

⁸⁵ - / *Ma Shimo* / *O que é o nome dele?* – O sufixo “*vav*” (vav) no final da palavra (*shem/nome*) indica a terceira pessoa do masculino, no singular. Ainda hoje, os israelitas mantêm a tradição de adotar nomes com real significado. Então, mesmo em hebraico moderno, quando esta expressão é usada no cotidiano: “ / *ma shimchá?* / *O que é o seu nome?*”, é usual simplificar a tradução para “*qual seu nome?*”. Mas quem conhece a língua hebraica e ouve, por exemplo, a resposta: / *Shimi Shemuel* / *Meu nome é Samuel*, compreende rapidamente que há um sentido mais profundo na resposta, porque “*Samuel*” é um substantivo composto: / *shimo* / *nome dele*, e / *el* / *Deus* – Ou seja: Meu nome é “*O nome dele é Deus*”. Poeticamente é óbvio o que está subentendido: meu nome não importa, mas o “*nome dele* (alusão a quem importa) é *Deus*”

Isso quer dizer exatamente: “*O que é o nome dele? / O que ele é?*”. Apesar de as traduções não estarem necessariamente equivocadas, ainda assim não fornecem o sentido ontológico⁸⁶ da indagação. Porque os nomes em hebraicos não eram escolhidos aleatoriamente, por motivos estéticos, mas representavam alguma significação relevante à essência e a natureza da coisa em si. Então, em outras palavras, *Moshe* queria apenas compreender o primordial: “*O que é o Ser?*”.

Para compreender o referido questionamento, faz-se necessário visualizar um pouco do imaginário hebreu e do seu estilo literário. Assim, é justo transferir, inicialmente, a pergunta ao primeiro personagem da *Torá*: “*O que é adam /adão?*”. O nome está longe de representar apenas um indivíduo específico ou nome próprio: em suas 555 aparições no *Tanach*, ele também indica o *gênero humano* e toda a *humanidade*. Etimologicamente, no entanto, “*adam*” é o masculino da palavra “*adamá*”⁸⁷: algo como um *montículo de terra fértil*. Metaforicamente, é a matéria-prima da criação, que foi modelada e vivificada pelo *Deus-oleiro*, conforme à sua *imagem e semelhança*. Também é através da “*adamá*” que o “*oleiro-adam*” traz à luz os seus utensílios de cerâmicas, as argamassas, os frutos da lavoura e da pecuária, e as riquezas em geral. Analogamente, “*adam*” tornou-se um *ser-vivo*⁸⁸, pensante, mutante,

está subentendido: meu nome não importa, mas o “*nome dele* (alusão a quem importa) é *Deus*” – como um testemunho público de fé, humildade e submissão.

⁸⁶ Conforme a nota anterior, era natural a significação do nome associada a um evento histórico e seu contexto. Mas para que haja algum sentido em português, os nomes próprios do *Tanach* deveriam ser traduzidos assim: Meu nome é “*Curado por Deus*” (*I Rafael*), meu nome é “*Aquele que lutou com Deus*” (*I Israel*), meu nome é “*Tirado da água*” / (*I Moshe / Moisés*), meu nome é “*Barro-vivo*”, ou “*Tirado do barro*”, ou “*Vermelho*” (*I Adam / Adão*), etc. Em *I Shemot* (Êxodo 3.13), a indagação busca sondar o que “*o nome*” revelaria de surpreendente sobre a natureza da existência divina. Portanto, deve-se interpretar o questionamento de *Moshe* diretamente sob a perspectiva ontológica: “*O que significa o Ser?*”.

⁸⁷ *I Adamá / Terra* não representa a mesma *terra* que *I értz* (que aparece 2190 vezes no *Tanach*), apesar de sempre traduzi-las ao português com a mesma grafia e significado comum de “*terra*”. *Éretz*, geralmente, tem sentido de planeta; surge em oposição ao mar ou ao céu; ou como território, país, região. Em *I Bereshit* (Gênesis 2.5-9; 2.15,19; 3.19), “*adamá*” aparece somente como *terra fértil, cultivável; terra do jardim do Éden; terra de onde brotam as árvores; de onde Deus cria tanto os animais quanto a humanidade*. É possível que “*adamá*” fosse um tipo de “*terra vermelha*” ou “*barro*”, porque dela também derivam as palavras: *I odem* (*rubí*), *I adam* (*vermelho*); e *I dam* (*sangue*). No livro de *I Ieshaiáhu* (Isaias 45.9) também fica evidenciado que o *I chersh* (*barro já cozido*) vem de “*adamá*” (*terra/argila*). Mas em suas 217 aparições no *Tanach*, “*adamá*”, frequentemente, está associada à fertilidade, à criação e à agricultura.

logamente, “adam” tornou-se um *ser-vivo*⁸⁸, pensante, mutante, adaptável, com a infinita *possibilidade* de criar – e de se recriar – em todas as esferas da existência.

“Adam” seria apenas um “ídolo de barro” – inanimado, estático e inútil – se não tivesse interiorizado e absorvido o *divino movimento do vento*⁸⁹. Em princípio, apesar da inteligência, ele tornou-se apenas um “barro-vivo”, *com alma*, sem nada que o diferísse completamente dos demais animais. Até que, em *Bereshit*⁹⁰ 2.22,23, aparecem, pela primeira vez, as palavras “ish” e “ishá⁹¹”, quando o casal passa a ser reconhecido como *homem* e *mulher*. Foi ali que, repentinamente, por meio do “fo-

⁸⁸ Em *Bereshit* / Gênesis 2.7 está escrito que “adam” recebeu a *nishmat chaim* (fôlego da vida / sopro da vida / respiração) e então tornou-se *nefesh chaiá* (alma-vivente / ser-vivo). Ao ler *Vaikrá* (Levítico 17.11): *ki nefesh habassar badam* (porque a alma da carne está no sangue.), pode-se compreender, numa hermenêutica mais moderna, que quando “adam” recebeu o *divino sopro da vida*, isto vivificou todas as partículas de *pó* / *células*, criou as veias e artérias, permitindo que o coração *pulsasse* o *sangue* com o *ar loxigênio* por todo o *corpo* / *carne*, mantendo-o na condição de *ser-vivo*.

⁸⁹ *Ruach* / Vento, substantivo feminino. Aparece 363 vezes no *Tanach*. A mesma palavra é utilizada para se referir ao *Espírito de Deus*, dos homens, da vida, dos animais, e da respiração. *Bereshit* (Gênesis 1.2, 3.8, 6.3, 6.17, 7.15, 22; 8.1; 26.35; 27.27; 41.38); *Shemot* (Êxodo 10.13; 31.3) *Bamidbar* (Números 11.17, 25, 26, 31); *Shemuel Álef* (I Samuel 16.14, 23; 18.10); *Melachim Álef* (I Reis 21.5, 22.22-24; 18.45; 22.21); *Melachim Beit* (II Reis 2.9; 2.15, 16; 3.17; 19.7); *Divrei Haiamim Álef* (I Crônicas 5.26; 9.24; 12.19; 28.12); *Divrei Haiamim Beit* (II Crônicas 9.4; 15.1; 18.20-23; 20.14; 21.16; 36.22); *Ester* (Ester 4.14); *Kohélet* (Eclesiastes 1.6; 3.19, 21; 12.7); *Ióv* (Jó 4.9; 4.15; 7.7, 11; 6.4; 19.7; 27.3; 37.10); *Tehillim* (Salmos 143.4; 147.18); *Ieshaiáhu* (Isaías 26.9; 41.16; 42.5; 59.21); *Iechezkel* (Ezequiel 3.14; 36.27; 37.5; 37.9; 39.29); *Daniel* (Daniel 2.3; 4.9; 5.11, 14; 7.2, 15); *Ioél* (Joel 3.1, 2); *Zachariá* (Zacarias 5.9, 6.8; 12.10); *Malachi* (Malaquias 2.15; 2.16).

⁹⁰ *Bereshit* / Gênesis.

⁹¹ *Bereshit* / Gênesis 2.23: *Lezot ikre Ishá ki meish lakacha-zot. / Chamá-la-ei de Ishá (mulher) porque do Ish (homem) esta foi tomada*. Segundo a tradição judaica, a palavra (*esh* / *fogo*) recebe a primeira letra do nome de Deus: (*iod* / *i*) e forma a expressão (*ish*) para representar o “adam” recém animado pelo *sopro da vida*. Em seguida, a palavra (*esh* / *fogo*) recebe a última letra do nome divino: (*he*) e cria a forma feminina (*ishá*) para nominar a criatura recém extraída da carne de “adam”. Então, na *união* destes *opostos* manifesta-se a palavra *lá* (forma simplificada do tetragrama sagrado / *lhwh*, que é o nome de Deus). É a mesma expressão encontrada no nome do profeta *Eliáhu* / *Eliás* (*I El* / *Deus* + *I lá* / o nome de *Deus* = “*Deus é lá*” ou “*lá é Deus*”). Esta palavra aparece no total de 45 vezes no *Tanach*, tal como em sua primeira aparição, em *Shemot* (Êxodo 17.16); ou na forma composta - *hal’lu-lá* / *aleluia* (“louvado seja lá”), conforme *Tehillim* (Salmos 115.18).

go⁹²”, “adam” também se tornou um *ser de luz*⁹³. Assim, o fogo-divino contido no “Ish” e na “Ishá” é alimentado por meio da / *neshamá* (respiração / fôlego) e pela / *Ruach* (vento / espírito) de Deus. E isto completa a composição dos *quatro elementos* da natureza humana: *água e terra* na formação do corpo, *ar e fogo* na composição da alma ou espírito – todos potencialmente dinâmicos e mutáveis, agentes e reagentes, à semelhança do seu criador.

A análise minuciosa das múltiplas ideias míticas, contidas apenas no nome “adam” – ou no nome de qualquer outro personagem do *Tanach* – possibilita o resgate de inúmeros conceitos, paradigmas e axiomas primitivos sobre a existência. A mitologia hebraica sempre esteve povoada pelos *quatro elementos*, que são representações naturais de movimentos imprevisíveis e transformações continuadas, tal como num evolutivo salto quântico: o Uno-incriado tirou da água, a terra; da terra, o homem; do homem animado pelo “ar” e pelo fogo, a mulher; dos opostos homem-mulher, a unidade em outro ser; da combinação de cada novo ser com outro novo ser, milhares de infinitas *possibilidades*: étnicas, biológicas, simbióticas, sociais, políticas, religiosas, intelectuais, científicas, culturais, filosóficas e cosmológicas.

Inclusive, segundo a tradição judaica da *Kabalá*⁹⁴, a expressão “shem / nome” já carrega, em sua própria unidade, elementos distintos e pulsantes. Porque o ideograma *shim* () representa o *fogo*; o *mem*⁹⁵ (), a

⁹²A palavra / *esh* (*fogo*) aparece 144 vezes no *Tanach*. E também / *or* / *ur* (*luz* / *fogueira*), que às vezes é sinônimo de *fogo*, aparece 158 vezes. De um modo geral, são fortes ícones que se referem à natureza de Deus, à sua aparição, à sua ira, ou aos holocaustos queimados em sua adoração. Algumas das principais referências: / *Bereshit* (*Gênesis* 1.3.4); / / *Shemot* (*Êxodo* 3.2-6; 24.17); / / *Devarim* (*Deuteronômio* 4.33, 36; 5.24-26; 9.3); / / *Shemuel Beit* (*II Samuel* 22.9); / / *Ieshaiáhu* (*Isaías* 2.5; 10.17; 29.6; 30.27,30,33; 45.7; 58.8,10; 60.20); / / *Irmíáhu* (*Jeremias* 4.4; 5.14; 21.12; 23.29); / / *Iechezkel* (*Ezequiel* 1.4-7; 13,14, 27,28; 8.1-3; 10.6,7; 21.31; 22.20-22; 22.31; 28.14-18); / / *Tehilim* (*Salmos* 4.7; 18.9-15; 21.10; 27.1; 43.3; 44.4; 97.3; 104.2,3-9); / / *Daniel* (*Daniel* 2.22; 7.9,10; 10.6).

⁹³Segundo os Manuscritos de *Qunran* (), os essênios, que faziam parte de uma facção judaica, acreditavam firmemente que “Deus é Luz” e que eles eram os “Filhos da Luz”. Note-se que desde os primórdios, as únicas formas conhecidas de *luz* / *iluminação* eram a fogueira, lâmparina, raio, relâmpago, incêndio, sol, e Deus – todos concebidos como manifestações diferentes do *fogo*. Então, é mais apropriado traduzir: “Deus é Fogo”; e o homem é “Filho do Fogo”.

⁹⁴ / *Kabalá* / Tradição mística do judaísmo. Também se dedica a decodificar os subtextos ocultos nas composições de certos ideogramas do *Tanach*.

⁹⁵ A letra “mem” (), quando é escrita no final de uma palavra apresenta uma forma diferenciada, denominada “ / *mem sofit* / *mem final*”, e fica assim: .

água; subentendendo-se que cada ser, passível de receber um nome, também possua o antagonismo⁹⁶ como sinergia primordial da vida, visto que a combinação das diferenças atua como força propulsora de todo movimento. Porque o fogo e a água, juntos, são geradores de possibilidades harmonizantes e conflitantes, que se contradizem e se complementam, se ajudam e se atrapalham, se impelem e se repelem, se potencializam e se anulam – forçando a continuada fluidez da vida. Então, enquanto agentes e reagentes, eles promovem e sofrem – simultaneamente, e alternadamente, e em diferentes intensidades – ações imprevisíveis, sujeitas às múltiplas variações aleatórias no tempo-espaço e fora dele, tal como postulam modernamente o “Princípio da Incerteza”, de Heisenberg; e o “Efeito Borboleta”, de Edward Lorenz.

Assim também é possível exemplificar o contraditório contexto do protagonista *Moshe*: Ele é aquele que foi tirado da água⁹⁷ () e poupado da morte; depois contemplou a sarça que pegava fogo⁹⁸ (), mas não queimava; e, em seguida, falou diretamente com Deus⁹⁹ () sem ser consumido – esta exata ordem de inusitadas possibilidades forma a palavra *Moshe*¹⁰⁰ (). O ideograma *he* (), posto ao final da palavra *shem* / nome (), tal como também foi acrescentado aos nomes de *Abraão*¹⁰¹ e

⁹⁶ O conceito de *fogo* e *água*, enquanto fatores coexistentes e interdependentes, explica porque a literatura hebraica poetiza tantos dualismos: *homem e mulher, guerra e paz, pecado e santidade, criação e destruição, amor e ódio, sabedoria e tolice, corpo e espírito, bem e mal, luz e trevas, bênção e maldição, vida e morte...* Tais elementos, em si próprios, também apresentam infinitas variações e nuances: uma fagulha pode acender fogueiras, ou incendiar florestas; tal como a água pode saciar a sede ou provocar dilúvios. Além disso, um tem o poder de modificar o estado do outro: a ação do fogo pode aquecer e evaporar a água, sua ausência pode congelá-la; a água pode temperar e extinguir o fogo; e os dois juntos podem ser complementares na provocação de novos fenômenos, sejam bons ou ruins. Outro fator relevante é que a *água* existe para a *terra (corpo)*, assim como o *fogo* existe para o *ar (espírito)* – o que significa dizer que, implicitamente, a expressão “*shem*” combina novamente os *quatro elementos* no ser. Tais pensamentos também coincidem com a ontologia de Heráclito: “*Tudo se faz por contraste; da luta dos contrários nasce a mais bela harmonia*” (Fragmento 08).

⁹⁷ / *Shemot* / Êxodo 1.22; 2.1-10.

⁹⁸ / *Shemot* / Êxodo 3.1-3.

⁹⁹ / *Shemot* / Êxodo 3. 4-6

¹⁰⁰ – O nome também vem da raiz verbal “*masha*” (*tirar, extrair*), porque ele foi tirado da água; ou de “*mashe*” (*dívida, empréstimo*), porque ele foi emprestado à própria mãe. Ambos os fatos estão narrados em / *Shemot* / Êxodo 2.5-10.

¹⁰¹ Em / *Bereshit* / Gênesis 17. 1-5, Deus chama / *Avram* (*Abraão*) e troca seu nome para / *Avraham* (*Abraão*). Em 17. 15-19, muda o nome de (*Sarah*) para (*Sara*). Observa-se que, em ambos os nomes, foi acrescentada a principal letra (*he*) do nome de Deus

Sara, é um sinal da sagrada aliança com o divino. E não é coincidência que o nome de *Moshe*, lido ao contrário, seja *hashem*¹⁰² () – o que sugere outra ambiguidade hebraica: Deus é como o homem e o homem é como Deus, sendo um semelhante ao outro.

Por isso *Moshe*, enquanto bom hebreu, inquiriu a Deus: “*O que é você?*” – ele esperava desvendá-lo por meio da revelação do *nome*: sua origem, sua essência, sua natureza, seu construto, sua potencialidade, sua personalidade, seu destino, seu atributo maior... À pergunta, caberia perfeitamente uma resposta usual: “*fogo consumidor*¹⁰³”; “*Deus de Avraham, Itzchak e Iakóv*¹⁰⁴”; “*Senhor dos exércitos*¹⁰⁵”; ou alguns dos muitos títulos atribuídos a ele no próprio *Tanach*. Mas Deus não endossou nenhuma ideia teológica, teleológica, antropológica, mítica, idealística, étnica, moral, religiosa... Tampouco se dogmatizou em alguma absolutista e delimitadora verdade, que pudesse ser integralmente definida, compreendida, imobilizada, canonizada e reproduzida.

Ao contrário: Percebe-se, pela resposta, em *Shemot* 3.14, que

va-se que, em ambos os nomes, foi acrescentada a principal letra (he) do nome de Deus (/ “*lhwh*”), simbolizando, dentre outras coisas, um pacto, ou memorial da presença divina neles. Os cristãos traduzem-no, equivocadamente, como *Jeová*, *Javé*, *Iavé*. Ao observar o nome divino, “*lhwh*” (), percebe-se que a primeira letra é o *iod* (), que tem som de “*i*” (em hebraico nunca existiu letra alguma com som de “*j*”). Parte da confusão é por conta da transliteração feita do alemão (*Jawé*), cujo “*j*” tem o som de “*i*” para eles. Os brasileiros, por desconhecerem tal fato, lêem-no como se fosse o “*j*” em português. As outras vogais sequer existiram no alfabeto, que é estritamente consonantal. Devido à tradição de “*não pronunciar o nome de Deus em vão*”, os sons vocálicos foram totalmente esquecidos. Assim, o restante da pronúncia é inventado por meio de um tardio hibridismo linguístico com a palavra / “*adonai*”.

¹⁰² - Lê-se “*Hashem*”, que significa “*o nome*”; ou “*hasham*”, que é “*o lá*” (aquele que está “*lá*” à frente, adiante, no *não-lugar*). A letra *he* (), no início da palavra, indica o *artigo definido*. A expressão “*Hashem*”, no entanto, só começou a ser usada para se referir a Deus entre os séculos IX a XV, pelos / “*Rishonim*” – os primeiros rabinos e estudiosos do judaísmo a comentarem o / *Talmud*. Hoje os judeus utilizam-na, informalmente, a fim de não usarem o nome de Deus em vão.

¹⁰³ / *Devarim* / *Deuteronômio* 4.24 diz assim: / *Ki lhwh elohecha esh* ‘*ochla* / *Porque lhwh, seu Deus, é fogo que consome*. Em *Devarim* 9.3 confirma: - / *Ki lhwh elohecha hu há’over lefanecha esh ‘ochla* / *Porque lhwh, seu Deus, aquele que passa diante de você, é fogo consumidor*.

¹⁰⁴ / *Elohei Avraham elohei Itzchak Elohei Iakóv* / *Deus de Abraão, Isaque e Jacó* (/ *Shemot* / *Êxodo* 3.15).

¹⁰⁵ / *lhwh tzaot* / *Senhor dos Exércitos*. Há centenas de casos como estes em: / *Shemuel Alef* (*I Samuel* 1.3; 4.4); / *Tehilim* (*Salmos* 24.10; 89.9); / *Ieshaiáhu* (*Isaías* 6.3, 5).

Deus tirou a discussão do instante em questão e a lançou duplamente à frente, adiante – num vácuo de infinitas possibilidades interpretativas – num momento onde, talvez, nem *Moshe*, nem qualquer hermeneuta, jamais pudesse ver, ouvir, ou legitimar respostas definitivas e imutáveis sobre a natureza dele. E, tal como numa pequena fórmula-quântica – que seja capaz de apontar o tamanho e a diversidade do universo – ele apresentou a mais misteriosa, complexa, sintética e poética fórmula-verbal já concebida: *“eheie asher eheie”¹⁰⁶* / *“serei o que serei”¹⁰⁷* / ou *“estarei o que estarei”¹⁰⁸* – revelação capaz de “velar novamente” a sua infinita e

¹⁰⁶ “ *I eheie asher eheie*” – O verbo *“ser” / “estar”* aparece duplamente conjugado na primeira pessoa do singular, no *modo incompleto*. As traduções cristãs, comprometidas apenas com a interpretação fundamentalista da ontologia de Parmênides, com a Septuaginta e a Vulgata Latina, traduzem a expressão *“eheie asher eheie”* ao tempo presente (*“eu sou o que sou”*), o que consiste num grave equívoco, por 5 motivos elementares: 1) No hebraico clássico nunca existiu o *tempo verbal no presente*; 2) Mesmo o hebraico moderno tendo adotado a conjugação *verbal no presente*, ela ainda não existe para o verbo *“ser / estar”*; 3) Nas outras 39 vezes em que aparece o verbo *“eheie”* no *Tanach*, os exegetas cristãos o traduzem ao português como *“eu serei” / “eu estarei”* – comprovando que não é correto conjugá-lo no tempo *presente* ou *passado*; 4) Não existe justificativa linguística, gramatical, contextual ou cultural para traduzir apenas o versículo 3.14 para o *tempo presente*, exceto por causa da inquestionável influência da ontologia parmenidiana levada a seus extremos; 5) A ontologia hebraica, do Movimento, aproxima-se mais à de Heráclito, sendo diametralmente oposta e incompatível àquela adotada pela Igreja Católica, que dogmatizou a Deus como um *Ser* plenamente *“imóvel”* e *“estático”*.

¹⁰⁷

A versão judaica, bilingue, com base no referido texto massorético, traduz ao português da seguinte forma: *E disse Deus a Moisés: “Serei O que serei. E disse: Assim dirás aos filhos de Israel: Serei enviou-me a vós”* (*“Torá – A Lei de Moisés”*, de 2001, da Editora e Livraria Séfer – em parceria com o Templo Israelita Brasileiro Ohel Iaacov, e com o Centro Educativo Sefaradi em Jerusalém). A *“Bíblia Hebraica”*, por David Gorodovits e Jairo Fridlin, de 2006, Editora e Livraria Séfer, também traduz exatamente da mesma maneira que a anterior. Mas por falta de uma palavra, em português, que melhor corresponda ao sentido original da expressão *“eheie”*, sem precisar fazer uso de imensas explicações no rodapé, então, realmente, a tradução mais próxima ao sentido original ainda é o verbo *“serei” / “estarei”*, na *“primeira pessoa do singular, no “tempo futuro”* – questão que será devidamente esclarecida mais adiante.

¹⁰⁸ O verbo *“I / “lhiot”* / pode ser traduzido como *“ser”* ou *“estar”*, o que significa basicamente a mesma coisa para os hebreus. Se alguém diz *“fui verde”*, então não se tratava de um verde permanente, mas de um estado temporário. Se outro diz: *“serei verde”*, é porque ainda não é verde, evidenciando a mudança do ser. E ninguém diria *“sou verde”*, porque além de tal condição absolutista parecer inconcebível ao hebreu, sequer há o verbo no tempo presente. Para eles, *“ser”* e *“estar”* são igualmente temporais e transitórios. Então, mesmo que fosse correto – mas não é – traduzir o fragmento como *“sou o que sou”*, ainda assim isto teria o mesmo sentido que *“estou o que estou”*. Ou seja: longe de representar uma realidade *plena* e *estática*, continuaria simbolizando o *movimento* e a *mudança do ser*. O mesmo raciocínio se observa em relação ao verbo *“ter”*, que não existe em hebraico: Eles utilizam a partícula *“I / “iesh li” / “existe para mim”* (transmitindo a ideia de que *“no momento está comigo, sob meus cuidados”*), porque não consideram a possibilidade de *“se apropr-*

atemporal pluralidade de possibilidades existenciais.

Segundo a tradução literal feita pela professora *Izabela Bocayuva*¹⁰⁹, o fragmento da Septuaginta, desde o início, apresenta-se corrompido: “*Eu sou aquele que é.*”¹¹⁰. Foi traduzido desta forma para o grego – num presente estático e absoluto – porque era inconcebível a ideia do *ser* no futuro, ou do *ser* em movimento. Séculos antes Parmênides já havia consolidado seu pensamento: “*o ser que será*”, ele ainda “*não-é*”. Não poderia o “*ser não ser*”, porque isto fere o princípio da identidade, implicando numa contradição lógica. No entanto, não ocorreu implausibilidade ontológica por parte dos hebreus, mas sim uma negligência¹¹¹

arem definitivamente de algo. Tais peculiaridades indicam que o pensamento, a língua e a cosmovisão hebraica não percebem nada como *fixo, imóvel, imutável, definitivo*. Por isso, o Deus dos hebreus sempre se manifesta instável como o *fogo* e a *água*, ou volátil como o *ar*.

¹⁰⁹ Atualmente é professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Uerj. É membro do PEC – Polo de Estudos Clássicos do Estado do Rio de Janeiro. Coordena o NOESIS – Laboratório de Estudos em Filosofia Antiga da UERJ (www.noesisfilosofia.com.br). Faz parte do projeto CAPES/COFECUB atualmente em andamento entre o Centre Léon Robin de l'Université de Paris IV – Sorbonne e o Departamento de Filosofia da Universidade Federal Fluminense. Pertence ao Corpo Editorial da Revista *Sofia* (UFES), da Revista *Anais de Filosofia Clássica* (Laboratório OUSIA/UFRJ) e da Revista *Ítaca* (UFRJ). Tem experiência na área de Filosofia, sobretudo Filosofia Antiga, com ênfase em Pré-socráticos e Platão.

¹¹⁰ I K K K μ L K μ I K K M K M
L I LMI μK μ / “E Deus disse a Moisés: *Eu sou aquele que é*. Disse mais: Assim dirás aos filhos de Israel: *aquele que é* me enviou a vós.” (Tradução: Izabela Bocayuva). A versão católica, a *Bíblia de Jerusalém*, também traduz no tempo presente: “*Deus respondeu a Moisés: eu sou aquele que sou. E ajuntou: Eis como responderás aos israelitas: (Aquele que se chama) eu sou envia-me junto de vós.*”. E a versão protestante, Almeida Corrigida e Revista Fiel, apresenta a mesma versão: “*E disse Deus a Moisés: “eu sou o que sou”. Disse mais: Assim dirás aos filhos de Israel: “eu sou” me enviou a vós.*”. E nenhuma outra tradição cristã traduz ao português em conformidade com o texto original, em hebraico, ou precisaria desconstruir o dogma helênico sobre a natureza divina.

¹¹¹ Por culpa de inúmeras questões deficitárias como esta, o *Talmud* narra: “*O dia da tradução foi tão doloroso quanto o dia em que o Bezerra de Ouro foi construído, pois a Torá não poderia ser acuradamente traduzida*”. Alguns rabinos disseram que “*as trevas cobriram a Terra por três dias quando a Septuaginta foi escrita*”. Jerônimo, após ter comparado os manuscritos da Septuaginta com manuscritos em hebraico, afirma: “*Seria tedioso agora enumerar as muitas adições e omissões que a Septuaginta fez*” (...). “*Os judeus geralmente riem quando ouvem nossa versão*” (...). “*Mas como nós devemos lidar com os originais em hebraico nos quais estas passagens e outras como estas estão omitidas, passagens tão numerosas que reproduzi-las irá requerer livros sem conta?*” (Carta LVII de Jerônimo). O pastor João Ferreira de Almeida usou as línguas originais para sua tradução. Porém, ele mesmo, após a publicação da bíblia, em 1637, fez uma lista de *dois mil erros* nela encontrados – a maioria por conta da comissão holandesa, que procurou harmonizar a nova tradução com a versão já existente. Tudo isto confirma a necessidade de traduzir o *Tanach* com base nos originais, sem curvar-se aos interesses ideológicos da tardia tradição cristã.

exegética: No pensamento hebreu, o verbo no modo “imperfeito”¹¹², – traduzido inadvertidamente para o “futuro” – jamais esteve associado à questão cronológica. O verbo mostra apenas o ser, o deslocamento do ser, a ação continuada e inacabada do ser que já existe e continua existindo: à semelhança de um caminhante caminhando, um criador criando, um círculo circulando, um *ser sendo*. Diante desta singularidade linguística, e da pseudocontradição filosófica, a resposta divina foi traduzida ao grego no tempo presente: “*sou aquele que é*” – conceito idêntico ao de Parmênides: “*o ser é*”. Mas, para a Igreja, esta declaração transmite a ideia de um ser absolutamente pleno, distante, estático e imutável – transformando-o num paradigma contraditório à vida, à natureza, e ao Deus hebreu; e tornando-o cada vez mais distante do próprio *ser* parmenidiano.

Sob outra perspectiva, percebe-se que o Deus hebreu não escolheu um substantivo ou adjetivo para definir sua natureza, mas optou pelo verbo¹¹³. Por três vezes consecutivas, reafirmou ser ele próprio uma “*ação viva em si mesma*”: fluída, dinâmica e renovável. Ele se entrega enfaticamente ao contínuismo da “*incompletude*” e se transmuta pelo eterno movimento, ao ponto de tornar-se insondável, imprevisível e incompreensível – visto que apenas uma *ação completa* pode ser seguramente conhecida e avaliada. Além disso, ele também não afirmou: “*estou sendo o que sempre fui*” para forjar uma idêntica reprodução do próprio “*eu*”, numa suposta invariabilidade. O Deus hebreu não poderia revelar-se como uma ação completada, passada, acabada, porque isto representaria o apagar da chama e o fim da existência. Consequentemente, tomando por base apenas o referido fragmento hebraico, ou qualquer outra perícope do *Tanach*, não é possível extrair ou sustentar a doutrina da “*imobilidade e imutabilidade do ser*”.

¹¹² Conforme o ideário hebreu, o ser não está no passado, nem no presente, nem no futuro. Ele é *algo em movimento* e suas “*ações*” estão inteiramente desconectadas do sentido cronológico. Por isso, o “*tempo verbal*” está vinculado apenas à: 1) ideia de uma “*ação completa*” – aquela que foi totalmente executada e concluída (modo *perfeito*); 2) ideia de uma “*ação incompleta*” – o mesmo que ação continuada, que ainda está sendo realizada, que não foi plenamente completada (modo *imperfeito*). Porém, devido ao processo de intensa ocidentalização da hermenêutica dos textos hebreus, introjetou-se a concepção cronológica nos dois “*tempos verbais*” primitivos, misturando-os, confundindo-os, e traduzindo-os, popularmente, com o inapropriado sentido temporal de *passado, presente e futuro*.

¹¹³ Qualquer verbo – em qualquer tempo e em qualquer língua – já demonstra “*ação, movimento, mudança*”.

A frase demonstra, explicitamente, que o ser “*está sendo*” apenas aquilo que ele mesmo “*está sendo*”, de acordo com sua vontade e com aquilo que sua natureza permite que ele seja. “*Está sendo*” igual a si próprio, em comparativo somente a ele mesmo, numa aceitação plena e ir-restrita da sua condição existencial. “*Está sendo*” em si mesmo, no próprio construto, sem que haja nenhum outro ser, modelo, referencial ou paradigma análogo a ele – o que o torna *Único*. Ele “*está sendo*” uma eterna “*possibilidade em movimento*”, tal como tudo o que criou. Por outro lado, identifica-se como o Deus dos antepassados de *Moshe*, garantindo certa conservação do ser: porque algo da existência sempre permanece, enquanto algo sempre é acrescentado e tirado durante o movimento.

A mitologia hebraica concilia, em si, um pouco das ontologias de Parmênides e Heráclito: Por um lado, se assemelha ao conceito de “*ser*”, num presente permanente, porque o verbo é quase igual ao gerúndio, em português. Mas não é exatamente o presente, e, muito menos, imóvel, pleno, ou imutável. Mas uma ação contínua – sem passado e sem futuro – e una, como uma música tocada nota a nota, sem que jamais seja interrompida. Ou como o fogo que é sempre o mesmo fogo e, no entanto, nunca é igual a si mesmo ou a qualquer outra coisa além dele. Um misto de movimento e permanência, de pluralidade e unidade, de diferença e igualdade, de ser e não ser. Além disso, o ser que “*está sendo apenas si mesmo*” – *gerando a si mesmo, modificando a si mesmo* – e não revela o que ele “*está sendo*” ou em que ele *está se transformando*, caracteriza-se como algo intrinsecamente complexo e imperscrutável. E o que é mais instigante à razão: O *Ser* sequer insinua se as coisas existentes fora dele – criação, vida, e movimento – são, de fato, uma sólida realidade ou torpe ilusão.

O *Tanach* ensina que o mundo criado e forjado – seja pela realidade ou pela ilusão – apresenta o ser como algo-vivo, vibrante, fluído. Apenas o “*ídolo*”¹¹⁴ é considerado plenamente *imóvel* – o que indica sinal de impotência – e, por isso, os hebreus condenam a sua fabricação. Fabricar ídolos é o mesmo que forjar conceitos, formas ou valores por meio da imaginação e da arte. É como modelar o ouro, o barro, as ideias,

¹¹⁴ / *Atzav* / *Ídolo*. Veja: / *Tehillim* (*Salmos* 115. 2-9; 135. 13-18); / *Bamidbar* (*Números* 12.4-9); / *Hoshêa* (*Oséias* 13.2); / *Ióv* (*Jó* 10.7-13); / *Havakuk* (*Habacuque* 2.19). O homem foi feito à semelhança de Deus. O que significa dizer que, antropomorficamente, o Deus dos hebreus também é semelhante ao homem e contrário ao ídolo: Ele cria, fala, escuta, anda, visita, cura, guerreia, acompanha, promete, abençoa... num movimento eterno.

ou as palavras para tentar reproduzir uma cópia vulgar da existência. Algo como petrificar e venerar somente o instante, o adjetivo, o detalhe, ou a ilusão do ser – artifício que o reduz a uma condição inanimada e ínfima. Por isso a mitologia hebraica insiste numa ontologia completamente inversa, a de que “*adam*” foi modelado como um *ídolo* para receber o sopro divino e alcançar a condição de ser: com vida, respiração, percepção, sentimento, pensamento, antagonismo, movimento, ação, mutação, imprevisibilidade, possibilidade – à semelhança do “*Deus-vivo*”¹¹⁵.

Então, o hebreu, em sua observação empirista e concreta da vida, construiu sua mitologia pautada numa espécie de Filosofia da Natureza¹¹⁶. Somente por isso conseguiu compreender que o Deus que se faz representar pelo *fogo*, pelo *vento*, pelo *verbo*, pela *criação*, e pela *vida*; que fomenta todo tipo de *transformações* e *possibilidades* inovadoras; que impõe o *movimento* como expressão primordial do universo; não pode ser considerado “*imóvel*” como os ídolos inanimados. E esta conclusão¹¹⁷ transcende qualquer discussão meramente filológica ou filosófica: O *não-movimento* dos seres, representa a falência absoluta dos organismos biológicos, ideológicos, sociais, cosmológicos e divinos – constitui-se na morte definitiva de toda a existência, ou no fim de toda ilusão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

¹¹⁵O título aparece em três formas distintas, mas com o mesmo significado: 1) / *Elohim-Chaim* / *Deus-vida*; 2) / *El chai* / *Deus-vivo*; 3) / *Elohim chai* / *Deus-vivo*. – Referências: / *Devarim* (Deuteronômio 4.34); / *Iehoshúa* (Josué 3.10); / *Shemuel Álef* (I Samuel 17.26, 36); / *Melachim Beit* (II Reis 19.4, 16); / *Tehilim* (Salmos 42.2; 84.2); / *Ieshaiáhu* (Isaías 37.4, 17); / *Irmíáhu* (Jeremias 10.10; 23.36); / *Iechezkel* (Ezequiel 5.11; 14.16, 18, 20; 16.48; 17.16, 19; 18.3; 20.3); / *Daniel* (Daniel 6.20, 26); / *Hoshêa* (Oséias 1.10); / *Zechariá* (Zacarias 2.9).

¹¹⁶ Também é um fato curioso que justamente os hebreus: *Moisés*, *Jesus*, *Freud*, *Marx*, *Durkheim*, *Spinoza* e *Einstein* tenham promovido o movimento de inusitadas possibilidades conceituais, causando insuperáveis revoluções no campo das concepções humanas.

¹¹⁷ A “*Ontologia do Movimento e da Mudança*”, que surgiu, primitivamente, há mais de 2.500 anos, foi tão bem elaborada a partir das leis macroscópicas da natureza, que agora também ressurgiu com a imensa plausibilidade teórica de ciências como a *Geografia*, *Estatística*, *Meteorologia*, *Cosmologia*, *Mecânica Quântica* e a *Biologia Molecular*. Paradigmas como o *Princípio da Incerteza*, a *Teoria da Relatividade*, e a *Teoria das Cordas* têm revitalizado e ampliado o conceito de “*Movimento*” ao ponto de inspirar e motivar físicos renomados, como *Fritjof Capra*, *Frank J. Tipler*, *Amit Goswami*, a buscarem, inclusive, um novo elo entre a *teoria* e a *mítica*, entre a *física* e a *mística*.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ALVES, R. *Gramática do hebraico clássico e moderno*. Rio de Janeiro: Imago, 2007.

BOCAYUVA, I. O poema de Parmênides e a viagem iniciática. *Anais de Filosofia Clássica*, 1(2), 2007.

BOCAYUVA, I. Parmênides e Heráclito: diferença e sintonia. *Kriterion*, 51(122).

CAPRA, F. *O Tao da física*. Tradução de M. J. Dias e J. C. Almeida. Lisboa: Presença, 1989.

CHAUÍ, M. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.

CHOWN, G. *Gramática hebraica*. Rio de Janeiro: CPAD, 2002.

FELDMAN, D. H. *Qabalah: o legado místico dos filhos de Abraão*. Tradução de J. Vidili. São Paulo: Madras, 2006.

FLUSSER, D. *O judaísmo e as origens do cristianismo*, vols. I-III. Rio de Janeiro: Imago, [s.d.].

FREITAS, H. G. *Gramática para o hebraico: uma abordagem pragmática*. Petrópolis: Vozes, 2006.

HEBRAICO Fácil. Tradução de M. Goldztajn. São Paulo: Sêfer, 2002.

GORODOVITS, D.; Fridlin, J. *Bíblia hebraica*. São Paulo: Sêfer, 2006.

GOSWAMI, A. *O ativista quântico*. Tradução de M. Borges. São Paulo: Aleph, 2010.

GUSSO, A. R. *Gramática instrumental do hebraico*. São Paulo: Vida Nova, 2005.

HATZAMRI, A.; MORE-HATZAMRI, S. *Dicionário português-hebraico e hebraico-português*. 3. ed. São Paulo: Sêfer, 2004.

KAPLAN, A. *Sêfer ietsirá: O livro da criação*. 3. ed. Tradução de E. V.-R. Pamplona. São Paulo: Sêfer, 2005.

KUSHNER, L. *O livro das letras: um alef-bait (alfabeto) místico*. Tradução de M. M. Leal. São Paulo: Madras, 2002.

OS PENSADORES Originários. 4. ed. Tradução de E. C. Leão. Petrópolis: Vozes, 2005.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

TORÁ: *A lei de Moisés*. Tradução de M. M. Melamed. São Paulo: Sêfer, 2001.

PEREIRA, M. H. Fragmentos de Parmênides e Zenão de Eleia. *Hélade*, (4), 1982, p. 128-136.

ROTMAN, F.. *Amém*: o povo judeu fez um pacto com Deus. Belo Horizonte: Leitura, 2006.

SCHÖKEL, L. A. *Dicionário bíblico hebraico-português*. Tradução de I. Storniolo e J. Bortolini. São Paulo: Paulus, 1997.

SCHÜLER, D. *Heráclito e seu (dis)curso*. Porto Alegre: L&PM, [s.d.].

ORALIDADE E PRODUÇÃO DE TEXTOS NA ESCOLA: CONTOS DE FADAS NOS ANOS INICIAIS

José Ricardo Carvalho (UFS)
ricardocarvalho.ufs@hotmail.com

RESUMO

Tradicionalmente, a oralidade é desvalorizada no processo de ensino de produção de texto na escola, pois é enfatizado a observação de elementos constitutivos da cultura escrita. Desta maneira, o ensino fundamental privilegia a aprendizagem do código escrito e o domínio de regras relacionadas à norma padrão para apropriação dos textos que circulam socialmente. Este fato representa um impasse para o ensino da língua materna, visto que proposta de produção textual deveria considerar reflexões em três âmbitos: a) o contexto de interação em que ocorre o gênero, buscando a compreensão do contrato entre os interlocutores e a sua função; b) a relativa regularidade dos enunciados que compõem o gênero em discussão c) os recursos linguísticos que promovem efeitos de sentidos e textualização. As compreensões destas três atividades ajudam no desenvolvimento de competências para produzir e interagir com textos dos mais variados gêneros. Apresentamos neste trabalho, então, contribuições do discurso oral para o desenvolvimento da reescrita de contos de fadas nas séries iniciais.

Palavras-chave: Oralidade. Produção de textos. Contos de fadas. Ensino de redação.

Propomos neste trabalho uma discussão inicial sobre as atividades de leitura que alimentam e fornecem repertório para recontar e reescrever o gênero conto de fadas. Tal atividade faz parte de ações desenvolvidas no Projeto “Processos de Retextualização dos Contos de Fadas nas Séries Iniciais” (PIBIC/2011) com a finalidade de compreender estratégias de produção textual que explorem os aspectos discursivos dos contos de fadas em sala de aula. Os contos maravilhosos, por serem oriundos da tradição oral, são dotados de linguagem e conteúdo próximo da realidade infantil. Por meio de uma linguagem simbólica, eles promovem uma forte identificação das crianças com as tramas que expressam alternativas mágicas para resolução de problemas difíceis encontrados na existência humana.

Neste contexto, percebemos que a força da cultura oral, presente na primeira fase escolar, pode ser um ponto de partida para a compreensão da produção de textos no ensino fundamental. Sendo assim, a seleção de textos da cultura oral e a sua dinamização pode ser um elo desencadeador de reflexão sobre a forma composicional, estilo de uso da linguagem nos diversos gêneros textuais trabalhados no ensino fundamental. Por conta deste fato, elegemos como objeto de estudo as interações com as narrativas de tradição popular, mais especificamente os contos de fadas, no ensino fundamental. Investigamos a leitura e a produção de textos (oral e escrito) do gênero contos de fadas no seu processo interacional a fim de verificar com as crianças vão se apropriando dos conhecimentos que envolvem a produção discursiva deste gênero. Para tanto, torna-se necessário, reconhecemos o contexto em que surgiram este gênero e as personagens que os constitui. Segundo Fernandes (2003), a figura central deste gênero é a fada que, em seus primórdios, é encontrada na mitologia grega, nos contos celtas e na cultura cristã.

A fada emerge de um mundo pagão e está intimamente ligada à natureza. Alguns povos consideravam-na mensageira que, tomando forma de um pássaro, percorria longas distâncias realizando magias. Afrodite, deusa da beleza, do amor e da fertilidade nasceu das espumas do mar. Foi levada pelos ventos para a ilha de Cífera e mais tarde Creta, onde as Horas enfeitavam e vestiam e a transportavam para a morada dos deuses. (FERNANDES, 2003, p. 36)

A ideologia cristã imprimiu novos atributos às fadas, associado à imagem da mulher de espírito puro, sem atributos sexuais como os da deusa Afrodite. A fada sob uma ótica cristã se opõe às divindades mitológicas que carregavam a ambiguidade do bem e do mal, como o caso das Moiras, responsáveis pelo fio da vida e o destino dos mortais. Tais seres, ao mesmo tempo em que ofereciam dons para os seres mortais, poderiam provocar desgraça e infortúnio.

As fadas, na sociedade cristã, expressam uma visão maniqueísta, onde só existem no mundo pessoas totalmente boas ou más. As fadas aparecem nos contos para reparar um mal produzido por um vilão, fornecendo ao protagonista uma solução mágica para os obstáculos e problemas enfrentados. São ressaltados os valores de resignação, humildade e bondade como fonte merecedora das dádivas recebidas por estas figuras divinas. Desta forma, as fadas se opõem ao universo das bruxas e das feiticeiras, retratando um universo imaginário que, em muitos momentos, retomam aspectos da cultura pagã. A consolidação deste imaginário nas narrativas da cultura oral, em diferentes épocas da história, faz-se

presente em todo o mundo ocidental e nas narrativas mais tradicionais como “A bela adormecida”, “A gata borralheira”, “Rapunzel” entre outros contos. Observa-se, também, que em muitas histórias caracterizada como conto de fadas não aparece esta personagem para determinar o destino dos personagens, restando apenas o encantamento que promove a transformação de um personagem, como é caso do “Rei Sapó”. Há implicitamente, nesta história a presença de um encantamento feito por uma bruxa ou uma fada, contudo o desencanto é desfeito com o beijo de uma princesa.

Do ponto de vista ideológico, os contos de fadas imprimem valores individualistas na maioria das narrativas. O personagem central procura sempre soluções individuais para seus problemas, não observando os problemas da coletividade que o circunda. O predomínio do sentimentalismo e a crença no poder de uma autoridade (pai, mãe, rei, marido) são apresentados como inquestionáveis. A desobediência à instância de poder representa punição que só poderá ser perdoada através do arrependimento e/ou ajuda de um ser fantástico.

Na maioria destas histórias de tradição oral, a questão da sexualidade é colocada de maneira subliminar, projetando experiências que condizem com a ideologia da pureza feminina do ponto de vista sexual. Isto é, do ponto de vista moral, a mulher só deve se entregar a um homem depois de consumado o matrimônio. Desta forma, a mensagem implícita revela que prazeres sensuais devem ser adiados, propondo, assim, uma aversão ao sexo antes do casamento. Para defender essa ideologia da sexofobia, os contos usam de uma série de símbolos que atuam no universo imaginário dos indivíduos. Para Chauí (1984) a repressão sexual se institui desde a tenra idade, pela via simbólica, quando se analisa as ações que constituem *A gata borralheira*.

Gata Borralheira vai ao baile (primeiros jogos amorosos, como a dança dos insetos), mas não pode ficar até o fim (a relação sexual) sob pena de perder os encantamentos antes da hora. Deve retornar à casa, deixando o príncipe doente (de desejo), e com o par de sapatinhos momentaneamente desfeito, ficando com um deles, que conserva *escondido sob as roupas*. Borralheira e o príncipe devem aguardar que os emissários do rei-pai a encontrem, calce os sapatos, completando o *par*. Sapatos que são presente de uma mulher boa e poderosa (fada) e que pertencem apenas à heroína, de nada adiantando os truques das filhas da madrasta (*cortar* artelhos, calcanhar) para deles se apossarem. As filhas da madrasta querem *sangrar* antes da hora e, sobretudo querem *sangrar* com o que não lhes pertence, de direito (relação sexual ilícita, repressivamente punida pelo conto). (CHAUÍ, 1984, p. 38)

Se por um lado, os contos apontam para uma ideologia sexofóbica, por outro ajuda a resolver os conflitos da existência. De acordo com Betheheim apresenta diferentes funções no da formação do indivíduo.

Para dominar os problemas psicológicos do crescimento – superar decepções narcisistas, dilemas edípicos, rivalidades fraternas, ser capaz de abandonar dependências infantis; obter um sentimento de individualidade e de autovalorização, e um sentido de obrigação moral - a criança necessita entender o que está se passando dentro de seu eu inconsciente. *Ela pode atingir essa compreensão, e com isto a habilidade de lidar com as coisas, não através da compreensão racional da natureza e conteúdo de seu inconsciente, mas familiarizando-se com ele através de devaneios prolongados - ruminando, reorganizando e fantasiando sobre elementos adequados da estória em resposta a pressões inconscientes.* Com isto, a criança adéqua o conteúdo inconsciente às fantasias conscientes, o que a capacita a lidar com este conteúdo. É aqui que os contos de fadas têm um valor inigualável, conquanto oferecem novas dimensões à imaginação da criança que ela não poderia descobrir verdadeiramente por si só. Ainda mais importante: a forma e estrutura dos contos de fadas sugerem imagens à criança com as quais ela pode estruturar seus devaneios e com eles dar melhor direção à sua vida. (BETHEHEIM, 1980, p. 16)

Pelas indicações apresentadas sobre os contos de fadas, percebemos a importância de se trabalhá-los em sua dimensão simbólica a fim de explorar as múltiplas possibilidades de diálogo com os alunos do ensino fundamental. Acrescenta-se que estas narrativas possuem características regulares que motivam o desenvolvimento a compreensão do funcionamento da linguagem oral e escrita e as habilidades envolvidas em cada modalidade. Hampâté Bâ sintetiza que estes contos de tradição popular atuam sobre diferentes níveis de interação.

No primeiro nível, ele é puramente recreativo, e seu objetivo é divertir e distrair crianças e adultos. (...) Num outro nível, o conto é um suporte de ensinamento para iniciação às regras morais, sociais e tradicionais da sociedade, na medida em que revela um comportamento ideal de um ser humano no seio da família ou da comunidade. Enfim, o conto é dito iniciático na medida em que ilustra as atitudes a imitar ou a rejeitar, as armadilhas a discernir e as etapas a vencer quando se está engajado no difícil caminho da conquista e da realização de si mesmo. (HAMPÂTÉ BÂ *apud* MATOS, 2005, p. 18/19).

Como vemos, os contos de tradição popular são narrativas que assumem diferentes funções nas relações sociais, cumprindo o papel de compartilhar experiências reais e simbólicas. Além disso, estes contos alimentam reflexões de âmbito estrutural que ajudam a compreender a tipologia de textos narrativos. A realização deste tipo de atividade é organizada por uma estrutura narrativa de fácil assimilação, pois é regulada por uma sequência de ações que sofre pequenas variações, mantendo

certa regularidade do ponto de vista da exposição dos acontecimentos.

1. *exposição*: (ou *introdução* ou apresentação) coincide geralmente com o começo da história, no qual são apresentados os fatos iniciais, os personagens, às vezes o tempo e o espaço. Enfim, é a parte na qual se situa o leitor diante da história que irá ler.
2. *complicação*: (ou *desenvolvimento*) é a parte do enredo na qual se desenvolve o conflito (ou os conflitos) – na verdade pode haver mais de um conflito numa narrativa.
3. *clímax* é o momento culminante da história, isto quer dizer que é o momento de maior tensão, no qual o conflito chega a seu ponto máximo. O clímax é o ponto de referência para as outras partes do enredo, que existem em função dele.
4. *desfecho*: (*desenlace* ou *conclusão*) é a solução dos conflitos, boa ou má, vale dizer configurando-se num final feliz ou não. Há muitos tipos de desfecho: surpreendente, feliz, trágico, cômico etc. (GANCHO, 2004)

O esquema que acabamos de mostrar corresponde a maioria das narrativas. No gênero contos de fadas esta forma composicional orienta cognitivamente o leitor e ajuda o aluno, que se encontra na fase inicial de produção de textos, a compor suas histórias. Por meio desta elaboração discursiva, é possível identificar transformações do personagem central de um estado para outro. Ao final da narrativa, ocorre a sanção do vilão e a recompensa do herói, demonstrando que o bem sempre vence. A internalização desta estrutura que ocorre de forma intuitiva, por meio das práticas orais passa a ser ressaltada a fim de ajudar os alunos a comporem textos com esta estrutura.

O reconto dos contos maravilhosos corresponde a um desafio para a Educação Básica em todos os seus segmentos, pois evidencia a reelaboração de um conjunto de ações vividas pelos personagens em determinado espaço e tempo, sendo dotado de coesão e coerência em sua esfera enunciativa. A compreensão do funcionamento das sequências textuais que constitui este gênero, bem como a sua dimensão simbólica é de extrema importância para que haja uma boa condução nas atividades de interpretação e proposta de produção textual. Os contos de fadas, dentro da tipologia dos textos narrativos, projetam elementos mágicos no enredo para promover fantasia e imaginação os distinguindo de outros gêneros textuais. Em sua elaboração é necessário estabelecer ações verossí-

milhantes com o plano da vida real para, então, criar um universo imaginário que seduza o convecção o outro dos acontecimentos no plano da enunciação ficcional.

1. Os contos de fadas e a oralidade na Educação Infantil

O reconto oral começa na Educação Infantil, quando as crianças, antes mesmo de dominarem os rudimentos do código verbal escrito, já são capazes de formularem discursos, atualizando os elementos linguísticos e factuais que ouvem para recompor gêneros textuais com os quais interagem. Observamos que na rotina da educação infantil é impressa a vivacidade de contar e recontar histórias em rodas de leitura. Por meio da conversa informal, os alunos compartilham experiências, tanto no momento da hora novidade, como na vivência de jogos dramáticos e o reconto oral de histórias ouvidas pelo professor.

Diremos que as crianças, em contato social com narrativas orais, internalizam, intuitivamente, a estrutura destes textos, fornecendo, elementos para a expansão de suas competências linguístico-discursivas. Por meio da modalidade oral, as crianças de 3 a 6 anos são capazes de recontar histórias ouvidas, dramatizar, mudar o final de uma história, entre outras atividades. Apresentamos a seguir o trecho de um reconto oral do “Rei Sapo” dos Irmãos Grimm realizado no CMEI-Recife (Centro de Educação Infantil) por alunos de 5 e 6 anos. A atividade foi extraída da tese de doutorado de Araujo (2009).

(Rei sapo. 1º recontar) Emanuelle diz: “Era uma vez...”. A narradora aguarda um pouco. Joyce fala: “Uma linda princesa...”. Após um tempinho, a menina continua: “Chamada Raiz...”. A narradora diz: “O nome dela era Raiz?!”. Emanuelle ri. A narradora exclama: “Que nome bonito você deu pra princesa!”. Emanuelle e Rafael falam ao mesmo tempo, mas a voz da menina se sobrepõe: “Ela morava num castelo...”. O menino diz: “Ela tava fazendo isso [Faz o gesto de jogar uma bola para cima com uma mão e pegar com a outra] e a bolinha caiu...”. Emanuelle completa: “Dentro do poço...”. Joyce afirma: “O sapo pegou...”. Pouco depois, Emanuelle diz: “Aí, deu pra ela...”. Rafael fala: “Aí, ela correu e...”. Emanuelle e Joyce falam ao mesmo tempo. A primeira diz: “Aí, o sapo disse...”. A fala da segunda se sobrepõe: “Aí, o sapo bateu na porta... Depois entrou... Era o sapo, que depois dormiu na cama dela... Que nojo! Depois ele... [Faz um ar de suspiro] Virou um príncipe...”. Emanuelle fala: “Aí, depois pegou o sapo e meteu... [Faz o gesto de arremesso] E... Bateu com ele na parede...”. Joyce afirma: “E morreu... E virou um príncipe...”. Emanuelle diz: “Mentira! Que mentira! Ele nem morreu... Virou um príncipe...”. Emanuelle ri. A narradora ri também. Joyce fala: “Felizes para sempre... foi simhora pro castelo...”. (ARAÚJO, 2009, p. 105/106)

No fragmento da transcrição gravada que acabamos de ter contato, é possível identificar a mediação da professora para a realização do reconto oral da história “Rei Sapo”. Por meio de perguntas e comentários a professora ajuda na condução da composição do gênero conto de fadas. Os alunos tentam seguir a sequência de fatos ocorridos na história, suprimindo algumas informações importantes para compreensão da narrativa como um todo, mas mantém o fio da narrativa. Percebe-se que a professora auxilia os alunos no reconto com silêncio e comentários, fazendo com que os alunos reconstruam a sequência da narrativa, enfatizando os personagens, o conflito e o desfecho da história (“O nome dela era Raiz?!”) (...) “Que nome bonito você deu pra princesa!”). Observa-se que os alunos já dominam uma série de conhecimentos sobre a estrutura dos contos de fada e acrescentam um nome para princesa que não havia no texto-base. Do ponto de vista dos elementos presentes no conto de fadas, eles ressaltam o ápice da história que foi o sapo jogado na parede e a metamorfose do sapo em príncipe. Os alunos destacam o elemento mágico da narrativa que decorre do beijo da princesa no sapo. Além disso, repetem o tradicional enunciado “e foram felizes para sempre” para encerrar o enredo da narrativa. Se retirarmos da gravação os momentos de intervenção da professora, bem como comentários dos alunos para recontar o “Rei Sapo”, veremos que seu produto linguístico pode ser transcrito da seguinte forma:

Era uma vez... uma linda princesa... chamada Raiz....ela morava num castelo...ela tava fazendo isso [Faz o gesto de jogar uma bola para cima com uma mão e pegar com a outra] e a bolinha caiu...dentro do poço... o sapo pegou...aí, deu pra ela... aí, ela correu e... aí, o sapo disse...aí, o sapo bateu na porta... depois entrou... era o sapo, que depois dormiu na cama dela... depois ele... virou um príncipe...aí, depois pegou o sapo e meteu... e... bateu com ele na parede...e morreu... e virou um príncipe...mentira que mentira... ele nem morreu... virou um príncipe...felizes para sempre... foi simhora pro castelo...

Os alunos rememoram boa parte do conteúdo proposicional da narrativa, utilizando recursos verbais e corporais para recontar a história. Para narrar que a princesa jogava bola no jardim do palácio, as crianças consideram que os gestos eram suficientes para descrever o fato, não explicitando de forma verbal esta informação. A explicitação dos referentes que se encontram na narrativa, por meio de expressões linguísticas, não é vista como uma atividade essencial para narrar história. Isto acontece porque os alunos consideram que todos já conhecem os personagens e as circunstâncias onde ocorrem os fatos, portanto a sua explicitação nos enunciados torna-se desnecessária. Estes elementos demonstram as-

pectos interacionais ligados ao gênero do conto de fadas em um sua dimensão oral, onde os sujeitos compartilham de informações no momento da interação. Estas competências orais envolvidas no ato de narrar uma história podem, de certa forma, serem incorporadas nas estratégias pedagógicas para narrar uma história no discurso escrito.

2. Resultados e discussão

Os estudos realizados, até o presente momento, forneceram base para reafirmar a importância de se valorizar a cultura oral como princípio de desenvolvimento da produção de texto na escola. Consideramos que as atividades de leitura e reconto das narrativas desenvolvidas na escola revelam traços orais, tais como repetições, pausas, complementaridade das informações por meio de gestos etc. Estes são objetos de reflexão para compreender a dinâmica de funcionamento discursivo no processamento escrito de crianças que se encontram na fase inicial de domínio da produção do texto escrito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Ana Nery Barbosa de. *A narrativa oral literária na educação infantil: quem conta um conto aumenta um ponto*. Tese de doutorado, Universidade Federal de Pernambuco. CE. Educação, 2009.

BAKTHIN, Michail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BETTELHEIM, Bruno. *A psicanálise dos contos de fadas*. Tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1980.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais de língua portuguesa – 1ª a 4ª série*. Brasília, MEC/SEF, 1997.

CHAUÍ, Marilena. *Repressão sexual: essa nossa (des)conhecida*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

COELHO, Nelly Novaes. *Panorama histórico da literatura infantil/juvenil: das origens indo-europeias ao Brasil contemporâneo*. 4. ed. rev. São Paulo: Ática, 1991

FERNANDES, Dirce Lorimie. *A literatura infantil*. São Paulo: Loyola,

2003.

GANCHO, Cândida Vilares. *Como analisar narrativas*. São Paulo: Ática, 2004.

GRIMM, J. e W. *Os contos de Grimm*. Trad. Tatiana Belinky. São Paulo: Paulinas, 1989.

FRANZ, Marie Louise Von. *O feminino nos contos de fadas*. São Paulo: Edições Paulinas, 1985.

MATOS, Gislayne Avelar. *A palavra do contador de histórias*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PRODUÇÃO TEXTUAL COM BASE EM GÊNEROS TEXTUAIS

Renata dos Reis Vasques (UFF)

rvasques@gmx.net

RESUMO

Este trabalho visa à análise de propostas de produção textual, com base em gêneros textuais, apresentadas em uma coleção de livros didáticos de língua portuguesa: *Português – Linguagens*, de Cereja e Magalhães. Nesta análise, baseada nas metodologias propostas por João Wanderley Geraldi e Luiz Antônio Marcuschi, serão observados aspectos como: explicação prévia sobre o gênero a ser trabalhado, informação sobre as etapas do processo de produção textual, e a importância da (auto)avaliação e da exposição do trabalho. Essas metodologias objetivam a formação de cidadãos escritores, contribuindo para que esses cidadãos sejam capazes de produzir textos, e não apenas de reproduzi-los.

Palavras-chave: produção textual; gêneros textuais; livros didáticos.

1. *Considerações iniciais*

A produção textual é considerada como o início do processo de ensino-aprendizagem da língua, pois é no texto que a língua se revela em sua totalidade, quer enquanto conjunto de formas, quer enquanto discurso (GERALDI, 2003, p. 135). Nesse processo, têm fundamental importância a discussão relativa ao sujeito e seu trabalho de produção de discursos, concretizados nos textos. Nessa produção, o sujeito articula um ponto de vista sobre o mundo, sem que sua formação discursiva seja apenas reprodutiva, o que acarretaria em discursos idênticos. A partir do momento em que o aluno assume um compromisso com sua palavra e demonstra ser articulado, ele age como sujeito do discurso.

Segundo Geraldi (2003, p. 157), o sujeito do discurso é alguém capaz de produzir textos, inserido no *discurso do ensino-aprendizagem*, no qual a iniciativa da ação é de quem aprende, e não apenas no *discurso da sala de aula*, no qual a iniciativa é de quem ensina – o que desestimula

la o aluno. Isso porque, diante da grande impossibilidade de *acertar no alvo*, o aluno opta por se calar, assumindo, assim, a postura de assujeitado. Este somente se manifesta para repetir algo já dito, apropriando-se de um discurso já existente, utilizando-se de regras preexistentes. Muitas vezes, ele escreve para o professor, sem imaginar um receptor real. Dessa forma, a escola tem de estimular a mudança na postura dos professores que também agem como assujeitados, tornando-se capazes de motivar seus alunos e de estimulá-los a superar as diferenças de conhecimento, motivando-os a quererem aprender. Diante disso, os livros didáticos têm um papel fundamental, uma vez que são a única base de muitos professores em suas práticas escolares.

A partir do lançamento dos *Parâmetros Curriculares Nacionais* – PCN – e das mudanças adotadas pelo Ministério da Educação no Programa Nacional do Livro Didático – PNLD –, na década de 1990, os livros didáticos passaram a ser elaborados de acordo com metodologias mais eficientes, como a focada em gêneros textuais. Isso motivou a mudança de atitude de professores e de alunos, contribuindo para a construção de um ensino de conhecimento e produção, e não de reconhecimento e reprodução (GERALDI, 2006, p. 28).

2. *Produção textual e gêneros textuais*

A temática *produção textual* sempre se destacou no âmbito escolar, sendo uma constante preocupação de professores, por nem sempre conseguirem sucesso com suas estratégias metodológicas, e de alunos, por nem sempre conseguirem produzir textos eficientes. Isso se dá, principalmente, por causa do uso de metodologias repetitivas, da abordagem de temas já bastante conhecidos dos alunos bem como da falta de orientação prévia – o que faz com que os alunos sintam dificuldades em relação ao encadeamento das palavras, a organização das frases e a funcionalidade do texto como um todo.

As propostas focadas na repetição de velhos métodos para ensinar produção textual aos alunos não funcionam, principalmente porque muitos deles, na maioria das vezes, também não têm capacidade de dizer algo novo, apenas repetem o já dito por seus professores ou copiam trechos disponíveis nos materiais didáticos e até mesmo na internet. Isso acontece não somente por falta de interesse dos alunos, mas também por falta de direcionamento da própria escola e por falta de envolvimento dos professores na aprendizagem de novos métodos de ensino.

A maioria dos professores ancora totalmente sua prática escolar no livro didático, seja por falta de tempo para preparar aulas, seja por formação deficiente ou até mesmo desmotivação devido à baixa remuneração. No entanto, nem todos os livros didáticos possuem metodologias adequadas. Segundo Marcuschi e Cavalcanti (2005, p. 241), os livros didáticos mais tradicionais trazem propostas de redação que não contribuem para o aperfeiçoamento dos alunos em relação à produção textual.

O formato das tarefas que constam desses livros mais se assemelha a simples exercícios de escrita. A maioria dos livros ainda se baseia na indicação de temas repetitivos e já bastante conhecidos dos alunos ou, eventualmente, na menção do tipo textual a ser considerado, principalmente, o narrativo, o descritivo e o argumentativo.

A principal característica dessas tarefas (redações) é sua restrição ao espaço escolar, no que se refere *ao leitor presumido, à esfera da circulação, ao objetivo pretendido* (MARCUSCHI & CAVALCANTI, 2005, p. 242). O círculo vicioso que se instala é bastante conhecido:

o professor solicita a redação de um texto, o aluno o produz para cumprir a tarefa estabelecida, o docente lê o texto com o objetivo de atribuir uma nota e devolve-o ao aprendiz, que considera a tarefa encerrada, não havendo, portanto, qualquer retomada de produção. Nesse caso, a escola *manda escrever*, ela *não ensina como escrever*. Opera-se nesse caso com uma aprendizagem cumulativa, não interativa e não dialógica. (MARCUSCHI & CAVALCANTI, 2005, p. 242)

O resultado da prática textual em sala de aula nem sempre é bom. Contudo, ao avaliar os alunos, os professores comportam-se de formas distintas: alguns, segundo Geraldi (2006, p. 65), fazem sugestões, corrigem e tratam os textos com carinho, mostrando-se decepcionados ao ver textos mal redigidos; outros fazem apenas colocações artificiais, quando fazem, e correções gramaticais mesmo que o texto não possa ser interpretado de maneira eficiente, devido a problemas de coesão e de coerência.

Cabe aos professores a tarefa de corrigir os textos de seus alunos, anotando às margens os comentários acerca dos erros de norma e de estilo. Muitos alunos não entendem tais observações ou as ignoram, preocupando-se apenas com a nota recebida, independente de o professor ter feito ou não colocações mais analíticas.

Os escritores competentes são aqueles que sabem avaliar seu texto, revisando-o e reescrevendo-o até que fique satisfatório. Para formar esses escritores, os professores devem utilizar-se de metodologias adequadas, levando para a sala de aula uma grande variedade de textos, a-

proximando as condições de produção às circunstâncias nas quais se produzem esses textos. Diferentes objetivos exigem diferentes gêneros, os quais têm características que precisam ser aprendidas.

A escola, à medida que trata o ensino da língua como simples sistema de normas e conjunto de regras gramaticais, lança mão de uma concepção de linguagem muito rígida e definida (GERALDI, 2006, p. 24). Por isso, os alunos são obrigados a escrever dentro de padrões, e seu texto será avaliado pelo professor, geralmente, o único leitor da redação. (GERALDI, 2006, p. 120)

Os alunos não devem escrever para a escola (redação), mas na escola (produção textual). Para se chegar a um ensino eficiente e de qualidade, no qual os alunos passem a produzir conhecimento, e não apenas a reproduzi-lo, o professor deve buscar novas práticas de ensino. O sucesso de uma boa produção textual depende disso. (GERALDI, 1997, p. 136)

Os professores devem lançar mão, então, de novas práticas que foquem na formação de cidadãos escritores e leitores, contribuindo para que esses cidadãos sejam capazes de produzir textos, e não apenas de reproduzi-los.

Na produção de discursos, o sujeito articula, aqui e agora, um ponto de vista sobre o mundo que, vinculado a uma certa formação discursiva, dela não é decorrência mecânica, seu trabalho sendo mais do que mera reprodução: se fosse apenas isso, os discursos seriam sempre idênticos, independente de quem e para quem resultam. Minha aposta não significa que o sujeito, para se constituir como tal, deva *criar* o novo. A novidade, que pode estar no reaparecimento de velhas formas e de velhos conteúdos, é precisamente o fato de o sujeito *comprometer-se* com sua palavra e de sua *articulação* individual com a formação discursiva de que faz parte, mesmo quando dela não está consciente. (GERALDI, 1997, p. 136)

A partir da década de 1990, época em que os *Parâmetros Curriculares Nacionais* – PCN – foram lançados, os professores passaram a fazer outro tipo de trabalho textual em sala de aula, mais voltado para aspectos discursivos e cognitivos, e não somente com foco gramatical ou meramente expositivo sobre determinado assunto corriqueiro. Além disso, com a avaliação por parte do MEC no Programa Nacional de Avaliação do Livro Didático – PNLN –, os livros didáticos passaram a apresentar maior diversidade de gêneros, a tratar mais adequadamente da oralidade, da variação linguística e da compreensão. (MARCUSCHI, 2008, p. 52, 53)

Então, munida de livros didáticos mais adequados, a maioria dos

professores alterou a metodologia adotada, substituindo velhas práticas de repetição e de formação de cidadãos voltados, simplesmente, para a elaboração de textos sobre assuntos já conhecidos e repetidos a cada nova série escolar. Com isso, os professores buscavam levar a seus alunos mais do que pura teoria. O interesse desses professores estava voltado para o aprimoramento da capacidade crítica de seus alunos, que deveriam tomar consciência de seu papel na sociedade e da força de sua palavra, seja escrita, seja oral. Diante disso, diversas propostas de ensino foram abordadas pelos educadores, que passaram a atentar para a necessidade de sempre adaptar sua prática para conseguir obter sucesso em sala de aula.

Uma boa opção para ensinar produção textual aos alunos é o uso de gêneros textuais, já que se pode trabalhar, por meio deles, com *a linguagem em seus mais diversos usos autênticos no dia a dia* (MARCUSCHI, 2010, p. 37). Essa orientação também é encontrada nos PCN (1998, p. 70), os quais consideram um escritor como competente quando ele tem capacidade de produzir um discurso, sabendo escolher o gênero mais adequado a seus objetivos e à circunstância enunciativa em questão, bem como quando este é capaz de ler as entrelinhas (letramento crítico), identificando os elementos implícitos e estabelecendo relações entre o texto e seus conhecimentos prévios ou entre o texto e outros textos já lidos.

Na coleção *Português – Linguagens*, o ensino de produção textual está vinculado à perspectiva dos gêneros, a qual, segundo Cereja e Magalhães (Manual do professor – Coleção Linguagens, 2010), possui resultado satisfatório ao colocar o aluno em contato com uma variedade de gêneros. Nessa coleção, há várias propostas para os alunos exercitarem a produção textual. Todas com informações detalhadas sobre as etapas do processo bem como informações para os alunos produzirem textos, individualmente ou em grupo, os quais serão publicados em livros – separados por gêneros – e apresentados em mostras abertas à sociedade.

Na coleção, as propostas de produção textual são antecedidas de explicação prévia sobre o gênero (textual ou digital) a ser trabalhado. Muitas vezes, há algumas perguntas sobre o gênero de forma a deixar os alunos familiarizados antes de começarem a etapa de produção textual, bem como há propostas em que os alunos devem escrever um texto sobre uma situação que tenham vivido ou visto no noticiário, adaptando-o ao público-alvo, avaliando-o e refazendo-o, caso necessário.

Veja, a seguir, alguns exemplos de propostas apresentadas na coleção *Português – Linguagens*, de Cereja e Magalhães. Na primeira proposta de produção textual, que consta do livro do 6º ano (CEREJA, 2010, p. 21), os alunos devem escrever um conto maravilhoso. Os autores dão algumas instruções aos alunos em relação ao planejamento do texto, tais como: rever as situações enumeradas por Wladimir Propp¹¹⁸; definir quem será o herói ou a heroína e o vilão da história, podendo escrever uma história ocorrida no passado ou nos dias atuais.

Os alunos devem começar o conto fazendo o herói ser vítima de uma armadilha planejada pelo vilão e devem escolher o final de acordo com sua preferência. Após isso, os alunos devem avaliar o conto, inclusive em relação à adequação da linguagem ao público leitor e ao gênero textual.

Essa proposta junto com outras elaboradas na primeira unidade do livro será apresentada ao projeto *Histórias de Hoje e Sempre*, que se trata da composição de um livro com histórias inventadas pelos alunos da turma.

Na primeira unidade do livro do 7º ano (CEREJA, 2010, p. 45), são apresentadas algumas propostas de produção textual com foco nos gêneros *narrativa de aventura* e *narrativa de cavalaria*. Analisam-se aqui duas das propostas apresentadas. Na primeira, o aluno tem de dar continuidade à história de Dom Quixote e de Sancho Pança, buscando ser coerente com as características das personagens. O aluno pode, se preferir, dar um desfecho engraçado para a história.

Na segunda proposta, o aluno tem de criar um herói, podendo inspirar-se em um herói clássico, em um herói das novelas de cavalaria ou em um herói mais recente. O aluno deve imaginar como é o mundo vivido por esse herói e criar uma aventura para ele, se possível, com um final surpreendente.

Ao concluir os textos, os alunos devem trocá-los com os colegas, para que uns leiam os textos dos outros e façam sugestões. Após isso, os alunos devem fazer os ajustes necessários e guardar os textos para publicar no livro sobre heróis de todos os tempos, o qual será produzido no

¹¹⁸ São exemplos de algumas situações enumeradas por Wladimir Propp: O herói se distancia de sua casa; Uma proibição é imposta ao herói; O herói é submetido a provas; O herói realiza as tarefas que lhe são impostas; Meios mágicos são fornecidos aos heróis etc.

capítulo *Intervalo* da unidade.

No livro do 8º ano (CEREJA, 2010, p. 155), algumas propostas de produção textual apresentadas têm como base os anúncios publicitários. Na primeira, os alunos devem observar duas imagens que fazem parte de anúncios cuja linguagem verbal foi eliminada de propósito.

A partir dessas imagens, os alunos devem criar mensagens verbais para os anúncios e, imaginando que eles serão publicados em revistas de grande circulação, como *Veja*, *Isto é*, *Superinteressante*, pensar no leitor. Os alunos devem seguir algumas instruções, como criar uma frase curta, que estimule o leitor a continuar lendo. Depois, eles devem ampliar a frase com outras informações e argumentos, procurando sensibilizar o interlocutor. Os alunos são orientados a escrever com simplicidade, na ordem direta, sempre pensando em atrair a atenção e o interesse de seu público. Por fim, os alunos devem avaliar seus textos e reescrevê-los quantas vezes forem necessárias.

Na segunda proposta de produção textual, os alunos devem observar algum tipo de desperdício que costuma haver em suas escolas, criar um anúncio para uma campanha publicitária contra o desperdício, seguindo as mesmas instruções apresentadas anteriormente, adaptando-as para a campanha. Depois, os alunos devem afixar os anúncios no mural da escola. Por fim, na terceira proposta, os alunos devem escrever uma antipropaganda (um anúncio que, em vez de convencer o interlocutor, o assuste). Os textos serão apresentados na *Feira de consumo*.

Uma das propostas de produção textual disponível no livro do 9º ano (CEREJA, 2010, p. 217) é focada em texto discursivo-argumentativo. Nessa proposta, inicialmente, é feita uma pergunta com base em determinado assunto, de preferência polêmico e atual. Nesse caso, trata-se de um questionamento acerca do tema *clonagem*, que é tão debatido e tão controverso. Em seguida, apresenta-se um painel de textos para o aluno se informar melhor sobre o assunto. Após a apresentação dos textos, pergunta-se: *você é a favor da clonagem? Se não, por quê? Se sim, que tipo de clonagem: de animais, de células-tronco para tratar de doenças de seres humanos, de alimentos (os transgênicos)?*

Após essas perguntas, são apresentadas as orientações (delimitação do tema e escolha da posição sobre ele) e as instruções da elaboração da proposta: pensar sobre o público leitor; definir o ponto de vista que será desenvolvido; planejar o texto, levando em conta a estrutura do texto dissertativo; definir como será a conclusão: do tipo síntese ou do tipo

sugestão ou proposta; atentar para a linguagem, que deve estar de acordo com a norma-padrão e com o perfil dos leitores; dar um título atraente ao texto; avaliar o texto seguindo as orientações apresentadas na seção *Avalie seu texto dissertativo-argumentativo*:

Verifique se seu texto apresenta uma posição clara sobre o tema; se apresenta uma ideia principal que resume seu ponto de vista; se a ideia principal é fundamentada, no desenvolvimento, com argumentos claros e bem desenvolvidos; se a conclusão realmente finaliza o texto; se a linguagem está de acordo com a norma-padrão e com o perfil do público leitor; se apresenta um título convidativo à leitura e, como um todo, se é persuasivo. (CEREJA, 2010, 9º ano, p. 191)

Após a avaliação, o aluno deve trocar o texto com um colega, para que um leia o texto do outro e opine, fazendo sugestões; além disso, o aluno pode enviar seu texto a um fórum de debates da internet. Essa proposta junto com outras elaboradas anteriormente pelos alunos serão apresentadas no projeto *No nosso tempo*, que se trata da produção e montagem de um jornal-mural sobre o mundo em que se vive.

Essa exposição de produção textual dos alunos à sociedade está de acordo com a metodologia proposta por Geraldí (2006, p. 65), a qual foge de temas repetidos para os alunos, independentemente da série em que estejam matriculados, fazendo com que se interessem pelo texto e que queiram aprimorar o conhecimento e expor seu trabalho para outras pessoas que não somente seu professor. A proposta de elaboração de *redação* na escola para leitor único (professor) foi ampliada para a proposta de *produção textual*, que será avaliada por outras pessoas e aprimorada a cada leitura do autor e crítica dos leitores.

Todas as propostas de produção textual apresentadas na coleção *Português – Linguagens* estão em conformidade com o pensamento dos teóricos selecionados. Para Marcuschi (2008, p. 207), é importante abordar detalhadamente os gêneros textuais em sala de aula, ensinando aos alunos as características de cada gênero e estimulando a produção textual bem como a identificação desses gêneros na leitura. Essa metodologia faz com que os alunos se envolvam com situações reais de uso da linguagem, tornando-se capazes de produzir textos com eficiência e de ler/pensar criticamente.

Ainda segundo Marcuschi (2008, p. 78), a produção textual é uma atividade sociointerativa, que envolve decisões conjuntas, e não uma atividade unilateral. Para produzir um texto, é necessário seguir algumas normas, mesmo que não sejam regras rígidas, bem como se deve ter o

que dizer e produzir enunciados de forma clara, visando ao favorecimento da compreensão. Como os alunos nem sempre são orientados perfeitamente, eles não sabem a quem se dirigir ao produzir as redações escolares. A cena textual não fica clara. Na coleção *Português – Linguagens*, o cenário é bem diferente. Veja-se um exemplo:

Escreva uma notícia, que depois deverá compor o jornal mural que você irá produzir com seu grupo no capítulo Intervalo. Ela será, lida por colegas de sua classe e de outras, por professores e funcionários da escola, por seus pais e amigos. (CEREJA, 2010, 7º ano, p. 204)

As propostas de produção textual também estão de acordo com a metodologia de Geraldi (2003, p. 137), na qual, é preciso que: se tenha o que dizer; se tenha uma razão para dizer o que se tem a dizer; se tenha para quem dizer o que se tem a dizer; o locutor se constitua como tal, enquanto sujeito que diz o que diz para quem diz; se escolham as estratégias para realizar as anteriores. Veja-se um exemplo a seguir:

Crie uma tira, isto é, uma história com três ou quatro quadrinhos, com personagens imaginadas por você. Para isso, risque os quadrinhos em seu caderno ou numa folha de papel sulfite e desenhe os elementos da história, entre eles os balões com a fala das personagens. Dê um título à história, incorporando-o ao primeiro quadrinho, e pinte os desenhos. Terminando, troque sua tira com os colegas ou exponha-a no mural da classe. Depois, guarde-a para apresentá-la na mostra *Quadrinhos: um mundo de histórias*. (CEREJA, 2010, 6º ano, p. 89)

Ainda segundo o pensamento de Geraldi, os temas propostos para a produção textual devem ser originais, diferentes dos já apresentados nas séries anteriores. Diante de novos temas, os alunos demonstram interesse na prática da produção textual, no aprimoramento do conhecimento e na exposição do trabalho para outras pessoas, que não seu professor. Além disso, os alunos devem se tornar capazes de ler, interpretar, produzir diversos tipos de textos e avaliar seu próprio trabalho, redigindo-o quantas vezes forem necessárias para que se torne um texto bem escrito.

c) Façam um rascunho primeiro e só passem a história a limpo depois de fazer uma revisão cuidadosa, seguindo as orientações do boxe *Avalie seu conto maravilhoso*¹¹⁹. Refaçam o texto quantas vezes forem necessárias. (CEREJA, 2010, 6º ano, p. 21)

¹¹⁹ São exemplos de algumas situações enumeradas por Wladimir Propp: O herói se distancia de sua casa; Uma proibição é imposta ao herói; O herói é submetido a provas; O herói realiza as tarefas que lhe são impostas; Meios mágicos são fornecidos aos heróis, etc.

3. Considerações finais

Os professores têm uma missão mais ampla do que ensinar os alunos a escrever. Eles têm a missão de formar cidadãos escritores. Isso não é uma tarefa fácil, visto que muitos professores não estão preparados para a prática docente. Muitos sabem apenas repetir velhas teorias de ensino, não criam nada novo. É a famosa sistematização do método, amplamente criticada por diversos educadores. Para que esse cenário faça cada vez mais parte do passado, é necessário que os professores sejam munidos de excelentes materiais didáticos – que sirvam como verdadeiros guias para a exposição de uma aula de qualidade –, como a coleção *Português – linguagens*, de Cereja e Magalhães, cujo ensino de produção textual está vinculado à perspectiva dos gêneros textuais.

O trabalho com gêneros textuais em sala de aula desperta o interesse dos alunos, significando uma possibilidade de melhorias do ensino-aprendizagem da língua. Contudo, para que isso ocorra, os professores devem refletir sobre sua metodologia de ensino. Não basta abordar a temática de uma maneira geral, os professores têm de ensinar as características de cada gênero e estimular a produção textual de seus alunos.

Dessa forma, os professores deixam de ser simples reprodutores de modelos, e os alunos passam a sujeitos ativos. Quanto maior for o comprometimento do professor com sua prática, com a seleção da metodologia e com o aprofundamento na temática, maior será o diagnóstico das necessidades dos alunos e melhor será a solução selecionada por esse professor para fazer com que seus alunos aprendam a produzir um texto com eficiência. Essa mudança de atitude de professores e de alunos contribui para a construção de um ensino de conhecimento e produção, e não de reconhecimento e reprodução (GERALDI, 2011, p. 28).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. *Português – linguagens*. 6º ano. 6. ed. reform. São Paulo: Atual, 2010.

_____. *Português – linguagens*. 7º ano. 6. ed. reformulada. São Paulo: Atual, 2010.

_____. *Português – linguagens*. 8º ano. 6. ed. reformulada. São Paulo: Atual, 2010.

_____. *Português – linguagens*. 9º ano. 6. ed. reformulada. São Paulo:

Atual, 2010.

COSTA, Maria da Graça; MARCUSCHI, Beth (Orgs.). *Livros didáticos de língua portuguesa: letramento, inclusão e cidadania*. Belo Horizonte: Ceale; Autêntica, 2005.

COSTA, Sérgio Roberto. *Dicionário de gêneros textuais*. 2. ed. rev. ampl. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. São Paulo: Parábola, 2010.

GERALDI, João Wanderley. *Linguagem e ensino: exercícios de militância e divulgação*. 2ª reimp., Campinas: Mercado de Letras Associação de Leitura do Brasil. 1999.

_____. *Portos de passagem*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. (Org.). *O texto na sala de aula*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2006.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

_____. Gênero: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. São Paulo: Parábola, 2010, p. 19-38.

PARÂMETROS curriculares nacionais: língua portuguesa. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

PROPOSTA DE EDIÇÃO DO CÓDICE 132

Rafael Marques Ferreira Barbosa Magalhães (MSB-BA)
fael@live.at

RESUMO

O Códice 132 é um rico documento manuscrito pertencente ao Arquivo do Histórico do Mosteiro de São Bento da Bahia, sendo objeto de pesquisa do Grupo de Pesquisas do Mosteiro de São Bento da Bahia da instituição, vinculado à Faculdade São Bento da Bahia, à UFBA e que conta com financiamento do CNPq e da FAPESB. São apresentados na presente comunicação os princípios teóricos que fundamentam a pesquisa em andamento, seguidos das principais características paleográficas e codicológicas do documento, as quais são peças fundamentais na orientação e estabelecimento das diretrizes que nortearão o desenvolvimento da pesquisa em questão. Considerando esses dados, é, por fim, apresentada uma proposta de edição cujo objetivo é, respeitando e adequando-se às regras impostas pelo manuscrito, realizar uma edição digital multimidiática semidiplomática, trazendo à luz toda a riqueza do conteúdo encerrado em suas páginas.

Palavras-chave:

Códice 132. Mosteiro de São Bento. Paleografia. Codicologia. Manuscrito.

1. Introdução

Na publicação derivada de sua pesquisa de pós-doutoramento, diz Alícia Duhá Lose:

Por ser o Mosteiro baiano a continuação milenar da história beneditina, iniciada por São Bento no ano 480 d.C., os monges beneditinos da Bahia são autênticos herdeiros da tradição bibliográfica (produção e conservação), possuindo, em seus arquivos, grandes raridades em livros e manuscritos do Brasil. (LOSE et al., 2009, p. 17)

O acervo bibliográfico e documental do Mosteiro de São Bento da Bahia é, certamente, um dos mais importantes do país, visto que

o Mosteiro de São Bento da Bahia, tendo mais de quatro séculos de tradição e história viva, constitui espaço privilegiado para a produção e difusão do co-

nhecimento. Guardião do tempo e da memória, através de regras determinadas no séc. VI por seu fundador, São Bento, o Mosteiro possui um rico acervo constituído de documentos manuscritos que datam desde o séc. XVI. Entre eles encontram-se: bulas papais, cartas de profissão dos monges, sermões, documentos relativos à vida privada do Mosteiro, documentos de grandes personalidades como Catarina Paraguaçu, Gabriel Soares e Diogo Álvares, Garcia d'Ávila, cartas de alforria de escravos, documentos de compra e venda de escravos, documentação relativa às propriedades de toda a região metropolitana de Salvador, livros de pedidos de oração, e o *Dietario das vidas e mortes dos Monges, q' falecerão neste Mosteiro de S. Sebastião da Bahia da Ordem do Príncipe dos Patriarchas S. Bento* [...] (LOSE et al., 2009, p. 20).

O Códice 132, de que trata esta pesquisa, está inserido neste vasto acervo.

Alicerçando-se na história dos estudos filológicos, que muito influenciou em a Filologia ter-se tornado conhecida como a "Ciência da Erudição" (AGUILAR, 2001, p. 11-14), destacando que, como diz Castro (1995, p. 512, *apud* SILVA, 2008, p. 13),

[...] linguistas também eram etnógrafos, historiadores, folcloristas, arqueólogos e não tinham problema de identidade disciplinar, pois se sabiam participantes de uma vasta empresa de aquisição de conhecimentos diversificados, mas harmonizáveis em torno de um interesse comum pela palavra documental ou artística e pelo seu comportamento na história,

e pode, ainda, ser ilustrado por trabalhos como a descrição de *Les Manuscrits arabes de l'Escorial* por Derenbourg (1884) ou *Mémoires d'histoire ancienne et de philologie* de Egger (1863), buscar-se-á assumir uma postura similar à de Jean Psichari (1892), expressa no prefácio da coletânea de filologia neo-grega por ele organizada: "[...] je n'entends point par là les études grammaticales seulement, mais aussi les études historiques ou littéraires dont le néo-grec peut devenir l'objet"¹²⁰.

Apresenta-se uma proposta de edição do códice, segundo os moldes das disciplinas ligadas ao "amor pela palavra" (CARVALHO, 2010), apropriando-se dos pressupostos de autores como Pando (1758), Rivero (1917), Jórdan (2003), Berwanger e Leal (1995), Canelas, Ruiz e Castañón (1989) e Canart (1980), por exemplo, para exercer o que Telles (2000, p. 94) preconiza para a Filologia:

[...] indagar e definir uma cultura e uma civilização literária, antiga ou moderna, através do estado dos textos literários e dos documentos de língua, re-

¹²⁰ "Não me refiro apenas a este estudo da gramática, mas também aos estudos históricos e literários, dos quais o neogrego pode tornar-se objeto" (tradução nossa).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

constituindo-lhe a forma original e individualizando seus aspectos e suas características lingüísticas e culturais.

Pretende-se, com tanto, dar a conhecer, à comunidade científica e demais interessados, as primeiras informações obtidas nesta pesquisa, as quais nortearão o trabalho a ser desenvolvido com este documento, buscando, muito ao rigor de Picchio (1979), dispor de todas as ferramentas possíveis para acessar a “epistema do texto” (LOSE, 2010).

2. Características do suporte

Com datação *a quo* possível de ser estabelecida a partir da segunda metade do século XVIII, mais especificamente depois de 9 de outubro de 1775 (data mais avançada citada no texto), o Códice, formado por cadernos manuscritos unidos através de cosedura, tem encadernação posterior toda feita em algum tipo de couro artificial. Na lombada apresenta a indicação “Manuscrito de Portugal – séc. XVII”, tendo seu cabeceado em tom intermédio entre o escarlate e o grená. O documento é constituído por 360 fólhos escritos em recto e verso, em papel avergoado de boa qualidade. Não apresenta qualquer tipo de ornamento.

O estado de conservação do Códice pode ser considerado bom, estando todos os fólhos preservados em sua materialidade. Maculam a integridade do Códice apenas pequenos danos ao suporte, como rasgos (sempre na margem interna, junto à costura), e evidências de ataques por insetos papirófagos, vide **Fig. 1 e 2**.

Fig. 1 - Detalhe do fólho 294r do Códice 132



Fonte: Arquivo do Setor de Obras Raras da Biblioteca Histórica do Mosteiro de São Bento da Bahia

Fig. 2 - Detalhe do fólio 294r do Códice 132



Fonte: Arquivo do Setor de Obras Raras
da Biblioteca Histórica do Mosteiro de São Bento da Bahia

Sua cor, amarelada, denota a ação do tempo que, associada a outros fatores como umidade e mau uso, lega marcas destacáveis como uma mancha marron, proveniente do contato do papel com algum líquido (que atingiu os primeiros fólhos do documento (a saber: o penúltimo e último fólhos do "Index" e os três primeiros do primeiro capítulo; vide **Fig. 3**).

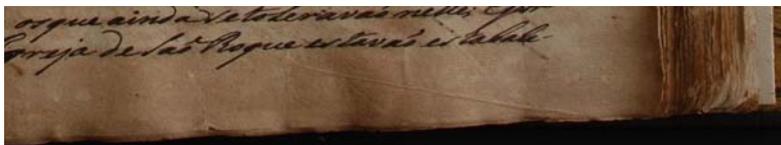
Fig. 3 - Detalhe do fólio 04r do Códice 132



Fonte: Arquivo do Setor de Obras Raras
da Biblioteca Histórica do Mosteiro de São Bento da Bahia

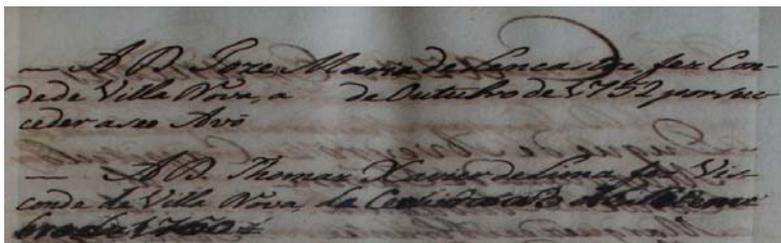
Além disso, o processo natural de dilatação e contração de toda material vegetal terminou por deixar rugas em todos os fólhos. A umidade em contato com a tinta, por sua vez, provocou oxidação dos fólhos e o desgaste do papel. Em todos os fólhos, é possível ver a sombra da mancha escrita do verso no recto e vice-versa e em muitos fólhos ocorre a migração da tinta no papel (**Fig. 4 e 5**).

Fig. 4 - Detalhe do fólio 311r do *Códice 132*



Fonte: Arquivo do Setor de Obras Raras
da Biblioteca Histórica do Mosteiro de São Bento da Bahia

Fig. 5 – Detalhe do fólio 22r do *Códice 132*



Fonte: Arquivo do Setor de Obras Raras
da Biblioteca Histórica do Mosteiro de São Bento da Bahia

3. *Principais características paleográficas*

A leitura preliminar do documento permite determinar que fora escrito por um único *scriptor*, em letra humanística cursiva, apresentando *ductus*, peso, inclinação (sempre à direita), módulo, espaço entre linhas e parágrafos, ângulo e forma das letras homogêneos, mantendo-se estáveis em todo o *códice*; a mancha escrita dispõe-se uniformemente sobre o papel, estabelecendo um padrão de margens rigorosamente respeitadas (vide **Fig. 6**). Alguma variação no que tange ao peso, à inclinação e ao alargamento pode ser facilmente explicada pelo tempo necessário e uma provável mudança do instrumento utilizado para sua escrita. De fácil leitura, apresenta alguns borrões e manchas.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Destacam-se as letras capitulares pelo seu tamanho, maior que as demais maiúsculas (vide Fig. 7). Cada capítulo é iniciado na mesma página em que termina o seu predecessor, havendo espaço útil. A distinção entre parágrafos é feita através de um maior espaçamento entre essas partes, sendo iniciados por letras maiúsculas ligeiramente maiores que as demais, embora, em alguns casos, outras letras maiúsculas, na mesma linha, apresentem o mesmo tamanho.

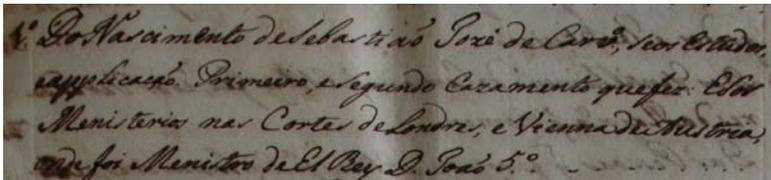
Fig. 7 - Detalhe do fólio 151r do Códice 132



Fonte: Arquivo do Setor de Obras Raras da Biblioteca Histórica do Mosteiro de São Bento da Bahia

O documento apresenta abreviaturas como "D." para "Dom", "Carv^o" para o sobrenome Carvalho, "q" para "que", já no primeiro fólio, o "Index". Nota-se indistinção no uso das Ramistas (RAMÉE, 1572) quando maiúsculas, ocorrendo um mesmo grafema para "I" e "J" e para "U" e "V"; pressupõe-se, porém, que seja este um recurso estilístico, visto que o mesmo fenômeno não se registra quanto às letras minúsculas como era de se esperar.

Fig. 8 - Detalhe do fólio Index 1r do Códice 132



Fonte: Arquivo do Setor de Obras Raras da Biblioteca Histórica do Mosteiro de São Bento da Bahia

4. Proposta de edição

Ante as primeiras análises e frente à riqueza que o documento certamente contém, apresenta-se esta proposta para o trabalho de edição a ser realizado por Rafael Marques Ferreira Barbosa Magalhães e Aldacelis dos Santos Lima Barbosa, integrantes do Grupo de Pesquisa do Mosteiro de São Bento da Bahia, orientados pela Prof. Dra. Alícia Duhá Lose, tendo auxílio financeiro do CNPq e da FAPESB, visando acessar as características do objeto em estudo e, assim, com a sua transcrição, dar à luz o seu conteúdo.

A partir dos dados já coletados, ora apresentados, podem-se estabelecer algumas orientações para o trabalho que está sendo desenvolvido. Contemplando as características paleográficas do documento, realizar-se-á uma edição semidiplomática, permitindo que venham a ser desenvolvidos estudos a partir das abreviaturas, que serão desdobradas, respeitando, contudo, todas as peculiaridades da escrita, garantindo a fidelidade ao texto do documento, bem como de aspectos linguísticos que venham a ser identificados.

Seguindo as orientações de filólogos contemporâneos que, valendo-se das novas possibilidades suscitadas pelo avanço tecnológico, abraçam a tradição filológica dando novas cores a seu exercício, a ver-se o pioneiro trabalho apresentado na defesa da tese "*Arthur de Salles: esboços e rascunhos*" (LOSE, 2004), é proposta uma edição digital multimidiática semidiplomática, almejando contemplar a diversidade das atividades filológicas propostas por Auerbach (1972), ressaltando que

[...] a *edição digital*, e não *edição* meramente *em formato digital*, mostra-se um tipo completamente adequado à Filologia que precisa não somente trabalhar o texto, mas também o paratexto, as informações que contextualizam e dão sentido ao documento editado. Nas edições anteriores tais informações vinham como arredores, mas na edição digital esse arcabouço informacional está totalmente integrado ao texto transcrito, criando assim uma sintonia perfeita entre a transcrição e todas as informações que foram necessárias para que o filólogo adentrasse esse texto, e, conseqüentemente, desempenhasse sua função (de trazer o texto fidedigno) com mais confiança e clareza. O entorno do texto é sempre fundamental para uma boa edição e a edição digital possibilita esse diálogo de forma natural e soberana.

A edição digital mostra-se completa, pois o editor pode escolher os critérios de qualquer tipo de transcrição já existente e fazer dialogar isso através de hiperlinks com seu paratexto, além de desdobramento de abreviaturas, movimentos de correção do autor, em caso de texto moderno, entre outras possibilidades. Além disso, tornar o texto digital é possibilitar sua divulgação de forma mais fácil, acessível e abrangente. (LOSE, 2010)

Levando em consideração o conhecimento que se já pôde adquirir acerca do conteúdo deste códice, no curso do processo de transcrição serão definidas as análises e estudos necessários e/ou possíveis, já que se sabe que é o documento quem dita as suas regras. Do mesmo modo, ter-se-á noção das características discursivas e do conteúdo do documento, os quais, a partir da edição final, serão compartilhados com a comunidade. Espera-se, dessa forma, tornar público e acessível o conteúdo desta obra, indiscutivelmente importante, seja em termos de História, seja para os estudos filológicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILAR, Rafael Cano. *Introducción al análisis filológico*. Madrid: Editorial Castalia, 2000.

ANDRADE, Elias Alves de. *Aspectos paleográficos em manuscritos dos séculos XVIII e XIX. Filologia Linguística Portuguesa*, n. 10-11, p. 149-172, 2008/2009. Disponível em:

<http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/flp/images/arquivos/FLP10-11/Andrade.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2011.

ANDRADE, Marla Oliveira. *Uma porta para o passado: edição de documentos dos séculos XVI e XVII do Livro I do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia – 2009.342 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em de Letras e Linguística, Universidade Federal da Bahia, 2010. DVD.*

AUDOLLENT, Auguste (et alli). *Philologie et linguistique: Mélanges offerts à Louis Havet par ses anciens élèves et ses amis, à l'occasion du 60e anniversaire de sa naissance, le 6 janvier 1909*. Paris: Hachette et C^{ie}. 1909.

AUERBACH, Erich. *Introdução aos estudos literários*. Trad. José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1972.

AZEVEDO FILHO, Leodegário de Azevedo. *Iniciação em crítica textual*. Rio de Janeiro: Presença, 1987.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Diplomática e tipologia documental em arquivos*. 2. ed. São Paulo: Briquet de Lemos Livros, 2008.

BERWANGER, Ana Regina; FRANKLIN LEAL, João Eurípedes. *Noções de paleografia e diplomática*. Santa Maria: UFSM, 1991.

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CANART, Paul. *Lezioni di paleografia e di codicologia greca*. Disponível em:

<http://www.pyle.unicas.it/Documentazione/Canart_Lezioni.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2011.

CANELAS, Ángel; RUIZ, Elisa; CASTAÑÓN, Carmen Díaz. Historia de la lengua. In: BORQUE, José Maria Díez. *Métodos de estudio de la obra literaria*. Madrid: Taurus Ediciones, 1989 [1985], p. 19-120.

CARVALHO, Rosa Borges Santos. *Filologia: diferentes perspectivas de estudo*. Disponível em:

<[http://www.filologia.org.br/revista/artigo/9\(26\)03.htm](http://www.filologia.org.br/revista/artigo/9(26)03.htm)>. Acesso em: 22 set. 2010.

DERENBOURG, Hartwig. *Les Manuscrits Arabes de l'escurial décrits par Hartwig Derenbourg*. Paris: Typografie Adolphe Holzhausen, 1884. v. 10. Disponível em:

<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5439265m.r=+Les+Manuscrits+ar_a_bes+de+1%27Escorial%2C+d%3%A9crits+par+Hartwig+Derenbourg.langPT>. Acesso em: 24 set. 2011

EGGER, Émile. *Mémoires d'histoire ancienne et de philologie*. Paris: Auguste Durand Libraire-editeur, 1863. Disponível em:

<<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k480230c.r=Egger%2C+%3A89mi-le+M%3%A9moires+d%27histoire+ancienne+et+de+philologie+1863+.langPT>>. Acesso em: 24 set. 2011.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX*. 2. ed. aum. São Paulo: Editora da UNESP; Arquivo do Estado, 1991.

JORDÁN, Victor Hugo Arévalo. *Introducción a la paleografía hispanoamericana*. Córdoba: Ediciones del Sur, 2003 [1984].

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: UNICAMP, 1996.

LEDUC, Jean. *Histoire et verité*. Disponível em: <pedagogie.ac-toulouse.fr/.../leduchistoireetverite>. Acesso em: 23 ago. 2011.

LOSE, Alcía Duhá. *Edição digital de texto manuscrito*: Filologia no

séc. XXI. *Estudos Lingüísticos e Literários*. Salvador, 2010. [no prelo]

LOSE, Alícia Duhá; PAIXÃO, Dom Gregório; SANDES, Anna Paula; SANCHES, Gérsica. *Dietário (1582-1815) do Mosteiro de São Bento da Bahia*: edição diplomática e estudo filológico. Salvador: Mosteiro de São Bento; Eudfba, 2009.

MAGALHÃES, Lúvia Borges Souza. *Pequenas análises feitas com o Livro de Aforamentos do Mosteiro de São Bento da Bahia*. 21 dez. 2010. 85 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Letras Vernáculas) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2010.

MEGALE, Heitor; CAMBRAIA, César Nardelli. *Filologia Portuguesa no Brasil*. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44501999000300001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 fev. 2011.

OLIVEIRA, Fernão de. *Grammatica da lingoagem Portuguesa*. Lisboa: Casa d'Germão Galharde, 1536. Disponível em: <<http://purl.pt/120>>. Acesso em: 06 jul. 2011.

PANDO, Estevan de Terreros y. *Paleografía española*: que contiene todos los modos conocidos, que há habido de escribir en España, desde su principio, y fundación, hasta el presente. Madrid: Oficina de Joachim Ibarra, 1758.

PETRUCCI, Armando. *La ciencia de la escritura*: primera lección de Paleografía. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 1978.

PSICHARI, Jean. *Études de philologie néo-grecque*: recherches sur le déveoppement historique du Grec publiées par Jean Psichari. Paris: Émile Bouillon Libraire Éditeur, 1892. Disponível em:

<<http://gallica.bnf.fr/>>. Acesso em: 24 set. 2011

REINACH, Salomon. *Manuel de philologie classique, d'après le *Treinium philologicum* de W. Freund*. Paris: Hachette et C^{te}, 1880. Disponível em:

<<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k205398t.r=manuel+de+philologie+classique.langPT/>>. Acesso em: 24 set. 2011

RIVERO, Jesús Muñoz. *Manual de Paleografía Diplomática española de los siglos XII al XVII*. Madrid: Imprenta de Moreno y Rojas, 1880.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da. *Manual de digitalização de acervos: textos e imagens fixas*. Salvador: EDUFBA, 2005, 56 p.

SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica: crítica textual*. São Paulo: Cultrix; EDUSP, 1977.

TELLES, Célia Marques. Mudança linguística e crítica textual. *Estudos Linguísticos e Literários*. Salvador, n. 25/26, p. 91-119, jan.-dez. 2000.

RAMÉE, Pierre de la. *Grammaire*. Paris: Imprimerie d'André Wechel, 1572. 211 p. Disponível em:

<<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k68164n/f2.image.r=petrus+ramus.langPT>>. Acesso em: 13 set. 2011

RETÓRICA, FILOSOFIA E ESTILÍSTICA SENEQUIANAS NO *DE BREUITATE VITAE*

Jorge Henrique Nunes Pinto (UERJ e UNIRIO)
nunes.jorgehenrique@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho pretende estudar o livro *De Breuitate Vitae*, de Sêneca, um tratado que apresenta uma, apesar de sintética, profunda reflexão filosófica de cunho estoico sobre questões da vida e dos homens. Consoante às ideias de Otávio Augusto, Sêneca resgata também valores morais já esquecidos pela maioria da população romana que, associados ao estoicismo, imprimem à obra um tom arcaizante não apenas em seu conteúdo, mas também no uso da língua. Devido à natureza informativa, declarativa e didática do livro de Sêneca, percebemos, certamente, uma tendência menos à artificialidade artística do texto poético que à fácil compreensão, à objetividade e à acessibilidade do discurso. Ao contrário dos grandes clássicos como Ovídio e Cícero, a dicção senequiana não encontra espaço para os grandes malabarismos de palavras, os deslocamentos e as inversões que tornam o texto, em princípio, potencialmente ininteligível e objeto passível de ser decifrado. Efetuaremos, tendo isto como base, um estudo estilístico e gramatical de passagens do texto, traduzindo também alguns fragmentos.

Palavras-chave: *De Breuitate Vitae*. Retórica. Filosofia. Estilística. Sêneca.

1. Introdução

Nascido na Hispania no fim do século I a.C., Lucius Annaeus Seneca foi um dos mais importantes nomes para a constituição e valorização da literatura romana composta fora da península itálica, de cujo centro, Roma, irradiava toda a regulamentação política e filosófica do Império.

Tendo resgatado os valores tradicionais da cultura romana ainda mantidos em certas regiões provincianas, notáveis justamente por seu caráter arcaizante tanto linguística quanto culturalmente, Sêneca efetuou um hibridismo harmonioso e original entre a filosofia estoica grega e os mencionados esquecidos valores romanos, relevante não só para a análi-

se e a compreensão de suas obras literárias, mas para a ideologia do próprio contexto político em que estava inserido. Acerca deste, discorreremos sucintamente nos capítulos subsequentes.

Em Roma, muito jovem, tal como inúmeros outros escritores nascidos fora da urbe (Ovídio, Horácio e Propércio, por exemplo), versou-se em matérias como a oratória e a filosofia. Ingressou, depois, na vida pública, tendo sido desterrado por Cláudio e admitido posteriormente de volta por influência de Agripina, a segunda mulher do imperador.

A inegável versatilidade de sua obra (tragédias, tratados filosóficos, uma sátira e epigramas) bem como sua já referida importância para o curso da literatura latina nos motivam a escrever este trabalho com o intuito de dissertar, com relativa brevidade, sobre tópicos relevantes de sua literatura: questões culturais e contextuais que viabilizem a melhor compreensão de seu trabalho, a retórica utilizada, além de breves e essenciais apontamentos linguísticos e estilísticos.

Dada a curta extensão de nossa proposta, limitar-nos-emos a tratar de uma única obra, *De Breuitate Vitae*, que nos apresenta uma, apesar de sintética, profunda reflexão filosófica de cunho estoico sobre questões da vida e dos homens.

2. Da longevidade relativa da vida

2.1. Conteúdo e forma

Escrita em forma de carta, *Sobre a Brevidade da Vida* é dirigida a um homem chamado Paulino, conforme percebemos já na primeira linha¹²¹, e questiona, inicialmente, a visão deturpada e limitada dos homens acerca da natureza e de seus feitos. Podendo atingir, segundo o autor, tanto os homens comuns quanto os homens brilhantes¹²², a brevidade-

¹²¹ "Maior pars mortalium, Pauline, de naturae malignitate conqueritur". [a maior parte dos mortais, Paulino, se queixa da malignidade da natureza]. Apresenta vocativo de interpelação (ERNOUT & THOMAS, 1953), ou seja, que visa chamar a atenção do interlocutor - no caso, Paulinus, nome de segunda declinação declinado no vocativo singular (-e).

¹²² "clarorum quoque uirorum hic affectus querellas euocauit". [este sentimento provocou lamentações, do mesmo modo, dos homens ilustres]. "Potentissimis et in altum sublatis hominibus excidere uoces uidebis quibus otium optent, laudent, omnibus bonis suis praeferant". [Verás escaparem as palavras de homens muito poderosos e erguidos ao alto, que optam pelo ócio, louvam-no, preferem-no a todos os seus bens].

de da vida não é um estado comum e absoluto a que se condiciona a experiência humana, mas sim uma circunstância provocada pela própria visão do homem. Quanto à natureza, tão somente mostrou-se bondosa (“*Il-la se benigne gessit*” – esta se portou benignamente), justamente por nos conceder uma vida que, se bem administrada, é longa.

Quando o autor opta por publicar sua obra em forma de carta, ocorre uma desterritorialização, conforme Gilles Deleuze (?), do sentido primeiro de se escrever uma carta: direcioná-la ao seu destinatário imediato. Assim sendo, temos um conteúdo inteiramente direcionado a Paulino que é publicado, lido e divulgado para todos aqueles interessados na obra senequiana. Cientes de tal processo, podemos identificar, então, possíveis intenções do autor ao tornar sua carta pública: ampliando a interação normalmente entre duas pessoas (o remetente e o destinatário), possibilita-se que os demais leitores adentrem a intimidade dos referentes, conheçam uma mensagem que originalmente era particular. Desta forma, a carta torna-se uma forma persuasiva por si mesma, de extremo apelo retórico, justamente por passar uma mensagem de caráter íntimo que aproxima o leitor do autor. Utilizada para um propósito educativo, no caso de *Sobre a Brevidade da Vida*, pregando uma determinada filosofia de vida, tal forma é, provavelmente, uma escolha consciente de um autor que domina e utiliza a seu favor não só os gêneros e formas literárias de sua época mas os direcionamentos retóricos mais apropriados aos seus objetivos.

Enumera uma série de leviandades em que os homens podem cair e, entre estas, cita que “a alguns atormenta a ambição pela questão militar, sempre ou atentos aos perigos dos inimigos ou angustiados pelos seus” (“*quosdam torquet cupido militiae numquam non aut alienis periculis intentos aut suis anxios*”). Esta passagem nos remete ao período vivido por Sêneca, nascido durante o império de Augusto, quando uma atmosfera de paz e de restauração envolvia Roma, propícia ao incentivo e ao amadurecimento das expressões artísticas de Virgílio e Horácio, além da constituição da tríade de elegíacos – Tibulo, Propércio e Ovídio –, cujas obras amorosas, íntimas e subjetivas possivelmente não se teriam desenvolvido não fosse a “*pax romana*” que marcou o fim das guerras civis. Neste contexto, entende-se o espaço dado à filosofia e ao pensamento de Sêneca para criticar e condenar o “*cupido militiae*” tanto quanto quem se embriaga de vinho.

Augusto procurou restaurar os locais mais devastados pelos conflitos e, sabidamente, foi um grande incentivador e patrocinador das ar-

tes. O Círculo de Mecenas, que envolveu e protegeu nomes como Horácio, Virgílio e Propércio, além da fundação de bibliotecas públicas, são marcas de seu governo que, embora visionário e modernizador no que se refere à valorização da arte, notavelmente a literatura, se caracterizava pelo conservadorismo e tradicionalismo no que tange aos aspectos culturais antigos de Roma, como a “iustitia”, a “pietas” e a “uirtus”.

Tal como os cultos e os valores morais antigos estavam sendo restaurados, também antigos templos para sua prática estavam sendo reerguidos. Contam-se oitenta e duas restaurações e ainda a criação de outros novos, dentre os quais citamos o templo de Júlio César e o templo de Apolo Palatino, que Augusto acreditava estar ligado à família juliana – “Gens Iulia”.

“Diuus Augustus, cui dii plura quam ulli praestiterunt, non desiit quietem sibi precari et uacationem a re publica petere”. [O divino Augusto, a quem os deuses ofereceram mais coisas do que a outros, não deixou de desejar para si o ócio e de ansiar pela liberdade das questões públicas].

Nesta frase, a própria presença da figura do imperador corrobora nossa visão anteriormente desenvolvida de estar o conteúdo do texto em consonância às principais ideias e acontecimentos contemporâneos a Sêneca, e a divindade com que Augusto deseja a tranquilidade após todos os seus anos de trabalho constante, de conquistas, de guerras e de problemas pessoais, justifica o desejo pelo ócio que, em outros casos e cidadãos, não é compreensível: “este era o desejo daquele que podia satisfazer os possuidores de desejo” (“hoc uotum erat eius qui uoti compotes facere poterat”). Considerando que mesmo um homem especial, que recebeu mais dos deuses do que os homens comuns, desejou o ócio, apesar de suas preocupações e de sua vida pública, de seus afazeres como imperador e líder máximo de Roma, torna-se claro que qualquer homem comum, espelhando-se em Augusto, pode e deve desejá-lo também.

Em sequência, temos duas referências a figuras cujas atitudes são desaprovadas por Sêneca:

a) Marco Cícero, cujas “flebiles uoces” (palavras lamentáveis) amaldiçoaram o Senado Romano e o intitularam “semiliber” (semilivre), ao que Sêneca responde: “numquam sapiens in tam humile nomen procedet, numquam semiliber erit, integrae semper libertatis et solidae” [o sábio nunca recorrerá a uma palavra tão baixa, nunca será semilivre, (mas sim) de íntegra e sólida liberdade];

b) Lívrio Druso, por sua vez, é caracterizado como um homem impetuoso e cruel pelo aposto explicativo que o sucede (“uir acer et uehemens”). Disse “nem sequer quando menino ter gozado algum dia de férias para si” (“sibi ne puero quidem umquam ferias contigisse”).

Em seguida, dirige-se novamente ao destinatário da carta: “Vestra me hercules uita, licet supra mille annos exeat”. [Por Hércules, a vossa vida, mesmo que dure mais de mil anos]. Ao fazê-lo, omitindo o vocativo “Pauline”, Sêneca aproxima ainda mais sua mensagem dos leitores, dialogando diretamente com eles sobre as suas próprias vidas.

Após esta retratação de vícios e desacertos em figuras específicas, Sêneca passa a tratar genericamente dos mais diversos tipos pecaminosos: os avarentos, os turbulentos, os que se dedicam ao ódio, à gula, aos prazeres carnisais, à bajulação etc. O “otium” é entendido aqui como um pré-requisito para o aprofundamento, para o mergulho no conhecimento, pois não se pode dedicar à eloquência, por exemplo, um homem ocupado. A ocupação leva o homem a uma esfera de experiências fragmentada em inúmeras atividades sem que nenhuma receba especial atenção. Este “otium”, contudo, não necessariamente existe naquele indivíduo que vive em solidão ou isolamento, nem naqueles que se dedicam fervorosamente a hábitos frívolos, como coleções de objetos. Afinal, é um estado mental, uma condição de pensamento, uma circunstância interna, ainda que, por certo, passível de modificações por variáveis externas.

Pregando que cada momento da vida seja experienciado de maneira plena, sem que se permita a nenhuma outra pessoa ou coisa lhe tomar tal momento, afirma que o tempo é sempre suficiente para aqueles que vivem segundo tais preceitos, não importando por quantos anos e meses o sujeito tenha vivido, mas sim como tenha vivido. Aponta a incoerência dos homens que valorizam tão somente os bens materiais em detrimento do bom e consciente uso do tempo, especialmente porque, se forem postos em determinada situação que lhes ameace reduzir seu tempo de vida, como uma enfermidade grave ou pena de morte, imediatamente passarão da negligência à extremada preocupação, dispostos a gastar e a vender todos os bens para ampliar sua permanência no mundo dos vivos. Da mesma forma, aconselha que nos concentremos menos na expectativa do futuro, nos planos a longo prazo, que no momento presente, pois o presente é breve, o futuro é incerto e duvidoso, enquanto o passado, o único dos três momentos da vida que escapa ao destino, é um bem inviolável e imperturbável, à disposição para exame e análise das mentes sadias que dele se favorecem. Um homem ocupado jamais exa-

minará seu passado, mas o evitará, especialmente por ser provável que o tema ou dele se envergonhe.

O incentivo ao ócio pode, inicialmente, nos passar a ideia de que a faculdade do pensamento e da reflexão e o tempo dedicado a sua prática são invariavelmente situações positivas só realizadas por homens sábios. No entanto, conforme se explicou acima, a filosofia consiste antes no que e como está sendo pensado do que em quanto tempo se dedica ao pensamento. Esta reflexão, se inútil, em nada vale e compensa o homem que a ela se dedica: reconstituir a cronologia de composição da *Ilíada* e da *Odisseia*, por exemplo, ou a polêmica sobre sua autoria.

O conhecimento, para Sêneca, parece ser de inquestionável valor apenas se sua utilidade prática e sua aplicação para a melhoria dos cidadãos puderem ser percebidas: “tamen cuius ista errores minuent? cuius cupiditates prement? quem fortiozem, quem iustiozem, quem liberaliozem facient?” [contudo estas coisas diminuirão os erros de quem? Refrearão as paixões de quem? Farão quem mais forte, mais justo, mais nobre?].

É assim que percebemos o cunho moralista, filosófico e formador de opinião do discurso de Sêneca, na medida em que procura enaltecer valores: “Nisi ingratis sumus, illi clarissimi sacrarum opinionum conditores nobis nati sunt, nobis uitam praeparauerunt”. [A não ser que sejamos muito ingratos, aqueles ilustríssimos autores das crenças consagradas nasceram para nós, preparam a vida para nós]. Eis outra estratégia argumentativa de Sêneca: sugerir a ingratidão, portanto um vício, de todos aqueles que discordarem da referida mensagem. Se um homem é ingrato por não reconhecer o preparo dos caminhos pelos grandes autores estoicos e epicuristas, por exemplo, qualquer cidadão que se considere virtuoso ou deseje estar no caminho da virtude o reconhecerá.

E, mais adiante, especifica quem são esses mestres: “Disputare cum Socrate licet, dubitare cum Carneade, cum Epicuro quiescere, hominis naturam cum Stoicis uincer”.

E ainda: “Hos in ueris officiis morari putamus, licet dicant, qui Zenonem, qui Pythagoran cotidie et Democritum ceterosque antistites bonarum artium, qui Aristotelen et Theophrastum uolent habere quam familiarissimos”. [Consideramos se dedicarem aos verdadeiros trabalhos aqueles que querem ter consigo no cotidiano Zenão, Pitágoras, Demócrito e outros mestres das boas ciências, Aristóteles e Teofrasto o mais próximo possível]. Aproxima o leitor da possibilidade de não só estudar e

aprender com os mestres citados, mas de conviver com eles, de trazê-los para o seu cotidiano, para a sua própria casa.

Assim, entendemos que o valor dado por Sêneca aos grandes mestres filósofos não se restringe a determinada corrente teórica, pois “*Nobilissimorum ingeniorum familiae sunt: elige in quam adscisci uelis*” (há famílias das mais nobres qualidades: elege em qual queres ser aceito). Dando aos aprendizes a possibilidade de filiação a qualquer grupo de pensamento considerado nobre, através de uma ordem direta, Sêneca amplia a probabilidade de aceitação e boa recepção de sua carta.

“*Hi tibi dabunt ad aeternitatem iter et te in illum locum ex quo nemo deicitur subleuabunt*”. [Estes a ti darão o caminho para a eternidade e te elevarão àquele lugar de onde ninguém é derrubado]. A sabedoria e a grandeza de espírito podem ser alcançadas por meio da aplicação dos ensinamentos de quaisquer dos filósofos e filosofias previamente citados.

É capacidade exclusiva do sábio, e seu diferencial dos demais humanos, a seguinte faculdade: “*Longam illi uitam facit omnium temporum in unum collatio*” [a reunião de todos os instantes em um lhe torna a vida longa]. Para ele, portanto, as fronteiras entre passado, presente e futuro não são tão invioláveis quanto se apresentam para as pessoas comuns. A ele é facultada a experiência de revivenciar o passado através do uso da memória, de desfrutar o presente com plenitude e, também, de antecipar as vivências futuras. Contrariar tais preceitos, ou seja, temer o futuro, ignorar o momento presente e negligenciar o que passou, constitui, no pensamento de Sêneca, um abreviamento na duração da vida. Somente estas pessoas, cuja classe social, econômica, cujo nível de fama e poder ou de quaisquer outras variáveis circunstanciais e mundanas são absolutamente irrelevantes para a análise, se farão a lamentosa pergunta “*Haec quam diu?*”, ou seja, “por quanto tempo (durarão) estas coisas?”. Como é próprio de sua dicção a farta exemplificação, uma estratégia retórica que auxilia o autor a não só comprovar, mas a convencer o leitor da comprovação, lembra-nos de um caso em que um rei da Pérsia pôs-se a chorar ao contemplar seu numeroso exército, lamentoso ante o fato de que, em um século, todos eles estariam mortos, mesmo que fosse ele próprio o mais provável causador da violenta morte imediata da maioria deles em combate. De um homem que foge à sabedoria, nem os temores e nem as alegrias são louváveis, pois advêm ambas de razões vazias, nem seus ganhos são nobres, pois foram conquistados com um esforço equiparável ao que empregam para mantê-los, pouco sábio e deveras ansioso.

A evolução da carreira no Senado é vista por Sêneca como um atentado à prática do ócio, que gradualmente se distancia à medida que se progride de posição política: “accusandi deposuimus molestiam? iudicandi nanciscimur; iudex desiit esse? quaesitor est” [deixamos o fastídeo de acusar? Adquirimos o de julgar; deixa de ser juiz? É investigador].

Desta forma, afirma que “otium numquam agetur, semper optabitur” [o ócio nunca será perseguido, sempre será desejado], pois as progressões e constantes trocas de cargos, posições e situações nunca permitirão que o indivíduo alcance aquilo que tanto anseia.

Somente então em XVIII, Sêneca volta a dirigir-se diretamente ao destinatário da carta por meio do vocativo interpelativo (“Pauline carissime”) e do uso de imperativos (como “cogita”). Assume o tom de um conselheiro, ao proferir: “Maior pars aetatis, certe melior rei publicae dastat: aliquid temporis tui sume etiam tibi” [a maior parte da vida, certamente a melhor, foi dada à república: toma algo do teu tempo também para ti]. A realidade do cidadão romano comum provavelmente se insere nesta frase de Sêneca, pois a maior parte de sua vida foi gasta trabalhando em função do Império, e, assim, através deste apelo, a mensagem é passível de aceitação.

Reitera a sua explicação de que a vadiagem libertina, inútil e preguiçosa em nada se aproxima do ócio que prega, desta vez, contudo, diretamente para Paulino.

“Recipe te ad haec tranquilliora, tutiora, maiora!” – em XIX, inicia com um novo imperativo: recolhe-te a estas coisas mais tranquilas, mais seguras e maiores!

“Exspectat te in hoc genere uitae multum bonarum artium, amor uirtutum atque usus, cupiditatum obliuio, uiuendi ac moriendi scientia, alta rerum quies”. [Neste gênero de vida, muito dos bons conhecimentos te espera, a ânsia pela virtude e (por sua) prática, o esquecimento das paixões, a ciência de viver e morrer, a inabalável tranquilidade das coisas].

Por fim, na última seção, Sêneca apresenta o conselho de que não se entenda a velhice como uma condição inevitável e penosa, novamente recorrendo a exemplos, e assim define suas perspectivas, como últimas palavras da carta, da morte daqueles que não alcançaram a sapiência: “At me hercules istorum funera, tamquam minimum uixerint, ad faces et cereos ducenda sunt”. [Mas, por Hércules, os funerais deles, como tenham vivido muito pouco, devem ser conduzidos ao lado de tochas e velas].

2.2. Questões de gramática, estilo e retórica

2.2.1. Fundamentos da estilística latina

Inicialmente, procuraremos tratar de maneira breve sobre a definição de estilística, antes dos comentários propriamente ditos, de modo a clarificar, embasar e também justificar nossas escolhas.

Entendemo-la aqui como um campo do conhecimento que objetiva compreender e tratar da expressividade linguística, isto é, da língua como objeto maleável que, por sua natureza interativa, dinâmica e, evidentemente, social, não pode deixar de ter analisados seus mais diversos usos no que se refere à intenção comunicativa, à ênfase, à subordinação do discurso à expectativa do interlocutor etc.

Nos mais diversos aspectos que se relacionam à estilística, limitar-nos-emos ao diálogo desta com a sintaxe, que a nós mais parece relevante dado à natureza do texto com que no presente trabalho trabalhamos: produzido na modalidade escrita, portanto, gráfica, visual e espacialmente mais representativa do que um discurso oral, e daí a ligação mais íntima com a sintaxe que, em linhas gerais, demonstra a escolha de posicionamento de variáveis (palavras) numa sequência (frase). Esta escolha, embora presente e inegavelmente representativa em qualquer discurso oral, está mais enfatizada na escrita, tal como a fonética está mais ligada à fala, embora não se possa, nem se tencione aqui, negligenciar a possibilidade de uma interação, haja vista os discursos políticos que certamente enfatizam através da sintaxe determinados objetivos e a poesia brasileira do século XX que em tantos exemplos procurou adaptar e estilizar o texto através da fonética.

2.2.2. Estilística da sintaxe latina

Para que haja utilização expressiva de determinado domínio da língua, seja ele morfológico, sintático, semântico, fonético ou lexical, é preciso que, previamente, se tenha definido, estudado e apresentado com bastante solidez tal domínio. Desta forma, é imprescindível, precedendo à apresentação de comentários estilístico-sintáticos, discorrer sobre a sintaxe latina.

Sabe-se que, ao contrário do português e das demais línguas românicas modernas, o latim é caracterizado, tal como muitos outros idiomas a ele contemporâneos, como o grego e o sânscrito, por uma tendên-

cia à síntese. Esta tendência se apresenta, entre outros aspectos, através da série de flexões nominais e verbais, estas ainda remanescentes na modernidade, e da escassez total ou parcial da utilização de organismos semânticos morfológicamente separados da palavra principal, como, por exemplo, os pronomes pessoais do caso reto e as preposições. Desta forma, podemos dizer que, no caso de uma incomum utilização de “ego”, “tu”, “nos” e “uos”, é significativa a probabilidade de seu uso estar condicionado a uma intenção discursiva, como, por exemplo, enfatizar o enunciador (no caso de “ego” e “nos”) ou o interlocutor (no caso de “tu” e “uos”).

No caso das preposições, já é fato bastante notável que, mesmo entre os maiores e mais consagrados dos autores da era clássica, não eram de aparecimento tão raro quanto os pronomes supracitados. Esta marca, que é um dos muitos germes que futuramente darão às neolatinas um caráter tão analítico (com a precedência de “ad” ao vocábulo assimilando o dativo e de “de”, o genitivo), pode ser explicada pela insuficiência de um único caso (ablativo) para representar todas as divisões semânticas de que se ocupam as inúmeras preposições. É uma ocorrência mais notável ainda no grego, cuja semântica do ablativo foi absolutamente absorvida pelos demais casos – notavelmente o genitivo e o dativo – com o livre uso de preposições.

Assim, certamente teremos, em muitos casos, a supressão ou a utilização de preposições como um fator determinante de estilo¹²³. Processo semelhante ocorre com os verbos de ligação latinos, cuja omissão é extensamente observada, contrastando com a tendência geral do português em instituir a obrigação de seu aparecimento¹²⁴.

Acerca da estrutura sintática latina, a partir da conclusão mais óbvia a que podemos chegar lidando com uma língua sintética que flexiona seus nomes de acordo com a função sintática que exercem, consideramos ser um erro admitir que, uma vez que o latim não está subordinado à ordem específica dos termos na oração tradicional às línguas neola-

¹²³ “Podemos citar também a elipse da preposição “ad” nos versos 64 a 66 da primeira bucólica, na fala de Melibeu:” (RIBEIRO, 2007) – “At nos hinc allii silitentis ibimus Afros” – [Mas nós iremos, deste lugar, uns aos sequiosos africanos].

¹²⁴ Este fenômeno aparece não só na rebuscada linguagem literária, mas em ditados populares amplamente conhecidos na modernidade como “uox populi, uox Dei” – a voz do povo é a voz de Deus -, e verifica-se também amplamente difundido no grego.

tinhas e germânicas modernas, não haja qualquer direcionamento neste sentido para o falante ou escritor da Antiguidade Romana (MAROUZE-AU *apud* BOTELHO, 2007).

No entanto, esta escolha está, por natureza, intimamente ligada aos objetivos do discurso pronunciado, de forma que a colocação da palavra em determinada posição na sequência frasal pressupõe ênfase, ou, no caso da poesia, métrica e ritmo.

Estabelecemos, contudo, como a ordem básica (a “ordem natural” de Marouzeau e de Ernout & Thomas) ao falante de latim dos séculos que orbitam o nascimento de Cristo a seguinte: sujeito no princípio da frase (ênfase no produtor da ação) e verbo no final. Esta tendência sugere-nos uma hierarquia de elementos do discurso: (i) agente, (ii) objeto e (iii) ação propriamente dita.

Pela própria natureza organizacionalmente restrita da língua portuguesa, não se costuma identificar determinante e determinado separados, o que torna os vocábulos-satélite espacialmente dependentes dos seus centros. Tal situação não é encontrada na língua latina, posto que um dos traços estilísticos mais amplamente encontrados na língua literária é justamente a separação de termos ligados, sendo possível sua reunião na construção do sentido pela compatibilidade na flexão de gênero e caso.

2.2.3. *Questões de estilo em De Breuitate Vitae*

2.2.3.1. Estilística Morfológica: helenismos

No decorrer da carta-ensinamento de Sêneca, encontramos algumas referências a figuras e episódios gregos, mantendo a transliteração da tradição generalizada somente a partir do fim da república dos vocábulos tomados por empréstimo¹²⁵, bem como a declinação latina especial para os nomes de origem helênica: “prior scripta esset Ilias an Odyssea; qui Zenonem, qui Pythagoran cotidie et Democritum (...), qui Aristotelen et Theophrastum”. Neste, a nasal “-n” substitui a desinência “-m” latina, por subordinação à flexão original helênica, incorporada ao latim apenas nas palavras emprestadas.

¹²⁵ “Utium y Graecorum causa nominum” – utilizamos ainda o “y” por causa das palavras gregas (PRISCIANO *apud* FARIA, 1970, p. 72)

Estas observações demonstram a inserção e a adequação de Sêneca ao contexto em que se encontra – imperial -, em que os valores da filosofia helênica estavam extensamente valorizados, como pudemos perceber pelas próprias palavras do autor, e como podemos ainda conferir através da observância e da análise de outras obras contemporâneas e da própria natureza da motivação literária do período clássico: desenvolver e amadurecer a literatura latina, tornando-a, junto com a língua em si, um artifício tão rebuscado e laborioso quanto se apresentavam a língua e a literatura gregas.

2.2.3.2. Estilística Sintática: estrutura e nomes

Devido à natureza informativa, declarativa e didática do livro de Sêneca, perceberemos, certamente, uma tendência menos à artificialidade artística do texto poético que à fácil compreensão, à objetividade e à acessibilidade do discurso. A dicção senequiana não encontra espaço para os grandes malabarismos de palavras, os deslocamentos e as inversões que tornam o texto, em princípio, potencialmente ininteligível e objeto passível de ser decifrado.

Percebemos, portanto, uma relativa observância e preocupação em manter a estrutura do discurso mais próxima à fala, de modo que a mensagem seja passada com o menor número possível de ruídos e obstáculos dos domínios da língua que fogem à semântica.

Assim é que, logo na primeira frase da carta, Sêneca mantém a ordem natural da disposição dos termos na frase latina – “*Maior pars mortalium, Pauline, de naturae malignitate conqueritur*” –, em que o nominativo ocupa a posição inicial, o objeto, a medial e o verbo, a final.

Esta mesma estrutura se repete em muitas outras passagens, como “*uita, si uti scias, longa est*”. Este mesmo exemplo, que demonstra a obediência à estrutura oral, nos levará ao próximo ponto abordado: o adjetivo atributivo.

Entendemos o adjetivo como um determinante, ou seja, um termo periférico, um nome satélite que orbita em torno de seu núcleo, um substantivo, o determinado. A ordem natural dos determinantes é preceder os determinados, sendo que tal orientação pode ser modificada em função de aspectos estilísticos e, também, em função da delimitação de adjetivo atributivo.

Para Marouzeau, o adjetivo latino subdivide-se em qualificativo, quanto emite um juízo de valor em relação ao substantivo que complementa, e discriminativo, quando o juízo é objetivo, ou seja, quando tende para a materialidade, para a constituição física ou psicológica ou para a distinção do substantivo determinado de outros. Enquanto, no primeiro caso, em geral, o adjetivo seja posicionado antes do substantivo, neste último, a tendência é sucedê-lo.

Desta forma, em “uita longa est”, temos que “longa” é um adjetivo atributivo, pois separa, especifica e distingue a noção de vida, de modo que concluímos, por este segundo olhar com que analisamos estilisticamente a mesma frase, que, mais uma vez, Sêneca respeita a ordem natural da língua (que pressupõe, ainda, que o adjetivo preceda o verbo “esse”), sem tentar imprimir à leitura dificuldades ou vitórias artísticas inúteis para a emissão da mensagem. Assim, tanto no que se refere à posição do determinante em relação ao determinado, como na disposição dos termos em uma dada oração, obedecendo à orientação Sujeito – Objeto – Verbo, o autor mantém invioláveis as suas tendências estilísticas, que corroboram nossa afirmação de que Sêneca busca um texto claro, acessível e direto, mais próximo da linguagem oral que da engenharia poética.

No que se refere ao complemento verbal, a estrutura normal prevê a seguinte ordem: sujeito (nominativo) – complemento indireto (dativo) – complemento direto (acusativo) – verbo. Assim sendo, “sibi ne puero quidem umquam ferias contigisse” apresenta como primeiro termo esperado o objeto indireto “sibi”, seguido do objeto direto (“ferias”) e, por fim, o verbo “contigisse”; “nobis uitam praeparauerunt”, da mesma forma, apresenta, inicialmente, o dativo “nobis”, então o acusativo “uitam” e, por fim, o verbo “praeparauerunt”. Estas formas, tal como as outras exploradas até então, objetivam passar a mensagem da forma mais clara, direta e compreensiva possível, dado a intenção educativa por trás do discurso filosófico, quando nos diz que os grandes mestres sábios “prepararam a vida para nós”. Esta, em português, é a melhor tradução equivalente da frase latina, por obedecer, no vernáculo, à ordem direta, como expresso na língua original.

No entanto, na mesma obra, encontramos “non desiit quietem sibi precari”, ou seja, apresentando inicialmente o verbo principal (com o seu complemento infinitivo no fim), seguido do objeto direto e, então, do indireto. Esta frase, em termos sequenciais, faz exatamente o caminho inverso da fórmula tradicional, portanto, causando um efeito enfático na

ação “não deixar de”, que no caso, eleva e valoriza o ato de Augusto não ter deixado de desejar a tranquilidade. Encontramos, ainda, “Hi tibi dabunt ad aeternitatem iter”, que inicia pelas vias normais: pronome demonstrativo no nominativo plural em função de sujeito iniciando a frase “hi”, seguido do complemento indireto “tibi”, mas invertendo a ordem, então, deslocando o complemento direto “iter” para depois do verbo. Por fim, em “aliquid temporis tui sume etiam tibi”, ocorre um deslocamento para o fim da frase do objeto indireto, evidenciando “aliquid temporis tui”.

Com esta mesma frase, tratando da colocação dos pronomes possessivos, consideramos seguir ainda a normalidade prevista por Marouzeau e por Ernout et Thomas: os pronomes possessivos sucedem os substantivos a que se referem. No caso, “tui” está posposto a “temporis”.

2.2.3.3. Estilística sintática: formas nominais do verbo

O verbo latino pode, através de determinados processos linguísticos, assumir um valor nominal, ou seja, funcionar, no contexto, como um substantivo ou adjetivo. Semelhante ocorrência pode ser percebida nas línguas neolatinas, embora não com a mesma variedade e desenvoltura das acepções do verbo latino.

Das cinco formas nominais do verbo existentes – infinitivo, gerúndio, particípio, supino e gerundivo -, podemos perceber uma tendência diferenciada a funcionarem como substantivo, caso do infinitivo, do supino e do gerúndio, ou adjetivo, caso do particípio e do gerundivo, se o considerarmos uma ocorrência isolada em vez de um dos desdobramentos do particípio.

Destas, focaremos, em nossa análise, a aplicação estilística do gerúndio e, por questões de aproximação morfológica e de intercâmbio, também do gerundivo (Cf. ERNOUT; THOMAS, 1983, p. 262). Conforme já expusemos, o gerúndio advém de uma aplicação substantiva do verbo, que pode, apesar de seu caráter nominal, apresentar complementos tal qual uma forma verbal comum. No entanto, o gerúndio quando acompanhado de “verbos de significação incompleta pode ser substituído pelo gerundivo, sendo a construção mais comum”, conforme as palavras de Nóbrega (1962). Entendemos como significação incompleta a exigência de um objeto para complementar o sentido do verbo, que, sozinho, não pode ser utilizado. Ernout et Thomas (1983) preferem o termo “adjetivo verbal” para designar o gerundivo, e apresentam uma definição

mais sucinta de que este decorria do simples aparecimento de objeto direto ao gerúndio.

Dentre as acepções do infinitivo latino, destacamos sua possível aplicação como um substantivo sujeito ou objeto de uma oração. Não apresenta, contudo, flexões para as demais funções sintáticas em que poderia vir a aparecer, porquanto é necessário que outro processo supra a língua desta necessidade expressiva. O gerúndio, normalmente, é traduzido pelo próprio infinitivo presente em português, com a devida utilização preposicional correspondente à semântica latina. Destarte, temos que o gerúndio, formado pela adição da desinência “-nd” ao radical do “infectum”, é declinado conforme um nome de segunda declinação: alteração de vogal temática de “-o” para “-u” e adição da desinência “-m” no caso acusativo; sufixo “-i” no caso genitivo; terminação em “-o” no dativo e no ablativo, aquele por queda da desinência “-i”, este por queda da desinência “-d”.

Considerando que a maior parte das gramáticas latinas aponte como imprescindível para o aparecimento do acusativo do gerúndio unicamente a preposição “ad”, expressando finalidade, é notório o seguinte comentário de Nóbrega (1062):

O acusativo de gerúndio é precedido de preposição “ad”, “inter”, “ob”, “circa” e pode ser substituído pelo gerundivo, quando o verbo latino for transitivo.

(...)

“Inter ludendum” – durante o jogo. (NÓBREGA, 1962, p. 445)

Encontramos, em *De Breuitate Vitae*, as seguintes ocorrências de gerúndio:

- “uiuendi ac moriendi scientia” [a ciência de viver e morrer]. Traduz-se como genitivo de gerúndio, cuja ocorrência mais comum e documentada na língua latina (Ces. B. G. IV, 14 e I 41, 1) é aquela em que se liga a um substantivo ou adjetivo ao qual se relaciona de acordo com os apontamentos de sintaxe do genitivo objetivo ou subjetivo, que consistem em uma circunstância passiva ou ativa, respectivamente.
- “accusandi deposuimus molestiam? iudicandi nanciscimur” [deixamos o fastídio de acusar? Adquirimos o de

julgar]. Novamente percebemos aí a utilização do genitivo do gerúndio ligado a um nome, no caso, molestiam.

- “Maximum uiuendi impedimentum est exspectatio” (9) [O maior impedimento de viver é a expectativa]. Uma terceira ocorrência de gerúndio no genitivo, ligado a “impedimentum”.

Quando ao gerúndio, o termo mais recorrente para caracterizá-lo (Ernout & Thomas e Nóbrega) é como um “adjetivo verbal” de semântica passiva. Assim entendendo-o, podemos classificá-lo com um caráter expressivamente muito distinto do que obtemos ao aplicar o gerúndio, que é um substantivo verbal de semântica ativa.

Para aplicá-lo, encontramos três formas, das quais as duas primeiras não nos interessarão tanto por não haver sido encontrado no *corpus* abundante número de exemplos que se encaixasse. No entanto, discorreremos sobre elas brevemente:

Funcionando como passiva do gerúndio, e substituindo-o nos casos em que houvesse complemento verbal direto, o gerúndio era amplamente utilizado e chamado, nesta situação, de gerúndio pró-gerúndio. Neste caso, recomenda-se a tradução da forma verbal pelo substantivo a ela correspondente, uma vez que concorda, tal como um adjetivo de primeira classe, em número, gênero e grau com o substantivo a que se refere, sendo, portanto, a ele subordinado e, hierárquica e estilisticamente, menos relevante e enfática.

“Ad exprobandam infinitam cogitationem quod non optimam quamque aetatem sed diem dicit”. [Não diz a melhor idade, mas o melhor dia, para prever a reflexão infinita].

Percebemos aí um dos poucos casos encontrados na obra que expressassem a troca de gerúndio por gerúndio. No caso, a preposição “ad” carrega uma semântica de finalidade, sendo, por isto, complementada, em geral, pelo gerúndio no acusativo. No entanto, Sêneca optou, conforme nos ensinam os melhores manuais de gramática latina, por efetuar a troca, dada a presença de complemento direto para o gerúndio, e flexioná-lo como o particípio futuro passivo. Desta forma, temos “exprobandam” concordando em número, gênero e caso com “cogitationem” (objeto direto), em vez “exprobandum”, que seria a normal forma do gerúndio no acusativo.

Esta troca de gerúndio por gerundivo poderia implicar numa alteração na tradução do vocábulo, uma vez que este traz uma carga passiva à oração e aquele, ativa. Destarte podemos conjecturar que o gerúndio, por ser ativo, pode ser traduzido, como orientam as gramáticas, como o infinitivo na função sintática de acusativo em finalidade, que, em português, se tornaria “para repreender”. No entanto, o gerundivo, justamente por ser passivo, enfatiza a ideia de que o verbo está submetido ao nome, sendo este, portanto, o vocábulo de maior destaque em termos estilísticos. Parece-nos mais adequado, assim, optar pela tradução substantivada da forma nominal de particípio futuro passivo: para a censura da reflexão infinita. Assim, mantemo-nos mais fiéis à intenção do autor, que era, sem dúvida, destacar o substantivo e apresentar a forma nominal apenas como um de seus determinantes – o que o põe na mesma categoria de “infinítam” – com um significado passivo;

Como predicativo do objeto direto, em que o gerundivo carregava uma semântica de finalidade ou intencionalidade, de alguns verbos, como “dare”, “curare” e “concedere”.

Por fim, na locução verbal tendo como auxiliar o verbo “esse”, normalmente carregando um sentido de obrigatoriedade. Deste exemplo encontramos:

- “At me hercules istorum funera, tamquam minimum uixerint, ad faces et cereos ducenda sunt” (20). [Mas, por Hércules, os funerais deles, como tenham vivido muito pouco, devem ser conduzidos ao lado de tochas e velas]. Conforme se pode perceber, a locução é formada pelo verbo “duceo” e o auxiliar “esse” conjugado no presente do indicativo, carregando um sentido de obrigatoriedade sempre em um momento posterior ao da enunciação, já que o gerundivo é, na verdade, o particípio futuro passivo.
- “ítaque cum celeritate temporis (...) certandum est” (9) [Deve-se disputar, portanto, com a rapidez do tempo]. Mais um exemplo de locução com o verbo “esse”, com o gerundivo no neutro impessoal por ausência de sujeito nominativo, em que a semântica aproxima-se da obrigação.
- “docendi non tantum deplorandi sunt” (X, 1) [devem ensinar e não lamentar].

2.2.3.4. A retórica cicerônia no discurso de Sêneca e as estruturas sintáticas

Embora *De Breuitate Vitae* não seja, com efeito, um discurso político ou jurídico aos moldes descritos por Cícero e Aristóteles, percebe-se que algumas das características de tais discursos citados por estes autores persiste ainda na obra de Sêneca. Assim sendo, embora não possamos falar em “pronuntiatio” ou “memoria”, devemos considerar, por exemplo, a “elocutio”.

Tendo em mente que a “elocutio” é a terceira parte do discurso, que consiste na ornamentação do mesmo através de figuras e tropos, reconhecemos, em Sêneca, a larga utilização de ornamentos linguísticos que se colocam a serviço da persuasão na proposta de convencimento.

Acerca do paralelismo sintático, podemos dizer que “É a repetição próxima de frases ou expressões com a mesma estrutura sintática e com certa equivalência quanto ao sentido ou quanto à sonoridade”, conforme o gramático e professor da UERJ, Márcio Ribeiro (2006, p. 64).

“Omnia istorum tempora excute, aspice quam diu computent, quam diu insidientur, quam diu timeant, quam diu colant, quam diu colantur” (VII, 2) [Analisa todo o tempo deles, observa por quanto tempo calculam, por quanto armam ciladas, por quanto as temem, por quanto bajulam, por quanto são bajulados].

Percebemos que o interlocutor de Sêneca recebe um pedido, expresso pelo imperativo volitivo “excute” e “aspice”. Então, uma estrutura absolutamente simétrica se segue, contendo: (a) a expressão “quam diu”; (b) um verbo no subjuntivo presente; (c) o verbo no imperativo, presente nas duas primeiras orações, mas sofrendo zeugma nas seguintes.

Esta repetição tem, além do seu valor eufônico que se aproxima da linguagem popular, um aspecto retórico relevante à medida que, por meio da reiteração sintática, reforça a ideia que é passada. Os leitores de Sêneca estarão muito mais propensos a compreender e deixar-se guiar pela fluência de seu discurso no momento em que ocorre o paralelismo sintático, não só pela riqueza de exemplos, que confere autoridade e confiabilidade ao texto, mas pela facilidade de leitura.

“Nihil ex illa delegatur, nihil alio atque alio spargitur, nihil inde fortunae traditur, nihil neglegentia interit, nihil largitione detrahitur” (XI, 2) [Nada é dela transferido, nada é atirado a um e outro lado, nada é da-

do à Fortuna, nada é desperdiçado por negligência, nada é esbanjado com prodigalidade].

O mesmo procedimento e as mesmas razões de fundo apelativo e argumentativo se aplicam a este exemplo de paralelismo, que apresenta as seguintes variáveis recorrentes: (a) “nihil”, presente em todas as orações; (b) verbo na voz passiva no presente do infinitivo, terceira pessoa do singular; vocábulo no ablativo singular expressando diversos sentidos, exceto na terceira frase que apresenta “fortunae” no dativo singular.

Como último exemplo: “tamen cuius ista errores minuent? cuius cupiditates prement? quem fortiozem, quem iustiozem, quem liberaliozem facient?” (XIII, 9) [contudo estas coisas diminuirão os erros de quem? Refrearão as paixões de quem? Quem farão mais forte, mais justo, mais corajoso?].

Devemos considerar como sujeito de todas as orações deste fragmento o pronome demonstrativo “ista”, sendo que, a partir da segunda, é omitido por zeugma. Há um pronome interrogativo em cada oração, sendo nas duas primeiras, no genitivo “cuius”, associado a um nome no acusativo plural, e, nas subsequentes, no acusativo “quem”. Além disto, figuram-se sempre verbos no futuro do presente, na terceira pessoa do plural, concordando com “ista”, havendo sua omissão por zeugma na penúltima e antepenúltima orações.

Acerca do conceito de zeugma, consiste na omissão de palavras já expressas anteriormente no texto (TAVARES *apud* RIBEIRO, 2007). Os exemplos mais encontrados são aqueles referentes à supressão de termos comuns a duas orações, cuja repetição prejudicaria a fluência e a beleza do texto, tais como em “docendi non tantum deplorandi sunt” (X, 1) – devem ensinar e não lamentar. A tradução para o vernáculo dificilmente não manteria o uso do zeugma, pois o verbo “sunt” é facilmente subentendido.

Por exemplo: “non doctior uidearis sed molestior” (XIII, 2) [não serás visto como mais sábio, mas como mais importuno]. De igual forma, aqui temos a supressão do verbo “uidearis”, mantido no vernáculo, devido à falta de propósito de sua repetição, ainda que sirva como verbo principal em ambas as frases unidas pela conjunção “sed”.

Usualmente, tanto em grego quanto em latim, escritores não utilizam, por razões de métrica ou de estilo, o verbo “esse”, deixando-o im-

plicito. Tal uso consiste na prática da elipse, que difere do zeugma justamente por, neste, o termo já haver sido mencionado no texto.

3. Conclusão

Considerando representar o nome de Sêneca um marco na história da literatura latina, identificamos sua intensa expressividade no que se refere aos tratados filosóficos de pregação estoica, seu inegável domínio do latim clássico, sua versatilidade literária (variando entre tragédia, sátira e tratados), sua capacidade argumentativa e poder de persuasão que o possibilitaram constituir uma obra de grande apelo e competência retórica.

Assim, tendo sempre a utilização do texto original como fundamento metodológico, explicável pelo compromisso com a fidelidade à ideologia senequiana e pelo péssimo nível das traduções populares das obras clássicas, que muitas vezes comprometem e deturpam o sentido desejado pelos autores¹²⁶, procuramos desenvolver uma sucinta explanação dos principais tópicos abordados pelo autor, compreendendo-os sempre à luz da identificação das estratégias da estimulante retórica de Sêneca.

Embora este curto trabalho não tenha podido desenvolver profundamente as propostas de reflexão aqui iniciadas, esperamos ter contribuído para os estudos de retórica em Roma durante o Império, sob o nome de um dos maiores autores que, na obra de curta extensão aqui estudada, *De Breuitate Vitae*, transmite uma mensagem, à parte de seu vínculo ao estoicismo, até hoje imortalizada como uma ode à vida de boa ventura e paz, de inúmeras formas já descritas, sendo uma das mais notáveis por um de seus contemporâneos, Jesus Cristo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ERNOUT, Alfred; THOMAS, François. *Syntaxe latine*. 2. éd., 2. triage, Paris: C. Klincksieck, 1959.

¹²⁶ Sobre este assunto, conferir um artigo de nossa autoria que aprofunda discussões acerca da problemática de tradução dos textos clássicos, publicado pela revista *Advir*, Asduerj, n. 26, p. 30-40, em 2011.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

MAROUZEAU, Jules. *Traité de stylistique latine*. 10. ed., Paris: Les Belles Lettres, 1946.

NOBREGA, Vandick Londres. *A presença do latim*. Vol. 3. Rio de Janeiro: INEP MEC, 1962.

PARATORE, Ettore. *História da literatura latina*. 3. ed., Tradução de S. J. Manoel Losa. Lisboa: Caloustes, 1983.

RIBEIRO, Márcio Luiz Moitinha; COELHO, Flora Simonetti. *Gramática latina para seminários e mosteiros*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2007.

SÊNECA, Lucius Annaeus. *De breuitate uitae*. Brescia: Paideia, 1983.

SILVA, Amós Coelho; MONTAGNER, Airto Ceolin. *Dicionário latino-português*. 2. ed., Rio de Janeiro: Amós Coelho da Silva e Airto Ceolin Montagner, 2007.

USO LITERÁRIO DA LINGUAGEM O ENSINO INTEGRADO DA LÍNGUA E DA LITERATURA¹²⁷

Hilma Ranauro (UFF/ABRAFIL)

A mudança no campo ótico do império disciplinar tornou-se inadiável. A cooperação interdisciplinar aos poucos se impôs (...) Trata-se de estabelecer e instigar esferas da coabitação, saberes reconstitutivos, lugares reciprocamente fecundantes". (Portella, 1993, p. 5-6).

1. Uso literário da linguagem

O emprego da linguagem no dia-a-dia, na vida prática, bem como o seu emprego em textos técnicos, científicos são considerados *usos*. Para alguns estudiosos, o emprego da linguagem na literatura, ou o uso literário da linguagem, não deve ser considerado um uso particular da linguagem como os demais, mas a sua plena funcionalidade (ou a sua plenitude funcional), isto é, a plena realização de suas possibilidades, potencialidades, virtualidades. Eugenio Coseriu chega a afirmar: “qualquer outro uso, sendo precisamente uso, é uma redução da linguagem, tal como se apresenta na literatura com o desdobramento de suas possibilidades”. (COSERIU, 1993, p. 39).

Coseriu considera o emprego da linguagem na vida prática ou na ciência uma “drástica redução da plenitude funcional da linguagem”. (*Idem, ibidem*). Quando o fazemos, na realidade “minimizamos a linguagem”, reduzindo-a a mero instrumento de uma finalidade determinada e imediata, sendo que, em uso na literatura, a linguagem constituiria a fi-

¹²⁷ Uma versão deste texto foi publicada na *Revista Universidade Rural*, série Ciências Humanas: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, vol. 22, n.º 2, jul.-dez. Seropédica: Universidade Rural, 2000, p. 151-156.

nalidade em si mesma, o objeto maior a ser alcançado enquanto construção do sentido. (*Idem, ibidem*).

Muitos são também os que criticam o privilégio dado à língua escrita, especialmente à língua literária, reivindicando a primazia da linguagem oral.

Cabe lembrar que, tanto na linguagem falada como na linguagem literária, o usuário da língua pode exercer sua criatividade. Poeta e falante aí se equivalem. “Enquanto poder de criação, em seu momento absoluto, linguagem e poesia se identificam”, diríamos com apoio em Sílvio Elia. (RANAURO, 1997, p. 76)

Poucos, além de Roman Jakobson, buscaram aplicar as técnicas de investigação linguística, até então aplicadas à linguagem falada, à linguagem literária. Perderam ambas, a ciência linguística e a ciência literária.

2. *Ciência linguística e ciência literária:*

A ciência linguística é naturalmente autônoma em relação à ciência literária, e vice-versa. No nível universitário, em termos da especialização, é possível, e até pedagogicamente necessário, distingui-las. O mesmo não se pode dizer no nível do ensino dos 1º e 2º graus. Neles, a relação entre ambas deve constituir a própria base do ensino.

Ao ensino universitário cabe preparar especialistas, técnicos da linguagem e/ou da literatura. Já o ensino da língua nos 1º e 2º graus, além de capacitar o aluno para usá-la de modo eficaz e adequado, deverá igualmente fornecer a esse aluno conhecimento sobre o funcionamento dessa língua, dando-lhe igualmente condições para compreender e apreciar a(s) sua(s) literatura(s).

3. *Saber idiomático e saber expressivo:*

Existe o que se pode chamar de “saber idiomático”, da mesma forma que se tem o “saber expressivo”. No nível do “saber idiomático”, temos tudo que constitui regra, em função de uma língua, não o sendo necessária ou obrigatoriamente em outra língua. No “saber expressivo”, estaria o saber próprio de uma determinada língua no/do nível do texto, no/do nível do discurso: saber estruturar um texto, saber falar em determinadas situações, de acordo com a(s) pessoa(s) com quem se fala, com

os objetivos a serem alcançados e as intenções (às vezes, até “segundas intenções”) norteadoras do discurso (competência comunicativa). Os “desvios”, nesses casos, não constituiriam “erros” propriamente, ou incorreções idiomáticas, mas inadequações, impropriedades, inconveniências.

O saber produzir, estruturar textos e/ou discursos é muitas vezes avaliado, “medido” pelo outro, pelo que diz, opina sobre o desempenho deste ou daquele usuário da língua. Os falantes percebem, de forma instintiva, as adequações, mais ainda as inadequações, desta ou daquela maneira de dizer, de expressar-se, enfim. E se preocupam com isso: “Como vou dizer, ou como devo dizer isso?”; “Não era bem isso que eu queria dizer”; “Do jeito com que você falou, dá até a impressão que...”, etc., etc. É esse o “saber expressivo”.

Saber falar é complexo, embora se diga ser ele instintivo no falante, já que é instintivamente adquirido, normalmente, sem grandes dificuldades. Para se falar, bem como para que se detecte o sentido do que se ouve, é necessário, além do saber idiomático e do saber expressivo, de vários outros “saberes”. Ao se conversar com alguém, por exemplo, cabe atentar para este alguém, perceber suas intenções ou possibilidades de intenções, seu caráter, trazer à lembrança as situações e os discursos que porventura precederam ou mesmo desencadearam aquela situação de comunicação, muitas vezes até mesmo depreender o conhecimento, ou mesmo desconhecimento, do interlocutor sobre o assunto em questão, sua disponibilidade para aquela conversa, atentar para a conveniência ou não de certas colocações, dentre outras coisas.

Esses e muitos outros fatores podem ser facilitadores ou complicadores da “conversa”, do diálogo, da comunicação, e fazem parte de nossa competência comunicativa. Quantos mal entendidos não são gerados pelo desconhecimento ou mesmo desatenção para com esses e tantos outros fatores determinantes e condicionadores de todo processo de comunicação? “Se pois, eu não souber o sentido da voz serei estrangeiro para aquele que fala, e o que fala estrangeiro para mim”. (I Cor. 14:11, In: *BÍBLIA SAGRADA*, 1994, p. 168).

3.1. Ensino da língua – estímulo à criatividade

O ensino, sabemos, só pode ser ensino exemplar. É empiricamente impossível ensinar toda a linguagem. A cada momento, podem surgir novos procedimentos, existentes como possibilidades da linguagem, até

então não realizados. O ensino deve estimular a (ou à) reflexão linguística em relação a fatos da língua e suas funções estruturais, de modo a criar no aluno o hábito de pensar e descobrir fatos análogos.

Há que levá-lo a tomar consciência da língua e das suas possibilidades, estimulando-o, ao mesmo tempo, à criatividade, a ser exercida e exercitada, falando ou escrevendo, ouvindo ou lendo. Poucos, além de Roman Jakobson, tentaram aplicar as técnicas de investigação até então aplicadas à linguagem falada à linguagem literária.

Quando se chama a atenção do aluno para o efeito de sentido gerado por esta ou aquela construção, para o emprego deste ou daquele vocábulo, e não de outro que igualmente poderia ali estar, por exemplo, se está mostrando, de certa forma, como se faz, como se realiza este ou aquele texto, o que não implica obrigatoriamente que aquele a quem isso é mostrado, ensinado será capaz de realizá-lo, ou de realizá-lo de forma satisfatória, mas pode ser (e com certeza é, afirmamos com nossa experiência de sala de aula) um estímulo à criatividade e/ou ao gosto pela literatura.

O ensino da língua de forma abstrata, com base na memorização de regras e funções sintáticas, por exemplo, sem que se saiba para que serve tudo isso, a sua utilidade prática, bem como a leitura como “dever”, obrigação, de textos desinteressantes e mal aproveitados, sem o estudo, aí sim, dos fatos da língua, no seu emprego e no(s) efeito(s) de sentido por eles conseguidos, provocados, gerados, sem que se leve o aluno a atentar para os recursos de que lançou mão o escritor na e para a construção daquele(s) efeito(s) de sentido, a nada ou a pouco levam.

Estimular o interesse pela leitura, explorando o texto, considerando suas várias possibilidades, orientando o aluno para a busca de outros textos similares, é um dos caminhos.

O ensino deve buscar/objetivar oferecer ao estudante de literatura um treinamento (não “macetes”) que exercite, amplie e aperfeiçoe sua capacitação para o estudo tanto da língua, quanto da literatura.

Cabe revitalizar o ensino da gramática com uma “atividade” que ultrapasse o meramente classificatório, direcionando-o para uma reflexão sobre o funcionamento da língua em seu uso, no caso, o seu uso literário, com destaque para a sua dimensão sintático-semântica e pragmática.

O nível lexical deve ser igualmente fonte de um trabalho pedagógico inovador e motivador (coesão lexical). Em termos de vocabulário,

por exemplo, cabe lembrar que existe o vocabulário da fala, o da escrita e o vocabulário da leitura, isto é, aquele que reconhecemos no decorrer da leitura.

O vocabulário reconhecível do usuário da língua inclui os dois primeiros e os que são inferidos, deduzidos pela/na leitura, por meio da análise do contexto em que estão inseridos, o que cabe igualmente exercitar com os estudantes, para que eles sejam, cada vez mais, capazes de fazê-lo.

Que eles percebam a existência de um *vocabulário ativo*, o que efetivamente utilizam, e a de um *vocabulário passivo*, que são capazes de reconhecer e compreender. A dedução pelo contexto, por informações contidas, apreendidas, inferidas no próprio texto é o que cabe exercitar e não aquela recorrência ao dicionário diante de qualquer vocábulo não identificado de imediato.

Muitos são os que interrompem a leitura de um texto por esbarrarem com um termo até então desconhecido. Como nossos alunos desistem ou se desestimulam para as tarefas a serem por eles desempenhadas sob essa alegação!

Ampliar nosso vocabulário, tanto ativo quanto passivo, é uma das muitas maneiras de ampliar a nossa competência linguística, tornando o nosso desempenho, oral e/ou escrito, de produção, compreensão e interpretação de textos e discursos o mais satisfatório possível.

Cabe ao ensino da língua e da literatura atentar para isso.

“O poeta”, lembremos com Oswaldino Marques, “ao lidar com vocábulos, está amalgamando, de um só passo, a sua experiência e as fontes dessa experiência. A palavra é seu canal aferente anostomosado com o mundo – por ele a realidade irriga o criador e este, por seu turno, fecunda o real”. (MARQUES, 1962, p. 18).

O reconhecimento dos recursos expressivos da língua é algo a ser igualmente estimulado. Disso trataremos mais adiante (**3.3. Estilística – intermediação**).

3.1.1. Texto literário

Todo discurso, além de *designação* e *significado*, é portador de *sentido*. Este nunca deixa de estar presente, cabe sempre frisar. Os textos

literários, em especial, apresentam uma *construção de sentido*. Interpretar um texto é muito mais do que buscar depreender-lhe a designação, o significado, mas principalmente buscar depreender-lhe o sentido, nível especial e superior de conteúdo.

Muitas relações são (re)estabelecidas em função de experiências pessoais ou de acordo com a cultura na qual somos criados, pela qual somos/fomos influenciados. Há relações evocadas por determinado usuário da língua, e, muitas vezes, só por ele. Há, além disso, evocações realizadas por influência de outros textos (intertextualidade). Grande e decisiva é, enfim, a influência do acervo (passivo e inconsciente, muitas vezes) do leitor. Cabe ao ensino promover oportunidades para seu enriquecimento, ampliando-o e exercitando-o, “colocando-o em circulação”, diríamos.

O reconhecimento da direção da construção do sentido do texto é realizado, também, pela *contextualização*, pois um texto, fora de seu contexto, pode ficar incoerente, de difícil compreensão, ou mesmo desinteressante. E como a maioria dos livros didáticos vem utilizando essa prática!

3.1.2. Ensino da língua integrado ao da literatura

A análise e interpretação do texto literário deve levar à descoberta ou ao reconhecimento do seu sentido e dos indícios, pista, marcas para que este sentido seja reconhecido, marcas estas pelas quais o próprio sentido se faz construir, constituir, realizar. E é por essas marcas, que, num caminho inverso, o sentido se deixa descobrir, revelar, desvelar.

A linguística textual nas suas várias vertentes, nas suas variadas tendências, oferece aos estudiosos instrumental e suporte teórico-prático para a interpretação e análise da criação linguística na construção do sentido, por meio da realização, atualização das possibilidades da linguagem que lá estão, à disposição de todo e qualquer usuário, mas nem sempre ao alcance de todos por não serem por todos percebidas, conhecidas ou reconhecidas, daí, não serem por eles “aproveitadas”, utilizadas, realizadas em suas múltiplas possibilidades.

Ao ensino caberia chamar a atenção para as potencialidades e possibilidades de linguagem que se atualizam, ou se fazem realizar, no texto literário. Para percebê-las, para interpretar o(s) sentido(s) de um texto literário, é necessário conhecer as possibilidades de construção do

sentido que se realizam ou se podem realizar na linguagem (e por ela) e depreendê-las, reconhecê-las, identificá-las. E isso só é possível através de um ensino de língua relacionado ao de literatura.

É a *significância*, a possibilidade de produção do(s) sentido(s) (pluralidade), que afloram ou não, mas que estão lá, no vir-a-ser da *escritura* (não *escrita*). Cabe depreendê-los pela *leitura* (não *lida*): o leitor em permanente diálogo com o texto, o que depende de seu acervo (passivo e inconsciente muitas vezes, repitamos). É esse acervo que o ensino da língua e da literatura deverá buscar exercitar, mais, ampliar.

Há realizações muito complexas, que vem a atualizar possibilidades, virtualidades sequer imaginadas, mas que passamos a realizar na medida em que as “descobrimos” ou para ela somos alertados, sensibilizados.

O texto, já se disse, e muitas vezes, é uma unidade de sentido. Mas, cabe lembrar, e sempre, uma unidade de sentido realizada, agenciada por elementos linguísticos. Cabe estabelecer o papel desempenhado por esses elementos em relação ao todo que vem a constituir.

Promover o levantamento da relação entre esses elementos na construção desse todo e na constituição/construção do(s) sentido(s) a ele inerentes, ou que ele veicula, deve ser a tarefa maior, quiçá primeira, do ensino da língua.

3.2. Linguística e literatura – complementaridade

A linguística que examina as possibilidades que podem ser ou que são concretamente realizadas na literatura é necessariamente complementar à ciência da literatura. Esta, por sua vez, só tem a lucrar com essa complementaridade (interdependência).

A coincidência dos dois pontos de vista se dá na linguística do texto, linguística que estuda o sentido e a construção do sentido, as operações linguísticas, cognitivas e argumentativas que regem e regulam a produção a recepção do texto, oral ou escrito, sendo tal linguística a forma mais adequada de hermenêutica literária, de interpretação do texto literário.

Várias são as vertentes e correntes linguísticas que se (pre)ocupam com o texto, literário ou não. Apesar dos enfoques diferentes, os princípios e pressupostos básicos de cada uma das diversas teorias do texto são

comuns. Cabe ao professor decidir qual ou quais os que lhe servirão de suporte teórico-prático para o seu trabalho.

No estudo da literatura, cabe atentar para o meio pelo qual a linguagem se realiza. E que os linguistas recorreram igualmente à orientação dos estudiosos da literatura. Os trabalhos de ambos são reciprocamente complementares e fecundantes.

Ao professor cabe a orientação do aluno para o desmascaramento das várias leituras que um texto pode gerar e como percebê-las, localizá-las, depreendê-las nos e pelos elementos que o constituem. E isso passa pela apresentação dos mecanismos de construção do sentido. Isso pode até mesmo motivar os alunos para a produção de textos, com eficiência e criatividade.

3.3. Estilística - intermediação

A Estilística surgiu como ciência na 1ª década deste século, graças aos estudos de Leo Spitzer, Karl Vossler e Charles Bally. De certa forma, ocupa uma posição intermediária entre a Linguística e a Literatura, na medida em que estuda a expressividade das formas linguísticas, sua capacidade de emocionar e suggestionar. Por ela se pode levantar, explicitar e analisar os fatos expressivos da linguagem, os procedimentos lexicais, fonéticos, mórficos e sintáticos utilizados pelo produtor do texto, na busca do levantamento dos efeitos de sentido por eles gerados e dos motivos que porventura tenham levado à sua escolha.

Para o estudo dos fatos literários, dos fatos expressivos da arte literária, deve-se valer da ciência que privilegia a expressão. A Estilística tem, aí, papel importante. Cabe resgatá-la.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSERIU, Eugênio. Do sentido do ensino da língua literária. *Confluência*. Revista do Instituto de Língua e Literatura, n. 5, Rio de Janeiro: Luceerna/Liceu Literário Português, 1º semestre de 1993, p. 29-47.

RANAURO, Hilma Pereira. *Contribuição à historiografia dos estudos científicos da linguagem no Brasil*: Sílvio Elia e João Ribeiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/FEUC, 1997, p. 76.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

MARQUES, Oswaldino. *O laboratório poético de Cassiano Ricardo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

PORTELLA, Eduardo. A disciplina complexa. *Revista Tempo Brasileiro*, n. 113, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, abril/junho/1993, p. 5-8.

BÍBLIA Sagrada. Novo Testamento, I Coríntios, versão revisada da tradução de João Ferreira de Almeida, de acordo com os melhores textos em hebraico e grego. 4ª impressão. Rio de Janeiro: Imprensa Bíblica Brasileira, 1994, p. 168.